

MARIA PAULA MENESES
E BRUNO SENA MARTINS
(Org.)

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais

Alianças secretas, mapas imaginados

Prefácio por Boaventura de Sousa Santos



AS GUERRAS DE LIBERTAÇÃO E OS SONHOS COLONIAIS: ALIANÇAS SECRETAS, MAPAS IMAGINADOS

ORGANIZAÇÃO

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

AUTORES

Amélia Neves de Souto | Aniceto Afonso | Bruno Sena Martins | Carlos de Matos Gomes
Catarina Gomes | Celso Braga Rosa | Maria Paula Meneses | Miguel Cardina

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80 – 3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

??????

Agosto, 2013

DEPÓSITO LEGAL

??????/13

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais:

Alianças Secretas, Mapas Imaginados

Org. Maria Paula Meneses, Bruno Sena Martins (CES)

ISBN 978-972-40-5196-3

I – MENESES, Maria Paula

II – MARTINS, Bruno Sena

CDU 325

355

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>	
INTRODUÇÃO: O <i>Exercício Alcora</i> no jogo das alianças secretas	15
<i>Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins</i>	
Violência, Testemunho e Sociedade: Incómodos e silêncios em torno da memória da ditadura	29
<i>Miguel Cardina</i>	
O Olho do Furação? A África Austral no contexto da Guerra Fria (década de 70)	41
<i>Maria Paula Meneses</i>	
Regressos? Os <i>retornados</i> na (des)colonização portuguesa	59
<i>Maria Paula Meneses e Catarina Gomes</i>	
<i>Exercício Alcora</i> : Um projeto para a África Austral	109
<i>Aniceto Afonso</i>	
A Africanização na Guerra Colonial e as suas Sequelas	
Tropas Locais – Os vilões nos ventos da História	123
<i>Carlos de Matos Gomes</i>	
Relações entre Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul e o <i>Exercício ALCORA</i> : Elementos fundamentais na estratégia da condução da guerra – 1960-1974	143
<i>Amélia Neves de Souto</i>	
Estilhaços do <i>Exercício Alcora</i> : O epílogo dos sonhos coloniais	171
<i>Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
LISTA DE ACRÓNIMOS	189
NOTA SOBRE OS AUTORES	193

AGRADECIMENTOS

Aos que aceitaram participar no projeto que resultou neste livro, com quem partilhamos saberes e trabalho;

A preciosa colaboração dos colegas que têm trabalhado em vários aspetos deste projeto e que nos apoiaram em múltiplas ocasiões, e, em especial, à Iolanda Vasile e à Carolina Peixoto;

A todos que participaram nos vários encontros públicos de discussão deste tema, pelo importante contributo em informações e ideias que permitiram o enriquecimento do estudo;

Ao Centro de Estudos Sociais que apoiou a realização do Colóquio internacional que está na origem deste livro;

À Natércia Coimbra e, através dela, ao Centro de Documentação 25 de Abril, parceiros deste projeto;

Ao Ministério da Defesa e à Fundação para a Ciência e Tecnologia (fcomp-01-0124-feder-009271/fcomp-01-0124-FEDER-019531/fcomp-01-0124-FEDER-008664), que criaram as condições para a realização do trabalho que esteve na base deste livro;

A todos os arquivos e bibliotecas consultados, pelo apoio dado;

Às associações de militares que nos apoiaram até ao fim, tornando possível que este livro hoje esteja nas suas mãos.

PREFÁCIO

Boaventura de Sousa Santos

Apresento aos leitores um livro pioneiro sobre a história recente de Portugal e dos países que estiveram sujeitos ao colonialismo português. Trata-se de uma perspetiva revisionista, crítica, solidamente construída, cujo revisionismo consiste em desvelar o que foi ocultado, tanto pelo que foi dito como pelo que foi silenciado, nas histórias celebratórias e nas memórias autocomplacentes.

Passadas mais de cinco décadas sobre o início da Guerra Colonial portuguesa em África (1961-1974), gerará perplexidade percebermos que algumas dimensões fundamentais deste conflito permanecem silenciadas na memória social das nações envolvidas. Tenho defendido que aquilo que se encontra ausente na realidade social, em cada tempo, em cada presente contraído, resulta muitas vezes da ativa produção de não existência (Santos, 2002). Proponho, assim, uma sociologia das ausências, assente na ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Essa recusa reclama por uma versão ampla de realismo capaz de incluir as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização. Creio que muito do desconhecimento que ainda persiste, quer acerca da Guerra Colonial, quer acerca das lutas de libertação em contexto africano, se deve ao modo como se estabeleceram narrativas hegemónicas cuja vigência tem sido cúmplice de um vasto manto de interditos: as alianças embaraçosas, os massacres, as purgas intestinas, as indeminizações, as sequelas físicas e psicológicas, etc.

Estas narrativas hegemónicas prendem-se com os poderes e com as histórias oficiais que foram legitimados no ocaso da guerra, seja nos Estados independentes que, em Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique, resultaram das lutas de libertação, seja no regime que, em Portugal, se seguiu ao 25 de Abril. No entanto, creio que muitos dos silenciamentos que hoje persistem sobre este ciclo de conflitos se prendem, igualmente, com uma construção fundadora da modernidade ocidental: as linhas abissais que estabelecem uma radical separação entre o mundo metropolitano e mundo colonial. O pensamento moderno

é, de facto, um pensamento abissal profundamente marcado pela criação de dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. Esta divisão, ainda que invisível, é tão consistente que ‘o outro lado da linha’ é convincentemente ocultado enquanto realidade (Santos, 2007).

Se, como tenho defendido, a modernidade ocidental é um paradigma fundado na tensão entre regulação e emancipação (Santos, 2000), haverá que reconhecer que esta dicotomia se aplica fundamentalmente às sociedades metropolitanas.¹ Porém, nas sociedades coloniais predominou a dicotomia apropriação/violência, expressão do conflito entre os colonizadores e colonizados. No entanto a força atuante desta tensão pôde permanecer invisibilizada para os contextos europeus, exatamente por ter lugar do outro lado da linha, num espaço invisível, feito inexistente e, por isso, incapaz de comprometer as alegações ocidentais sobre a universalidade da dicotomia regulação/emancipação. A zona colonial emerge como o território social da modernidade sumamente criado e mantido por uma ordem violenta, mas, ao mesmo tempo, suficientemente demarcado pelas linhas abissais para que a violência estrutural fosse estruturalmente invisível no Norte. Nesta invisibilização histórica da violência colonial encontramos uma das expressões de como o colonialismo como relação social sobreviveu ao colonialismo como relação política.

Num fôlego tão anacrónico como absurdo, a Guerra Colonial pode ser entendida como o corolário da violência perpetrada pelo projeto colonial que o Estado Português promoveu. O facto de muitos dos contornos e misérias dessa guerra permanecerem desconhecidos no espaço público português – assim como no Norte global – constitui, em larga medida, um indicador da tenacidade do pensamento abissal no mundo atual. Aliás, o reconhecimento e persistência do pensamento colonial é *conditio sine qua non* para começar a agir para além dele. Temos, pois, de recusar que o pensamento abissal colonize, silenciando, a memória da violência colonial. Tal implica, também, assumir que o binómio Guerra Colonial/Guerras de Libertação necessariamente evoca histórias e memórias situadas e promove a necessidade daquilo a que chamo epistemologias do sul, uma epistemologia assente em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul (Santos, 1995). Assim será possível compreender que se no Norte a violência colonial representada

¹ Em contextos coloniais, este paradigma regulava as relações dentro do grupo heterogéneo de colonos, assimilados, etc. (no caso português isto acontecia sobretudo em Moçambique e Angola por se tratar de colónias de povoamento).

pela guerra tende a ser apagada, nos países herdeiros das guerras de libertação a luta contra o capitalismo colonial é um dos momentos fundadores da ideia da história da nação. Só assim se compreende que o 25 de Abril represente em Portugal uma transição para a democracia sem sangue, que a Guerra Fria seja entendida como uma ‘guerra fria’, e que as guerras civis de Angola e Moçambique sejam entendidas como guerras civis (Santos (org.), 2004). Quando, na verdade, não se pode compreender o 25 de Abril sem a corrosão física e emocional que a Guerra Colonial significou para os que foram parte da violência que foi cometida em África; não se pode compreender a ‘Guerra Fria’ sem os ‘momentos quentes’ constituídos pelas guerras patrocinadas no Sul global em nome da manutenção da presença colonial-capitalista; e não se podem compreender as ‘guerras civis’ que continuaram a deflagrar na África Austral sem referência à aliança colonial e aos interesses das potências capitalistas globais que, naquela região, haveriam de sobreviver à queda do Império português.

As lutas anticoloniais e os processos de independência das antigas colónias constituíram, sem dúvida, um abalo tectónico às linhas abissais globais. No entanto, a memória longínqua e esquiva que o Norte guarda dessas lutas, travadas na zona colonial, é um reflexo portentoso de como o pensamento abissal nesse Norte sobreviveu ao mundo que foi criado.

Pelo modo como o presente livro expõe as intrincadas alianças, interesses e atores que se esgrimiram no xadrez das guerras coloniais/de libertação no cone Austral de África, pelos arquivos e testemunhos que nos oferece, e pelo modo como convoca um diálogo entre histórias, estou certo de que constitui um valioso contributo para um pensamento pós-abissal.

No contexto português, e por muito que a Guerra Colonial tenha sido travada em palcos distantes (a frente mais próxima, na Guiné, distava de Lisboa cerca de 3400 quilómetros por via aérea), o envolvimento da sociedade portuguesa metropolitana e ‘colonial’ neste conflito foi demasiado significativo para que essa distância pudesse corroborar, em termos das memórias, um distanciamento plausível. Esta contradição agudiza-se se tivermos em conta que mais de um milhão de homens foram mobilizados na metrópole ao longo dos 13 anos que a guerra durou (a que se associou um número semelhante de tropas africanas), marcando imensas histórias familiares por gerações. De facto, além da vigência de um pensamento abissal sobre a violência colonial, haverá que considerar alguns elementos específicos do colonialismo português naquilo que foi a diluição da guerra na história oficial e na memória pública (ou na sua evocação seletiva). Formular a caracterização do colonialismo português como ‘especificidade’

exprime, sem dúvida, as relações de hierarquia entre os diferentes colonialismos europeus (Santos, 2001). A especificidade é a afirmação de um desvio em relação a uma norma geral. Neste caso a norma é dada pelo colonialismo britânico e é em relação a ele que se define o perfil do colonialismo português, enquanto colonialismo periférico, isto é, enquanto colonialismo subalterno em relação com o colonialismo hegemónico de Inglaterra. No domínio dos discursos coloniais, o carácter periférico do colonialismo português reside no facto de, a partir do século XVII, a história do colonialismo ter sido escrita em inglês e não em português. Este facto implicou que o colonialismo português carregasse consigo, desde há muito, um problema de autorrepresentação. Assim, a construção narrativa do colonialismo português tanto se ofereceu a leituras inquietantes – por exemplo, a ideia de que o subdesenvolvimento do colonizador produziu o subdesenvolvimento do colonizado – como a leituras reconfortantes, por exemplo, o luso-tropicalismo, ‘Portugal, do Minho a Timor’, o colonialismo cordial. Há, sem dúvida, um conjunto de elementos na reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa que contribuíram para o silenciamento da Guerra Colonial: o facto de o regime que incentivou a guerra ter sido deposto, pelo que a Guerra Colonial deixou de ter um poder político e institucional que a sancionasse; o facto de ter constituído um conflito derrotado à partida, anacrónico e condenado pela comunidade internacional; o facto de o poder que se estabelece no 25 de Abril ser fortemente marcado pela presença de militares que, a despeito das suas posições críticas em relação à guerra, constituíram parte ativa no esforço de guerra e participaram, com todas as implicações, nesse exercício de violência; e, finalmente, o facto de qualquer guerra evocar episódios de excessos e violências e, com estes, complexos processos de atribuição de culpa. Entendo que estes fatores próximos foram particularmente efetivos no silenciamento da Guerra Colonial pelo modo como se articularam com a persistência daquilo a que acima denominei de ‘leituras reconfortantes’ sobre o colonialismo português. Tais leituras reconfortantes não são separáveis daquilo que designo ‘excessos míticos de interpretação’ (Santos, 2013). Refiro-me ao modo como durante longo tempo as representações sobre Portugal se ficaram a dever a mitos que, enquanto objetos de discursos eruditos, são ideias gerais de um país sem tradição filosófica nem científica. O excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do défice de realidade típico de elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho das ideias. Neste particular ganha relevância a recapitulação do mito de Portugal como um país de brandos costumes na forma de um mito mais recente, o lusotropicalismo. A noção de

que a vocação tropical portuguesa estaria na base de um colonialismo de outra espécie, feito de mestiçagem e trocas não violentas, fez do lusotropicalismo uma narrativa útil para legitimar internacionalmente a permanência de Portugal nas ‘províncias ultramarinas’. No entanto, o lusotropicalismo, na continuação do estereótipo do país de brandos costumes, tornou-se uma narrativa inconciliável com o aparato bélico com que durante 13 anos Portugal procurou resistir às lutas de libertação, para mais aliando-se aos regimes abertamente racistas da Rodésia do Sul e da África do Sul do apartheid. O colonialismo português carrega consigo o estigma de uma indecibilidade que deve ser objeto primordial do pós-colonialismo português. No olhar que o Portugal democrático projetou sobre o colonialismo essa indecibilidade foi tentativamente resolvida, se não pelo apagamento da empresa colonial, pelo menos pelo apagamento do que nela houve de violento e racista.

Vista do Sul, a Guerra Colonial reemerge enquanto um longo e complexo processo encetado pelas várias frentes das lutas de libertação, envolvendo muitas alianças que se conformam com aquilo a que chamo ‘cosmopolitismo subalterno’ (ou cosmopolitismo dos oprimidos). Trazer as memórias desses ‘suis’ confrontando-as com silenciamentos, narrativas míticas e pensamentos abissais que subsistem no Norte, é uma forma resgatar as ‘epistemologias do sul’ para que à história da violência não se aponha a violência do esquecimento.

Fruto do diálogo promovido por vários projetos de investigação realizados no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, este livro, ao questionar as macro-narrativas sociais das nações envolvidas, amplia o debate sobre a Guerra Colonial/Guerras de Libertação e convida à complexidade na análise dos conflitos. Constitui, assim, um precioso contributo para a democratização da história recente dos países envolvidos. Sem a democratização da história tudo ficará mal contado, inclusive a história da democracia.

INTRODUÇÃO

O EXERCÍCIO ALCORA NO JOGO DAS ALIANÇAS SECRETAS

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

*Somos irmãos de armas lutando contra um inimigo comum
que tem de ser derrotado.¹*

Há cinco décadas começava a Guerra Colonial portuguesa no palco africano. E muito permanece por dizer sobre os contornos desta guerra e das lutas nacionalistas, assim como das suas implicações geoestratégicas no contexto da Guerra Fria. Este livro tem por objetivo aprofundar os conhecimentos sobre aspetos menos conhecidos dessa guerra, centrando a atenção nos contornos e implicações do *Exercício Alcora*, uma aliança nunca publicamente reconhecida, estabelecida entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal (figura 1). São estes três países que desenvolveram o projeto desta aliança militar e política, firmada em 1970, cujo impacto perdurou para além das independências de Moçambique e Angola.

Procurando sustentar ‘os ventos da mudança’,² a África do Sul tinha construído um cordão de proteção em seu redor, formado por países e colónias governados por regimes brancos minoritários – a Rodésia do Sul, o Sudoeste Africano, e as colónias portuguesas de Angola e Moçambique. Porém, a vaga das independências ia chegando ao Sul de África: a Zâmbia e o Malawi ficaram independentes em 1964, o Botswana e o Lesoto em 1966, e a Swazilândia em 1968. As conquistas económicas e científicas da África do Sul já chamavam a atenção nos anos 60, porém, o sistema económico existente, e que transformou a África do Sul numa economia emergente nos anos 60, estabeleceu relações de dependência

¹ ‘Ponto de vista sul-africano (General Fraser) acerca da conduta geral da campanha no sueste de Angola, de Abril de 1970. MUITO SECRETA’, Arquivo Histórico Militar, Divisão 2, Secção 2, Nr. 9, Cx. 163.

² Alusão ao discurso pronunciado pelo então Primeiro-ministro britânico, Harold Mcmillan, no parlamento sul-africano, em fevereiro de 1960, em que este acentuou a importância das transformações políticas em curso no continente, fruto das independências africanas (Macmillan, 1972).

FIGURA 1
Países do extremo austral de África



económica com os restantes territórios da África Austral. Muitos possuíam extensos contingentes de mão-de-obra migrante laborando nas minas.

Os confrontos de poder nesta região do mundo encontraram reflexo no quadro geopolítico que ali se desenhava. Para muitos, a Guerra Fria é vista como um sistema de manutenção de paz entre dois blocos mundiais, conduzidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Vista desta perspetiva, a história produzida revela-se preñe de silêncios, como acontece em relação ao Terceiro Mundo. Uma leitura superficial da Guerra Fria, como Tony Judt (2010: 378) aponta, não só invisibiliza a maior parte do mundo, como centra este confronto na luta de dois únicos projetos políticos. Ora, o palco africano foi um dos espaços mais devastados pelos conflitos violentos da última fase da Guerra Fria. No contexto da África Austral, associado ao choque de ideologias – que ultrapassou a mera diferença entre o projeto soviético e o projeto ocidental,

como se discutirá adiante – estavam igualmente em confronto vários projetos imperiais (Gleijeses, 2002; Westad, 2007; Onslow, 2009).

A semântica substanciada nos protocolos estabelecidos pelas três partes envolvidas no *Exercício* espelha este confronto. A definição de *países Alcora* referenciava os três países intervenientes neste processo: a África do Sul era independente desde o início do século XX; a Rodésia tinha proclamado unilateralmente a sua independência em 1965; Portugal, confrontado com os ventos da história, reinventou-se como uma nação pluricontinental, composta por províncias metropolitanas e ultramarinas, onde se destacavam Angola e Moçambique.³ Porque as províncias ultramarinas de Moçambique e Angola não eram autónomas, foi introduzido o conceito *territórios ALCORA* para fazer referência integralmente à região de ‘crescente importância estratégica mundial’, sob ameaça do comunismo global: a África do Sul, a Rodésia, Angola e Moçambique.⁴ A documentação consultada⁵ revela ainda a presença da indicação ‘África Austral’, um conceito mais amplo que agregava várias regiões do extremo austral do continente africano: África do Sul, Rodésia e as colónias de Angola e Moçambique (ou seja, regiões governadas por minorias brancas), e as regiões que se iam emancipando do jugo colonial britânico, como o Botswana, o Lesoto, a Suazilândia e o Malawi.

A aliança estabelecida através do *Exercício Alcora*, como revelam os documentos em arquivo, definia como objetivo central combater o comunismo e o seu braço armado na região, os movimentos nacionalistas, cuja luta se expandia.⁶ Como apontam as atas de várias reuniões, na génese desta aliança estava a necessidade de coordenação de atividades que permitissem limitar os movimentos dos grupos independentistas, e preservar um mapa de soberania branca na África Austral. ‘Juntos venceremos’ será a mote que animará esta aliança entre os últimos representantes do poder ‘branco’ na zona austral de África, como vários dos capítulos que integram este volume apontam (veja-se a figura 2).

³ Veja-se a Lei nº 2048, referente à revisão constitucional, promulgada a 11 de junho de 1951. Posteriormente Angola e Moçambique transformar-se-iam em Estados dotados de suposta autonomia – veja-se a Lei nº 5/72.

⁴ ‘Exercício ALCORA. Conceito estratégico militar’, Arquivo da Defesa Nacional, cx. 6179.1.

⁵ Este tema é desenvolvido com maior detalhe nos capítulos de Aniceto Afonso e Amélia Souto, neste volume.

⁶ Vejam-se os documentos do Arquivo da Defesa Nacional, SGDN, nº 464/AU.

FIGURA 2
Exemplo de um dos autocolantes distribuídos
pelas campanhas de informação⁷



O que esta aliança mostra é que as independências políticas não coincidiram com os processos de emancipação política das maiorias africanas. O confronto entre os vários projetos políticos, como se verá de seguida, traduziu-se, como Shubin (2008) sublinha, numa ‘quente Guerra Fria’, embora normalmente estas situações de violência sejam descritas como ‘confrontos periféricos’. Ações terroristas contra estados vizinhos, a persistência de relações de dependência neocoloniais, conflitos étnicos, etc., são ignorados como episódios locais. Porém, como este livro revela, a Guerra Fria manteve-se uma realidade intimamente experimentada por todos os que habitavam o extremo austral de África.⁸ Quando analisado em detalhe, o confronto vivido nesta região – primeiro entre os *territórios Alcora* e os movimentos nacionalistas e, depois, entre a África do Sul do *apartheid* e a Rodésia, sua aliada, e os restantes países –, está repleto de episódios sobre a persistência do impacto da situação colonial nesta região do mundo.

⁷ Imagem gentilmente cedida por Eduardo Roseira.

⁸ Este tema é retomado no último capítulo deste livro.

Neste sentido, a compreensão dos conflitos que marcaram a história do cone austral do continente africano na segunda metade do século XX exige uma abordagem crítica à construção da história – nacional, regional, coletiva, pessoal – e uma análise do porquê de tantos segredos preservados e de tantos mitos intocados.⁹ O desafio aqui constituído é tão mais instigante quando sabemos que ‘proverbalmente, as nações gostam de esquecer os estilhaços das suas guerras passadas’ (Hacking, 1996: 78).

O foco deste livro incide sobre os últimos anos da presença colonial portuguesa no cone austral de África, em Angola e Moçambique, com um duplo objetivo: alargar a discussão pública sobre os episódios de violência que caracterizariam a África Austral a partir dos anos 60 do século passado e, em paralelo, ampliar o estudo dos impactos destes episódios violentos na configuração política regional atual. O abrir deste tema obriga a um alargamento da análise deste período, com caracterizações que permitam avaliar o contexto sociocultural e económico vivido na região.

A noção de memória histórica é, por vezes, confundida com memórias pessoais, individuais, que nada revelam dos projetos políticos das organizações (revolucionárias, algumas) e dos atores que integraram estas lutas. Levando em consideração as narrativas sobre as guerras como construções de significados – em simbiose com as memórias, num processo permeado por valores e relações de poder que dominam contextos sociais específicos –, este livro procura contribuir para completar o puzzle histórico destes conflitos o mais exaustivamente possível, recorrendo, para esse efeito, tanto a documentos como a narrativas pessoais, tanto a fontes bibliográficas como a gravações antigas. Porque

as memórias nunca são meros registos do passado, são antes reconstruções interpretativas que carregam a marca das convenções narrativas locais, dos pressupostos culturais, das formações e práticas discursivas, e dos contextos sociais de recordação e comemoração (Antze e Lambek, 1996: vii).

⁹ Importa, por isso, fazer dialogar a diversidade de frentes de luta que integraram o processo de libertação com as interpretações críticas que lhes estão associadas, para criar uma ideia mais ampla de comunidade e de cidadania. As abordagens oficiais sobre este passado têm sido, neste contexto, bastante diferentes, indo da experiência sul-africana, que integrou uma Comissão de Verdade e Reconciliação, a representações centradas no processo de libertação (luta armada) como núcleo central do desenvolvimento do imaginário nacional (Leys e Saul, 1995; Alexander, McGregor e Ranger, 2000; Mabeko-Tali, 2001; Meneses, 2011). Sobre os debates em Portugal, veja-se o capítulo de Miguel Cardina, neste volume.

Na base deste livro estão várias fontes que, no conjunto, contribuem para a reconstrução desse momento, comum a vários países e experienciado por povos distintos com aspirações diversas. O confronto de fontes complementares traduziu-se numa extensa combinação de informações de arquivo, *média* e entrevistas com pessoal militar envolvido direta ou indiretamente com esta aliança, o que permitiu alargar o escopo da pesquisa para além de uma ‘repetição de traumas e de histórias funestas’ (Jelin, 1994: 53). Finalmente, a investigação que subjaz a este livro revela a distinção entre dois tempos: o tempo em que os factos tiveram lugar e o tempo corrente. Como Beatriz Sarlo (2007) sublinha, a guinada subjetiva do presente marca a intervenção analítica sobre os processos do passado, revelando, em simultâneo, muito sobre o passado mas também sobre as dúvidas que este suscita no presente, associado às realidades que acompanham este passado. Neste trajeto em busca do passado procurou-se, para além do evento – o *Exercício Alcora* –, discutir os roteiros que as alianças geraram até ao presente, tornando a sua análise mais densa (Coelho, 2010).

O direito à história tem vindo nas últimas décadas a ganhar um crescente reconhecimento, apelando a uma análise política das representações construídas. As representações da história medeiam as relações sociais e os processos identitários, sendo instrumentais na criação e gestão identitária, ao determinar, de forma fundamental, que projetos e perspectivas sejam vistos como legítimos e validados através de atos de memória. As múltiplas histórias que o *Exercício Alcora* tem desvelado sugerem percursos distintos, influenciados pela memória social do ‘acontecido’ e pela gestão das repercussões políticas nos diferentes contextos atuais. Estas histórias estão repletas de silêncios que, como recurso a toda uma sorte de arquivos, são problematizados pelos autores nos vários capítulos que integram este volume.

No modo como é revelado o passado, é evidente que a história se transforma num exercício de poder. Os artifícios do poder de narrar transformam uma versão da história na única verdade definitiva, na macro narrativa histórica. As lutas pelas memórias no reconstituir de sentidos e de novos espaços geopolíticos continuam marcadas pelos impactos da fratura abissal colonial moderna (Santos, 2009). Num livro produzido num presente geopolítico, caracterizado pelo evitamento de leituras dialógicas sobre a situação colonial – numa perspetiva multi-escalar (local, regional e global) –, a atenção às alianças políticas e militares confronta a escrita de histórias dos países que, apagando violências e contradições internas, transformam as experiências de guerra numa experiência nacional ‘domesticada’, pressuposto em que assentavam

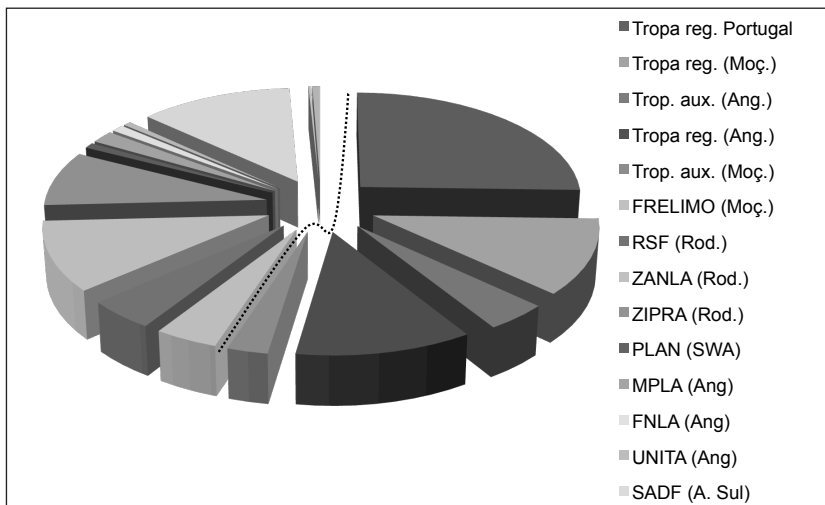
os novos projetos de cidadania. Desta forma o passado transforma-se, como Tony Judt assinala (2002: 157), num outro país, cristalizando-se numa rutura que dificulta enormemente a possibilidade reflexiva e argumentadora sobre a história recente.

A Guerra Colonial faz parte da fundação da realidade sociopolítica do Portugal contemporâneo a que a transição democrática, iniciada com o 25 de Abril, está intimamente ligada. De facto, o 25 de Abril não pode ser analisado dissociado da guerra que, entre 61 e 74, opôs as Forças Armadas Portuguesas aos movimentos nacionalistas independentistas em Angola, Moçambique e Guiné. Nos países africanos de língua portuguesa a Guerra Colonial foi crucial para as independências, tendo repercussões nos longos conflitos que nestes lhe sucederam (Souto, 2007; Afonso e Gomes, 2010). Assim, a compreensão profunda da Guerra Colonial ganha especial relevo numa abordagem crítica à construção de memórias nacionais e numa análise sobre como segredos de tamanha importância viajaram até ao presente. Explorando as linhas de pesquisa sugeridas pelo conhecimento do *Exercício Alcora*, o conflito que opôs Portugal, a Rodésia e a África do Sul aos movimentos nacionalistas emerge como parte de um conflito regional – luta contra independências negras na África Austral –, e como parte de um conflito global – parte do sistema da Guerra Fria na África Austral (Westad, 2007; Shubin, 2008).

Estudar os envolvimento específicos dos *países Alcora* revela a magnitude do conflito e do seu impacto a vários níveis. Portugal ‘pagou’ um preço considerável pela proteção da África Austral do nacionalismo africano (Maxwell, 1985: 530): um exército de duzentos mil homens em África, em 1974, com gastos de defesa que se cifravam nos 425 milhões de dólares (veja-se a figura 3, com uma aproximação ao total de forças envolvidas no conflito, em 1973-74). Na mesma altura, a África do Sul, cujo produto interno bruto era três vezes superior ao de Portugal, teve gastos semelhantes com a defesa e segurança do seu território (incluindo o Sudoeste Africano).

Embora se trate de uma estimativa, porque em muitos casos os dados divergiam bastante e são difíceis de confirmar, a informação recolhida em múltiplas fontes sugere que nos anos 1973-74 o total de forças armadas na África Austral aproximava-se de 260 000. Neste número incluíam-se tanto as forças de defesa e segurança dos *países Alcora*, como dos movimentos que levavam a cabo ações ‘insurgentes’ nesses territórios. Os guerrilheiros, o ‘outro’ lado das forças envolvidas neste conflito, eram definidos pelo *Alcora* nos seguintes termos:

FIGURA 3
1973-74 – Estimativa do contingente de forças armadas (regulares e irregulares)



Fonte: Cruzamento de informações referenciadas em múltiplas publicações.

Insurreto: um indígena [negro] ou nacional estrangeiro [branco, indiano, etc.] não reconhecido como beligerante pela lei internacional, aspirando a derrubar um governo pela força. Em guerra revolucionária, os termos ‘guerrilheiro, revolucionário, terrorista, dissidente e agitador’ são usados de vez em quando para indicar diferenças em relação à oposição.¹⁰

Para perceber o curso e as dinâmicas das lutas no cone austral de África é crucial avaliar o impacto da Guerra Fria sobre as elites no poder nos *territórios Alcora* e as suas respostas às ações militares insurgentes levadas a cabo pelos vários movimentos nacionalistas e de libertação nacional. Ambos os lados se socorriam de apoios internos e externos de molde a reforçar as suas posições. Especificamente no caso de Portugal (nos palcos de guerra de Angola e Moçambique), e como os dados sugerem, os seus soldados mobilizados correspondiam a cerca de metade do contingente (incluindo-se nesta avaliação quer as tropas formais, quer as irregulares).¹¹

¹⁰ ‘Acta da 1ª Reunião do Exercício Alcora’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 7B, Série 44, Cx. 370, nº 16.

¹¹ Este tema é abordado em detalhe no capítulo de Carlos Matos Gomes, neste volume.

O ‘peso’ da guerra no desgaste da capacidade financeira e humana de Portugal (metropolitano e ultramarino) era óbvio em 1974. À beira de perder o controlo da guerra em Angola e Moçambique, Portugal via-se obrigado a transferir para a África do Sul a capacidade de dirigir e orientar o uso das forças militares no terreno. Confrontada com a incapacidade de Portugal em continuar a jogar um papel de liderança na luta contra o terrorismo na África Austral, a África do Sul, em 1974, atribuiu-se o papel de liderança – financeira e humana – deste conflito (Morris, 1974; Flower, 1987). Ou seja, a solução para o conflito mantinha-se militar, insistindo-se no modelo inspirador do *Alcora* – uma *Commonwealth* para defender os interesses do projeto da minoria branca. O Primeiro-ministro sul-africano, Balthazar Johannes Vorster,¹² com o apoio de Ian Smith,¹³ chefe do governo rodesiano, estava apostado em manter os conflitos centrados a norte do Zambeze, tendo este último afirmado: ‘quanto mais para norte pudermos conter a linha de defesa contra os comunistas, melhor’.¹⁴ Para realizar esta operação, e como várias fontes referem, o governo sul-africano preparava-se para mobilizar

[...] até cem mil homens, brancos, para a constituição de brigadas mistas, altamente móveis, prontas para intervir em qualquer ponto de Angola e Moçambique, não requerendo de Portugal mais do que um contributo diminuto, e o empenho de algumas companhias de comandos e pára-quedistas (Guardiola, 2009: 21-22).

Uma das questões que continua por deslindar é o que aconteceu a estes homens, treinados e preparados para intervir no palco de guerra, com a rápida transição para as independências de Angola e Moçambique, países cujos novos governos se opunham às propostas políticas do governo sul-africano. Num outro plano, e contrariando leituras triunfalistas sobre o sucesso militar português nas frentes de Angola e Moçambique, este livro traz para o debate

¹² Também conhecido como B. J. Vorster, foi um político nacionalista da direita sul-africana, que serviu como Primeiro-ministro entre 1966 e 1978. Posteriormente foi eleito Presidente, (1978), tendo sido afastado do cargo em 1979 na sequência de um escândalo.

¹³ Ian Smith foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e um defensor acérrimo do poder branco. Em 1965 declarou a independência unilateral da Rodésia, tendo-se mantido à frente do governo da Rodésia até à transmissão de poderes para a maioria negra.

¹⁴ Conferência de imprensa de Ian Smith no castelo de Engelenburg em Brummen, Holanda, em 21 de abril de 1977, editada por R. Allport. Disponível em <http://www.rhodesia.nl/smithpc.htm>, e consultado em 10 de outubro de 2012.

dados que sugerem uma análise mais sofisticada desta guerra, dos contextos em que ela se desenvolvia, e dos territórios envolvidos. E desta forma, este livro procura contribuir para ampliar o estudo sobre o tema da guerra colonial/nacionalista. Especificamente, procurou-se, em primeiro lugar, identificar atores (institucionais e/ou individuais) escondidos ou esquecidos, cujos relatos e percursos desafiem as narrativas estabelecidas de um Portugal *orgulhosamente só*.¹⁵ Esta convocação nacionalista, lançada pelo Estado Novo, é ainda frequentemente conotada com a opção política externa (isolamento nas Nações Unidas, por exemplo) e com o esforço de guerra nas colónias africanas (Nogueira, 2000b: 7-8). Esta campanha de propaganda ideológica sobre o suposto isolamento de que Portugal era vítima contradizia a realidade, pois Portugal contava com uma rede internacional de apoio.¹⁶ Do ponto de vista político, era útil apostar na superioridade moral e política de Portugal no Ocidente, onde a frente da Guerra Colonial representava uma trincheira de luta ‘para preservar a civilização ocidental dos bárbaros que ameaçam subverter o mundo’.¹⁷ E o *Exercício Alcora* integrava uma componente de propaganda,¹⁸ buscando convencer as nações africanas e o mundo livre de que o que estava em causa era a sobrevivência da África Austral (Guardiola, 2009). Este livro deseja retomar temas que caíram no esquecimento, para compreender de modo mais detalhado os contornos político-militares que marcaram a participação de três forças políticas – África do Sul, Rodésia e Portugal – no *Exercício Alcora* e a continuidade, se a houve, destas alianças. Imbricando os palcos da Guerra Colonial de Moçambique e Angola num conflito mais amplo, o estudo deste pacto permite aprofundar os conhecimentos sobre o tabuleiro geopolítico no qual a Guerra Colonial portuguesa foi parte de uma África Austral imaginada e dos interesses da Guerra Fria (Cann, 1998; Correia e Verhoef, 2009; Onslow, 2009).

¹⁵ A mesma referência estava presente no imaginário rodesiano. Uma das suas músicas mais famosas – *Os Rodesianos Nunca Morrem* – assevera no refrão, ‘se tivermos de continuar sós, continuaremos, e com muito orgulho.’

¹⁶ Especialmente entre os seus aliados ocidentais, dentro da NATO (Cann, 1998, 2001).

¹⁷ ‘Informação do coronel G. L. Faria, Tete, Moçambique, ao brigadeiro K. A. Radford, Salisbúria, Rodésia, de 13 de Abril de 1970’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 63, Série 31, Cx. 980 (1).

¹⁸ ‘Propaganda ostensiva da África do Sul e Rodésia em Moçambique’, SGMN, documento nº 28, Arquivo da Defesa Nacional, nº 4413.5.

Finalmente, nos contextos de Angola e Moçambique, um conhecimento aprofundado sobre a relação entre a Guerra Colonial e as lutas nacionalistas ganha relevância numa aproximação crítica à construção de memórias nacionais em todos os países envolvidos. Este estudo revela-se, assim, fundamental para compreender as raízes das crises sociais e políticas atuais destes países africanos que conquistaram a independência. Como vários autores sugerem,¹⁹ muitos dos problemas resultantes de eventos formalmente considerados como descontentamento civil (ou guerra civil) na África Austral são reflexo de opções políticas que envolveram diversos atores hoje virtualmente esquecidos. Quem eram os ‘inimigos’ que estavam na origem da constituição do *Alcora*? Quem beneficiou desta aliança? Que memórias existem desta guerra feita de guerras? Que se sabe sobre os atores que nelas participaram, sobre as razões da sua presença, sobre os projetos políticos que defendiam?

Falar de heranças coloniais sugere a necessidade de reconhecer esta história partilhada das relações coloniais, embora esta herança não seja sempre reconhecida, formal e historicamente, pelos seus potenciais herdeiros. A história recente dos países que integraram o *território Alcora* mostra os problemas associados à tentativa de construção de uma historiografia que discuta, de forma partilhada, as memórias deste evento que marcou a região; na atualidade prevalecem as narrativas históricas nacionais desenvolvidas sobre o denominador comum – um mesmo território e um mesmo conflito –, seja a Guerra Colonial na etapa final da colonização imperial portuguesa, seja o processo que conduziu à independência nacional de Moçambique, Angola, Namíbia ou Zimbábue; ou, ainda, o impacto de uma ausência reflexiva sobre a ‘verdade’ acerca da intervenção militar hegemónica sul-africana na região. Estas várias histórias, no seu conjunto, expõem percursos distintos e atores diversos, influenciadas pela memória social do ‘acontecido’ e pela maneira como esta é gerida politicamente.

No seu todo, este livro abre o campo para o questionamento de algumas das macro narrativas oficiais sobre a década de 1970, quer na esfera pública e historiográfica portuguesa, quer na dos países da África Austral. Isto permite ampliar o debate sobre este momento histórico, mediando a relação entre experiências dos que o viveram e as marcas daí resultantes.

No capítulo 1, Miguel Cardina centra-se no modo como a violência tem sido recuperada enquanto indicador da natureza repressiva dos regimes totalitários

¹⁹ Veja-se Guerra, 1988; Davies, 1989; Minter, 1998a; Coelho, 2009 e Saunders, 2011.

do século XX. Com especial ênfase na ditadura portuguesa, o autor enfatiza, por um lado, a relevância de um olhar atento às diferentes emanções da violência, que se opõe ao esquecimento tantas vezes perpetrado. Por outro lado, procura mostrar que a memória da violência não existe só em relação às vítimas, mas, também, em relação à resistência de quem ousou desafiar as diferentes formas de totalitarismo.

No capítulo 2, Maria Paula Meneses confere atenção à violência que atingiu a África Austral na segunda metade do século XX. Por um lado, estamos perante uma história de violência que não é separável dos dois projetos expansionistas celeberrimamente opostos – o bloco capitalista e o bloco socialista – que se contenderam no pós II Guerra Mundial. Por outro lado, como a autora sublinha, as dinâmicas político-militares da região jamais poderão ser apreendidas sem uma atenção a outras historicidades e confrontos; em particular às agendas nacionalistas dos movimentos independentistas negros e a um ambicioso projeto – liderado pela África do Sul – de hegemonia branca, capaz de garantir a dominação colonial no extremo Sul do continente.

No capítulo 3, Maria Paula Meneses e Catarina Gomes analisam o retorno à metrópole de milhares de portugueses vindos das ex-colónias de África. A análise a esta vaga populacional suscita uma revisitação da questão da identidade de *retornado*, e um olhar aos percursos dos sujeitos socialmente inscritos nesta categorização histórica. Por outro lado, a análise da especificidade das colónias de povoamento, casos de Angola e Moçambique, é tida como decisiva para uma compreensão mais complexa de processos como as guerras coloniais, a ‘descolonização’ e as independências.

No Capítulo 4, Aniceto Afonso oferece um retrato das processualidades atinentes à constituição e sedimentação do *Exercício Alcora*. Como o autor demonstra, a aliança firmada entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia assumia um crescente aprofundamento no final da Guerra Colonial portuguesa. Pela análise do autor fica claro que o compromisso político e a interdependência militar – sob a liderança da África do Sul – implicados por esta aliança, se mostravam inamovíveis e, não fosse o 25 de Abril, teriam sido ainda mais centrais na continuação do esforço de guerra português.

No capítulo 5, Carlos de Matos Gomes explica os antecedentes e fatores decisivos na base do recrutamento local de soldados para o Exército Português – e a concomitante ‘africanização na guerra’. A partir de uma atenta análise aos números – que traduzem um aumento dramático do recrutamento local durante a guerra – e às diferentes estratégias que foram compondo as forças

militares (e paramilitares) portuguesas, o que o autor estabelece permite-nos prefigurar a violência que assolou as ex-colónias após as independências.

No capítulo 6, Amélia Neves de Souto procede a uma exaustiva análise da documentação em que se espelham as trocas diplomáticas e as ponderações político-militares que estiveram na origem do *Exercício Alcora*, e que ajudam a compreender os termos em que se constitui um desígnio comum substanciado na *Doutrina ALCORA*. Projetando um retrato mais próximo da lógica estratégica e operacional da guerra, a autora dedica-se ainda a analisar de que modo esta aliança entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal se repercutiu na contenda em território moçambicano.

No capítulo 7, Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins mostram como o projeto de uma hegemonia branca substanciado no *Exercício Alcora* haveria de produzir efeitos muito para além do fim da Guerra Colonial portuguesa. Os conflitos que continuaram a visitar a África Austral – por exemplo, nas ditas guerras civis – convocam as dinâmicas que nos remetem para as dinâmicas da Guerra Fria, mas que jamais serão inteiramente explicados sem termos em conta os sonhos coloniais que se aliaram, até ao fim, contra os ‘ventos da mudança’.

VIOLÊNCIA, TESTEMUNHO E SOCIEDADE: INCÓMODOS E SILÊNCIOS EM TORNO DA MEMÓRIA DA DITADURA

Miguel Cardina

No seu mais recente livro, intitulado *L'Histoire Comme Champ de Bataille* (2011), Enzo Traverso efetua uma reflexão sobre a 'Europa e as suas memórias'. O historiador italiano radicado em França evidencia aí como o olhar retrospectivo sobre um século XX feito de guerras, totalitarismos e genocídios proporcionou a emergência de uma nova figura: a figura da vítima. 'Discretas e púdicas', as vítimas correspondem pois a uma 'nova sensibilidade' num tempo em que a dimensão ontológica do futuro aparece como substancialmente rasurada – o tempo do 'presente contínuo' para Eric Hobsbawm (1995: 15) ou do 'presentismo' para François Hartog (2003). Tantas vezes esquecidas nos períodos imediatamente a seguir aos grandes episódios de violência que povoaram o século passado, as vítimas transportam hoje consigo uma espécie de autoevidência que – na sua busca de retirar do silêncio estas franjas de vencidos – constrói leituras do passado que recolocam na sombra outras memórias. Recorrendo às palavras de Enzo Traverso, atualmente vivemos num tempo onde

a memória do Gulag se sobrepõe à memória das revoluções, a memória do Holocausto substitui a memória do antifascismo, a memória da escravatura substitui a memória do anticolonialismo. Tudo se passa como se a lembrança das vítimas não pudesse coexistir com os seus combates, as suas conquistas, as suas derrotas (2011: 265).

Seguindo esta leitura, poderíamos dizer que boa parte dos discursos sobre as vítimas não as consideram apenas como homens e mulheres sujeitos à dor, à perda, à morte, ao exílio ou ao terror; foram homens e mulheres sujeitos à dor, à perda, à morte, ao exílio ou ao terror, mas vistos como tendo sofrido tudo isso de maneira inocente e exterior aos mecanismos produtores de violência. A muitos foi precisamente isso que aconteceu – sobretudo nos processos massivos de repressão. Mas outros, como lembra a citação de Traverso, foram

vítimas precisamente porque resistiram aos poderes instituídos com a plena consciência das consequências que poderiam advir dessa escolha. De facto, a percepção disso é fundamental para se conseguir captar o modo como percursos individuais, utopias políticas e formas repressivas se entrelaçaram problemáticamente no nosso passado recente.

A título ilustrativo, recordo o modo como vários antigos presos africanos no Tarrafal relatam a sua experiência no filme *Tarrafal. Memórias do Campo da Morte Lenta* (2010), de Diana Andringa. Num dos excertos mais emocionantes, o cabo-verdiano Jaime Schofield diz o seguinte:

Homenagear os presos não tem de ser essa coisa triste, pesada. Também é, houve tristeza, aviltamento, sofrimento. Mas isso não é o mais importante. O mais importante não é eles tentarem-nos matar; o importante é a recusa à morte lenta. No Tarrafal reinventámos a vida. Sempre.

O facto do excerto de Jaime Schofield priorizar a resistência em detrimento da repressão – ou seja, a capacidade de reinventar a vida quando a morte era uma ameaça constante – permite-nos uma outra leitura do conceito de ‘preso político’ que se afasta da ideia generalizada do preso como ‘vítima’. Em sentido etimológico, *victus*, a vítima, é aquela que está vencida, dominada. É aquela ou aquele que sofre uma agressão externa, que é objeto de um ato cuja dinâmica não controla ou que dificilmente prevê. Que é, portanto, inocente, despotenciado e passivo.¹ No entanto, e como nos mostra o filme, mesmo num ambiente concentracionário como era o Campo de Chão Bom, no Tarrafal, as vítimas não só sabiam porque ali estavam como se reconstruíam constantemente enquanto lutadores independentistas em pequenos gestos do quotidiano, nas chamadas ‘palestras’ políticas que limitadamente faziam, nas afrontas possíveis e por vezes mínimas ao poder colonial que os encarcerava.

¹ Não é isso que transparece nas palavras de Jaime Schofield nem na história contada mais à frente pelo guineense Augusto da Graça. Depois de lembrar que os maus tratos físicos e psicológicos faziam parte de um plano premeditado para quebrar a força anímica dos detidos, recorda que todos os anos eram chamados os presos para ver se estavam arrependidos. Segundo ele, a tónica do que diziam era sempre a mesma: ‘Não fizemos nada. Reclamar os nossos direitos não é crime’. O que se tratava, portanto, não era de evocar ‘inocência’ *tout court*, mas de recusar um alinhamento jurídico e político que transformava em delito o que era considerado uma justa aspiração.

A reflexão em torno da ideia de vítima remete para os debates sobre a violência e para o modo como ela recorrentemente surge no papel de barômetro definidor de um dado regime ou contexto político. Assim, e com referência ao caso português, são frequentes as menções quantificadoras – sobre o número de assassinados pelas forças policiais, por exemplo – que visam mostrar como a ‘ditadura’ teria sido, na verdade, uma ‘ditabranda’. No mesmo sentido laboram as visões recorrentes de um colonialismo português tolerante, de coloração lusotropicalista e menor apetência racista. A justeza dessa caracterização é desde logo posta em causa pela longa submissão e exploração das populações locais, bem como pelo grau de violência aplicado nos massacres que atingiram a população negra antes e depois da guerra – Batepá (São Tomé, 1953), Pidjiguiti (Guiné, 1959), Mueda (Moçambique, 1960), Baixa de Cassange (Angola, 1961), Wiriamu (Moçambique, 1972). Por outro lado, há que notar como a questão da violência surge, não como anomalia, mas como mecanismo colocado no próprio âmago do colonialismo. Voltando aos documentários de Diana Andringa, há um deles – *Dundo. Memória Colonial* (2009) – onde duas imagens quase inócuas nos dão conta dessa violência estrutural. Numa delas, vemos a análise diferenciada de sangue de negros e de sangue de brancos num laboratório estatal; numa outra, um coro de jovens negros angolanos procura cantar afinadamente um estranho *Josezito, já te tenho dito*.² A violência, aqui, não é a violência que produz guerra e morte, mas é a violência de quem se entende como portador de uma superior civilização, língua, cultura, religião, modo de vida, sangue ou cor da pele.

Como referi, a temática da violência – e da sua ‘quantificação’ – tem sido usada na caracterização e diferenciação das ditaduras. É evidente que, se comparado com ditaduras de tipo fascista surgidas na mesma altura, o Estado Novo não apresenta o ‘culto da violência’ que algumas delas apresentavam. Por outro lado, o regime também não aplicou uma repressão extrema e de massas – se nos confinarmos, claro, ao atual território nacional e à resistência política mais ou menos organizada. No entanto, e como Fernando Rosas explica no prefácio de *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política* (2007), a invenção de um ‘violenciómetro’ não nos resolveria a tarefa de categorização das ditaduras. Isto porque nas ditaduras de tipo fascista, como as que emergiram entre a I e a II Guerra Mundial, enquanto forma de superação e negação do

² Canção infantil popular portuguesa (nota dos organizadores).

Estado liberal, a violência é ‘potencialmente irrestrita’ e o seu grau e extensão varia de acordo

com as distintas características que esses regimes assumiram em cada formação social concreta e de acordo com as circunstâncias históricas e o caldo de cultura específico que condicionaram a sua evolução (Rosas, 2007: 24).

Ancorada na censura, na limitação das liberdades e na criminalização do político, a ditadura não deixou de atender ao que Diego Palacios Cerezales denominou ‘dilema da ordem pública’ (2011: 16), ou seja, o balanceamento circunstancial entre reprimir e não reprimir tendo em vista os custos que daí adviriam. Já Hermínio Martins, num texto escrito em 1998, mencionara o ‘coeficiente óptimo de terror’ que o Estado Novo soubera aplicar, e que consistia em dosear a violência de modo a que se propagasse um efeito dissuasor (Martins, 1998). De um outro modo, também Fernando Rosas, no prefácio já referido (2007: 26-30), apontou a cuidadosa gestão feita pelo regime entre ‘violência punitiva’ e ‘violência preventiva’, notando como ambas se calibravam de acordo com as circunstâncias e as possibilidades. A primeira seria a forma mais constante e menos evidente de violência política, e sustentava-se na intimidação, na dissuasão e no medo. Neste campo jogaram um papel essencial a Igreja Católica – sobretudo até à década de cinquenta –, o aparelho censório e os organismos estatais de inculcação ideológica. Aqui se traçava um ‘primeiro círculo de segurança que toda a gente que não quisesse correr sérios riscos ou arranjar problemas graves, interiorizava não poder pisar’ (ibidem: 27). O segundo domínio da violência – o da repressão direta – agia sobre um número mais escasso de indivíduos e servia-se de uma rede própria: a PIDE/DGS,³ a PSP,⁴ a GNR,⁵ a LP,⁶ os tribunais especiais, as prisões e os campos de concentração, bem como por uma legislação penal que permitia uma série de arbitrariedades.

³ PIDE/DGS – a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posteriormente Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), seria transformada, em 1969, na Direção Geral de Segurança, mantendo, contudo, o papel de polícia política no Portugal colonial-fascista. Foi extinta após o 25 de Abril de 1974 (nota dos organizadores).

⁴ PSP – Polícia de Segurança Pública em Portugal (nota dos organizadores).

⁵ GNR – Guarda Nacional Republicana, estrutura policial portuguesa que está submetida aos regulamentos e organização militares (nota dos organizadores).

⁶ LP – Legião Portuguesa, organização nacional, integrando uma milícia, que funcionou durante o período do Estado Novo, tendo sido extinta com o 25 de Abril (nota dos organizadores).

Na verdade, é o esquecimento ou a desconsideração deste quadro que permite manter ainda hoje uma leitura da violência na ditadura portuguesa que a associa à ideia de ‘excesso’. A violência, quando teria irrompido, seria o resultado de uma anomalia, de um desregramento, de um abuso mais ou menos circunstancial. Esta ideia é particularmente notória na visão de um certo senso comum que associa a perfídia do colonialismo à maldade racista de alguns colonos – e não a uma segregação e opressão estruturalmente fundada – ou que entende a relação entre o aparelho repressivo do regime e as oposições à luz da frase de Salazar acerca do caráter profilático de uns ‘safanões a tempo’.

Se analisarmos com alguma atenção o *modus operandi* da PIDE/DGS, notamos como esta leitura se revela insuficientemente adequada à realidade. A administração das torturas, por exemplo, não resultava de um desvario momentâneo ou do excessivo rigor punitivo de um ou outro inspetor mais severo. As torturas eram pensadas, aprendidas e medicamente acompanhadas. Assumiam uma inquestionável centralidade, ainda que não fossem estáticas ou universais: evoluíram com os anos, distinguiam a classe ou o estatuto social do preso, e tiveram diferente intensidade em Portugal e nas colónias. Trabalhos académicos como os de Irene Pimentel (2007a) ou Dalila Cabrita Mateus (1999) – e, de outra forma, filmes como 48 (2009), de Susana de Sousa Dias – permitem perceber como a tortura se modelou com o tempo, mas também diante da escolha política, da classe ou da raça.

Se a tortura não deixou de ser um pilar importante na durabilidade do regime, a sua relação intrínseca com as dinâmicas de perseguição política não é apenas negada pelos executores efetivos e morais. A própria consulta aos arquivos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, é uma viagem perturbadora a essa omissão.⁷ Das largas dezenas de autos de declarações consultados no âmbito de um trabalho académico sobre o maoísmo português entre 1964 e 1974 (Cardina, 2011), não detetei uma única referência à tortura. Nos processos-crime, a denúncia de sevícias policiais aparece por vezes, e muito brevemente, no relatório que fazia a súmula do julgamento, no espaço das intervenções dos réus. E também surge em alguns documentos coetâneos que descrevem torturas, emanados pelas organizações perseguidas ou por estruturas como a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, bem como em algumas memórias publicadas e alguns (não muitos) trabalhos sobre o assunto.

⁷ Irene Pimentel (2007a: 13-16), no seu estudo sobre a PIDE/DGS, evidencia também essa perturbadora rasura, ainda que manifeste reservas quanto ao uso da história oral.

Este quadro de escassez de referências mostra como o testemunho de quem sofreu a experiência da tortura e do cárcere é sem dúvida uma fonte importante no trabalho de desocultação dessas persistentes manchas de silêncio.

Contudo, esse desígnio – que tem simultaneamente um valor metodológico e ético – enfrenta algumas dificuldades. No âmbito do trabalho mencionado, tive igualmente oportunidade de recolher perto de uma centena de entrevistas e depoimentos. Nos casos em que estes antigos ativistas haviam sofrido experiências de tortura, poucos se dispuseram a falar dessa questão, contornando-a explícita ou implicitamente. Aqueles que sobre ela falaram, fizeram-no muitas vezes de maneira indireta ou rígida – com expressões como ‘já tinha lido sobre o assunto, mas estar lá é diferente’ ou informando, sem mais, dos tipos de tortura a que foram submetidos e do número de dias que a sofreram. Houve mesmo quem tenha colocado o tabu sobre o tema como contrapartida para a conversa, estipulando um espaço de resguardo íntimo que se tratava de manter inviolável. Efetivamente, e tal como Michael Pollak enunciou nos seus estudos com mulheres que estiveram em campos de concentração nazis, o silêncio pode não ter origem no esquecimento, mas sim na lembrança de um episódio traumático que se decide não exprimir por palavras, e que participa naquilo a que Pollak (1993) chama ‘gestão do indizível’.

Na verdade, para se perceber o modo como em Portugal se tem lidado com a memória da ditadura e da repressão, é conveniente lançar o olhar para o período imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974. Com efeito, a memória dos oprimidos e dos resistentes à ditadura emergiu como um dos signos legitimadores do conflitual processo de mudança política em curso logo após a sublevação.⁸ Como sabemos, o golpe fora militar mas rapidamente foi substituído por uma dinâmica revolucionária – processo que demonstra a fragilidade de um regime desgastado pela guerra mas também a capacidade em anos anteriores das diferentes oposições, pelo menos em determinadas áreas marcantes, conquistarem a hegemonia política e intelectual. Assim, se a lei 1/74 depõe o anterior poder político e se de seguida são publicados decretos-lei que extinguem a Acção Nacional Popular,⁹ a Legião Portuguesa,

⁸ Não existem muitos estudos que nos permitam conhecer a forma como o novo poder democrático lidou com o passado ditatorial. Destaque-se Costa Pinto, 2004; Raimundo, 2007 e, Rosas *et al.*, 2009: 21-270.

⁹ Organização política portuguesa do período do Estado Novo, inicialmente como União Nacional e, posteriormente, após reorganização desta, como ANP (nota dos organizadores).

a Mocidade Portuguesa¹⁰ e a DGS, acontece também que a ação popular mais ou menos espontânea antecipou ou deu outra forma a algumas destas medidas. Foi isso que emblematicamente aconteceu com o assalto à sede da PIDE/DGS, que acelerou o desmantelamento da estrutura, mas também abriu caminho à preparação de processos para futuros julgamentos de funcionários e colaboradores da PIDE. Esta foi, como se sabe, uma história sinuosa, só tarde (julho de 1975) se produzindo legislação específica para o efeito e cedo (na sequência do 25 de novembro) a iniciar-se o recuo deste processo de responsabilização judicial.¹¹

A partir de meados da década de oitenta, e nomeadamente com a emergência do cavaquismo, viria a afirmar-se uma leitura política conservadora relativamente ao 25 de Abril e também à memória do antifascismo. Essa leitura matiza a valorização genérica do 25 de Abril com a observação do período aberto com a revolução como uma espécie de ‘desvario’ corrigido pelo golpe de 25 de novembro, tendência que foi alvo de minucioso estudo de Luciana Soutelo (2009). Nessa revisão paulatinamente tornada dominante, a democracia política é colocada em contraposição à revolução, construindo uma leitura sobre o passado que entende a democracia como constituída *apesar* da revolução, e não como resultado desta, e que considera 1974/75 como um parêntesis perturbador de uma ‘transição’ que, segundo algumas interpretações, o próprio marcelismo se encontrava já, no essencial, habilitado a fazer.

Se a concessão de pensões a ex-PIDES e a sua presença em debates públicos televisivos motivou ampla discussão na década de noventa, um outro debate – sobre a forma como o Estado democrático deve lidar com a memória da ditadura – eclodiu em 1996, no contexto da proposta que visava a devolução aos titulares de cartas, fotografias e outra documentação do género apreendida pela PIDE/DGS.¹² No projeto-lei defendia-se a reserva

¹⁰ Organização juvenil do Estado Novo (nota dos organizadores).

¹¹ A instituição tinha 2126 funcionários e cerca de 20 000 informadores. Segundo Irene Pimentel, dos 6215 processos de elementos da PIDE/DGS instruídos, 1089 foram levados a cabo, correspondendo portanto a cerca de 30%. A grande maioria teve penas que não excederam o meio ano de prisão (Pimentel, 2007b).

¹² Os arquivos da PIDE/DGS começaram por estar à guarda da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, que passou a depender do Conselho da Revolução em dezembro de 1975. O Conselho da Revolução extinguiu-se em 1982 e, dois anos depois, os arquivos passaram para tutela parlamentar. Em 1990 foram transferidos para o Arquivo Nacional na Torre do Tombo.

da intimidade da vida privada, violada pela polícia política, e que o Estado democrático de certo modo estava a prolongar ao manter-se na posse desses documentos. O problema da conservação do direito à memória, segundo esta posição, ficaria salvaguardado caso os arquivos mantivessem a posse de cópias dos documentos levados pelos 'titulares'. Para os defensores da manutenção do arquivo, estava a destruir-se o valor histórico e arquivístico do acervo sem que daí relevasse benefício significativo para os titulares, que poderiam pelo contrário aceder e fotocopiar os processos e manter os originais à guarda da Torre do Tombo. Para os adeptos desta posição, era nas regras de consulta que se deveria defender a intimidade, estabelecendo restrições que limitassem a consulta consoante se tratasse do próprio ou de um investigador (Costa, 2000). Foi esta última posição que acabou por prevalecer e hoje são cada vez mais os trabalhos de história contemporânea fortemente ancorados nos arquivos da PIDE/DGS. Dados recolhidos em 2008 referem 21 mil pedidos de consulta de processos da parte de titulares, familiares e investigadores.

Se a memória da ditadura e da resistência é estruturante das narrativas democráticas pós-25 de Abril, a verdade é que foram poucos os movimentos sociais especificamente constituídos para a recuperação e dinamização dessa memória. Após a extinção de estruturas como a AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas) e o Tribunal Cívico Humberto Delgado, só a URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) permaneceu durante décadas como estrutura dedicada a esse desígnio concreto. Em 2005, já numa nova conjuntura, viria a ser criado o Movimento Não Apaguem a Memória, constituído na sequência de um protesto contra a transformação em condomínio fechado do edifício na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, onde funcionava a sede da PIDE/DGS.

A partir de 2007 o movimento ganhou forma jurídica, transformando-se em associação e granjeando alguma capacidade de influência pública. Um exemplo disso foi a participação no desencadeamento de um processo que em 2008 fez aprovar por unanimidade, na Assembleia da República, uma resolução parlamentar que recomenda ao governo que 'crie condições efectivas, incluindo financeiras', que tornem possível uma série de medidas (cito) destinadas a divulgar 'às futuras gerações (d)os combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia'. Entre elas, consta a constituição de roteiros, a promoção nas escolas dos valores da democracia e da liberdade, o 'apoio a programas de investigação dedicados ao Estado Novo'

e a prometida criação de um grande museu nacional da resistência na antiga cadeia do Aljube.¹³

A inexistência de um museu significativo dedicado à resistência e à repressão no Estado Novo surge entre nós como uma lacuna ruidosa, a descompasso do que vai acontecendo na generalidade dos países que lidaram com mudanças políticas e legados ditatoriais (Costa Pinto, 2004). Importa notar que a Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo – criada em 1977 e que tinha acesso aos arquivos das instituições de repressão para denunciar atos ilícitos da ditadura – foi dissolvida em 1991 declarando uma vontade não concretizada de impulsionar a criação de um museu da resistência. Na década de 1990, a Câmara Municipal de Lisboa viria a construir a Biblioteca-Museu República e Resistência, que possui na verdade as funções de biblioteca e de arquivo sobre a I República e o Estado Novo, algo que também acontece com o Centro de Documentação 25 de Abril (da Universidade de Coimbra) e com o arquivo da Fundação Mário Soares. Existe ainda um pequeno espaço museológico no Forte de Peniche, com evidentes limitações estéticas e documentais. Assim sendo, o projetado museu no Aljube poderá vir a preencher um espaço há muito reivindicado e a servir de esteio a atividades pedagógicas e de investigação no âmbito da história contemporânea.

O desconhecimento da repressão no Estado Novo e da luta pela democracia foi apresentado, aliás, como um dos motivos que explicaria a vitória de Salazar – símbolo do Estado Novo – no concurso *Grandes Portugueses*, exibido no principal canal da RTP, entre 2006 e 2007. No que concerne à figura do ditador é interessante notar como a sua evocação, mais do que o resultado de uma difundida visão positiva do seu legado, aparece sobretudo como símbolo mais ou menos neutro de uma época para a qual se olha amiúde com um olhar nostálgico. É isso que ajuda a explicar os vários livros que ostentam o seu nome no título, desde romances a relatos sobre a sua vida íntima, passando

¹³ Explicita-se ainda a constituição de roteiros da liberdade e da resistência; o apoio a programas de investigação dedicados ao Estado Novo; no campo do ensino, a promoção dos valores da democracia e da liberdade através de um melhor conhecimento da nossa história contemporânea; o desenvolvimento de políticas de cooperação que tratem da preservação de património de luta comum pela liberdade, como no caso do campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde; a edificação de um memorial em Lisboa e a valorização do Museu da Resistência instalado na Fortaleza de Peniche. Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008.

por biografias ou livros sobre o século XX português, e que em alguns casos apenas lhe parecem fazer referência por uma questão de marketing editorial.¹⁴

De facto, o interesse pela figura e pelo nome de Salazar contrasta com algum desinteresse sobre a dimensão repressiva e ditatorial do Estado Novo e a realidade da guerra colonial em África. Esse ‘acontecimento traumático por excelência’, como lhe chamou Luís Quintais (2000: 87), tem recebido em Portugal, curiosamente, menos atenção do campo historiográfico do que do campo literário, onde têm aparecido várias obras dedicadas às memórias africanas e às vicissitudes da guerra, com abordagens que vão desde a crítica à nostalgia do colonialismo.¹⁵

Esta amnésia pública foi muito evidente em 2009, num outro concurso, neste caso na eleição das ‘sete maravilhas de origem portuguesa no mundo’. Aqui se traçava um retrato de alguns dos edifícios em jogo – como as fortalezas de São Jorge da Mina, da Ilha de Moçambique ou da Cidade Velha da Ilha de Santiago, em Cabo Verde – que omitia totalmente o facto de terem estado diretamente relacionados com o tráfico de escravos. O fenómeno motivou um abaixo-assinado de protesto por parte de alguns historiadores, ao qual a organização respondeu tratar-se de um mero concurso, explicando que no fundo os subscritores visavam apenas denegrir o passado português. Um passado que se apresentava ali extirpado de inconveniências e publicamente moldado como se de um inócuo cartaz turístico se tratasse.¹⁶

Terminaria recorrendo a uma distinção esboçada por Enzo Traverso, autor que abre esta reflexão num outro livro, intitulado *O Passado, Modos de Usar* (2012). A dado passo da obra, Traverso distingue entre ‘memórias fortes’ e ‘memórias fracas’ (71-87). As primeiras seriam as memórias comemoradas, publicitadas e frequentemente acolhidas pelo Estado; as segundas seriam as memórias minoritárias, subterrâneas e geralmente arredadas do espaço público.

¹⁴ Este aspeto fora já realçado por Nuno Domingos e Victor Pereira (2010: 7-8).

¹⁵ Veja-se Peralta (2011: 11). Sobre a imagem de África e do Império na literatura portuguesa, veja-se Ribeiro (2004). Sobre a ‘memória poética’ da guerra, veja-se Ribeiro e Vecchi (2011).

¹⁶ Sobre o assunto, veja-se Domingos (2009: 24). É de notar que parte dos trabalhos historiográficos de qualidade sobre a Guerra Colonial têm sido feitos no exterior da academia. É o caso de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (2010); por outro lado, saliente-se o impacto mediático da notável série *A Guerra*, de Joaquim Furtado, exibida em horário nobre pela RTP1 entre 2007 e 2009.

Em jeito de hipótese conclusiva, arriscaria afirmar que as memórias – diretas e indiretas – que colocam a violência como aspeto central, quer do colonialismo, quer da ditadura, se têm vindo a transformar em ‘memórias fracas’ (ou, em certa medida, nunca deixaram de ser ‘memórias fracas’). Com efeito, e não obstante a investigação que se tem produzido sobre o assunto, permanece socialmente ativa uma compreensão do Estado Novo que relativiza ou até mesmo omite a violência e os seus mecanismos. Temos assim uma ‘memória forte’ que lê a violência como resultado de um ‘excesso’ ou de um processo apenas significativo nas colónias e reduzível ao contexto de guerra. Uma memória do passado ditatorial que frequentemente o identifica com um chefe paternal, de laivos autoritários mas vontade desinteressada em servir a nação. Uma memória desmemoriada, feita de lacunas, silêncios e lugares-comuns, e que reclama por isso dos historiadores, e não só, uma maior participação nos debates sobre o passado que irrompem no espaço público. Debates esses que são sempre, por vezes mais do que pensamos, debates sobre o nosso presente.

O OLHO DO FURACÃO? A ÁFRICA AUSTRAL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA (DÉCADA DE 70)

Maria Paula Meneses

*Como dizer-vos o tamanho
do nosso sonho?
Durante séculos
Esperámos que um Messias viesse libertar-nos...
Até que compreendemos [...]
O nosso sonho tem o tamanho da Liberdade.¹*

*Os brancos estão aqui para ficar
e a única forma de se produzir uma
mudança construtiva é através deles.²*

1. A Questão Colonial e as Independências Africanas

Em outubro de 1970 três países distintos – África do Sul, Rodésia e Portugal –, partilhando um mesmo interesse, a luta contra o comunismo e o seu braço armado, o nacionalismo africano, assinaram um acordo que permaneceu secreto e esquecido durante longos anos. Este acordo estabelecia as condições de cooperação entre estes três países, unidos por um interesse comum: ‘a manutenção da soberania dos seus territórios’.³ Para a África do Sul do *apartheid* ou para a Rodésia da UDI,⁴ o acordo garantia a sobrevivência de regimes brancos, minoritários, na África Austral. Já Portugal manteria uma

¹ Excerto de um poema presente no cartão da FRELIMO do Ano Novo de 1969.

² *National Security Study Memorandum 39* (US National Security Council), em El-Khawas e Cohen, 1976: 105.

³ ‘Exercício ALCORA – Março de 1972’, Arquivo da Defesa Nacional, Cx. 6179.1.

⁴ Unilateral Declaration of Independence – Declaração Unilateral de Independência, proclamada em 1965, e que não alcançou reconhecimento internacional.

total inflexibilidade quanto à possibilidade de Moçambique ou Angola ascenderem à independência, na sequência dos ventos de mudança que assolavam o continente.

Uma das consequências diretas da II Guerra Mundial foi a perda da centralidade da Europa no sistema mundo. No contexto africano, visto até meados da década de 50 como espaço colonial, como dependente da Europa, o impacto da alteração da correlação de forças vai traduzir-se em rápidas mudanças políticas, com o acelerar das independências africanas, negras. É neste contexto que 1960 seria conhecido como o ano de África, período em que dezassete novos países independentes surgiram no mapa geopolítico global.⁵ Mas a aposta política de Portugal, quer com Salazar,⁶ quer com Marcello Caetano,⁷ perseguia um rumo diferente das opções seguidas pelo Reino Unido ou França em relação à ‘descolonização’ em África,⁸ defendendo, até ao final, que as suas ‘colónias’ eram parte integrante de Portugal pluricontinental.

Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais de ter chegado ontem. Levamos uma doutrina, o que é diferente de ser levados por um interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados ‘ventos da história’ os destinos humanos (Salazar, *apud* Gaspar, 2001: 195).

Alguns anos antes, em dezembro de 1955, Portugal foi aceite como membro das Nações Unidas, tendo sido de imediato confrontado com o problema das suas províncias ultramarinas. Para Portugal, as reformas anteriores haviam sido essenciais: a justificação apresentada pelo então ministro português dos negócios estrangeiros, quanto à situação dos territórios não-autónomos (de acordo com o artigo 73 da Carta da ONU), era de que Portugal não era

⁵ Essas independências contribuíram decisivamente para alargar o grupo afro-asiático anticolonial na ONU. Este ano marcou também o início da denúncia internacional do colonialismo português. Antes de 1950, no continente africano, havia apenas quatro nações independentes, uma das quais era a África do Sul. A África do Sul foi um dos 51 países que assinaram, em 1945, o pacto fundador da ONU. A África do Sul foi um dos países que mais apoiou a defesa dos interesses coloniais de Portugal nas Nações Unidas.

⁶ António de Oliveira Salazar manteve-se à frente do governo português entre 1932 e 1968.

⁷ Marcello Caetano, último chefe de governo do Estado Novo (1968-1974).

⁸ Intervenção de Adriano Moreira ‘Portugueses, mas não tanto...’ no âmbito do ciclo *1961, O ano de todos os perigos*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais em 2011.

responsável por quaisquer territórios que se enquadrassem naquele artigo da Carta (Nogueira, 1961: 41).⁹ Nas vésperas da assinatura do *Exercício Alcora*, Marcello Caetano acentuaria a especificidade portuguesa:

não fazemos distinção de raças, somos todos os que nascemos à sombra da bandeira verde-rubra, unicamente portugueses, radicalmente portugueses, portugueses iguais à face da Pátria e iguais à face da Lei! (1969a: 23).

O início dos anos 60, profundamente marcados pelo crescimento do bloco afro-asiático na ONU, pelos sobressaltos que a convulsão política que o Congo de Lumumba havia provocado no mundo, e pelo início da guerra em Angola, em 1961, vai traduzir-se numa crescente visibilidade da África subsaariana, dos seus movimentos políticos, lutas e atores. No extremo Austral do continente as opções políticas sinalizam um novo período de relações. Nestes territórios a situação colonial (Balandier, 1951) – incluindo a posição da África do Sul do *apartheid* e dos seus partidários – estava a ser crescentemente contestada nos planos políticos e ideológicos. Com o crescendo das reivindicações nacionalistas, as exigências do direito à autodeterminação vão subindo de tom, ganhando grande apoio internacional. Esta transformação, fruto da descolonização política, vai dar origem à emergência de um outro paradigma político, o III Mundo.

Com o equilíbrio do mundo modificado, fruto de várias transformações quer políticas quer económicas, o poder global deslocou-se para os EUA e para a (ex) URSS (Minter, 1988). Por razões distintas (mescladas de interesses ideológicos, políticos e estratégicos), estes países opunham-se à permanência da situação colonial, tendo aderido aos ideais anticoloniais (M'Bokolo, 2007: 492). Estas posições suscitaram nos povos das colónias a esperança de serem encorajados e apoiados na sua marcha para a liberdade (Thiam, Mulira e Wondji, 1993).

Os primeiros anos da década de 1960 vão conhecer igualmente o início da guerra em Moçambique e, dois anos depois, as primeiras ações armadas no território da África do Sul. Em dezembro de 1966 uma unidade da SWAPO atacou uma quinta, conhecida como Maroelaboom, trazendo a guerra para

⁹ As reformas que antecederam a entrada de Portugal na ONU transformaram-no numa nação pluricontinental, composta por províncias metropolitanas e ultramarinas, ou seja, num país sem colónias (ex. Lei nº 2048, referente à revisão constitucional, promulgada a 11 de junho de 1951). Veja-se também o capítulo de Maria Paula Meneses e Catarina Gomes, neste livro.

o território do Sudoeste Africano. Pouco tempo depois o Umkhonto we Sizwe (MK), braço armado do ANC, realizaria uma ação armada, regionalizando a guerra (Welsh, 2000).

O que este exemplo ressalva é a presença de projetos nacionalistas ativos na frente de luta armada. Esta presença assinala a emergência de um conflito mais amplo, que ultrapassou a diferença entre o projeto soviético e o projeto ocidental. Em termos efetivos, estes confrontos traduziram-se em inumeráveis eventos de extrema violência, manifestação quente, regional, da Guerra Fria (Westad, 2007; Shubin, 2008). Um estudo mais detalhado da Guerra Fria nesta região, onde a África do Sul, com o seu crescente poder económico e militar, surgia como uma potência emergente e incontornável, imputa-lhe a responsabilidade da imersão da região na ‘guerra civil internacional do século XX’ (Onslow, 2009: 2).

A África do Sul, no contexto da Guerra Fria, consolidou a sua posição de defensora dos valores do Ocidente contra a infiltração e expansão do comunismo no mundo (Correia e Verhoef, 2009). E esta ligação vai manter-se até aos anos 60, quando os movimentos nacionalistas ganharam força na ONU, denunciando a colonização, o racismo e a exploração económica a que os povos colonizados estavam sujeitos.

Os processos identitários – enquanto homens e mulheres, africanos e europeus, religiosos ou não, bem como pelas combinações destas e outras facetas – marcam o presente. E estas identidades estabelecem exigências éticas: as opções no presente refletem as ligações a movimentos, lutas e histórias precisas. Neste sentido, a combinação entre os contornos da Guerra Fria no Norte global, e as suas especificidades no Sul global apontam que a importância dada à especificidade local pode resultar na impossibilidade de uma análise comparada deste período. Combinando o estudo detalhado do confronto vivido na África Austral, primeiro entre os *países Alcora*¹⁰ e os movimentos nacionalistas e, depois, entre a África do Sul do *apartheid* e a Rodésia, sua aliada, e os restantes países do mundo, abre-se o campo para uma análise complexa desta realidade e das suas implicações no presente. São várias as interpretações e as realidades, apontando a impossibilidade de uma só história da Guerra Fria em África ou na Europa.

¹⁰ Vejam-se os capítulos de Aniceto Afonso e Amélia Souto, neste volume.

2. Os Movimentos Nacionalistas

No campo dos estudos pós-coloniais, Boaventura de Sousa Santos analisa como o apagamento físico e/ou cognitivo de povos colonizados se constituiu como pedra angular da criação da modernidade ocidental e do desenvolver do pensamento abissal, quando as distinções passam a ser estabelecidas através da divisão do mundo em universos distintos: o espaço ‘deste lado’ e o espaço ‘do outro lado’ da linha. As realidades que ocorriam no mundo colonial não comportavam as normas, os conhecimentos e as técnicas que se usavam no ‘velho mundo’. Criou-se assim um princípio ‘universal’ em relação às populações das colónias, vistas agora como sub-humanas, desprovidas da capacidade de pensar, inferiores, parte do domínio da emoção mas fora do universo da racionalidade científica; em termos políticos, esta ideologia traduziu-se na transformação dos habitantes dos espaços coloniais em súbditos, administrados por sistemas legais desiguais, imobilizados em categorias legais rígidas e forçados a processos de assimilação, dada a impossibilidade de copresença dos dois lados desta linha abissal (Santos, 2007: 4-5). A missão colonial de civilizar tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos africanos, com as fronteiras da civilização a serem agora estabelecidas a partir dos referenciais europeus de ser e de estar.

Na maioria dos países africanos subsaarianos as modernas organizações nacionalistas emergem após a II Guerra Mundial.¹¹ E a Guerra Fria vai provocar um forte impacto neste processo, reforçando o rol de exigências emancipatórias presentes na agenda nacionalista destes movimentos. E estas agendas colocavam em cima da mesa a necessidade de negociação, de forma dialógica, com outros projetos políticos. No espaço metropolitano português o paradigma dominante – o das colónias vistas como beneficiando da ação civilizadora europeia – continuou sendo o predominante, encontrando eco nas lutas de movimentos de democratização e abertura social, que combatiam ativamente

¹¹ Mas há exceções. No caso da África do Sul, por exemplo, o ANC é formado em 1912. Em Moçambique e Angola, por outro lado, as elites intelectuais africanas, objeto da ação da ideologia e da política coloniais, viram na ‘civilização’, por várias décadas, o exemplo a seguir, alvará de passagem – pela educação e pelo trabalho – do não ser ao ser, lutando por ser português (Meneses, 2010). Como Mário de Andrade (1998) apontou criticamente, o problema desta geração nas várias colónias foi o de não ter conseguido ultrapassar a contradição entre ser negro e português. Oscilando entre as suas raízes e as opções coloniais, quando chegou a altura de optar entre serem negros ou portugueses, escolheriam, na maioria das vezes, o segundo termo.

o regime fascista e se posicionavam contra o colonialismo. Porém, o fim da II Guerra Mundial vai modificar radicalmente este paradigma, quando vários jovens provenientes de colónias africanas começam a exigir o direito de falar em nome dos seus próprios povos, defendendo o direito à autodeterminação dos seus povos (Andrade, 1998; Mondlane 1985 [1969]).

Estes projetos – e a tradição que lhes estava associada – representavam a possibilidade de ampliação democrática para além do debate entre o 1.º e o 2.º mundo, pela radicalização do conhecimento da razão das reivindicações políticas. Esta exigência está plasmada no pensamento de vários políticos que iriam fundar a CONCP,¹² em 1961: a luta nacionalista, libertadora, era acima de tudo um ato cultural e um ato de cultura.¹³

O estudo da história das lutas de libertação nacional mostra que geralmente essas lutas são precedidas por um aumento da expressão da cultura, consolidada progressivamente através de tentativas com sucessos e insucessos, na afirmação da personalidade cultural dos povos oprimidos, como forma de negociar com a cultura do opressor. Quaisquer que possam ser as condições dos povos, dos fatores políticos e sociais implicados na relação de dominação, é normalmente na cultura que encontramos as sementes da oposição, o que conduz à estruturação do desenvolvimento dos movimentos de libertação (Cabral, 1973: 43).

Esta mudança em relação à consciência da raça, apelo dominante do paradigma anterior, reflete uma mudança política, anúncio das independências africanas como antecipação de um futuro utópico, uma utopia comprometida com a formação de novas sociedades (Andrade, 1988, Tomás, 2007). A inclusão das populações indígenas no domínio da cidadania ‘nacional’ portuguesa deixara de ser o grande objetivo de luta (Rocha, 2009).

Estes novos projetos bebiam de muitas experiências e iniciativas que haviam emergido em contexto Europeu nos anos que mediaram entre a I e a II Guerras Mundiais: o desafio marxista, em conjunto com as provocações surrealistas, alargaram o espaço experimental das possibilidades de mudança à espiritua-

¹² CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Esta associação definiu, entre outras medidas, a necessidade de uma ação conjunta para o amplificar da luta nacionalista, contribuindo para acelerar a derrota total do colonialismo português. ‘Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – Casablanca – CONCP’, Arquivo Histórico-Diplomático, GNP/RNP/0222/07692.

¹³ E não o resultado da pressão de provocadores comunistas, como Salazar interpretava esta exigência (Chilcote, 1972: 2-4).

lidade. Combinado com as aspirações do forte movimento pan-africano e os desafios feministas, então em expansão, estas novas perspectivas humanistas, a partir da música, da pintura, da poesia e do folclore, desafiavam o caráter destrutivo do capitalismo e do colonialismo sobre o qual o Ocidente se erguera. Socorrendo-se da herança cultural dos povos que haviam sofrido a violência colonial, apelavam à liberdade da cultura a partir da amplificação da imaginação, da improvisação e da palavra oral, ao mesmo tempo que questionavam as razões da manutenção da escravatura e do genocídio trazidos pela relação colonial. É neste cadinho cultural que Césaire escreveu o seu manifesto contra o colonialismo:

Falam-me de progresso, de ‘realizações’, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. [...] Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à dança, à sabedoria. Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. [...]

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação (Césaire, 1978 [1955]: 19-21).

Em diálogo com Césaire e muitos outros intelectuais, jovens africanos oriundos do espaço colonial português – entre outros, Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Noémia de Sousa, Alda Espírito Santo, Marcelino dos Santos, Edmundo Rocha – iriam discutir novos projetos políticos combinando correntes tão diversas como o modernismo, onde vão buscar o conceito de liberdade criativa e a profunda admiração pelos modos de pensar e práticas das sociedades pré-coloniais africanas; o surrealismo, donde resgatam a estratégia de revolução da mente; o marxismo, de onde obtêm a ideia da revolução das forças produtivas (Tomás, 2007) e o feminismo, que contestava o não-lugar das mulheres na relação colonial-capitalista. Será esta geração que produzirá a rutura com as lutas antifascistas (e anticoloniais) para avançar com projetos nacionalistas, avançando, muitas vezes, outras propostas, combinando diversos conceitos e conceções políticas. A luta passou a ser pela possibilidade de democraticamente se lutar pelas combinações de saberes e experiências. Estes debates não se restringiam apenas ao uso do conhecimento para o

desenvolvimento e emancipação dos povos colonizados; visavam também trazer o direito das diferentes formas de conhecimento a uma existência sem marginalização ou subalternidade por parte da ciência oficial, defendida e apoiada pelo estado colonial.

Este debate consolidou nos movimentos a importância do ‘retorno às fontes’, para a (re)conquista do poder de narrar a própria história e, portanto, de construir a sua imagem, a sua identidade. Este processo passou necessariamente por um diálogo crítico sobre as raízes das representações, questionando as geografias e semânticas associadas a conceitos que insistem em manter os países africanos como espaços de atraso. Num outro patamar, obrigou a uma reflexão e diálogos sobre a articulação entre os problemas e características locais, africanos, e os projetos nacionalistas globais, nem sempre articulados da melhor forma.

Posteriormente, a cooperação entre os movimentos que lutavam pela independência do cone Austral de África reforçar-se-ia para além das fronteiras definidas pela relação colonial. Forças sul-africanas, namibianas, angolanas, moçambicanas e zimbabwianas partilhariam espaços de luta pela liberdade, democracia e justiça social, consolidando a frente de luta contra um opositor comum: o projeto de hegemonia branco para a África Austral (Bragança e Wallerstein, 1978).

Para além do apoio de instituições internacionais – da ONU, do movimento dos não-alinhados (Young, 2005), da OUA,¹⁴ entre outras – várias alianças se forjaram, marca do alargamento da base de apoio à luta nacionalista. Neste contexto é de destacar o Manifesto de Lusaca, de 1969. Publicado no mesmo em que Kissinger apresentou ao Presidente norte-americano Richard Nixon o famoso Memorandum 39, (El-Khawas e Cohen, 1976), estes dois documentos apresentam pontos convergentes e divergentes sobre o futuro do continente africano (Shamuyarira, 1977: 427). Estes documentos apontam também os traços gerais da política regional africana e do Ocidente quanto à questão dos regimes minoritários em África (Evans, 1985; Minter, 1988; Oliveira, 2007).

¹⁴ Organização da Unidade Africana, estabelecida em 1963, e que teve como objetivo central a união de esforços para libertar o continente do jugo colonial. Esta associação, cumprido este objetivo, cessaria a sua função em 2002, para ser substituída pela União Africana.

3. As Ligações Internacionais

Uma análise mais detalhada das estruturas económicas e políticas presentes no cone Austral de África nos finais da década de 60 revelam detalhes essenciais.

Para os países que haviam ascendido à independência, o desafio da construção de uma economia soberana, fora dos circuitos montados pela relação colonial, era um imperativo.

O Manifesto de Lusaca referia claramente que os países signatários, funcionando no âmbito da OUA, privilegiavam ‘negociar a destruir; falar em vez de matar’,¹⁵ afirmando sempre o seu apoio total aos movimentos e organizações empenhados na luta nacionalista no cone Austral do continente. Em suma, a luta armada e as negociações mantinham-se em cima da mesa como propostas para a solução do problema, derivado da presença de regimes minoritários na região, embora a possibilidade de conciliação fosse oferecida à África do Sul caso aceitasse a mudança para um regime democrático cujas eleições assentassem no princípio ‘um homem, um voto’.

Mas a África do Sul adiaria esta proposta por mais de duas décadas. Neste caso, tal como para os restantes territórios da África Austral, um elemento de referência resulta de a economia e a política serem então controlados por uma burguesia branca, minoritária. No caso da África do Sul, era esta burguesia que estava no poder e que controlava o complexo militar e mineiro, principais pilares de uma economia em expansão e crescentemente ligados ao capital internacional (Minter, 1988).

No lado rodesiano a situação era semelhante. A aliança política no poder dependia, para a sobrevivência do poder branco, da manutenção de um sistema colonial-capitalista que garantisse o controlo da terra e da força de trabalho barata (Shamuyarira, 1977: 450).¹⁶ As políticas seguidas levaram à constituição de enormes reservatórios de mão-de-obra que, formados politicamente, iriam produzir os levantamentos populares que sacudiram os *territórios Alcora*¹⁷ a partir dos anos 70.

Apesar da relação complexa que mantinha com o Ocidente, fruto do regime do *apartheid*, a África do Sul asseguraria por alguns anos a defesa do seu projeto nacional identificando-se com o mundo branco. A paz e o progresso que o

¹⁵ “The Lusaka Manifesto on Southern Africa”, produzido durante a 5ª Cimeira de Estados da África Central e Oriental, Lusaca, 14-16 de abril de 1969.

¹⁶ Metade da área total da Rodésia e mais de 80% da sul-africana correspondiam, nos anos 70, a plantações agrícolas.

¹⁷ Territórios de Angola, Namíbia, Moçambique, Rodésia e África do Sul.

projeto branco garantiam eram, na opinião de vários defensores do *apartheid*, postos em causa nesta região pelas ideias comunistas e nacionalistas.

Esta república é parte do domínio do homem Branco no mundo, [...] e esta parte do continente africano é, também, uma âncora da civilização Ocidental. O homem Branco, e o espírito que o ilumina, atributo que o trouxe até este dia e que continuará a dar-lhe inspiração no futuro, será sempre necessário onde a ordem, a paz e progresso são desejados (Verwoerd, 1966).¹⁸

Mais a norte, em ambas as margens do Atlântico, esta posição encontrava, nesta altura, forte respaldo. Politicamente, o lugar de exceção da África do Sul, era interpretado por Portugal, como sendo o garante dos valores civilizacionais:

Podemos afirmar estar-se ali na parte de África mais rica e mais desenvolvida, com interdependências insubstituíveis, com a fixação por vezes multiseular de numerosa população branca, na maior parte dos casos responsável pela direcção da economia e pelo progresso das populações, e além voltada para o Ocidente na cultura dominante e nas opções ideológicas (Salazar, 1967: 10).

Todavia, isto não significa que houvesse coincidência política. A África do Sul desconfiava das opções políticas de Portugal face à questão colonial (Correia e Verhoef, 2009) e, especialmente, da defesa da ‘multiracialidade’, um dos pilares da política colonial portuguesa; e Portugal procurava não ser obrigado a afirmar o seu apoio direto à África do Sul.¹⁹ A Rodésia, sem acesso direto ao mar, dependia estruturalmente dos apoios dos seus vizinhos, que não observavam as sanções económicas que lhe haviam sido impostas pela ONU: de Portugal²⁰ e da África do Sul.²¹

¹⁸ Discurso do primeiro-ministro sul-africano Hendrik Verwoerd, a 31 de maio de 1966. Disponível em <http://hendrikverwoerd.blogspot.pt/2010/12/may-31-1966-prime-minister-verwoerd-on.html> e acedido a 10 de setembro de 2012.

¹⁹ Em junho de 1970 Vorster esteve de visita a Portugal, tendo conferenciado com Marcello Caetano sobre assuntos militares e da construção da barragem de Cahora Bassa. Como o *Diário de Lisboa* referenciou (edição de 5 de junho), ‘quer portugueses quer sul-africanos classificaram a visita como uma jornada de trabalho, evitando cuidadosamente chamar-lhe oficial’.

²⁰ No caso rodésiano, o apoio a Portugal estendeu-se a homens, aviões e munições, assim como no apoio na formação de militares especializados na identificação do inimigo, os Grupos Especiais de Reconhecimento.

²¹ Países como a Suíça ou a então Alemanha Ocidental mantiveram ligações comerciais com a Rodésia até bastante tarde, não obstante as sanções limitativas promulgadas pela ONU (Nelson, 1983); mais a oriente, o Japão continuou a comercializar com a Rodésia, abrindo-se à

Estes três países, que partilhavam o controlo da África Austral, contavam com vários aliados. No caso dos Estados Unidos, o início da década de 70 ficou marcado por uma linha que procurava estabelecer uma política construtiva, que gerou a inauguração de um episódio de *détente* (i.e., o relaxamento da tensão face à ex-URSS). Na prática, esta doutrina política traduziu-se no apoio a países aliados, como o eram a África do Sul e Portugal, ambos a braços com insurreições armadas.

É neste contexto que Kissinger encomenda o já citado relatório que produziu vários cenários refletindo as possibilidades de mudança política no cone Austral. O cenário que mais apoio recolheu privilegiava a concertação ao confronto, refletindo objetivos que, em vários momentos, se identificavam com os avançados pelo Memorando de Lusaca.

Os brancos estão aqui para ficar e o único caminho de mudança construtiva possível terá de ser feito através deles. Não há esperança que os negros ganhem direitos políticos através da violência que apenas conduzirá ao caos e aumento das oportunidades para os comunistas. [...] Através de um relaxamento seletivo da nossa posição em relação aos regimes brancos iremos encorajar algumas modificações das suas políticas coloniais e raciais. [...] Os nossos interesses tangíveis são a base dos nossos contatos na região e estes podem ser mantidos com um custo político aceitável (El-Khawas e Cohen, 1976: 105).

Para Kissinger, a África do Sul do *apartheid* transformou-se num aliado poderoso nos confrontos da Guerra Fria (Gleijeses, 2002). Internacionalmente, esta mudança na política americana sinalizou também o alargamento da base de apoio por parte de outros países da NATO.²² No contexto da África Austral, a mudança na posição americana contribuiu para o endurecimento de uma política dos países aí presentes, que viram nesta abertura um sinal para endurecerem as suas posições, quer no campo político, quer militar. E aqui

importação de bens aí produzidos. O Irão transformou-se no principal fornecedor de petróleo e Portugal garantia à Rodésia a transformação dos produtos aí produzidos nos seus próprios, emitindo falsos certificados de origem e mascarando os circuitos de comércio (Okoth, 2006). A África do Sul nunca observou as sanções contra a Rodésia (Minter e Schmidt, 1988).

²² North Atlantic Treaty Organization – Organização do Tratado do Atlântico Norte. Estrutura defensiva internacional que integra vários países ocidentais. De entre estes os principais fornecedores de armamento eram, para além dos Estados Unidos, a França, a Alemanha Ocidental e o Reino Unido.

se pode encontrar uma das justificativas para o avanço do *Exercício Alcora*, que se consolidaria no ano seguinte.²³

4. A constituição do *Exercício Alcora*

Para a África do Sul, a presença de movimentos nacionalistas no cone Austral era um alerta sobre os riscos que a minoria no poder teria de enfrentar. Portugal e a Rodésia viam-se já a braços com situações de insurgência. A definição de um inimigo comum, que procurava a queda dos regimes minoritários, é o que vai marcar esta cooperação entre Portugal, África do Sul e a Rodésia.²⁴

As boas relações entre a África do Sul, a Rodésia, o Malawi e as colónias portuguesas de Angola e Moçambique eram essenciais para a luta ‘anti-subversiva’ que estes países levavam a cabo na região, tentando evitar que ali se estabelecessem bases de apoio às operações das guerrilhas, que colocavam em causa o projeto de hegemonia branca. Desde meados da década de 1960 que estes países começaram a desenhar o perfil dos ‘pactos militares secretos de assistência mútua local’,²⁵ e das alianças económicas bilaterais; ou seja, a solução apostada para lutar contra o nacionalismo foi o reforço das alianças económicas e militares entre os três países do extremo Sul do continente. No caso português, a participação nesta aliança, como bastião dos interesses ocidentais coloniais, resultou na formação da mais extensa ‘fronteira militar’ da história de Portugal (Nogueira, 1987: 291), extremamente difícil de assegurar, como vários capítulos deste volume tratam.

A participação sul-africana em ações militares em Angola data de finais da década de 60. Para além de apoio em armamento e viaturas, a África do Sul participou, desde cedo, em operações conjuntas, como a ‘Operação Bombaim’,²⁶ que se desenrolou no sul de Angola (1968-1969 – veja-se a figura 1). Porque o inimigo, i.e., as forças nacionalistas angolanas, continuavam a progredir no

²³ Através do *Exercício Alcora* Portugal beneficiou, para além do apoio em armamento, de aviões e helicópteros, assim como na realização de fotografias aéreas (África do Sul e Rodésia), com a possibilidade de os seus militares poderem ser evacuados para hospitais militares da África do Sul.

²⁴ ‘Plano de Defesa para a África Austral’, Arquivo Histórico Militar, FO, 007, B, 44, Cx. 370, nº 1.

²⁵ ‘Ensaio sobre os pontos referidos no discurso do Presidente do Conselho na Assembleia Nacional’, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arquivo de Salazar, AOS/CO/NE-30B, de abril de 1962.

²⁶ ‘Operação Bombaim, Angola’, Arquivo Histórico Militar, FO, 007, B, 44, Cx. 370.

FIGURA 1
Cooperação Luso-Sul-africana na 'Operação Bombaim'

MUITO SECRETO
ao BGG/203/3/3/31

ANÁLISE DE CUSTOS DA OPERAÇÃO "BOMBAIM",

AO APOIO AOS PORTUGUESES: PERÍODO

DE JUN68 a DEZ69

1. A Força Aérea Sul Africana tem estado a apoiar os Portugueses, no E e SE de ANGOLÁ, em apoio directo e indirecto, desde JUN68.
2. Apoio Directo. Por apoio directo entendem-se os voos feitos contra o inimigo, ou os voos feitos em missão de apoio directo, como, por exemplo, no transporte de combustíveis, óleos e lubrificantes e no transporte de abastecimentos, para as forças de segurança.
3. Apoio Indirecto. Por apoio indirecto quere-se significar os voos feitos para apoiar o Componente Aéreo Nº.1, na sua missão de apoio aos Portugueses.
4. Bases de Cálculo.
 - a. Custo dos Voos.

Os custos dos voos foram calculados sobre o custo, em 1967, da hora de voo básico + 7% de tolerância para subida dos preços e, este total a multiplicar por um factor de conversão para cada tipo de avião. Por exemplo: a hora de voo básico, em 1967, custava R.198,38; este preço com + 7% ficará em R 212,26; o factor de conversão para o "Alouette III" é 1,4 pelo que uma hora de

DESCLASSIFICADO
POR INSTRUÇÃO Nº 1
POSTO EM EXECUÇÃO EM 1998
MUITO SECRETO

terreno, a cooperação ampliou-se.²⁷ Em 1970 seguiu-se a ‘Operação Zig-Zag’, igualmente em cooperação com as forças militares sul-africanas (helicópteros), que visava o patrulhar e ‘varrer sistemático [de] uma das áreas suspeitas dos terroristas, adjacente à fronteira com a RAS.’

Membro da NATO, Portugal procurava internacionalizar a guerra, declarando como objetivo central das suas ações militares no cone Austral de África (Angola e Moçambique) a luta contra ‘invasões estrangeiras’, simbolizadas pelos apoios de vários países africanos aos movimentos nacionalistas.

Na frente de Moçambique, a penetração da FRELIMO na zona de Tete a partir de 1968, e a ameaça de travessia do Zambeze, para sul, em direção a Manica e Sofala²⁸ e à Zambézia, inquietavam não apenas as autoridades portuguesas mas também o governo rodesiano, o terceiro membro desta aliança. A progressão da guerrilha para sul permitiu ampliar a frente de luta, com a participação de forças nacionalistas zimbabwianas em ações conjuntas com a FRELIMO (Moiane, 2009: 145). O regime rodesiano, em resposta, reforçou da participação ativa das suas forças no palco de guerra em Moçambique:

O que aconteceu no Zumbo [Tete, na fronteira com a Rodésia] não é mais do que uma prova dos nossos esforços em retribuir os preciosos serviços que as Forças Armadas Rodesianas têm feito por Portugal, em Tete, com tal espírito de decisão, eficácia e colaboração leal, que nós não podemos deixar de sentir a maior gratidão e amizade pela Rodésia. A nossa guerra é similar e nós, portugueses, estamos também a lutar para resgatar a civilização ocidental dos bárbaros que ameaçam subverter o mundo.²⁹

A participação da tropa rodesiana branca, em ações conjuntas com a tropa portuguesa (especialmente com unidades comando),³⁰ foi denunciada várias vezes, incluindo quando foram abatidos três aviões rodesianos

²⁷ ‘Ponto de Vista Sul Africano Acerca Sudeste de Angola’, Arquivo Histórico Militar, Div. 2, Secção 2, Cx. 163, nº 9.

²⁸ Em 1972 a guerrilha moçambicana, tendo atravessado o rio Zambeze em Tete, entrou em Manica e Sofala, no centro do país, passando a ameaçar diretamente o Corredor da Beira, vetor fulcral de abastecimento da Rodésia. Entre 1972 e 1974 esta zona tornou-se num dos palcos mais sensíveis da Guerra Colonial (informações recolhidas em várias entrevistas realizadas em Moçambique e Portugal, em 2011 e 2012).

²⁹ ‘Relações com a Rodésia: Patrulhamento a sul do r. Zambeze, na área a sul do Zumbo, 1970’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 63, Série 31, Cx. 980.

³⁰ Entrevista realizada em Moçambique, em junho de 2012.

(Moiane, 2009: 132). Em 1971, num discurso, Samora Machel, presidente da FRELIMO, denunciava esta cooperação:

Dois países enviaram já as suas tropas para Moçambique: a África do Sul e a Rodésia. Ainda em Abril deste ano, o próprio governo da Rodésia anunciou a morte dos seus soldados, e a destruição de suas viaturas, quando se encontravam em operações em Moçambique. Os aviões e helicópteros destes dois países participam em inúmeras operações contra as nossas forças (1977: 80).

Para a Rodésia, a independência de Moçambique, fruto da luta nacionalista, significava o fim do acesso direto ao porto da Beira, o potencial uso de território moçambicano para abrigar bases e outras infraestruturas de apoio dos movimentos nacionalistas zimbabwianos e o eco político do êxito da epopeia militar libertadora.³¹ Em suma, significava o princípio do fim.

É este o contexto em que se vão desenvolver as negociações para a constituição da aliança secreta – militar e económica – que ficou conhecida por *Exercício Alcora*.

5. A Cooperação Económica: Barragens e deslocados

Os avanços da guerra nacionalista exigiam o alargamento da preparação ideológica. Para o MPLA e FRELIMO, por exemplo, se no início para a afiliação se exigia apenas uma expressão de apoio geral aos objetivos políticos da luta, progressivamente as exigências reforçaram-se. Nos finais da década de 1960, os deveres e direitos de um membro do movimento apontavam mais exigências e cuidados na preparação política e militar: obrigava-se a que os membros se tornassem politicamente conscientes, aceitassem a disciplina militar, e estivessem prontos a lutar pelos objetivos dos movimentos. Isto significou o reforço da politização dos camponeses, a principal força dos exércitos nacionalistas. Por um lado, a maioria da população era camponesa; por outro lado, o avanço das ações de guerrilha resultou na criação de ‘zonas libertadas’, onde viviam os camponeses livres do saque do Estado colonial, do trabalho forçado, de culturas agrícolas obrigatórias, e de deslocamentos obrigatórios. Para sobreviver (comida) e para ampliar os apoios (informações, etc.) estes

³¹ Há inúmeras referências à perseguição, por forças rodesianas, de forças ‘inimigas’ (ZANU e ZAPU), nos territórios vizinhos (África do Sul, Moçambique e Botswana). Veja-se, por exemplo, inimigas/terroristas: <http://rhodesianforces.org/RhodesiaTerroristIncursions1966-1972.htm>.

movimentos precisavam também do consentimento concreto e material de grande número de pessoas no campo, especialmente mulheres.

Como Yussuf Adam refere (1993), a relação entre os guerrilheiros da FRELIMO e as populações desenvolveu-se ao longo de um eixo limitado pela repressão, por um lado, e a mobilização por outro. O equilíbrio manteve-se porque a população precisava do exército para se proteger e este precisava dela para sobreviver.

Estas bases de apoio foram fortemente abaladas pela implantação da política portuguesa de construção de aldeamentos. Rodeadas de arame farpado, estas aldeias procuravam reduzir ao extremo o apoio destas populações aos movimentos de libertação; tratava-se de eliminar seja o fornecimento de alimentos, seja a partilha de informações acerca da presença de unidades militares portuguesas.

Foi notório um reforço da presença de interesses capitalistas internacionais, como foi o caso da construção da barragem hidroelétrica de Cahora Bassa, em Moçambique (4 milhões de KW), e do complexo hidroelétrico no rio Cunene, em Angola (300 000 KW). Estas obras representavam, em simultâneo, o reforço da integração económica dos territórios coloniais portugueses na esfera do poder branco na África Austral (Middlemas, 1975) e a cumplicidade do mundo Ocidental, interessado acima de tudo na manutenção dos seus interesses nesta zona do mundo.

A hidroelétrica de Ruacana, no rio Cunene, integrava várias componentes. A parte de transformação elétrica ia ser construída na margem namibiana, embora as barragens (duas) estivessem planeadas para o lado angolano. Este plano, decidido apenas entre os governos da África do Sul e de Portugal, em 1969, foi financiado em grande medida pela África do Sul. As obras de Ruacana arrancaram pouco tempo depois da assinatura do acordo e, em 1973, a albufeira de Gove, em território angolano, estava terminada. À altura da independência de Angola, em 1975, a segunda barragem – a mais pequena, de Calueque – estava apenas parcialmente construída.³² Estas construções asseguravam o controlo sobre o fluxo de água necessário ao funcionamento do esquema hidroelétrico. Quando pronto, este sistema de barragens deveria ser suficiente para satisfazer as necessidades energéticas do Sudoeste Africano (Namíbia), incluindo da indústria mineira. O projeto incluía ainda a construção de um canal de fornecimento de água ao norte do Sudoeste Africano,

³² Estava situada a cerca de 13 quilómetros a norte de Ruacana.

frequentemente assolado por secas.³³ Por todas essas razões, a África do Sul colocou grande empenho na realização rápida desta obra.³⁴ Para Portugal, interessado em 1970 em ‘virar-se para a Europa sem virar as costas a África’,³⁵ estas obras assinalavam o sucesso do reforço da cooperação económica e militar com a África do Sul.

A declaração do profundo interesse do governo de Caetano no projeto de Cahora Bassa, no Zambeze, implicava claramente que o desenvolvimento e a integração regional basear-se-iam na estrutura socioeconómica colonial existente, uma perspetiva vividamente sublinhada em várias reportagens nacionais e internacionais sobre a importância regional do projeto (apoio energético à África do Sul e à Rodésia, para além de Moçambique) e a capacidade do projeto atrair um milhão de colonos portugueses, servindo assim de tampão à infiltração guerrilheira para sul.³⁶

Em ambos os casos, estas barragens tiveram múltiplos efeitos: em Cahora Bassa, mais de 40 000 camponeses foram afastados dos seus territórios ancestrais para a construção da albufeira. Mas os camponeses não foram apenas ‘deslocados’ das suas terras: estes camponeses foram obrigados a instalar-se em aldeamentos, estrategicamente construídos para evitar quaisquer contactos com ‘os terroristas da FRELIMO’, apostada que estava na sua progressão para Sul.³⁷ Os aldeamentos – em 1972-73 estavam já construídos mais de 250 aldeamentos em Tete – eram parte integrante do programa militar português de luta antissubversiva (Coelho, 1983). Esta política teve, como muitos referem, o resultado oposto ao esperado, ou seja, o reforço da progressão da FRELIMO para sul e a consolidação do apoio popular à luta nacionalista:

³³ ‘O Primeiro-ministro Vorster da África do Sul em Lisboa’, *Diário de Lisboa*, edição de 4 de junho de 1970.

³⁴ A importância desta barragem para os interesses sul-africanos é notória. A primeira ação militar sul-africana em Angola ocorreu em agosto de 1975, alguns meses antes da independência, com a tomada de Ruacana e Calueque pelas forças sul-africanas, afastando tropas da UNITA e do MPLA que entretanto tinham ocupado essas obras. A justificação dada pela África do Sul foi a da ‘proteção de nacionais sul-africanos e da defesa de obras financiadas pelo governo sul-africano, e vitais para as populações existentes na fronteira sul de Angola’ (‘Relações com África do Sul em 1975’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 63, Série 6, Caixa 843, nº 47).

³⁵ Veja-se a nota 31.

³⁶ *Diário de Notícias*, em edição de 1 de outubro de 1969.

³⁷ Entrevista com antigo GE português estacionado em Tete (junho de 2012).

‘o forte apoio local é patente, pois as autoridades portuguesas conseguem muito pouca informação dos locais sobre a FRELIMO.’³⁸

O *Exercício Alcora* – conjugação de esforços militares e económicos para sustentar e reverter o curso da guerra no cone Austral, ao que se associaram várias manobras políticas visando independências ‘fantoques’, neocoloniais, para vários territórios –, procurou garantir e reforçar a manutenção dos interesses da minoria branca no poder, a chamada ‘terceira força’. Esta ‘terceira força’ marcava presença na África do Sul, Rodésia e nas ‘províncias ultramarinas’ portuguesas de Angola e Moçambique, territórios onde a comunidade ‘de origem europeia’ tinha uma presença forte.

A Guerra Fria traduziu-se, no palco da África Austral, na continuação do confronto entre dois projetos opostos, mas ambos expansionistas – o bloco capitalista e o bloco socialista. Qualquer deles olhou sempre para o problema africano na medida em que este era importante para alargar a sua esfera de influência, não lhes reconhecendo capacidade para desenvolver propostas alternativas. Pelo contrário, no campo dos movimentos nacionalistas, a luta era por mudanças radicais na então situação colonial: pelo direito da maioria ao poder, pelo alargamento da participação democrática nos critérios de cidadania, por outro projeto cidadão, ao qual a liderança do *apartheid* se manteve surda ainda durante muitos anos. De facto, no caso sul-africano, o *Exercício Alcora*, na sua dimensão mais ampla, permitiu ganhar tempo no atraso da transição política no país, ao criar um cordão de defesa para além das suas fronteiras.

³⁸ Veja-se a notícia de W. Nussey, um jornalista autorizado a penetrar na zona de guerra em Tete, em 1972: ‘The War in Tete, a Threat to All in Southern Africa’, W. Nussey, *Johannesburg Star*, edição de 1 de julho de 1972.

REGRESSOS? OS *RETORNADOS* NA (DES)COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Maria Paula Meneses e Catarina Gomes

*E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram*

Camões, *Lusíadas*, Canto I

Introdução

A ideia de ampliação e renovação imperial, implícita nos versos de Camões, reflete, alguns séculos mais tarde, a manutenção dos propósitos imperiais de Portugal em 'África', agora na sequência da 'perda' das Índias e do Brasil (Alexandre, 2000). A história é um terreno de disputas; e este fato é particularmente visível na África Austral, onde situações de colonialismo, *apartheid* e guerras de libertação nacional se mesclaram nas últimas cinco décadas, ao que se seguiram vários conflitos armados, incluindo guerras civis. Neste sentido, a compreensão dos conflitos que marcaram a história do cone austral do continente africano na segunda metade do século XX exige uma abordagem crítica à construção da história – nacional, regional, coletiva, pessoal – e uma análise do porquê de tantos segredos preservados e de tantos mitos constituídos.

O século XX significará, para vários países europeus, a afirmação imperial em África. Portugal não foi exceção e, em 1974, mantinha várias colónias em África: Ilhas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Estas possessões, formalmente divididas no estertor do domínio colonial português entre províncias ultramarinas e Estados (casos de Angola e Moçambique), funcionavam, de fato, como colónias, mantendo-se nelas uma população estável de colonos, cujos números superavam, no seu conjunto, o meio milhão de pessoas. Neste capítulo, a atenção está centrada na discussão de um conjunto de questões associadas à problemática dos *retornados*, fruto

dos processos da descolonização portuguesa, focando-se os casos específicos de Moçambique e Angola. Ambos os territórios foram constituídos historicamente como colónias de povoamento. Este fato exige que se retome a discussão sobre os processos migratórios em contexto colonial – processos cuja complexidade não tem sido suficientemente explorada do ponto de vista socio-histórico e político. Visibilizar tal complexidade, nomeadamente ao nível das ruturas e ambiguidades políticas associadas aos processos de independência e descolonização, permitindo, por conseguinte, abrir novos territórios de investigação, é a tarefa a que se propõe esta reflexão.

A partir de uma contextualização histórica, ainda que breve, sobre a política colonial portuguesa no decurso do século XX, dando particular realce a Angola e Moçambique, procurar-se-á discutir a importância do fato de ambos os territórios terem sido constituídos como colónias de povoamento. A leitura dos projetos de reivindicações e aspirações nacionalistas independentistas entre a população de origem colona (e das problemáticas inserções destes projetos no espectro amplo dos nacionalismos africanos) revela não apenas uma polissemia identitária, marcada por fortes ambivalências, observáveis nos discursos e posicionamentos daquela população e dos chamados retornados, como também as fraturas resultantes dos conflitos entre distintos projetos de independência e de descolonização dos territórios ultramarinos de Angola e Moçambique. De entre estes projetos encontravam-se propostas de cariz neocolonial, almejando manter os futuros países na esfera de influência direta de Portugal, assegurando, por essa via, e em estreitas relações com as potências coloniais da região, a permanência das estruturas de exploração capitalista presentes; outros projetos pugnavam por independências efetivamente africanas com a indispensável transferência de soberania. De realçar que os projetos neocoloniais de independência integravam-se num conjunto de políticas que dominaram o cone austral do continente na última metade do século XX. De fato, na cartografia de poder da região, encontra-se a África do Sul, independente desde o início do século XX e controlada por um governo de minoria branca até finais do século XX, a Rodésia do Sul,¹ com uma independência unilateral declarada em 1965 (e praticamente sem reconhecimento internacional), e o ‘protetorado’ do Sudoeste Africano, sob tutela sul-africana.

Esta realidade extremamente complexa irá influenciar as alianças políticas e militares na região, assim como os processos da ‘descolonização’ e

¹ Doravante Rodésia. A Rodésia do Norte deu origem à Zâmbia atual.

independência. Neste sentido, o seu estudo é indispensável para compreender os destinos dos então territórios ultramarinos de Angola e Moçambique. Procurar-se-á, por isso, mostrar como aos projetos de caráter neocolonial está associada a emergência de formas de nacionalismo branco que almejavam a perpetuação da condição de dominação desses territórios. Esses projetos serão analisados à luz dos jogos regionais, os quais ambicionavam edificar uma ‘Terceira África’ – para utilizar a expressão de Eschel Rhodie (1968) –, sob o jugo do poder branco. Neste sentido, também a compreensão destes ensejos neocoloniais não dispensa a consideração dos projetos e relações do capitalismo internacional.

Abordar-se-ão, igualmente, as dificuldades enfrentadas pela população colona e de origem metropolitana em Moçambique e em Angola para se posicionar em face da erosão do domínio colonial português e da ascensão das aspirações nacionalistas africanas e das lutas armadas pela libertação nacional. Seguidamente, a atenção centrar-se-á na complexidade e profunda ambivalência dos sentidos de pertença e dos processos identitários de que a descrição normativa e politicamente sancionada de *retornado* não permite dar conta. Por fim, serão enunciadas outras questões associadas aos processos coloniais e à questão da ‘descolonização’ portuguesa enquanto pistas de investigação. A sua enunciação afigura-se crucial, pois ela permitirá alargar o espaço das interrogações possíveis.

1. Colónias de Povoamento: As decisões políticas

No contexto colonial moderno africano, Moçambique e Angola, fazem parte do conjunto de colónias de povoamento em África, juntamente com a Namíbia (ex-Sudoeste Africano), Quênia, Zimbabwe (ex-Rodésia), Argélia, entre outras. De modo sucinto, o que caracteriza o colonialismo de povoamento é o fato de, para além das autoridades coloniais que integravam o aparato administrativo (assim como alguns missionários e militares) e das populações indígenas, os colonos constituírem uma terceira força populacional a considerar (Meneses, 2010). A estes juntavam-se grupos populacionais ‘não-originários’ da região, como é o caso dos ‘indianos’ e ‘chineses’ em Moçambique (Coelho, 1983; Rita-Ferreira, 1998 e Leite, 2001).

Do ponto de vista histórico, a constituição destes territórios como colónias de povoamento encontra-se associada às lutas de poder entre as potências imperiais, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. De salientar que o renovado interesse pelas possessões africanas foi motivado não só pela crise económico-financeira de que Portugal padecia no último

quartel do século XIX, mas também, e muito especialmente, pelas exigências da Conferência de Berlim (1884-85).² O resultado desta Conferência não demorou a fazer-se sentir. Era necessário justificar, no terreno, a ‘longa presença histórica’ de Portugal em África, presença esta que tinha de ser feita em nome da civilização europeia e mediante a exploração capitalista dos territórios. Abertos doravante à exploração colonial e capitalista, Angola e Moçambique foram objeto de estratégias de ocupação efetiva que incluíam a instalação de protetorados, de colónias de exploração económica e de colónias de povoamento.

Forçado, pois, pela Conferência de Berlim a demonstrar a sua presença ‘efetiva’ em África, o projeto político colonial português moderno obrigou à política de ocupação efetiva dos territórios, através de campanhas militares de ocupação³ e ‘pacificação’, de ‘acordos’ de vassalagem com as autoridades locais indígenas, e de projetos de povoamento europeu. Todavia, no que diz respeito à política de povoamento, sinónimo de uma ocupação real, a presença da população europeia era irrisória.⁴ Em face deste cenário, o Tenente-coronel José Machado (1899) propunha, nos finais do século XIX, a promoção da emigração portuguesa para Moçambique devido precisamente à fraquíssima presença portuguesa. Já no que diz respeito a Angola, até 1914, a administração colonial dispunha apenas de presença regular nas cidades litorais de Luanda e Benguela. No interior, como sublinha Gonçalves, ‘a sua acção reduziu-se, geralmente, a uma política nominal, dependendo de alianças frágeis e ambíguas com os chefes locais’ (2003: 25). Na realidade, durante as primeiras décadas do século XX, Angola e Moçambique não eram os destinos preferidos de emigração livre de colonos europeus. Pelo contrário,

² A Conferência de Berlim estabeleceu o princípio segundo o qual a legítima posse das colónias derivava não de ‘descobertas’ anteriores, mas sim da ocupação efetiva (militar e administrativa) desses territórios. Catorze países estiveram presentes nas negociações sobre a partilha do continente africano: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Império Austro-húngaro, Império Britânico, Itália, Portugal, Rússia, Suécia-Noruega (unificados entre 1814-1905), Turquia e os Estados Unidos da América.

³ São exemplo as campanhas realizadas no vale do Zambeze contra os prazeiros, a campanha contra o ‘Cuamato’ no sul de Angola, a campanha contra o Ngungunyane em Moçambique, etc. (Pélissier, 1986, 2000).

⁴ Oficialmente ou não, a maioria das regiões coloniais que ‘necessitava’ de migrantes, preferia os de ‘origem europeia’, ou seja, brancos. Desta forma, legitimava-se a superioridade do modelo civilizacional imposto e, em paralelo, justificava-se a incapacidade legal dos súbditos coloniais para se autogovernarem.

continuavam a ser vistos como destinos de degredo. E mudar estas opções de povoamento não se revelou uma tarefa fácil. Nos anos 20, no cargo de Alto-Comissário de Angola, Norton de Matos, por exemplo, busca encetar estratégias de reforço do povoamento insistindo na colonização branca, sendo Angola vista, na época, como um ‘sorvedouro onde iam lançar-se de cambalhada desempregados, aventureiros, colonos necessitados e assistidos pelo Estado, funcionários menores, etc.’ (Pélissier, 1986: 238).

À medida em que é prosseguida a política de ocupação efetiva, desenvolve-se o aparato da administração colonial.⁵ Com ele, as colónias começam crescentemente a ser vistas como espaços de expansão do ‘Portugal continental’, espaços privilegiados para onde seria canalizada a mão de obra excedentária e camponeses sem terra (Santos e Meneses, 2006). É também de sublinhar, como observado, que a ocupação efetiva dependeria da capacidade de implantar e desenvolver modos de exploração e desenvolvimento capitalista para os quais a exploração, ao limite, da força de trabalho dos súbditos colonizados era absolutamente central.

Esta política colonial traduziu-se, nos anos 20, na edificação de infraestruturas que permitiam o acesso ao interior de Angola e Moçambique, assim como o escoamento de produtos; no desenvolvimento, pela mão de grandes companhias estrangeiras e algumas nacionais, da exploração de matérias-primas e de produtos agrícolas para exportação via metrópole, e no escoamento de produtos metropolitanos excedentários para as colónias, que se convertem, então, em mercados reservados. Como Eduardo Mondlane sublinhou, na véspera da implantação do Estado Novo, estavam presentes em Angola e Moçambique os principais elementos da política colonial portuguesa:

uma rede administrativa centralizada e autoritária; a aliança com a Igreja Católica; a utilização de companhias, muitas vezes estrangeiras, para explorar os recursos naturais; o sistema de concessões e o trabalho forçado (Mondlane, 1976 [1969]: 37).

E com o crescente peso das colónias para o dinamismo económico de Portugal, a colonização portuguesa intensificou-se expressivamente.

Em Angola, a presença portuguesa terá quase que duplicado num espaço de cerca de 40 anos, passando de cerca de 13 000 colonos em 1918, para

⁵ Procurando mudar a situação, é criada, em 1921, a Agência Geral de Angola, cujo objetivo seria o de auxiliar a migração para a colónia.

mais de 58 000 em 1930. Todavia, nesta altura, não chegava a representar 2% da população total (Rosas, 1994). No caso de Moçambique, os portugueses não eram o único grupo de população branca. O número de imigrantes classificados como ‘brancos’ que a colónia conhecia era significativo, refletindo processos migratórios importantes.⁶ E, para além desta onda ‘branca’, assistia-se à continuação do processo migratório de ‘indianos’ (muçulmanos e hindus) e de chineses.

Nestes espaços, as políticas de povoamento promoviam, portanto, a presença de população branca para justificar e legitimar a ocupação e a administração do território. E eram prosseguidas no quadro de um pensamento evolucionista, para o qual era completamente absurda qualquer possibilidade de incorporação política de massas inferiores e atrasadas no espaço de cidadania (Alexandre, 2000: 181-198). Assim, as políticas de povoamento vão contribuir acentuadamente para um regime de diferenciação social entre ‘cidadão’ e ‘não cidadão’, gerando sérias turbulências sociais nas colónias. As elites africanas e afro-portuguesas que, até aos anos 20, haviam desempenhado cargos importantes no setor administrativo colonial, começam nessa altura a assistir ao declínio do seu estatuto socioeconómico e a ser forçadas a desempenhar funções subalternas na sociedade colonial. Encontra-se aqui a forma como a colonização portuguesa, assente neste regime de diferenciação social, constrói a categoria de indígena⁷ como um espaço, simultaneamente, oposto e anterior ao espaço de cidadania, definido como branco/europeu. Consagrando esta diferenciação, os diversos códigos legais produzidos pela autoridade colonial procuravam traduzir e institucionalizar um ideal de ordem social claramente racial assente, numa lógica de espelhos invertidos, na imagem do indígena *versus* a imagem da ação colonial tal como ambicionava ser vista e representada. Tais códigos condensam a interferência colonial de Portugal em África, moldando profundamente as mentalidades e atuações dos colonos portugueses.

A partir dos anos 20, os processos de exploração e produção, com custos bastante elevados, entram em crise, e a competitividade dos produtos coloniais decresce. A integração das economias metropolitana e colonial encontrava-se,

⁶ A título de exemplo, o censo de 1894 aponta que a população de Lourenço Marques (atual Maputo) era composta de 2236 europeus do sexo masculino, dos quais 72% eram portugueses. Entre os restantes contavam-se ingleses, italianos, franceses, alemães, holandeses, gregos, norte-americanos, espanhóis, suíços, austríacos, brasileiros, etc. (Reis, 1973).

⁷ Leia-se africano. No contexto colonial, a noção de indígena foi sinónimo de negro, de africano.

na realidade, seriamente minada.⁸ E a este enfraquecimento económico-financeiro, alia-se a fragilização política da soberania portuguesa sobre os territórios das colónias.⁹ Finalmente, crescia a pressão da Sociedade das Nações que condenava o trabalho forçado indígena – base da economia colonial –, responsabilizando diretamente os Estados coloniais pelas consequências nefastas das suas ‘missões civilizadoras’ (Duffy, 1967; Meneses, 2010). Neste contexto problemático, a migração portuguesa para África dominará a política colonial portuguesa até às independências.¹⁰ Como claramente defendia Vicente Ferreira,¹¹

se a colocação externa dos ‘excedentes demográficos metropolitanos’ pode resolver um problema de política interna da metrópole’, [o povoamento branco] ‘dos nossos territórios de África, com gentes oriundas da metrópole [...] deve constituir, por muitas gerações, política permanente do Estado português (1944: 11).

É também neste contexto que a Constituição de 1933 assume a defesa intransigente dos territórios coloniais. Na verdade, com a instauração do Estado Novo a que se seguiu o plebiscito constitucional de 1933, o Ato Colonial passa a integrar a Constituição. Preconizando a instauração do ‘Império Colonial’, o Ato Colonial acabou por funcionar como o quadro jurídico-institucional de pendor centralizador e nacionalista da colonização portuguesa. Esta posição está espelhada na posição do Coronel Ribeiro Villas, para quem o

sinal de soberania [i.e., integração imperial] é triplo; obediência que dê pacificação e tranquilidade, de maneira à terra ser percorrida com segurança; tributo, que custeia a administração, pedra de toque da subordinação; trabalho valorizando o solo, criando riqueza (1929: 107).

⁸ Nesta altura, uma série de greves e revoltas sacudiu estas colónias (Pélissier, 1986; Penvenne, 1995).

⁹ No contexto africano, Portugal enfrentava o impulso expansionista dos vizinhos, como a África do Sul e as colónias do Congo Belga (hoje República Democrática do Congo) e da Rodésia. No caso específico de Moçambique, enfrentava também o desafio das comunidades indianas que ocupavam um lugar importante na economia colonial (Leite, 2001).

¹⁰ Este processo, que conheceu um impulso importante após a II Guerra Mundial, ocorreu em contracorrente, quando outros poderes coloniais instalados no continente se indagaram sobre o futuro dos seus impérios, tentando controlar a presença de colonos.

¹¹ Vicente Ferreira marcou presença no espaço político português. Foi Alto-Comissário de Angola em 1928, membro do Conselho Superior das Colónias em 1935 e Presidente do Conselho do Império Colonial entre 1946 e 1953.

Formando um todo indivisível com a metrópole, o império afigurava-se, assim, como a solução para a crise financeira e económica de Portugal. Consequentemente, a subordinação definitiva dos interesses das colónias aos da metrópole, a que MacQueen chamou de ‘nacionalismo económico’ (1997: 10), passou a marcar as trocas no espaço económico português, com maior proteção aos produtos metropolitanos e contenção da industrialização das colónias.

Na continuidade do pressuposto altamente integrador da Nação pluricontinental, a revisão constitucional de 1951 revoga o Ato Colonial, transformando-o num novo título constitucional. As mudanças introduzidas dizem respeito, sobretudo, à terminologia: os vocábulos ‘império colonial’ e ‘colónia’ são substituídos pelos termos ‘ultramar português’ e ‘província ultramarina’, o que expressava o reforço da visão integracionista e centralizadora.¹² Tal visão integracionista visava claramente a defesa da posição de Portugal face à crítica de que era alvo internacionalmente, sobretudo ao nível da ONU, na medida em que com o abandono do vocábulo ‘colónia’ é descartada a ideia de ‘posse’ de territórios alheios, e na medida em que a adoção do termo ‘província’ assertava uma identidade portuguesa que, na sua integralidade, seria inequivocamente pluricontinental. Estas medidas vieram moldar novamente as relações entre colónias e metrópole e, no novo quadro político-jurídico, o estatuto do indígena assumiu um papel central. Este negava à grande maioria dos africanos todo um conjunto de direitos indispensáveis ao exercício da cidadania, nomeadamente ao nível do acesso ao mercado de trabalho e ao nível da progressão profissional e salarial. Tratou-se de uma política que visava dirigir a mão de obra africana para o ‘trabalho barato’, de modo a servir o crescente setor capitalista e a promover os interesses da população branca.¹³ Num outro patamar, este estatuto procurava também institucionalizar o estatuto de cidadão assimilado ‘à cultura portuguesa’. A condição de assimilado, que emerge no foro legal ainda em finais do século XIX, abria a possibilidade dos ‘nativos’ ascenderem à categoria de cidadão, desde que demonstrassem ter absorvido a língua e a cultura da metrópole, desde que se identificassem com as suas referências religiosas, desde que detivesse um trabalho condigno, etc., e, finalmente, desde que manifestassem adesão ao projeto de cidadania em

¹² Visão esta introduzida em 1930 e, em 1933, pela Carta Orgânica do Império Colonial Português e pela Reforma Administrativa Ultramarina.

¹³ O estatuto institucionalizava ainda a obrigação do trabalho para o indígena, através do regime de impostos cobrados pelo Estado colonial. Para efetivar este regime, a política colonial continuou a basear a sua estratégia na força policial e na violência, inclusivé corporal.

que apostava a ideologia colonial. Solicitando a mudança de estatuto, ou seja, a aceitação da sua ‘assimilação’ à cultura europeia, os indígenas poderiam usufruir do estatuto e direitos conferidos aos cidadãos portugueses – pelo menos no plano abstrato da lei.

O fim formal da política discriminatória, no foro legislativo, só se dá, no entanto, em 1961, com as reformas de Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar. É apenas em 1961, portanto, que é abolida a última versão (anos 1950) do Estatuto do Indigenato,¹⁴ que abrangia os indígenas das colónias da Guiné, Angola e Moçambique.¹⁵ Obviamente, a representatividade destes ‘assimilados’ era ínfima. Dalila Mateus refere que o número de assimilados negros, em Angola, passara de 30 000, em 1950, para 38 000 em 1960.

Em 1960, negros e mestiços civilizados representavam cerca de 1/3 do total dos civilizados (cerca de 270 000 pessoas). Eram, na sua maioria, gente das cidades (1999: 23).

No início da década de 60, Moçambique, com aproximadamente 6 milhões e meio de habitantes, contava com cerca de 31 500 assimilados (American Committee on Africa, 1968: 1). Ou seja, 99% da população permanecia indígena.¹⁶

Estes dados desafiam a retórica salazarista que construiu um projeto identitário português, celebratório e laudativo dos ‘500 anos de presença colonial’ e da forte presença de colonos portugueses em África (Bender, 1978; Penvenne, 1995). Os dados disponíveis mostram, na realidade, que as grandes vagas migratórias de colonos portugueses aconteceram a partir da II Guerra Mundial, quando os processos de descolonização já estavam em marcha em vários países de África. A população branca de Angola viria a atingir a cifra de meio milhão (incluindo os militares e seus familiares) em 1974 (Bender, 1978: 28). No caso de Moçambique, integravam ainda o contingente dos não indígenas indianos e paquistaneses, ‘mistos’ e chineses, num total de 220 000 pessoas (Rita-Ferreira, 1998: 122). Juntando-se a esta cifra o contingente de militares

¹⁴ Veja-se a Lei n.º 2066, de 27 junho de 1953, e o Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954 referente ao, *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 43893, de 6 de setembro de 1961: *Revogação do Decreto-Lei n.º 39666, que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*.

¹⁶ E a situação não conheceu grandes mudanças na década que se seguiu, o que contrastava com os dados existentes para outras colónias vizinhas, como é o caso da África do Sul, onde a percentagem de população branca desde cedo foi bem significativa. No início da década de 60, por exemplo, havia mais de dois milhões de brancos na África do Sul (Anderson, 1962: 100).

destacados em Moçambique, assim como das suas famílias, esta população seria de cerca de 300 000 pessoas. Este salto explica-se, também, pelas mudanças económicas protecionistas, que procuravam promover o desenvolvimento das economias das colónias, promulgadas pelo Estado Novo.

De fato, do ponto de vista económico, a acumulação de capital realizada durante a II Guerra Mundial abriu novas oportunidades de investimento nas colónias, sobretudo em Angola e Moçambique (Duffy, 1967).¹⁷ Tal origina, na década de 50, a necessidade de acelerar a implementação do chamado 'Espaço Económico Português'. A ideia era a de criar nas colónias, especialmente em Angola e Moçambique, economias fortes que pudessem competir com os mercados externos. Instituinto uma zona de comércio livre entre a metrópole e as colónias, a medida previa a criação, num período de dez anos, do espaço económico português (Ferreira, 1993). Daqui não se deverá deduzir, contudo, que Portugal se afirmava como a potência económica por excelência da região. A realidade é que a preponderância do investimento estrangeiro na exploração de Angola e Moçambique, a criação de uma rede de transporte de acordo com os interesses económicos das economias vizinhas e, no caso de Moçambique, o recrutamento maciço de trabalhadores negros para as minas sul-africanas, produziu uma imagem de Portugal como um agente secundário, ao serviço dos interesses sul-africanos, a principal economia regional (MacQueen, 1997: 7).

Uma outra frente de reforma da política colonial dos anos 50 referia-se à política de colonização e povoamento agrícola do ultramar com populações portuguesas (Castelo, 2007). Em Angola, o reflexo direto desta política foi a criação de dois projetos – o colonato de Cela, no centro, e o de Maiata, a sul. No caso de Moçambique, estava em curso a construção de vários colonatos, destacando-se o do vale do Limpopo, a sul, assim como na Angónia, em Tete. Posteriormente surgiriam outros, sendo de destacar o megaprojeto hidrelétrico e de exploração de recursos naturais de Cahora Bassa, no Zambeze.¹⁸ O investimento das autoridades coloniais na edificação de colonatos revestiu-se de uma violência acentuada. Na verdade, estes colonatos foram sendo criados em

¹⁷ O contexto económico do pós-II Guerra foi significativamente favorável, tendo impulsionado a subida das cotações de produtos coloniais, como o café, o algodão, o chá e o sisal, o desenvolvimento industrial e fabril, a exploração dos recursos do subsolo, assim como um novo afluxo de colonos.

¹⁸ O projeto de Cahora Bassa integrava, para além da construção da barragem, uma das maiores no continente, a construção de uma estação transformadora de energia, a edificação de linhas de transmissão elétrica para a África do Sul e vários projetos agrícolas.

evidente prejuízo das populações autóctones: a política subjacente implicava a usurpação e expropriação de terras e a instalação forçada das populações em reservas indígenas ou mesmo em campos de concentração, como foi o caso do campo de São Nicolau em Angola.¹⁹ Para além da dimensão de usurpação e expropriação, esta política foi germana de uma reorganização dos territórios coloniais através das já mencionadas reservas indígenas. Libertando a terra para o povoamento europeu e para a exploração capitalista das colónias, esta reorganização territorial permitia ainda assegurar reservatórios de mão de obra, indispensáveis para tal exploração. Como sublinhou Mondlane,

o africano viu-se desapossado não só do seu poder político e da sua terra, mas também dos direitos mais elementares para controlar a sua própria vida. Era tratado praticamente como um escravo: forçado a abandonar a sua casa e família para trabalhar em qualquer sítio, durante horas excessivamente longas e por um salário meramente nominal (1976 [1969]: 36).

Nestas condições, como refere Rosas (1994), generalizou-se a revolta, surgindo, nas zonas dos colonatos, conflitos entre as populações africanas e os colonos.

Neste momento, importa enfatizar os modos pelos quais o desenvolvimento da exploração capitalista dos territórios ultramarinos, dependente como está da dominação colonial, era apoiada pelos interesses do capitalismo internacional. Em 1964, a África do Sul propõe a criação de um Mercado Comum da África Austral – SACOM –, envolvendo-a a si e às colónias que a rodeavam: Rodésia,²⁰

¹⁹ O acima citado colonato de Cela, por exemplo, foi construído à custa do desalojamento de 4000 famílias africanas que foram remetidas para uma reserva indígena (Guerra, 1988). Nos anos 60, em Moçambique, e de acordo com Allen e Barbara Isaacman (1983: 43), cerca de 3000 europeus possuíam mais propriedades agrícolas do que um milhão e meio de agricultores africanos. Estes autores sublinham também que, enquanto que cada agricultor branco detinha, em média, 562 hectares de terreno, os africanos possuíam apenas 1,4 hectares.

²⁰ Então ainda colónia britânica. A declaração unilateral de independência, proclamada em dezembro de 1965, não ganhou reconhecimento internacional, mantendo-se um Estado-pária governado por uma minoria branca até à sua independência completa, em 1980, altura em que se transformou no Zimbabwe. Formalmente Portugal nunca estabeleceu relações com a Rodésia, mantendo que o território rodesiano era de soberania britânica. Até 1974, as relações diplomáticas entre Portugal e a Rodésia realizavam-se através do Consulado Geral em Salisbúria, da Missão da Rodésia em Lisboa e dos consulados rodesianos em Lourenço Marques, na Beira, e da Missão Comercial em Luanda.

Angola, Moçambique,²¹ Lesoto,²² Suazilândia,²³ Botswana e Malawi.²⁴ Para além deste projeto económico regional, a África do Sul assinou, nesse mesmo ano, um acordo de cooperação com Portugal para o desenvolvimento do planalto do Vale do Cunene, em Angola, e para a construção da já referida barragem Cahora Bassa.²⁵ Ambos os projetos são vistos como polos para o desenvolvimento de ‘baluartes brancos’ em África.

O caso de Cahora Bassa merece uma leitura mais detalhada, pois este projeto estava no centro dos debates sobre a geopolítica da África Austral. A sua defesa, pelo governo de Marcello Caetano (no poder desde 1968), confirmava o projeto colonial de desenvolvimento e integração regional. O consórcio ZAMCO,²⁶ que liderava o projeto de Cahora Bassa, era dominado por interesses ocidentais e sul-africanos.²⁷ O projeto propunha-se a cumprir um duplo objetivo: gerar uma fonte de energia barata para os interesses sul-africanos e mobilizar o apoio ocidental na defesa da presença de Portugal em Moçambique. E, como Marcello Caetano referiria, o

progresso que a barragem de Cahora Bassa provocará não só há-de permitir pôr termo à actividade dos guerrilheiros, que se regista há cinco anos no norte de Moçambique, como atrairá ao vale do Zambeze um milhão de europeus, o que terá grande importância, tanto sobre o futuro daquela província portuguesa, como sobre o de toda a África Austral.²⁸

Pesem embora as crescentes pressões da comunidade internacional no sentido de uma rejeição da colonização portuguesa e o início das resistências

²¹ Angola e Moçambique eram territórios coloniais dependentes de Portugal.

²² O Lesoto e o Botswana, ambos colónias inglesas, ascenderam à independência em 1966.

²³ Ascendeu à independência em 1968.

²⁴ O Malawi tornou-se independente da Grã-Bretanha em 1964.

²⁵ Editorial do *Diário de Notícias*, de 14 de outubro de 1969.

²⁶ ZAMCO – Zambeze Consórcio Hidroelétrico para a execução do empreendimento de Cahora Bassa.

²⁷ Para além de Portugal, participavam no consórcio empresas de capital sul-africano, da então Alemanha Ocidental, da França, Grã-Bretanha e Itália. Veja-se a edição do *International Herald Tribune*, de 30 de dezembro de 1970, a revista *The Economist*, de 2 de janeiro de 1971, o *Nationalist*, na edição de 10 de julho de 1971 e *Africasia*, nº 45, de 19 de julho de 1971.

²⁸ *Diário de Notícias* de 1 de outubro de 1969. Este projeto seria, no entanto, ultrapassado pelos acontecimentos. A abertura da frente de Tete e o alastrar das atividades de guerrilha a Manica e Sofala, em 1972, resultaram na secundarização da questão da barragem, passando a ser dada prioridade à defesa e segurança dos colonos (Coelho, 1989).

armadas contra o poder colonial, o ritmo de crescimento dos territórios ultramarinos portugueses acelerou-se a partir dos anos 60.²⁹ Na obstinada resistência aos ventos da descolonização e independência, o governo português procurava consolidar as estratégias de cooperação entre Angola e Moçambique, Rodésia e África do Sul, para defender os seus interesses.

Nesta ótica, o cone austral do continente constituía a ‘única garantia sólida e a única aliada da política do Ocidente em África’ e, como Salazar sublinhava, seria um ‘crime contra a civilização e contra o progresso’ estender à África Austral os ventos de mudança que tinham resultado em ‘anarquia, miséria, conflitos políticos e bélicos’ nos territórios vizinhos que haviam ascendido à independência (Salazar, 1967: 10-11). Nestas ‘interdependências insubstituíveis’, para usar a sua expressão, o crescimento económico assinalava reforço gradual das ligações económicas com a África do Sul, Zaire, Rodésia, etc., ao qual estava associado uma retração das relações mercantis com Portugal (Rocha, 1977). De fato, quem garantisse os portos e sistemas de cooperação na área dos transportes controlava a África Austral (incluindo a Zâmbia e Malawi): o acesso aos portos de Lourenço Marques e da Beira revelava-se estratégico para a Rodésia; a Zâmbia e o Malawi necessitavam também dos portos a norte, e o Zaire e a Zâmbia não dispensavam o acesso aos portos de Angola. É, pois, neste contexto de crescimento económico que, pese embora o início das lutas armadas pela libertação nacional de Moçambique e Angola,

um quarto de milhão de expatriados e colonos, em Angola, e metade desse número em Moçambique, construíram indústrias de serviços e unidades transformadoras como até então fora visto em poucas colónias tropicais. A indústria de construção estava próspera, o turismo chegou às instâncias do Índico, as fotografias aéreas mostravam novas explorações pecuárias, construíam-se projetos hidro-elétricos gigantescos, os camponeses brancos irrigavam os campos de arroz, os arrastões congelavam peixe, os poços bombeavam petróleo, as empresas cervejeiras multiplicavam a sua produção e o Império produzia um quarto de

²⁹ O caso de Angola é único quanto às taxas de crescimento, tendo sido, inclusivamente, apelidado de ‘milagre económico’. Na verdade, se até 1963 a taxa de crescimento do PIB atingia valores médios de 4%, daí até 1973 chega a alcançar uma média de 7%. Este crescimento deveu-se a um conjunto de fatores, do qual se destaca a ação da administração portuguesa que, desde os anos 50, investe na criação de infraestruturas e no reforço da importância do setor agrícola, com as explorações de café, açúcar e sisal, e do setor extrativo, patente na exploração diamantífera, petrolífera e de minério de ferro – ambos virados para a exportação. Por outro lado, é de referir o impulso económico que a guerra colonial proporcionou ao Estado Novo.

milhão de toneladas de café por ano, vendido em troca de dólares americanos e florins holandeses. Na década de 1960-69, a bolha não apresentava o menor sinal de ir rebentar (Birmingham, 1998b: 219-220).

É precisamente perante este cenário, mapeando os percursos e dinâmicas históricas dos fluxos migratórios entre Portugal e as ex-colónias, que Cláudia Castelo conclui:

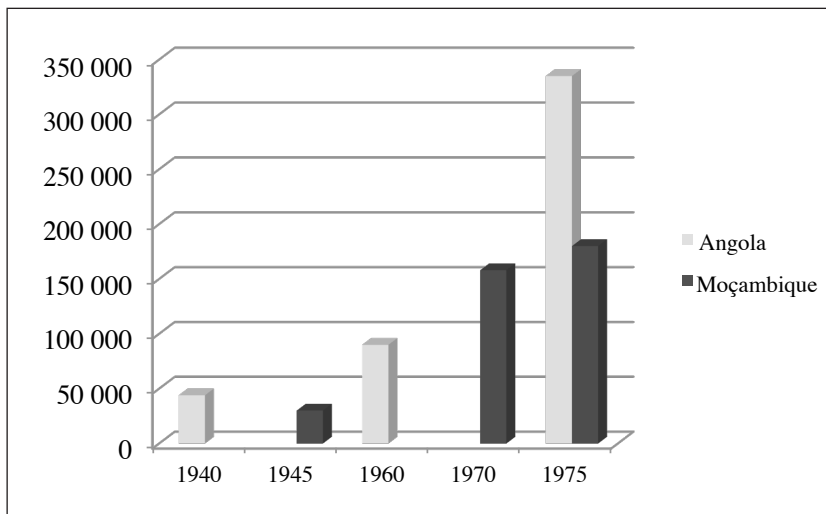
o momento da ‘descolagem’ da migração para a África portuguesa situou-se no imediato pós-Segunda Guerra Mundial (mais propriamente nos anos 1947/1948), num contexto económico muito favorável gerado pelas altas cotações dos géneros coloniais [...]. O apogeu deste fluxo situou-se na década de 50, sendo a segunda metade dos anos 60 já de abrandamento [...]. Nos 13 anos da guerra colonial, a taxa de fixação de novos residentes de origem metropolitana foi menor, mas a entrada de contingentes militares muitíssimo volumosos recrutados na metrópole significou, na prática, um substancial aumento da população branca temporária (2004: 21).

No início da década de 70, a comunidade colona de origem portuguesa em Angola e Moçambique estava dividida por vários grupos, com limites bastante fluídos: pessoal administrativo; colonos migrantes e pessoal associado ao exército e à polícia. O primeiro grupo referia-se a migrantes em missão oficial e que, no final da ‘comissão’, regressavam normalmente à metrópole. Com o início da Guerra Colonial, o governo português passou a encorajar a fixação em Moçambique e Angola destes funcionários públicos. O grupo dos militares e polícias, bastante reduzido até ao início da década de 60, vai conhecer um crescimento exponencial com o eclodir da guerra, primeiro em Angola e depois em Moçambique. A fixação dos militares e respetivas famílias permitia manter uma reserva militar que proporcionava maior segurança às populações, especialmente as colonas. Por fim, a categoria dos colonos migrantes englobava, essencialmente, portugueses que iam voluntariamente para Angola e Moçambique, no quadro da tendência emigratória da época (Castelo, 2007). No caso de Angola, uma parte significativa destes colonos eram agricultores portugueses, enviados para as colónias, especialmente a partir dos anos 50, para formar colonatos agrícolas.³⁰ Nesta categoria estavam ainda presentes

³⁰ Conclusões semelhantes são avançadas por Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis, os quais defendem que a maioria dos migrantes portugueses provinha, sobretudo, do meio rural (1998: 236).

empregados de casas comerciais e ‘grandes colonos’, i.e., a burguesia empreendedora local. Estes ocupavam posições-chave quer na esfera económica (v.g., na agricultura de monocultura, na média indústria, no comércio, etc.), quer ao nível da participação no poder político e na administração pública local. A análise destes dados sugere que as ‘raízes’ da presença portuguesa em África são, portanto, bastante recentes, como o gráfico da figura 2 sugere.³¹

FIGURA 1
População branca em Angola e Moçambique



Fonte: INE, 2001.

O encontro colonial português expandiu-se por vários continentes, produzindo uma gramática de poder que se traduzia na imagem ‘do Minho a Timor’. O final do império, com todas as convulsões que lhe estiveram associadas, produziu um Portugal que, reduzido a um espaço europeu, contém em si inúmeros legados do passado colonial. A descolonização representa, neste contexto, muito mais do que a transição para a independência ou a

³¹ Analisando o contexto angolano, Bender (1978: 26) sugere que mais de 70% da população europeia tinha migrado há apenas uma geração, contrastando com a realidade brasileira e outros processos de descolonização (Smith, 2003). E no caso de Moçambique, a população colona estava especialmente centrada em espaços urbanos (mais de 70% dos brancos).

mera transferência de poderes. A análise deste processo de transição exige, por conseguinte, a análise das lutas, compromissos, promessas, e o repensar de conceitos fundamentais que ligam espaços e tempos. No seu sentido mais amplo, constitui um campo de disputa sobre representações e políticas nas ex-colónias e na ex-metrópole, num complexo jogo de espelhos, onde o sentido da colonização e do império são interrogados.

2. Projetos Rivals na Descolonização Portuguesa: Independência para quem?

Os impactos da II Guerra Mundial, tanto a nível político como ideológico, foram enormes, simbolizando estes a perda da centralidade europeia no sistema mundo. Salazar descreveria este fato, num discurso proferido em 1939, como a perda do 'cérebro e coração do mundo' (1959: 139). O choque desta mudança na situação colonial encontra reflexo na 'Carta do Atlântico', de 14 de agosto de 1941, subscrita por Roosevelt e Churchill. De entre os princípios expressos na Carta, estavam o direito de todos os povos à soberania e o direito à escolha da forma de governo. Na constituição das Nações Unidas, esta posição encontrou, no entanto, um eco limitado: o direito à autodeterminação estava restringido aos antigos mandatos da Sociedade das Nações, aos territórios tomados ao inimigo e a outros que, voluntariamente, fossem colocados nesse regime. Mas os movimentos nacionalistas e oposicionistas à situação colonial foram tomando terreno, encontrando apoio, em 1955, na Conferência de Bandung, a qual se afigura como momento constitutivo do conhecido movimento dos não-alinhados. Esta combinatória, associada aos apoios dos Estados Unidos e dos países socialistas (da União Soviética à China), foi fundamental no descolar para as independências africanas a partir de finais da década de 50. E, em 1960, quando o Primeiro-ministro britânico Harold Mcmillam pronunciou o seu famoso discurso sobre os ventos de mudança que sopravam sobre África, a independência imediata de todos os territórios coloniais já era internacionalmente aceite pela maioria dos países. A exceção observava-se em relação ao império português; as independências africanas eram interpretadas pelo governo português como exemplos perigosos para o 'seu' Ultramar, e o processo independentista britânico e francês vai colocar em causa as boas relações de Portugal com estes países, especialmente no que diz respeito ao Reino Unido.

No início da década de 60, Portugal passa a considerar como territórios ultramarinos essenciais Moçambique, Angola e Cabo Verde.³² Com um certo

³² A situação geoestratégica de Cabo Verde explica a sua inclusão.

desanuiamento das relações entre os EUA e Portugal em torno da questão colonial (especialmente na ONU)³³, ainda na era Kennedy,³⁴ o governo português vai aprofundar as suas relações políticas, económicas e militares com os ‘seus aliados’ na região: África do Sul, Rodésia e, em menor escala, com o Malawi e o Zaire. De fato, desde essa altura que passou a estar em cima da mesa a possibilidade de se ampliarem ‘formas de cooperação económica a serem reguladas por tratados bilaterais’, e de se acordarem ‘pactos militares secretos de assistência mútua local’.³⁵ Para a África do Sul e Rodésia, regimes de minoria branca com economias em expansão e dispendo de importantes forças militares, a cooperação com Portugal era imprescindível para sustentar a onda nacionalista negra.

Os receios eram grandes quanto ao futuro do poder branco em África. Em agosto de 1963, Salazar enviou uma carta ao Primeiro-ministro da África do Sul, Verwoerd. Um dos principais assuntos da missiva era o receio da ascensão ao poder, na Rodésia, de um regime de maioria negra. Isto equivalia a dizer que, no extremo austral, apenas os territórios portugueses e a África do Sul ficariam como ‘representantes e defensores da civilização do Ocidente’. Caso, por exemplo, a Rodésia cedesse à pressão nacionalista africana, Portugal ficaria ‘com os flancos interiores de Angola e Moçambique abertos à infiltração’. É este receio que explica o interesse expresso pelo chefe do governo português em todas as ‘formas de cooperação entre a África do Sul e as colónias de Angola e Moçambique’ (Nogueira, 2000a: 514). Continuar em África significava, por isso, que ‘teremos de aguentar, e de nos encostar aos que querem ficar em África’ (Nogueira, 2000c: 142). Esta necessidade ‘inescapável’ explica, igualmente, a opção do governo português em apoiar os esforços anticomunistas de Tschombé e Mobutu, no vizinho Zaire, tentando vencer a insurreição que grassava no norte de Angola (Jesus, 2012).

³³ Em 1960, o ‘Ano de África’, ascenderam à independência catorze antigas colónias em África, tomando estas assento na Assembleia Geral da ONU e ampliando o bloco afro-asiático anticolonial.

³⁴ Tendo tomado posse em 1960, o governo Kennedy adotou inicialmente uma política de franco apoio ao nacionalismo africano, como forma de evitar o alastrar da influência comunista no continente.

³⁵ ‘Ensaio sobre os pontos referidos no discurso do Presidente do Conselho na Assembleia Nacional’. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Arquivo de Salazar: AOS/CO/NE-30B, de abril de 1962.

A condição essencial para o sucesso da luta ‘antissubversiva’ na região e para a continuidade do projeto colonial-capitalista das minorias brancas era, pois, a cooperação entre África do Sul, Rodésia e as colónias de Angola e Moçambique (e, num outro patamar, com o Malawi e o Zaire). Relembre-se que, em 1974, parte significativa da população branca no continente africano estava concentrada no extremo austral, em Moçambique, Angola, África do Sul e Rodésia, e que Angola e Moçambique representavam, juntamente com o Sudoeste Africano, uma zona tampão de segurança fundamental para os regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul. Não é, por isso, de estranhar a aliança entre Portugal, África do Sul e Rodésia contra a ‘insurreição’ africana. Para o governo minoritário sul-africano, a possibilidade de uma Angola ou um Moçambique independentes, governados por um regime político oriundo de um movimento de libertação, representava, de fato, vários perigos: alargava a fronteira à infiltração da guerrilha nacionalista, ameaçava o vital acesso ao mar e, acima de tudo, punha em causa a hegemonia branca, trazendo para a ribalta a questão da descolonização. A importância destas alianças para a sobrevivência do *status quo* político existente levou Ian Smith, Primeiro-ministro rodesiano, a afirmar, nas suas memórias, que ‘se estivesse Salazar mais uma década no poder, a Rodésia teria sobrevivido’ (1997: 73).

Em 1968, com Salazar doente, Marcello Caetano é indigitado por Américo Tomás para presidente do Conselho. Caetano opta, fundamentalmente, por dar continuidade aos valores e princípios do Estado Novo, pese embora os seus esforços para se diferenciar relativamente àquele (Rosas, 1994: 547). Tratava-se da chamada ‘evolução na continuidade’. Esta orientação política traduziu-se, basicamente, na transformação da ‘Grande Nação Portuguesa’ do Estado Novo, numa ‘Nação Pluricontinental e Plurirracial’. E, aos olhos de Caetano, tal significaria a necessidade de continuar o esforço de guerra, quer porque as suas convicções pessoais não passavam pela descolonização, quer porque a admissão de tal possibilidade suscitaria, por parte da ala política da direita, ameaças de golpe de Estado e de guerra civil (Rosas, 1994).³⁶

Nesta lógica de atuação, Caetano busca, a partir de 1970, desconstruir o paradigma colonial salazarista, refutando as justificações até então vigentes,

³⁶ Assim, a chamada ‘evolução na continuidade’ acaba por redundar em transfigurações meramente formais: a PIDE é rebatizada de DGS, a Censura passa a denominar-se Exame Prévio, entre outras mudanças.

nomeadamente a que se apoiava sobre a ideia de uma ‘missão civilizadora’ e a que fazia depender a independência nacional do destino das colónias. Mas o referencial nacionalista colonial permaneceu subjacente ao seu projeto político: Caetano insistia que, na revisão constitucional, a estrutura política promulgada na Constituição de 1933 – o Portugal imperial uno e indivisível – devia ser mantida (1970: 14). Caetano procura solucionar este potencial nó górdio, através do princípio de ‘autonomia progressiva’ dos territórios ultramarinos. Anuncia, ainda, que tal autonomia deveria ser ‘participada’ na forma de eleições para as assembleias legislativas dos territórios. Na verdade, este princípio de ‘autonomia progressiva’ seria reconhecido, em 1971, por uma revisão constitucional e, em 1972, pela nova Lei Orgânica do Ultramar e dos Estatutos Territoriais, pela qual se estabeleceu que

as províncias ultramarinas são parte integrante da Nação, com estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica.³⁷

Recebendo o título honorífico de Estado, Angola e Moçambique foram dotados com governos, assembleias legislativas e tribunais próprios, aparente prenúncio de um futuro federalista.³⁸ Na realidade, esta proposta procurava abrir caminho para uma solução política da questão colonial em moldes que satisfizessem os desejos da população colona, bem como os desígnios de Caetano que defendia abertamente a permanência de Portugal no xadrez ultramarino. Nas suas palavras: ‘a defesa do Ultramar português não afrouxará no plano diplomático, como não fraquejará no plano interno’ (1969b: 5). Mas, no fundo, quer Caetano quer vários grupos de militares e colonos procuravam as condições para a independência controlada das colónias, através de propostas de autonomia progressiva.³⁹

Em 1969, Marcello Caetano, de visita a Moçambique, avançaria com pistas quanto à possibilidade de autonomia federativa para as colónias, ao afirmar:

³⁷ Lei n.º 5/72 de 23 de junho, Capítulo II, Base II, artigo 1.

³⁸ Em 1962, Salazar tinha arquivado as propostas para uma resolução da questão colonial, através da criação de uma federação de estados independentes (Antunes, vol. 1 – 1985: 30).

³⁹ Foram exemplo destas tentativas o caso das negociações com o movimento nacionalista do PAIGC, na Guiné-Bissau (Spínola, 1974; Caetano, 1976: 119), e as negociações de Jorge Jardim com a Zâmbia, através de Mark Chona (Jardim, 1976; Entrevista de Mark Chona e Aquino de Bragança na *Expresso Revista*, de 3 de dezembro de 1976).

‘a Assembleia legislativa colonial compara-se, plenamente, na sua composição e nas suas competências, às assembleias dos estados nas federações mais desenvolvidas’.⁴⁰ Em 1971, e com o avanço das pressões internas (guerras nacionalistas e protestos) e externas (pressões internacionais, incluindo a nível da ONU), acontecem várias mudanças nos mecanismos que governavam as relações económicas das colónias com Portugal. Com tais alterações, a metrópole restituiu a Angola e Moçambique o controle sobre a exportação e a importação, inclusive sobre a balança de pagamentos. Esta descentralização representa uma forma de rutura para com o ‘integracionismo económico’ que dominou a política económica colonial nos anos 50 e 60, e foi seguida de importantes mudanças, quer a nível legislativo quer fiscal, aumentando a autonomia de Angola e Moçambique. É esta suposta abertura que levou Almeida Santos a defender na época

uma solução federativa, porque me apercebi de que ainda poderíamos tentar uma saída política, embora sabendo que, com o tempo, os laços com Portugal seriam cortados. Mas isso permitiria uma transferência de poderes não catastrófica, que salvaguardaria as estruturas económicas e a permanência dos colonos. A partir de certa altura, dei-me conta de que isso se tornara impossível e passei a defender o princípio da autodeterminação, através de consultas aos povos das colónias.⁴¹

Numa entrevista realizada em 1976, Marcello Caetano enfatizaria a sua certeza de que qualquer solução para a ‘questão ultramarina’ teria de obedecer a duas condições essenciais: ‘garantir a presença ativa de elementos civilizados nos territórios onde habitavam e assegurar a continuidade da cultura portuguesa nesses territórios’. Para Caetano, a lenta abertura às mudanças que propunha deveriam conduzir à formação de ‘sociedades multirraciais nas províncias ultramarinas’ (1976: 11-12). Este projeto de matriz lusotropicalista e neocolonial, assentava no referencial monocultural da *Comunidade Lusíada*, à qual os africanos se deveriam assimilar cultural, linguística, moral e intelectualmente como condição para exercer a sua cidadania. Pese embora a necessidade de se distanciar dos regimes racistas de África do Sul e Rodésia, dado o seu discurso e propaganda lusotropicalista, para Portugal o modelo

⁴⁰ *Jornal Notícias*, na edição de 19 de abril de 1969. Edição de Moçambique.

⁴¹ Entrevista de Almeida Santos ‘Descolonização assentou em lei anónima’, publicada na *Revista Visão*, de 7 de abril de 1994.

de emancipação para Angola ou Moçambique deveria seguir os passos da Rodésia ou da África do Sul, já que a autonomia destes territórios seria apenas concebível na condição

de que a África portuguesa continue a ter a alma portuguesa e que nela prossiga a vida e obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser (Caetano, 1976: 13).

Todavia, o afastamento entre a metrópole e o espaço ultramarino começava a afigurar-se insanável, dada a forte contestação à centralidade metropolitana. E a complexificar a situação estavam as divergências internas dessa mesma contestação, havendo quem defendesse um sistema de autonomia parcial, integrado num microsistema da lusofonia, pelo apoio aos movimentos nacionalistas (Pimenta, 2005), e quem advogasse a possibilidade de independências unilaterais promovidas por grupos de colonos brancos, à imagem do que havia acontecido na Rodésia e noutros contextos latino-americanos. Em resumo, face ao avanço da guerra em Angola e em Moçambique, e num contexto em que grupos de colonos brancos questionavam crescentemente a estrutura vigente, o governo português avançava com um ensaio de autonomia, em que ambos os territórios permaneceriam reféns de um projeto nacional ‘pluriétnico’, com capital em Lisboa (Jardim, 1976). Neste projeto, Lisboa mantinha a prerrogativa de dissolver as assembleias, bem como de nomear governadores com poder de veto sobre diplomas legislativos dos novos Estados. Por estes motivos, Guerra (1988) interpreta esta ‘demagogia liberalizante’ como estratégia destinada a assegurar a sobrevivência do poder colonial português em roupagens neocoloniais.

A estratégia adotada por Caetano materializou-se, fundamentalmente, na continuação da guerra colonial sem uma efetiva liberalização de Portugal. Mas os primeiros impulsos para a liberalização, nomeadamente política, tinham já acendido os ânimos e as esperanças de uma mudança real de regime, quer na metrópole, quer nas colónias. Múltiplos segmentos sociais – estudantes, católicos progressistas, oposições de esquerda, comunidades exiladas das elites e dos estudantes africanos –, reclamavam agora abertamente o fim da guerra colonial e as independências efetivamente africanas. O endurecimento da clivagem entre as posições originou um questionamento profundo sobre a pertinência e a viabilidade do marcelismo. De fato, a recusa marcelista em aceitar uma solução política para a guerra, conduziu a oficialidade intermédia – os capitães –, a crer que o fim do conflito passaria inexoravelmente pelo fim

do regime. Ou seja, que a solução para a situação colonial-fascista de Portugal apenas poderia ser resolvida politicamente, o que esteve na origem do golpe do 25 de Abril de 1974.

Entre abril de 1974 e o chamado ‘verão quente’, a questão da descolonização esteve no centro dos debates. Em Portugal, estes debates poderão ser escarpados em dois níveis principais. Por um lado, o debate que ocorreu no seio do próprio Movimento das Forças Armadas (MFA),⁴² que havia liderado o golpe e, por outro, entre este e o governo português. Globalmente, porque a questão colonial tinha sido um dos vetores fundadores do golpe do 25 de Abril, o futuro das colónias (e o fim da Guerra Colonial) encontrava eco em duas macro propostas (Dugos, 1975; Oliveira *et al.*, 1979): uma que privilegiava a autodeterminação dos povos africanos numa espécie de federação que englobasse todos os territórios portugueses em pé de igualdade, e outra que defendia a imediata independência das colónias e a entrega do poder aos movimentos de libertação.

Num primeiro momento, o programa do MFA advogava o faseamento da descolonização. Todavia, esta perspetiva gradualista foi rapidamente substituída por uma no sentido de conferir a independência o mais rapidamente possível. Tal mudança deveu-se à pressão exercida pelos militares do MFA em Lisboa e nas colónias, pela comunidade internacional (pressão que se começou a sentir imediatamente a seguir à investidura de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional, como Presidente da República), e pelos movimentos de libertação que se recusavam a depor as armas. Neste contexto, a admissão do princípio da independência célere, através dos movimentos de libertação já reconhecidos pela OUA (Organização de Unidade Africana) e pela ONU, jogou aqui um papel de relevo (Ferreira, 1993). O acumular da pressão, tanto no plano interno como no plano externo, acabou por precipitar a transferência da soberania.⁴³

Contudo, o debate sobre a descolonização continuou aceso: enquanto nos meses seguintes o governo português tentava implicar a ONU no processo de descolonização como forma de a corresponsabilizar, as vozes predominantes do MFA consideravam que tal constituía uma ingerência na condução do

⁴² Foi o Movimento das Forças Armadas que levou a cabo o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal, abolindo o regime colonial-fascista.

⁴³ Moçambique ascendeu à independência a 25 de junho e Angola a 11 de novembro de 1975.

processo. O MFA defendia, fundamentalmente, uma via de negociação direta com os movimentos de libertação, acabando, assim, por desempenhar um papel decisivo na definição dos interlocutores para negociar o cessar-fogo, a paz e a transferência de soberania. Como Aquino de Bragança acentuaria, a aliança entre os objetivos do MFA (acabar com ‘injustas e insustentáveis guerras, na chamada África Portuguesa’) e os movimentos de libertação (a independência sem ambiguidades), abriu caminho para ‘uma independência sem descolonização e sem a imposição de um regime neocolonial’ (1986: 9-10).

Foque-se, por instantes, a atenção no caso de Moçambique. Face ao avanço da guerra e à crescente desconfiança dos movimentos nacionalistas sobre a (im)possibilidade de ascender à independência através de negociação, a cisão entre o grupo dos colonos e o dos africanos foi aumentando, apostando estes últimos, crescentemente, na força da ação militar para alcançar a independência. Esta situação tornava urgente a tomada de medidas que tornassem possíveis a permanência da presença colona em Moçambique.

Neste sentido, um dos mais proeminentes industriais da Beira, Jorge Jardim,⁴⁴ avançou ainda em 1973 com uma proposta de autonomia para Moçambique. O documento secreto – o Programa de Lusaca, como ficou conhecido –, e que foi apresentado a Marcello Caetano em finais de 1973, contava com o acordo do então Presidente da Zâmbia, Keneth Kaunda.⁴⁵ O Programa realçava a necessidade de proteção dos milhares de brancos da África Austral, cuja presença era considerada como uma ‘realidade geográfica, histórica, social e cultural que terá tremenda influência no desenvolvimento humano nesta parte do mundo’. Indicando como fulcral ‘a segurança dos nacionais portugueses [...] através de um programa de integração nacional sob condições de harmonia racial e cooperação, sem conflito ou guerra’, era objetivo deste Programa o ‘estabelecimento de uma Comunidade Lusíada

⁴⁴ Jorge Jardim, ex-Secretário de Estado de Salazar, fixou-se em Moçambique nos anos de 1950, onde construiu um império económico, a partir do seu cargo de administrador de várias empresas do grupo Champalimaud. Detinha, ainda, interesses no Banco do Malawi e nas indústrias de cimento e papel da Suazilândia. Jardim gozava ainda de influência junto dos governos dos vizinhos Malawi e Zâmbia.

⁴⁵ O documento seguiu para Lisboa depois de obter a aprovação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), principal movimento nacionalista em Moçambique, do COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) e de opositores, não guerrilheiros, ao regime colonial (Entrevista de Mark Chona e Aquino de Bragança no *Expresso Revista*, de 3 de dezembro de 1976). Entrevistas realizadas em Moçambique, em 2011 e 2012.

compreendendo os antigos territórios portugueses incluindo o Brasil'. Preconizava-se, assim, uma associação 'na qual Portugal teria uma posição dominante'. Pondo em causa os pactos anteriores com a Rodésia e a África do Sul do *apartheid*, o Programa promovia o reforço da cooperação económica e cultural da Comunidade Lusíada sob coordenação de Portugal. Finalmente, estabelecia como critério central da política a prosseguir no pós-independência de Moçambique, que o

novo sistema político para os novos países independentes fosse capaz de assegurar a proteção para todos os moçambicanos e promover o seu bem-estar sem consideração de raça, cor, credo ou origem étnica. De particular importância para o governo Português é o futuro de uma grande população de origem portuguesa (Jardim, 1976: 384-400).

Entretanto, para a maioria da população branca de Moçambique, concentrada em espaços urbanos, a vida decorria com relativa normalidade até ao início de 1974,⁴⁶ mantendo-se o teatro de guerra uma questão longínqua. A população branca 'sabia que a guerra existia, mas não vivia no meio da guerra'.⁴⁷ Isto ajuda a explicar que a guerra, vista como distante pela maioria dos cidadãos, fez com que os colonos urbanos pensassem 'que a guerra era nossa [dos militares], e não era deles'.⁴⁸ Este ambiente de paz podre, que vinha sofrendo vários abalos, é estilhaçado definitivamente com a morte de um casal branco, em janeiro de 1974, nos arredores da Beira, a segunda maior cidade de Moçambique.⁴⁹ A insegurança alastrava e a cisão entre militares e colonos aumentou. Estes últimos punham em causa a presença dos militares, a quem acusavam de incapazes para sustentar a guerra e de proteger a população branca (Souto, 2007; Couto, 2011).

Ao trazer a violência da guerra para dentro do quotidiano do espaço urbano, o incidente da Beira mostrou que a guerra tinha passado para o sul de Moçambique. Com a guerra a disseminar-se para uma situação fora do controlo das Forças Armadas portuguesas, amplia-se a cisão entre a população civil e os

⁴⁶ Ver também Mesquitela, 1977.

⁴⁷ Depoimento do Coronel Pinto Ferreira nos *Estudos Gerais da Arrábida sobre a Descolonização Portuguesa*, no painel dedicado a Moçambique (29 de agosto de 1995). Disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/docs/>.

⁴⁸ Depoimentos do General Joaquim Miguel Duarte Silva, *ibidem*.

⁴⁹ A FRELIMO começou a ter maior poderio militar, com a introdução de mísseis terra-ar, a partir de janeiro de 1974.

militares. Para Aniceto Afonso, esta situação resultou, igualmente, do fato de o regime português privilegiar o silêncio sobre a guerra e de uma minoria branca participar desta.⁵⁰ Esta situação era bem distinta em Angola, onde ‘os luandenses tiveram a guerra à porta.’⁵¹

Após o 25 de Abril, a primeira proposta avançada pelo governo português quanto às independências das colónias preconizava a manutenção metamorfoseada do império, desta feita numa base federalista (opção defendida por Spínola).⁵² Tal proposta acabou por ser abandonada em prol da alternativa elaborada pelo governo de Palma Carlos, empossado após o golpe. Palma Carlos era partidário do princípio de autodeterminação através de consultas diretas às populações ultramarinas⁵³ (Ruas, s/d), onde se incluiria a opinião dos colonos. Ambos os projetos foram vistos, no contexto de Moçambique, por exemplo, como uma solução neocolonial para a guerra, e recusados pela FRELIMO.⁵⁴ Todavia, esta alternativa é cilindrada pelo curso dos acontecimentos: no início de junho, 107 militares em Moçambique assinavam uma exposição onde afirmavam ‘pelo conhecimento concreto da realidade, ser a Frelimo o único e indiscutível representante do Povo de Moçambique’ e onde declaravam pugnar pelo imediato reconhecimento do direito à independência do povo moçambicano e pelo fim da guerra. O rápido desenrolar dos fatos, como revela Almeida Santos, na altura ministro da Coordenação Interterritorial (‘um nome que, no fundo, disfarçava o que restava do antigo Ministério do Ultramar’),⁵⁵ e que coordenou a negociação da transição por parte de Portugal, fez com que a possibilidade de referendar as condições da independência fosse rapidamente posta de lado, a favor do direito à autodeterminação sob a liderança do movimento que liderava a luta armada contra a presença colonial, a FRELIMO.

⁵⁰ Depoimento do Tenente-coronel Aniceto Afonso, nos *Estudos Gerais da Arrávida sobre a Descolonização Portuguesa*, no painel dedicado a Moçambique (29 de agosto de 1995). Disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/docs/>.

⁵¹ Depoimentos do General Joaquim Miguel Duarte Silva, *idem*.

⁵² Veja o livro de Spínola, *Portugal e o Futuro*, publicado no início de 1974.

⁵³ Sublinhe-se a este propósito que que nos meandros do poder em Portugal, na altura, prevalecia a ideia de que a solução política para o Ultramar passaria por uma consulta às populações, com a qual ‘se procuraria que o Ultramar continuasse ligado a Portugal’ (Marques, 2010: 50).

⁵⁴ Face a esta posição de Portugal, a FRELIMO prosseguiu a luta armada (Moiane, 2009; Afonso e Gomes, 2010), até ao acordo de cessar-fogo de 7 de setembro de 1974.

⁵⁵ Entrevista realizada em abril de 2012.

Por seu turno, o estudo da situação angolana desvela, de modo similar, a presença de fortes divergências entre o MFA e segmentos mais conservadores das autoridades portuguesas que, inclusivamente, participavam da Junta de Salvação Nacional.⁵⁶ Tais divergências são exemplarmente visíveis nos conflitos entre as forças do MFA em Luanda e Silvério Marques, o último Governador de Angola, nomeado por Spínola. Para Silvério Marques, que chegou a Angola como Governador-geral em maio de 1974, a sua missão consistia na

preparação de eleições [...] e para encaminhar a preparação de um referendo sobre o destino político do País [...], referendo que eu admitia que, realizado com seriedade, seria favorável à concepção tradicional portuguesa de uma Pátria multirracial' (Marques, 2010: 53).⁵⁷

Aquando do 25 de Abril, o MFA, sob as ordens do Major Pezarat Correia, entra em Luanda. Segue-se um período de intensa turbulência, intensificada pelos profundos desacordos entre o MFA e Silvério Marques, sobretudo no que se refere ao futuro do território: seria este conforme a uma independência total à qual estaria associada uma necessária descolonização, ou conforme a ideais de autonomia e/ou descentralização (que permitiriam a continuação da presença e influência de Portugal sobre os territórios ultramarinos e a preservação da sua 'identidade pluricontinental')? De fato, para Silvério Marques, íntimo de Kaúlza de Arriaga e adepto da solução federalista de Spínola, o 'fim de Portugal Ultramarino [...] representou mais que transição, verdadeira ruptura, e o mais importante e desastroso acontecimento histórico', pois 'constitucionalmente as Províncias Ultramarinas não «eram de Portugal», mas sim «eram Portugal»' (2010: 43-44).

Silvério Marques esteve apenas 35 dias no cargo e sobre as suas relações com o MFA considera o seguinte:

O MFA de Angola, tinha resolvido sabotar a minha acção e, com o pretexto de que a responsabilidade do surto de subversão era [...] do Governador-Geral recém-

⁵⁶ Prevista pelo programa do MFA, a Junta era presidida, como referido, por Spínola. Foi instituída a 26 de abril de 1974 e vigorou até 1975. A 15 de maio, Spínola é designado como Presidente da República, exercendo o cargo até 28 de setembro do mesmo ano – altura em que renuncia ao mesmo.

⁵⁷ Relembrando, na busca de uma solução política para a questão colonial estas eleições incluíam a participação central da comunidade branca, colona, já que o objetivo político então era o de manter a ligação do espaço ultramarino africano a Portugal.

-chegado [...] procuraram branquear-se, fazendo uma reunião ‘à prec’ e pediram para Lisboa a sua substituição. [...] Simplesmente eu não fazia parte do MFA, nem da Junta [...] a minha obediência seria à orientação do Ministro da Coordenação Interterritorial e não aos rapazes do MFA de Angola. Fui para Angola para preparar eleições e organizar o referendo com que se pensava decidir o destino de Angola face à Pátria Portuguesa. E não aceitei ficar à trela da rapaziada do MFA que tive a sensação que só estava preparado para abandonar Angola, e deixá-la ao MPLA⁵⁸ (2010: 57).

A 25 de julho de 1974, chega a Luanda o Almirante Rosa Coutinho, integrando a Junta Governativa de Angola, órgão colegial de governo do território e, a 9 de agosto, é apresentado o primeiro programa de descolonização. O programa previa a formação de um governo provisório de coligação, após a assinatura de um cessar-fogo com os movimentos de libertação. Estes integrariam um gabinete juntamente com representantes dos grupos étnicos mais representativos e nos quais se incluía o grupo ‘dos brancos’, pretendendo-se com esta medida acalmar os receios da população branca. Em Angola, MPLA e FNLA rejeitam a proposta. Em Portugal, esta é bem acolhida, mas não recebe explícito compromisso dos setores mais conservadores nem do presidente da República, Spínola.

Entretanto, a 18 de setembro de 1974, cerca de 500 oficiais das Forças Armadas portuguesas reúnem-se em Luanda e reafirmam a necessidade da descolonização ser realizada através dos três movimentos de libertação,⁵⁹ por considerarem que o envolvimento destes na luta contra o poder colonial lhes conferia uma legitimidade revolucionária (Heimer, 1980). Mas a posição do MFA enfrenta as resistências dos colonos, bem como os projetos rivais defendidos por altos responsáveis portugueses que recusam a descolonização nos moldes propostos pelo movimento.

Simultaneamente, em Lisboa, Spínola pretendia encarregar-se pessoalmente do caso angolano. Na verdade, dias antes da reunião de Luanda, Spínola encontra-se com o presidente do Zaire, Mobutu, na Ilha do Sal, a 14 de setembro, para discutir temas como a questão de Cabinda e possíveis contactos

⁵⁸ MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, um dos principais movimentos nacionalistas.

⁵⁹ Além do já citado MPLA, lutavam ainda pela independência de Angola a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola e a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola.

com Holden Roberto, líder da FNLA, no sentido de se estabelecer um cessar-fogo no norte de Angola. O encontro foi secreto, não tendo sido informada nem a Junta Nacional de Salvação nem o governo Provisório. De acordo com Guerra (1988), baseado em entrevista a Rosa Coutinho, o acordo entre Spínola e Mobutu implicava o reconhecimento pelo Zaire da independência de Angola, desde que o poder fosse entregue à FNLA e a pequenos grupos políticos que representariam os colonos, e desde que Cabinda ficasse sob administração da FLEC⁶⁰ como protetorado comum de Angola e Zaire. O autor avança ainda com interpretações adicionais, segundo as quais o governo provisório de Luanda seria, no âmbito desse acordo, composto pela FNLA, UNITA e elementos brancos, estando ainda previsto um período de vinte anos para que sociedades económicas portuguesas e transnacionais prosseguissem as suas atividades.⁶¹

3. Nacionalismos brancos

A partir do contexto angolano, Fernando Pimenta discute precisamente o impacto das colónias de povoamento para a experiência colonial portuguesa. Relacionando a chegada de colonos europeus com a emergência de um nacionalismo económico (internamente diverso e com agendas descoincidentes) entre os colonos em Angola e os brancos angolanos, este autor aponta pistas que podem auxiliar na compreensão da complexidade dos processos identitários que as independências, a descolonização e o movimento dos *retornados* suscitaram, assim como das formas que assumiu o nacionalismo independentista branco (Pimenta, 2004: 5-6). De sublinhar que este nacionalismo de forte motivação económica traduzia as tensões entre as aspirações dos colonos e brancos angolanos e os desígnios da metrópole. Essas tensões participariam, por seu turno, na construção de uma diferenciação identitária em contraposição à metrópole, pela qual colonos e brancos angolanos – constitutivos de um pequeno núcleo de burguesia angolana –, elegiam como referencial primevo da sua identidade o espaço colonial.

⁶⁰ Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, movimento que luta pela libertação e independência do enclave.

⁶¹ *Diário de Luanda*, 21 de outubro de 1975. Spínola dedica-se à descolonização angolana, tendo criado, inclusivamente, a Comissão Nacional de Descolonização. A proposta de condução da descolonização por Spínola foi bem recebida pelas comunidades brancas, pela FNLA e pela UNITA. Medeiros Ferreira considera que esta tentativa foi ‘uma das últimas oportunidades para a representação política autónoma dos colonos portugueses no processo de independência de Angola’ (1993: 72).

Duas dimensões devem ser aqui salientadas. A sua discussão abre o olhar à complexidade dos projetos e posicionamentos dos ensejos independentistas por parte das populações colonas. Neste sentido, a questão do ‘nacionalismo branco’ não deverá, pois, ser vista como fenómeno e processo monolítico e internamente homogéneo.

A primeira dimensão decorre de fortes processos identitários e de identificação pelos quais a população de origem metropolitana, especialmente a nascida nos territórios ultramarinos, se via como ‘nacional’ desses mesmos territórios. Esse processo de identificação foi sendo duplamente reforçado: por um lado, pelo sentimento de os ‘seus’ territórios serem objetos de exploração por uma metrópole atrasada, incapaz e autoritária que cerceava o seu desenvolvimento; por outro, pelo sentimento de serem discriminados por uma metrópole que os tratava como ‘cidadãos de segunda’. Carvalho Filho dá-nos conta desta questão:

A inferiorização em relação ao colonizado não se dava apenas em relação àquele de pele negra, mas também até sobre o de epiderme branca, ou seja, em relação ao branco nascido em Angola. Os metropolitanos consideravam-se ‘branco de primeira’ e os brancos angolanos eram tidos como ‘branco de segunda’, distinção esta inscrita até no bilhete de identidade, pelo menos na passagem do século XIX ao XX. Brancos, como Pepetela, António Jacinto, Luandino e António Cardoso, sentiam-se exilados no seu próprio país como cidadãos de segunda classe. Testemunhava-se que os brancos nascidos em Angola que eram discriminados no acesso a determinados cargos públicos e ao exército. Os metropolitanos no Banco de Angola ganhavam mais que brancos nascidos na colónia mesmo que ocupassem cargos equivalentes, chegando mais rapidamente aos altos postos (s/d).

Todavia, a partilha dos agravos sentidos em relação à metrópole e das aspirações independentistas entre, por um lado, as populações brancas e, por outro lado, as populações africanas e movimentos de libertação, não deixava de ser problemática, dadas as profundas diferenças de inserção daquelas na sociedade colonial. Assim, as notícias sobre o 25 de Abril são acolhidas em Angola com entusiasmo, sendo a Revolução interpretada como o fim da exploração da província e a resposta a anseios independentistas quer da população branca, quer dos movimentos de libertação. No entanto, a consciência de fundo sobre as diferenças existentes entre os anseios independentistas da população branca que, identificando-se como angolana, deseja assegurar os privilégios detidos, e os ideais dos movimentos de libertação, produz uma significativa ambivalência daquela face à iminência da independência.

A literatura de memória que tem sido publicada nos últimos anos, permite um olhar mais pessoal sobre os conflitos que este processo produzia. Isabel Valadão, por exemplo, descreve a ambivalência de sentimentos e atitudes dos colonos portugueses e seus descendentes face às aspirações dos movimentos de libertação:

Muitos angolanos, de vários quadrantes sociais, tanto negros como brancos, simpatizavam ou estavam envolvidos nas causas dos movimentos de libertação. Desde há muito que corriam conversas sobre uma separação [...] de Angola em relação ao continente ou, até, à sua autodeterminação. [...] Muita gente, em Luanda, conhecia e dava-se com pessoas ligadas ao MPLA e, até mesmo, à FNLA ou à UNITA. [...] Mas, ao mesmo tempo, mantinham uma certa reserva por elas representarem as forças que lutavam contra o regime vigente, contra o colonialismo. Simpatizando ou não com a ‘luta de libertação’, ela era uma espada de dois gumes. Por um lado, representava aquilo que a maioria ambicionava para Angola – a separação da Metrópole, a independência. Por outro, antecipava-se que ela provocaria uma desestabilização do *modus vivendi* e das relações entre as pessoas. Adivinhavam-se guerras fratricidas e lutas de interesses políticos [...]. Por isso, os mais cautelosos acompanhavam com simpatia o desenvolvimento desses movimentos, mas mantendo-se prudentemente a uma certa distância (Valadão, 2012: 177-178).

De acordo com a autora, um dos movimentos que mais identificação gerou na população branca foi a chamada Revolta Ativa. Formalizada em maio de 1974, um mês depois do 25 de Abril, em Brazzaville, o movimento da Revolta Ativa criticava frontalmente a direção do MPLA pelo autoritarismo de Agostinho Neto e pela direção que o movimento impunha na luta armada contra o colonialismo.⁶² Valadão considera que a Revolta Ativa

viria, embora fugazmente, criar grandes expectativas em todos os angolanos brancos que receavam o fundamentalismo e as diretrizes profundamente racistas propaladas pelos seguidores de Neto (2012: 179).

⁶² Na realidade, menos de um mês depois da queda do regime em Portugal, e pese embora o reajustamento levado a cabo pelo MPLA para enquadrar as dissidências da Frente de Leste na forma da conhecida Revolta Chipenda, emerge dos velhos assimilados, na Frente Norte, uma facção organizada como grupo de reflexão, composta essencialmente por mestiços e brancos, que ficou conhecida como Revolta Ativa. A Revolta acaba por ser reprimida pelo MPLA (Mabeko-Tali, 2001).

Uma segunda dimensão relativa à questão dos nacionalismos brancos diz respeito aos projetos rivais de independência de Angola e Moçambique, destinados a assegurar, como observado anteriormente, o poder branco e a exploração capitalista dos territórios.

Segundo Guerra, só em junho de 1974 é que a estrutura da PIDE/DGS foi desmantelada em Moçambique e foi emitido mandato de captura contra Jorge Jardim – num momento em que as milícias deste ‘se movimentavam já no Centro do país’. O autor informa ainda que, até esse momento, Jardim

pôs em pé de guerra uma unidade de um milhar de homens, na sua maioria, desertores da FRELIMO. Em Lisboa, e em nome de Jorge Jardim, eram recrutados mercenários a 45 contos por mês (15 vezes o salário mínimo então criado) para combater a FRELIMO e no centro de Moçambique registavam-se as primeiras ações de sabotagem (1988: 77).

Ultrapassado pelo curso da história, Jardim tentaria, sem sucesso, várias manobras de aproximação à FRELIMO na tentativa de fazer singrar o seu projeto. Mas a situação política havia mudado radicalmente e na cena política moçambicana emergem, após o 25 de Abril, uma multitude de atores (cerca de 45 grupos, organizações e partidos).⁶³ Estes atores representavam tanto opções políticas de esquerda (como os Democratas de Moçambique), como de extrema-direita (como os Dragões da Morte). Incluía tanto apelos à raiz africana (caso do GUMO, UNIPOMO, COREMO, entre outros), como movimentos de colonos brancos (Federalistas, Convergência Democrática, FICO, etc.). No seu conjunto, refletiam uma grande diversidade política, prenúncio de uma luta cerrada pelo poder, na qual participavam grupos de interesses económicos e na qual estavam envolvidos importantes apoios regionais.

⁶³ Entre maio e setembro de 1974 surgem ou estabelecem-se em Moçambique o FUMO – Frente Unida Democrática de Moçambique, o FRECOMO – Frente Comum de Moçambique, o GUMO – Grupo Unido de Moçambique, o MML – Movimento Moçambique Livre, o MONAUMO – Movimento Nacionalista Africano de União de Moçambique, o MONIPAMO – Movimento Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique, o FICO – Ficar Convivendo, a Convergência Nacional, o COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique, o FNI – Frente Nacional Integracionista de Moçambique, o PCN – Partido de Coligação Nacional, o UNIPOMO – União dos Povos de Moçambique, a AMA – Ação Moçambicana Armada, o PRUMO – Progresso Unido de Moçambique, os Dragões da Morte, etc.

A instabilidade política aumentava à medida que avançavam as negociações com a FRELIMO. O grupo de portugueses brancos, menos esclarecidos, e insistindo na defesa de um Moçambique conforme aos ideais de ‘portugalidade’, iria envolver-se numa situação extrema – o 7 de Setembro. Os acontecimentos de Lourenço Marques de 7 de Setembro constituíram sumariamente uma forma de protesto contra a transferência unilateral do poder para a FRELIMO, por parte de um grupo de colonos brancos que se sentiu excluído e ultrapassado pelo processo político (Saavedra, 1975): a sua posição, enquanto terceira força, não era ouvida, e a instabilidade e insegurança aumentavam com as pilhagens e roubos que ocorriam um pouco por toda a parte, numa altura em que as forças de defesa e segurança portuguesas atuavam, essencialmente, em ações de autodefesa e de proteção da população civil (Oliveira, 1978).⁶⁴ Politicamente, o 7 de Setembro, que ficou conhecido como o Movimento Moçambique Livre (MML), refletiu o agregar dos interesses de vários agrupamentos, como o grupo FICO,⁶⁵ a Convergência⁶⁶ e ex-comandos agrupados nos ‘Dragões da Morte’, aos quais se juntaram alguns negros que se opunham à FRELIMO. O caráter neocolonial do movimento era manifesto, quer nos pronunciamentos políticos, quer nos símbolos usados durante o levantamento, como o fato de se exibir a bandeira de Portugal.

Durante 4 dias, e explorando sentimentalismos patrióticos, o MML, apoiado indiretamente pelos interesses económicos ligados a Moçambique, acionou a revolta da população branca, especialmente em Lourenço Marques:⁶⁷ uma massa importante de colonos ocupou o Rádio Clube de Moçambique e o aeroporto. Libertaram uma centena de agentes e graduados da PIDE/DGS que se encontravam detidos em cadeias, tendo grande parte deles rumado à África do Sul, onde tinha sido criado um posto de acolhimento para os receber. Milícias brancas circulavam pelos subúrbios da cidade, ameaçando e matando civis negros, identificados como membros da FRELIMO.⁶⁸ Os confrontos eram

⁶⁴ Os Acordos de Lusaca estabeleceram as condições do cessar-fogo entre as duas frentes, bem como as condições da transição para a independência de Moçambique.

⁶⁵ Que agregava essencialmente a pequena burguesia colona, branca.

⁶⁶ Que representava os interesses da burguesia colonial capitalista.

⁶⁷ Sucederam-se várias tentativas de levantamento pelo país, mas a única que conheceu algum sucesso, face à presença das Forças Armadas, aconteceu em Lourenço Marques.

⁶⁸ Como refere Norrie MacQueen (1997: 45), aos olhos de muitos portugueses politicamente pouco esclarecidos, a FRELIMO representava, sobretudo, um grupo terrorista e desorganizado, cuja ação se circunscrevia a zonas remotas do norte de Moçambique.

inevitáveis, com brancos a disparar contra civis negros; noutras zonas da cidade os negros retaliaram com paus e catanas.⁶⁹

Como vários militares portugueses então presentes em Moçambique referiram,⁷⁰ a sobrevivência efémera do Movimento Moçambique Livre deveu-se a vários fatores: centrou-se nas duas maiores cidades, onde vivia parte importante da população branca (Lourenço Marques e Beira); atuou num cenário de crise de autoridade, caracterizado pela ausência de um dispositivo militar adequado às relações de força em presença e, finalmente, à indecisão dos altos comandos militares em exercício (como aconteceu, por exemplo, em Nampula). Convém, igualmente, referir que, apesar dos insistentes apelos dos integrantes do MML, quer a África do Sul quer a Rodésia mantiveram-se à distância. No seu conjunto, estes fatores votaram o movimento ao fracasso. Para um participante do 7 de Setembro, esta derrota significou ‘o sonho desfeito de um Moçambique que tínhamos idealizado com base no modelo rodesiano, aliado do Ocidente’. O fim do MML simbolizou para os seus membros ‘o ruir de todas as últimas esperanças, a inimaginável matança, a selvajaria completa, brutal inesperada’ (Castilho, 2002: 474). E, nas palavras de um colono, foi ‘o dia em que morreu Moçambique plurirracial’.⁷¹

Após 4 dias de revolta, a tropa portuguesa ‘libertou’ o aeroporto e o Rádio Clube, restaurando a ordem com apoio das tropas da FRELIMO que, entretanto, foram chegando a Lourenço Marques na sequência dos Acordos. A 20 de setembro, Joaquim Chissano, por parte da FRELIMO, assumiu o cargo de chefe do Governo de Transição, conduzindo, em conjunto com representantes portugueses,⁷² Moçambique à independência, em junho de 1975.

Quanto a Angola, o panorama político não era muito diferente. Na primeira metade de 1974 havia no território a UNA – União Nacional Angolana, o PCDA – Partido Cristão Democrata de Angola, a FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, a FUA – Frente Unida de Angola, o ESINA – Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola, o MOPUA – Movimento Popular

⁶⁹ Segundo números oficiais, nos dias que se seguiram morreram 82 pessoas e registaram-se 472 feridos. As pilhagens que se sucederam, um pouco por todo o Moçambique, na sequência dos acontecimentos de 7 de Setembro de 1974, paralisaram inúmeras atividades económicas, tendo um profundo impacto negativo na economia local (Oliveira, 1978).

⁷⁰ Entrevistas realizadas em 2011 e 2012.

⁷¹ Entrevistas realizadas em 2011.

⁷² Um terço do governo era constituído por portugueses, sendo liderado por um Alto-comissário indigitado por Portugal – Vítor Crespo.

de Unidade Angolana, a Associação Cívica Pró-Angola e a Frente Nacionalista. A estes, há que acrescentar a FRA – Frente de Resistência Angolana, criada a 19 de julho de 1974, por iniciativa de Nuno Cardoso da Silva, secretário de Silvério Marques, entre outros.⁷³

Embora longo, o testemunho de Carvalho Filho é esclarecedor quanto aos objetivos da FRA:

Uma solução rodesiana para independência foi dificultada, já que os colonos brancos sempre sofreram, por parte do Estado Salazarista, um forte cerceamento às suas ações políticas fora dos seus ditames ditatoriais que impediam anseios emancipacionistas mesmo que sob o controle de uma minoria branca. Entretanto, este sonho não foi totalmente descartado, já que por volta de 1974, a proposta então elaborada por ‘reacionários brancos’, ou seja, de uma descolonização nos moldes racista e capitalista era condenada pela maioria dos nacionalistas angolanos. [...] Ela supunha ‘um desenvolvimento capitalista acelerado da sociedade central’ colonial, numa ‘interação assimétrica’ com as sociedades nativas tradicionais, levando-as a ‘uma regressão/decomposição’. Esta proposta supunha, pelo menos durante um período considerável, a garantia de mão-de-obra negra barata para numerosas empresas com baixa rentabilidade, facilitando a expansão das plantações e das empresas pecuaristas. Isto seria garantido pela ‘reintrodução de uma discriminação racial legal’, tal como um Estatuto do Indígenato modificado. Para os ‘brancos pobres’, a proposta implicava o restabelecimento de privilégios legais, na competição pelos empregos mais interessantes... em relação à grande maioria dos africanos. Para manter sem dificuldades esta superexploração das massas africanas e a consequente posição socioeconómica privilegiada dos brancos, seria necessário que o poder estivesse, não nas mãos de uma burguesia racialmente mista, mas sim monopolizado pelos brancos. Deduzia-se como natural uma integração da política internacional de Angola com a política do apartheid sul-africano. [...] Os proponentes deste tipo de descolonização em 1974 preparavam exércitos secretos. Um deles era popularmente designado, em cópia brasileira, por ‘esquadrão da morte’ Entretanto, além deste havia outras organizações similares atuando na clandestinidade. Eram especializados em distribuir ‘panfletos... a brancos’, incitando-os ‘a atirar ao negro’, não perdendo

⁷³ Veja-se Cruz, 1976. Segundo Guerra (1988), a FRA tinha por ideólogos Fernando Pacheco Amorim e Francisco Roseira e era apoiada pelo último governador da Guiné, General Bettencourt Rodrigues, pelo Major Mariz Fernandes, membro da facção spinolista do MFA, e por Silvério Marques.

balas. As siglas que abaixo-assinavam estes panfletos eram o ESINA (Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola) e a FRA (Frente de Resistência Angolana). Na verdade, seria imprudente considerar estas duas organizações, ou outras existentes, como grupos separados: eram apenas cabeças de uma mesma hidra reacionária (s/d).⁷⁴

João Paulo Guerra refere também que

em Luanda, a FRA mantinha contactos com agrupamentos políticos fantoches, criados em Angola e promovidos por inspiração do general Spínola no âmbito do seu projeto federalista, como o Partido Cristão Democrata de Angola – PCDA, e a União Nacional de Angola – UNA (1988: 75).

De modo similar às tentativas de desestabilização orquestradas em Moçambique, a FRA preparou um golpe de Estado que foi desmantelado pelo MFA a 23 de outubro.⁷⁵

Entretanto, em Portugal, com o falhanço do 28 de Setembro,⁷⁶ multiplicam-se os grupos terroristas e nacionalistas, dos quais se destaca o ELP – Exército de Libertação de Portugal, o qual mantinha relações com a CIA,⁷⁷ Rodésia, África do Sul, grupos económicos e Jorge Jardim (Guerra, 1988). À organização juntou-se ainda o MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal, criado por Spínola. No Verão Quente de 1974, surge ainda o CODECO – Comandos Operacionais para a Defesa da Civilização Ocidental.

⁷⁴ A FRA era composta por civis da Organização Provincial de Voluntários da Defesa Civil, por militares e paramilitares das Tropas Especiais, dos Flechas, do Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola e da 2ª Repartição (de Informações) do Estado-Maior. Disponha da rede de transmissão da PIDE/DGS e mantinha contactos com a África do Sul, através do Coronel Santos e Castro e de Pinto Ferreira, graduado da PIDE que trabalhava com a polícia secreta da África do Sul (veja-se *Diário de Luanda*, edição de 17 de novembro de 1975).

⁷⁵ Face ao fracasso do golpe, os envolvidos refugiaram-se na África do Sul. Depois dos Acordos de Alvor, terão regressado como quadros da UNITA e da FNLA, mantendo ligações à África do Sul, e aos grupos económicos Champalimaud, Espírito Santo e Borges. Integrando grupos de mercenários, contribuíram para a desestabilização do país (Guerra, 1988).

⁷⁶ Após a independência da Guiné e do fracasso da rebelião dos colonialistas em Moçambique, é decidida, a 9 de setembro, a realização de uma manifestação a 28 daquele mês. A organização terá sido promovida pelo Partido Liberal e financiada pelo Grupo Espírito Santo (Guerra, 1988). O 28 de setembro precipita, no entanto, a demissão de Spínola, formalizada a 30 do mesmo mês, e a sua substituição por Costa Gomes.

⁷⁷ Central Intelligence Agency.

A emergência dos grupos de nacionalismo branco com aspirações independentistas participaria no objetivo de construir uma ‘Terceira África’⁷⁸ – plano promovido por África do Sul e apresentado a Angola, Moçambique, Rodésia, Malawi, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zâmbia. O plano visava assegurar o *apartheid* e alargar os mercados. Amílcar Cabral e Marc Olivier discutem,

a associação cada vez maior entre Portugal e a África do Sul, e que tem levado ao aumento da imigração branca para Angola e Moçambique, estando na origem da criação de indústrias ligeiras dedicadas à produção de bens de consumo ou do processamento inicial de matérias-primas, deve ser vista como parte de uma tentativa para reforçar o ‘poder branco’ a uma escala continental. [...] Há, pois, um desígnio mais amplo e mais fundamental que é o de estabelecer uma verdadeira linha de defesa à presença imperialista e dos seus interesses na África austral, a partir do reforço do *apartheid* e de um Estado dirigido por brancos, por um lado, e, por outro, na crescente exploração dos recursos naturais e da força de trabalho africana (1975: 119).

Como mencionado anteriormente, estes projetos neocoloniais são indissociáveis dos propósitos de assegurar a exploração capitalista dos territórios. Na prossecução destes objetivos, desempenhavam um papel de relevo não só as potências coloniais da região, mas também os interesses do capital do Ocidente. De fato, em Moçambique, os EUA tinham projetos para fazer de Nacala um porto de abrigo para a sua 7^a Esquadra, assegurando, desse modo, o controlo das rotas do Índico. A Gulf Oil detinha também, desde 1948, uma concessão para prospeção de petróleo e gás natural ao largo da costa moçambicana. Durante os anos 60, vários consórcios instalaram-se no território (como, por exemplo, a Hurst International e a Oppenheimer/Elf). Em Angola, na década de 1960, a Gulf Oil Company iniciou exploração de petróleo em Cabinda, a Companhia Francesa de Petróleos e a TEXACO associaram-se à Petrangol para formar a Angol, a KRUPP investiu na exploração de ferro em Cassinga e a De Beers, a Anglo-American Coporation of South Africa, a Oppenheimer e outros grupos americanos e belgas começaram a investir no setor diamantífero. Tudo isto vem a demonstrar que o suposto isolamento político e diplomático a que Portugal aludia, num suposto espírito sacrificial, vinha sendo acompanhado, na verdade, por fortes investimentos de capital estrangeiro.

⁷⁸ Veja-se Rhodie, 1968.

Por fim, há que assinalar como a própria estratégia de africanização da guerra colonial portuguesa se revelou de utilidade para estes projetos neocoloniais (Coelho, 2002). Para Kaulza de Arriaga, por exemplo, a africanização da guerra em Moçambique era um dos elementos estratégicos para

erguer no sul do continente africano um ‘poder branco’, de acordo com a sua própria ambição pessoal de vir a ser ‘o general comandante do mapa cor-de-rosa’ (Guerra, 1988: 60, citando entrevista realizada a Mário Tomé).

Refira-se também, a este propósito, que o já mencionado ELP participou na formação de dois batalhões para combater ao lado da FNLA e da UNITA; organizou igualmente contingentes de mercenários para participarem na coluna ZULU do exército sul-africano na invasão a Angola, e para lutarem em Kifangondo. Óscar Cardoso,⁷⁹ por seu turno, manteve sempre contactos estreitos com os serviços secretos rodesianos e sul-africanos. Foi ele o organizador dos agrupamentos de tropas especiais ‘Flechas’. Preso aquando do golpe de Abril, foi libertado a 25 de novembro de 1974, radicando-se então na África do Sul. Aí ocupa, em 1982, sob a identidade de Eugénio Castro, o posto de coronel das South African Defense Forces – SADF –, tendo chefiado os comandos do Batalhão Buffalo que enquadravam as forças da UNITA no norte da Namíbia (Goulão, 1986; Guerra, 1988). Também o modelo de intervenção dos Flechas serviu de inspiração a Ken Flower, chefe dos serviços secretos rodesianos (Flower, 1987).

Por outro lado, em 1975, ainda antes da celebração da independência, os comandos, criados em Angola em 1962, enquadrados por oficiais superiores portugueses, colaboravam intimamente com as tropas da FNLA, apoiadas pelo Zaire e pelos EUA, no combate contra o MPLA. Nogueira e Castro, um dos comandos destas companhias, explica o seu envolvimento nas campanhas da FNLA em maio de 1975:

Com longa experiência no campo de informações relacionadas com assuntos militares e guerra de guerrilha, íamos assessorar serviços da FNLA, no campo informativo e militar. Éramos todos voluntários e havíamos sido contactados anteriormente por elementos responsáveis da FNLA.[...] Íamos não a mando, mas com conhecimento dos oficiais mais próximos com quem trabalhávamos. Especulou-se que por detrás da FNLA estaria a CIA, com quem viria a haver

⁷⁹ Inspetor da PIDE/DGS. Esteve na origem dos ‘Flechas’, tropas preparadas e subordinadas à PIDE em Angola e, depois, em Moçambique.

contactos posteriormente. [...] Forças militares cubanas armadas e municadas pela União Soviética, actuavam já dentro do território Angolano. No Ambriz se instalariam igualmente as bases da FNLA, compostas por efectivos e chefias deste movimento. Viriam a ser apoiados por um Batalhão de Pára-Comandos de Mobutu (pouco actuantes devido à desmotivação), e por Comandos Portugueses num total de cerca de 70 homens, chefiados pelo Tenente-coronel Santos e Castro e Major Alves Cardoso um velho amigo parceiro doutras guerras, e um dos homens mais condecorados do Exército Português [...] Os Comandos, com os quais colaboro, são de origem angolana e de Moçambique, tendo sido recrutados e seleccionados por Alves Cardoso, que previamente me contactara para providenciar a sua instalação no Ambriz. Estes homens constituirão sempre a ponta de lança nos violentos combates com as forças adversárias bem melhor apetrechadas, sobretudo no que diz respeito a armamento bélico (Castro, 2004: s/p).

4. Retornos?

Entre maio de 1974 e novembro de 1975 terão saído de Angola para Portugal mais de 300 mil pessoas. De Moçambique sairiam, com destino a Portugal, cerca de 160 mil pessoas (Pena Pires *et al.*, 1987). Estes dados sugerem que parte dos ‘não africanos’ não retornaram, pelo menos de imediato, a Portugal, tendo saído para outros destinos, como a África do Sul, Rodésia, Índia, Brasil, Paquistão, Venezuela, etc. (Rita-Ferreira, 1998; Lubkemann, 2003). A este número, deve-se acrescentar ainda cerca de 100 500 militares que regressaram, em cerca de um ano, a Portugal, um país que contava então com dez milhões de habitantes e que era conhecido por ser um país de emigração (Baganha e Góis, 1998).

Associado ao final do império, o tema do ‘retorno’ tem vindo a conhecer crescente interesse. Vários dos textos consultados convergem para um ponto fulcral: a dimensão temporal do ‘retorno’ entre meados de 1974 e 1976. Isto não quer dizer que o fluxo de migração das ex-colónias em direção à metrópole não continuaria a fazer-se sentir em 1976-77, como pode ser observado no caso de Moçambique. De fato, fruto dos acordos políticos assinados,⁸⁰ procurou-se

⁸⁰ Acordos de Lusaca, para o caso de Moçambique, e do Alvor, para o caso de Angola. Em ambos se preconizava a saída gradual do corpo técnico-administrativo e científico português destes territórios, como forma de procurar suprir as deficiências que resultariam de uma rápida transição de poder. Todavia, embora distintos entre si, o processo não conheceu nos dois casos o melhor desempenho. No caso de Moçambique, são inúmeros aos apelos à permanência destes quadros, mas o fluxo manteve-se, especialmente depois dos acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de outubro (MacQueen, 1997 e Minter, 1998b).

assegurar uma transição amena, embora com pouco sucesso. No cômputo geral, o retorno acelerado, fruto de convulsões políticas e confrontos militares,⁸¹ resultou no fato de Portugal continental ver a sua população aumentar em cerca de 1/5 num período de 2-3 anos.

De acordo com dados disponibilizados pelo INE, dos 505 078 *retornados* que tinham vivido nas colónias africanas antes de 1975, 298 968 eram originários de Portugal, ou seja, cerca de 60%. Os restantes (206 110) eram portugueses já nascidos nas então províncias ultramarinas. Para estes, a descolonização terá implicado mais uma ‘partida’ do que um ‘retorno’. Do total dos *retornados*, 65,5% tinham menos de 40 anos e 29,8% encontravam-se na faixa etária entre os 40 e os 64 anos. 52,74% eram homens e 47,26% eram mulheres. 48,4% possuíam apenas a instrução primária, enquanto que 6,5% eram não alfabetizados (percentagem constituída quase exclusivamente por crianças com menos de 10 anos). É de salientar que 8,5% eram detentores de cursos superiores e que mais de 30% possuíam cursos médios, secundários e profissionais (Pires *et al.*, 1987; Rita-Ferreira, 1998).

Para além do problema dos números, há que discutir o conceito de *retornado* e a forma como este foi politicamente produzido e negociado. Na realidade, o conceito de *retornado* nunca chegou a conhecer um consenso estável. O presidente do IARN – Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais,⁸² o Major Cardoso Amaral, considerava o seguinte a este respeito:

Quem é o Retornado? É preciso definir quem é retornado. Se a definição for até uma certa data, ou a partir de uma certa data, nós temos um número; se ela continua por outras datas, nós temos outros números. [...] [O] Governo vai ter de tomar uma posição em relação às pessoas que só vieram em Dezembro [1975], e que alteraram muito os números, pois as pessoas ficaram lá porque quiseram. Agora, é preciso definir se são retornados ou não, pois se ficaram lá é porque aceitaram a situação. É certo que são retornados, não há qualquer problema com isso, simplesmente alteraram os números, e atrasou-se o trabalho.⁸³

O conceito de *retornado*, assim como os estereótipos que foram sendo constituídos, não permitem aceder à complexidade das construções e processos

⁸¹ Especialmente no caso de Angola.

⁸² Criado pelo Decreto-Lei n.º 169/75 de 31 de março e extinto pelo Decreto-Lei n.º 97/81, de 2 de maio.

⁸³ Entrevista realizada por Arthur Ligne ao Major Cardoso Amaral, último diretor do IARN, publicada no jornal *O Retornado*, em 1977.

identitários de quem regressou, ou partiu, para Portugal – construções e processos estes marcados por fortes ambivalências, limbos e sentimentos de nostalgia e ressentimento. São, portanto, as polissemias identitárias que podem ser identificadas a partir dos testemunhos e das memórias dos chamados *retornados*. De fato, uma leitura comparada da literatura de memória produzida por estes, pese embora a sua heterogeneidade, permite identificar algumas tematizações em comum. Destas, dar-se-á especial atenção ao sentimento de nostalgia, não só por ser transversal no material em escrutínio, como também pela relação que esse sentimento estabelece com um imaginário específico de cariz colonial sobre África.

A preponderância destes sentimentos prende-se, por seu turno, com o processo de construção da identidade portuguesa contemporânea, o qual continua a estar assente numa matriz associada às referências imperiais. A memória pública do Império, descrito por Boaventura de Sousa Santos como fruto da imaginação do centro metropolitano (2001), permanece refém de um projeto português predominantemente celebratório. Mas esta memória, pública e consagrada na historiografia oficial nacional portuguesa, colide com outras memórias, individuais e coletivas, que refletem trajetos e experiências dissonantes. De fato, a versão ‘oficial’ da história empolga a narrativa dos descobrimentos, base da construção do império, assegurando-se, assim, a perpetuação da referência do império como foco central do processo identitário português, processo este que é promovido como peça fundamental do ampliar de trocas culturais e de diálogos civilizacionais. Porque esta representação se tem produzido ativamente, e a vários níveis, como peça fundamental do processo identitário português, não cabem nela os problemas e conflitos associados a processos de rutura, como o foram as lutas pelas independências, seja em contexto latino-americano, asiático ou africano. Assim se explicam os silêncios e omissões sobre partidas, fugas e retornos gerados por tais processos fraturantes. Sobre estas omissões, Benjamim Stora referia que

as sociedades acumulam silêncios para que todos os cidadãos prossigam a sua vida em conjunto. É somente depois que as memórias dolorosas retornam à superfície. E então, às vezes, conflitos começam (2008: 7).

Um desses silêncios diz respeito à situação dos migrantes colonos que regressavam, na generalidade dos casos, a coberto de um manto de ingloria, a uma metrópole que não conheciam. Na leitura e análise comparada da literatura de memória, o que sobressai é o fato da normatividade da atribuição do

rótulo de *retornado* ser algo contestado, sendo dada preferência à classificação de ‘refugiado’. Veja-se o seguinte excerto:

Foi num 10 de Junho do ano de 1975 (Dia da Raça ou de Camões, como queiram), data em que pisaram, pela primeira vez, a terra portuguesa [...]. A Capitania recolheu os refugiados. Foi então que ouviram a nova palavra Retornado, escrita numa guia, passada pelas autoridades, para se apresentarem em Lisboa no IARN [...] **Sou refugiado e não Retornado** dizia-lhe o Malaquias, bastante aborrecido! Nem sou de cá! Não nasci em Portugal! Sou de Angola, de Lobito! Refugiado e funcionário de Portugal, SIM... (Gominho, 2006: s/p. Ênfase do autor).

Saliente-se que na auto-descrição de ‘refugiado’, o que está implícito não é a ideia de regresso, mas a experiência problemática da partida. Descrito como momento de partida, estas narrativas e testemunhos retratam a descolonização como sendo geradora de uma espécie de amputação, o que expressa de modo eloquente a violência da desestruturação identitária vivida. O conceito de *retornado* parece, assim, iludir as experiências de quem dessa forma foi classificado e a procura de outras designações – ‘deslocados do Ultramar’, ‘desalojados’, ‘espoliados’ –, embora refletisse diferentes sensibilidades e experiências da descolonização, não amainou nem a luta por pertenças sociais díspares, nem a luta pelas definições identitárias.

Essa contestação era também dirigida a outros níveis identitários que o classificativo de *retornado* englobava de modo acrítico e universalizante. É o caso da disjunção entre colono e colonialista, retomando o refrão da colonização enquanto fardo do ‘Homem Branco’, o promotor por excelência do progresso e do desenvolvimento. Esta disjunção entre colono (portador de civilização) e colonialista (agente de opressão), é comum entre as memórias e as narrativas dos *retornados* e é uma disjunção sintomática daquilo a que Pratt (2008) denomina de sentimento ‘anticonquista’, no qual proliferam estratégias de representação, através das quais os sujeitos europeus procuram assegurar a sua inocência no momento em que afirmam a sua hegemonia. Trata-se de memórias que expressam ambivalência identitária e sentimentos de nostalgia e ressentimento, e em que é comum o recuperar acrítico da ideia deste ‘colono’ como agente civilizacional, vivendo em harmonia com a população nativa, africana:

[...] se não tivesse havido colonização, com esta nossa gente, capaz dos maiores sacrifícios e de enfrentar os maiores perigos, para alcançar os objectivos, não teria havido estradas, nem portos, nem escolas, nem hospitais, nem desenvolvimento,

nem progresso, e os nativos continuariam a viver no paleolítico... Seriam ainda uns glabros trogloditas. E se a colonização não tivesse sido realizada por portugueses, outros a teriam realizado. Mas não teriam feito nem mais nem melhor que nós! Por isso não posso deixar de declarar, sem receio, e sem complexos, de que me considere de algum modo um colonizador, no melhor sentido da palavra, tendo dado pelo meu trabalho e a minha acção, a minha restrita quota-parte de cultura e civilização a quem dela precisava. E muitos outros deram muito mais. E por isso repudio veementemente o rótulo de colonialista, no mau sentido da insidiosa propaganda da esquerda (Caveiro, 1998: s/p).

Para além da sua função legitimadora, a ideia de missão civilizacional, que ainda perdura em várias interpretações de cariz paternal e luso-tropicalista, integra-se numa visão em que o africano permanece refém do seu primitivismo, do seu atraso. E nessa visão, é-lhe recusada inclusivamente a autoria plena dos seus anseios e projetos nacionalistas. Assim, os nacionalismos africanos são mormente interpretados como ficções manipuladas pela oposição crescente, nomeadamente internacional, à presença colonial portuguesa:

Para que isto se compreenda, deve dizer-se, num breve olhar ao passado, que naquela época, era muito forte e intensa a agitação política e a propaganda internacional de esquerda, ou de extrema-esquerda, usando palavras-chave, frases e estribilhos, como 'libertação', 'colonialismo', 'anti-colonialismo', 'anti-exploração', e outras, que impressionavam vivamente muitas pessoas e eram formadoras de uma opinião pública internacional contra Portugal, único país ainda possuidor de colónias em África. [...] E na mesma linha outros slogans como os conceitos teóricos e abstratos, como o direito à autodeterminação e independência de todos os povos, por oposição a colonialismo e exploração, associando a situação de uma suposta 'opressão' a uma ideia subjacente de antiga instituição da escravatura. Ou ainda manifestações racistas como... 'a África para os africanos' ... ou de uma forma mais grosseira ... 'a África para os pretos'... [...] E sem ninguém querer saber nada sobre os interesses, a conveniência ou a vontade das populações, quer dos indígenas, os pretos, os colonizados, quer dos residentes imigrados, os colonizadores, em geral brancos, ou, ao menos, saber se as populações nativas tinham, só por si, e com exclusão dos colonizadores, condições para se auto-governarem, ou autodeterminarem, e serem só por si livres e senhores dos seus próprios destinos. [...] E não tinham, como hoje mesmo se comprova. [...] E foi nessa linha, que vieram depois os pretensos movimentos nacionalistas em África, nas nossas colónias. Mas que

de nacionalistas não tinham nada. Por um lado não existia nacionalismo algum. Os territórios, ou colónias, eram então e serão ainda por muito tempo, largos espaços habitados por populações distribuídas por diversas tribos, raças, ou etnias, subdivisões dentro da raça negra. Em geral, e quando vizinhos, inimigos uns dos outros, ou no mínimo rivais. [...] Mais invenção interesseira que ficção (Caveiro, 1998: s/p).

A temática das memórias desempenha aqui, portanto, um papel central. Explorar esta nostalgia colonial permite aceder à complexidade paradoxal e ambivalente da experiência colonial, tal como o fez Rosaldo (1989a, 1989b). Ele expressa, por um lado, ‘pena’ e ‘culpa’ pela destruição e pela violência da missão colonial. Mas expressa também a atualidade da construção de uma posição e desejo ‘inocente’ e ‘benévolo’ que faz esquecer a cumplicidade e a participação na violência colonial, que produz a desresponsabilização e que é alimentada pela liberdade experimentada no espaço colonial. A relevância de tal nostalgia assenta claramente no seu poder de reconstituição de um olhar imperial. Por outro lado, enquanto prática de memória, ela designa também, no caso em apreço, um espaço de questionamento das experiências da descolonização. Para Almeida Santos, é impossível apagar os traumas gerados pela história.

No momento da descolonização, havia dois traumas. Do lado de África, havia o trauma do ressentimento da era colonial. Houve escravatura, houve trabalho forçado, houve tudo isso, e isso criou um fundo de ressentimento, e esse fundo de ressentimento ainda existe. Nós ainda somos o indivíduo que fez isso. Mas depois os nossos retornados acabaram por ter que se vir embora, perderem os bens, os empregos, afectividades, relações, sonhos, esperanças... e vieram sem nada, com as mãos vazias. Não queria que da parte dessa gente, dos familiares deles, dos amigos deles, não houvesse também um fundo de ressentimento contra a África? É evidente que há um duplo ressentimento, que não é fácil de superar.⁸⁴

No contexto revolucionário do pós-25 de Abril, a identidade do *retornado* é politicamente essencializada no português branco que esteve no Ultramar ou de lá é natural, mas com clara e comprovada ascendência portuguesa originária.

⁸⁴ Entrevista dada ao *Diário de Notícias*, publicada na edição de 19 de outubro de 2005.

Entre 1961 e 1974, a retórica segundo a qual ‘somos todos portugueses’ ocultou, pois, dinâmicas complexas de identidade. Sobretudo a partir de 1974, os *retornados*, são confrontados com o fato de serem de um outro espaço que não Portugal continental (os espaços das ex-colônias) e de serem repelidos por esses mesmos espaços, por não se terem construído em negociação com ele, mas sobre ele. As pertenças identitárias que se foram forjando dificilmente encontravam eco nas práticas classificatórias dominantes. Os slogans que o 25 de Abril trouxe consigo – ‘Nem mais um soldado para África!’, ‘Portugal para os portugueses. África para os africanos!’ –, dão conta plenamente desta essencialização e do profundo desconhecimento político da complexidade do contexto colonial africano, as quais se refletiam nas práticas administrativas e burocráticas da política de acolhimento e integração dos *retornados*.

É o caso das chamadas ‘Provas de identidade’. O Decreto-Lei nº 385-A/75, por exemplo, obrigava todos os funcionários que quisessem entrar para o Quadro Geral dos Adidos à prova da nacionalidade portuguesa. Essa prova era feita através da exibição da fotocópia do Bilhete de Identidade e, para se obter este documento, era necessário um registo na Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, pois só aqueles que tivessem ascendência portuguesa (pais, avós ou bisavós) podiam fazê-lo:

O Malaquias ‘albardou o burro à vontade do dono’ como soe dizer-se. Arranjou duas testemunhas e foi aos Registos Centrais de Lisboa confirmar que os seus avós paternos tinham nascido em Amareleja [...] Malaquias soubera que o seu processo fora devolvido à procedência, ‘por falta de prova convincente da sua nacionalidade’. Foi-lhe dito que a fotografia do seu BI estava muito escura e para ser aceite como português, sugerira-lhe um amigo experiente, que teria de pedir ao fotógrafo que branqueasse um pouco mais a sua cara, pois, de outro modo, teria sérias dificuldades na obtenção do almejado despacho ministerial de deferimento (Gominho, 2006: s/p).

A identidade do *retornado* foi sendo, pois, politicamente essencializada no português branco, retomando-se, como referido, um conceito de raça que havia sido formalmente ‘superado’ em 1961, aquando da abolição do Estatuto do Indigenato. Num ápice, a raça, agregada de novo à localização da origem, ressurgia no centro da definição de quem era, ou não, português. Desse modo, toda a força dos projetos assimilacionistas desvanecia-se nos conteúdos legais dos decretos sobre a cidadania portuguesa.

Em carta dirigida a Silvério Marques, Almeida Santos responde à acusação, segundo a qual a lei da nacionalidade portuguesa, por ele redigida aquando da descolonização, seria racista, representando, por isso, um ‘genocídio espiritual’, do seguinte modo:

O Sr. General faz-me acusações [...] que não posso deixar sem um reparo. Uma delas consiste em considerar ‘um verdadeiro genocídio espiritual que envolveu milhares de vítimas’, a lei de que fui autor, e principal responsável, definidora de quais os naturais ou residentes nos territórios coloniais – todos cidadãos portugueses na ficção de Salazar – que, após a independência do seu País, tinham direito a conservar a nacionalidade portuguesa. Depois de me ter batido pelo direito à independência desses territórios, bati-me, enquanto Ministro do Governo Português, por um critério basicamente restritivo: só teria esse direito quem provasse ser bisneto de cidadão português nascido em Portugal. Esta foi a regra. Para os casos excepcionais, devidamente justificados, previ uma norma de excepção. Por ela conservaram a nacionalidade portuguesa milhares de cidadãos nascidos nos novos Estados. Creio ter tido a premonição de que, se em vez de restritivo, o critério tivesse sido permissivo e elástico, quando em Angola, em Moçambique e na Guiné as coisas começaram a ficar feias, o êxodo de africanos em direcção a Portugal teria sido avassalador. [...] Com que consequências para os portugueses de cá? [...] bati-me pela independência dos africanos das nossas colónias, na sua terra, não na minha. [...] Estranho sinceramente que um político com a experiência do Sr. General só veja as vítimas reais de lá (todos os processos de descolonização fizeram vítimas) e não as vítimas potenciais de cá! (2010: 205-217).⁸⁵

Para além destas ausências tão gritantes, importa ainda explorar a problemática integração dos *retornados* na sociedade portuguesa. Nos seus testemunhos é-se, igualmente, confrontado com uma crítica acérrima à descolonização, à falta de protecção sentida e à burocratização das entidades responsáveis pelo acolhimento e integração dos *retornados*, nomeadamente o IARN e o Quadro Geral de Adidos (QGA) – organismo de acolhimento para os funcionários públicos. Aida Viegas, por exemplo, salienta:

A falta de liberdade na circulação de bens entre o ultramar e o continente embora fosse justificada, até determinada altura, com a intenção de reter o capital em solo africano para que aí fosse investido, a partir do momento em que se pensou na

⁸⁵ Publicada em anexo na obra de Silvério Marques, 2010.

independência das províncias ultramarinas deveria ter sido de imediato modificada a fim de garantir os direitos dos cidadãos portugueses que lá residiam. Tal medida não tendo sido tomada, originou uma verdadeira catástrofe para quem foi forçado a abandonar África. Nesta altura dos acontecimentos, dadas as circunstâncias das mudanças políticas ocorridas em Portugal, é de todo incompreensível que a transferência de capitais não tenha sido permitida. É intolerável que as pessoas que voluntária ou involuntariamente quissem abandonar Angola, Moçambique, Guiné ou outra qualquer província não pudessem trazer livremente os seus haveres; dinheiro, carros ou quaisquer outros bens materiais. Prédios, terrenos urbanos ou rústicos, fazendas, fábricas, estabelecimentos, imóveis de qualquer índole, estavam sentenciados a ficar. [...] A maior parte dos bens pertencentes aos cidadãos portugueses foi pura e simplesmente abandonada pelo facto de seus donos não terem outra opção (2002: s/p).

A má receção com que foram confrontados é um dos tópicos mais fortes. No contexto revolucionário, quem ‘retornava’ era, como observado, classificado como colonialista, explorador que regressa agora para competir pelos escassos empregos disponíveis. De fato, a necessidade de integração dos retornados na sociedade portuguesa foi encarada como um problema político, mas também económico:

Não menos graves serão para Portugal as consequências dum afluxo significativo a partir de Angola: aumento da taxa de desemprego para um valor crítico, com o conseqüente aumento da instabilidade social; enfraquecimento dos laços culturais, políticos e económicos a estabelecer com Angola, de imediato e primordial interesse para a revolução portuguesa; redução das possibilidades de ligação ao terceiro mundo; inserção na sociedade portuguesa de população traumatizada e talvez couraçada contra a revolução, que identifica como causa dos seus males; e, finalmente, o aproveitamento que a reacção interna e internacional não deixará de fazer, na tentativa de desacreditar a descolonização e, por ela, todo o processo revolucionário português e o MFA.⁸⁶

Uma outra omissão comum nas narrativas dominantes sobre a descolonização portuguesa é concernente a outras movimentações populacionais e êxodos. É o caso das populações negras que, no momento da descolonização,

⁸⁶ Informação extraída do *Boletim Informativo das Forças Armadas* – edição de maio/1975, citado por Helena Matos em crónica publicada no jornal *Público*, a 11 de março de 2010.

se refugiaram também nos países vizinhos. Helena Matos retrata esta questão da seguinte forma:

[...] se por retornado se entender aquele que abruptamente muda o seu local de residência para o sítio onde nasceu constataremos que os primeiros retornados não são brancos mas sim os negros dos musseques de Luanda que em Julho e Agosto de 1974 deixam a capital angolana rumando a Malanje e demais terras de origem; os mais de mil cabo-verdianos que nesse mesmo período são levados numa ponte aérea de Angola para o seu arquipélago; os nunca quantificados trabalhadores cabo-verdianos que no Verão de 1974 são embarcados em Lisboa com direção a Cabo Verde, e ainda os comerciantes de origem libanesa que nesse mesmo Verão deixam a Guiné-Bissau. É certo que pelo mesmo tempo milhares de brancos começavam então a enviar os seus bens por via marítima e a tratar dos papéis para que os seus automóveis pudessem circular nas pequenas estradas daquilo a que chamavam metrópole, mas até Setembro de 1974 esse ‘retorno’ em direção a Lisboa ainda não é por eles encarado como definitivo. [...] Do ponto de vista informativo os retornados são vítimas de vários preconceitos, mas aqueles que não ‘retornaram’ para Portugal mas sim dentro de África e que para cúmulo não eram brancos nem sequer são mencionáveis. No desacerto que os retornados eram, os negros e mestiços eram um desacerto ainda maior.⁸⁷

Uma outra questão, alvo de significativa negligência, prende-se com o regresso das tropas portuguesas. Na verdade, o regresso dos efetivos militares a Portugal depois dos acordos de cessar-fogo é um dos aspetos do ‘retorno’ que normalmente não é tido em atenção. Terão regressado, entre 1974 e 1975, cerca de 150 000 militares das três frentes de guerra. A representatividade dos militares na população retornada é muito significativa e este retorno representou um sério problema que exigia uma reestruturação económica do país que fosse capaz de absorver estas pessoas. Mário Soares, político incontornável neste processo, considerava a este respeito:

Isto é para nós um problema económico muito sério, pois não é apenas o regresso dos colonos brancos mas também os soldados – cerca de 150.000 a 200.000 homens que regressam numa assentada. Acrescem ainda os imigrantes que querem regressar desde que Portugal é livre. O assunto está a ser estudado pelo

⁸⁷ Veja-se a peça de Helena Matos, publicada no jornal *Público*, na edição de 11 de março de 2010.

Ministério da Economia e Finanças. Temos de criar novos postos de trabalho, mas isso significa igualmente a reestruturação da totalidade da economia portuguesa, que vai precisar de se adaptar às sociedades industriais modernas.⁸⁸

Por fim, um outro olvido problemático nas narrativas dominantes sobre a descolonização portuguesa prende-se com as tropas negras – temática já enunciada anteriormente. A estratégia de africanização da guerra respondia a um triplo desafio: superar as dificuldades de mobilização militar na metrópole, assegurar a eficácia da luta antiguerrilha e, por fim, envolver e comprometer as populações autóctones (Coelho, 2002 e Gomes, neste volume). Ao longo da guerra colonial, a política de recrutamento local foi sendo intensificada. Enquanto que o total do recrutamento de efetivos militares na metrópole se estabilizou em cerca de 80 000 efetivos em 1967, a política de recrutamento local, nos três palcos de guerra, foi conhecendo um incremento significativo: nesse ano, o recrutamento local estava próximo dos 40 000, sendo, em 1973, de 60 000 efetivos.⁸⁹

Conclusão

A complexidade histórica dos processos associados à (des)colonização portuguesa chama a atenção para a necessidade de um questionamento mais amplo e profundo das narrativas dominantes. É que esta temática, assim como a dos *retornados*, não pode ser dissociada de projetos neocoloniais que ambicionavam edificar uma ‘Terceira África’ – e para quem a presença colona constituía uma condição *sine qua non* –, nem das dinâmicas regionais do continente e nem dos interesses do capitalismo internacional. Discussões como as aqui levantadas permitem iluminar, por exemplo, as altas tensões entre posições assumidas por vários dos movimentos nacionalistas, baseadas ‘numa análise sistemática [...] sobre as lutas e transferências do poder como as que se verificaram no Vietname e na Argélia’, e a proposta de Spínola, que ‘implicava a imposição de uma ordem neocolonial no futuro de Moçambique independente’ (Bragança, 1986: 8).

Esta abertura crítica às transições políticas vividas em Angola e Moçambique, em relação a Portugal, entre 1974 e 1975, mostram como a problemática da descolonização portuguesa constitui ainda hoje um vasto espaço

⁸⁸ Entrevista de Mário Soares ao jornal *Der Spiegel*, publicada no n.º 34, de 19 de agosto de 1974.

⁸⁹ Sobre o número de tropas movimentadas nos três palcos de guerra consulte-se o dossier ‘Guerra Colonial’ (www.guerracolonial.org).

para questionamentos múltiplos de cariz histórico e sociológico. Procurando desvelar a multitudine e a diversidade de experiências e atores que uma leitura linear daquela exclui, urge identificar territórios de investigação ainda não plenamente explorados, como é o caso da questão relativa aos ‘nacionalismos brancos’ e das relações historicamente constituídas entre as suas manifestações e a construção dos territórios de Angola e Moçambique como colónias de povoamento. A análise dos projetos independentistas rivais de cariz neo-colonial é, igualmente, demonstrativa da complexidade das arenas políticas e do papel jogado quer pelas forças do capitalismo internacional, quer por atores regionais. Neste âmbito também, a questão da identidade de *retornado*, enquanto situação dilemática produzida pela dissonância entre a construção política de uma categoria que se quer unívoca e entre processos identitários complexos, multidirecionais, posicionais e ambivalentes, constitui-se como uma das mais centrais interrogações a que uma análise futura deverá responder. Por outro lado, as dinâmicas de exclusão geradas pela definição política da categoria de *retornado*, a qual orienta parte significativa do conhecimento histórico popularizado em senso-comum, produzem ainda hoje formas de ignorância e desconhecimento acerca de múltiplas experiências, atores e processos migratórios. Como, por exemplo, articular esta categoria política de ‘retornado’ com o fluxo dos efetivos militares envolvidos na guerra colonial? O que diz essa mesma categoria sobre as ‘tropas negras’? Permitirá ela também responder ao problema colocado pelos êxodos das populações locais em Angola, Moçambique e Guiné para países vizinhos aquando da descolonização? E, de um modo mais fundamental, será que, como Aquino de Bragança defendia, ‘a descolonização era uma necessária condição prévia à democratização’ (1986: 8)? Ao ampliar o espaço de interrogações, amplia-se e complexifica-se a história.

EXERCÍCIO ALCORA: UM PROJETO PARA A ÁFRICA AUSTRAL

Aniceto Afonso

Introdução

No dia 24 de junho de 1974, dois meses depois do 25 de Abril, realizou-se em Pretória, capital da África do Sul, uma reunião de altos comandos militares da África do Sul, da Rodésia e de Portugal. Era a sétima reunião do ATLC (Alcora Top Level Committee¹); e a primeira da PAPO (Planning Alcora Permanent Organization²).

Os representantes dos três países reuniam-se num edifício próprio, sede da PAPO. Um conjunto de obras feitas durante o último ano preparara um edifício para aí alojar a sede da PAPO como Estado-Maior do *Exercício Alcora*. As instalações eram novas, amplas e seguras. Estavam preparadas para acolher cerca de cem pessoas.

Estavam presentes a esta reunião, em primeiro lugar, os representantes dos três países no ATLC. Pela África do Sul, o Tenente-General R. F. Armstrong, Chefe do Estado-Maior General (que tinha recentemente substituído nestas funções o General Frazer³), pela Rodésia, o Tenente-General G. P. Walls, Comandante do Exército e o Marechal-do-Ar M. J. McLaren, Comandante da Força Aérea, e, por Portugal, o General Basto Machado, Vice-Chefe do Exército.

Participaram também os representantes dos três países na PAPO. O presidente da reunião, o Tenente-General Armstrong, representante da África do Sul, abriu a sessão, como reza a respetiva ata, ‘declarando que a sétima reunião era crucial quanto à principal tarefa para o ALCORA, que consiste na eliminação do terrorismo na África Austral’.⁴ E continuou, dizendo que esta tarefa não era fácil e tinha sido agravada pelos recentes acontecimentos

¹ Em português, Comissão de Alto Nível Alcora.

² Em português, Organização Permanente de Planeamento Alcora.

³ Durante todo o período da Guerra Colonial, o General Frazer foi o principal responsável pelas Forças Armadas da África do Sul. À altura desta reunião já se havia, contudo, reformado.

⁴ Ata da 7ª reunião da ATLC, Arquivo Histórico Militar, Fundo 7B, Série 44, Cx. 370, nº 53.

em Portugal, dadas as incertezas que tinham causado. Contudo, assegurou que as dificuldades portuguesas eram compreendidas e esperava-se que as discussões que iam ter lugar não só esclareceriam o problema mas seriam também francas e cordiais.

1. O *Exercício Alcora*

Para compreender melhor as primeiras palavras ditas na sétima reunião *Alcora*, é preciso recuar alguns anos e analisar as relações dos três países que, a si próprios, se chamavam *países Alcora* – Portugal, África do Sul e Rodésia.

No caso português, o regime promovia uma doutrina oficial em relação às suas colónias – Portugal era um país pluricontinental e multirracial.

No caso da África do Sul, o governo de minoria branca assumia como política oficial o chamado ‘desenvolvimento separado’, na verdade, traduzido no *apartheid* e na supremacia da raça branca.

Finalmente, a Rodésia, depois da proclamação unilateral da independência (UDI⁵), em 11 de novembro de 1965, tornara-se um país pária em relação à comunidade internacional, não chegando a ser reconhecido por nenhum outro país.

São estes três países que conceberam e assinaram uma Aliança política e sobretudo militar, a que chamaram *Exercício Alcora*.

Este processo, visto tantos anos depois, é extremamente surpreendente.

Um primeiro aviso – todos os contactos e documentos *Alcora* foram classificados de ‘Muito Secreto’ ou ‘Top Secret’, o que obriga a procedimentos de máxima segurança. É digno de nota que a maior parte dos militares portugueses (e dos outros países também) nunca se tenham apercebido da natureza das relações entre estes três países, como é intrigante tentar perceber como os comandos portugueses iriam dar a conhecer ao mundo, ao país e às próprias Forças Armadas, a sua opção pela aliança com os países vizinhos. De facto, foram os representantes portugueses que sempre se recusaram a baixar o nível de segurança destas relações. A participação de meios e forças sul-africanas e rodesianas em operações em Angola e Moçambique eram tidas como informais, de ajuda eventual e em situações que também interessavam à defesa destes países.

⁵ Unilateral Declaration of Independence.

2. Um Longo Compromisso Comum: As relações no tempo de Salazar

As raízes desta Aliança começam numa longa carta de Salazar a Verwoerd, primeiro-ministro sul-africano, em agosto de 1963. Nessa missiva Salazar ressaltava:

Nós estamos quase sós em África a defender a civilização do ocidente; [...] A guerra está longe das vossas fronteiras se Portugal puder resistir; [...] Há interesse ocidental e sul-africano em que tal hipótese se não verifique; [...] Todas as formas de cooperação com Portugal são muito úteis à nossa resistência e à vossa defesa própria.⁶

Deixando desta forma antever uma estratégia de aproximação ao problema do regime português, neste ‘período de Salazar’, apesar de tudo, e considerando a enorme necessidade que Portugal tinha de apoios externos, as relações entre os dois países pautaram-se por bastante prudência.

Vários outros acontecimentos assinalavam o forjar desta Aliança, sendo de destacar:

- Em outubro de 1964 – assinatura de acordos bilaterais, entre Portugal e a África do Sul, sobre o emprego de trabalhadores de Moçambique nas minas da África do Sul, e sobre o rio Cunene, na fronteira sul de Angola;

- Em março de 1967 – realização das primeiras reuniões bilaterais para a construção da barragem de Cahora-Bassa;

- Em setembro de 1967 – memorando do General Câmara Pina, Chefe do Estado-Maior do Exército, às autoridades militares da África do Sul, sobre as necessidades materiais militares de Portugal: viaturas blindadas, viaturas de transporte, granadas, minas, postos de rádio e medicamentos.

- Em abril de 1968 – criação de dois Centros Conjuntos de Apoio Aéreo, entre as forças portuguesas em Angola e as forças sul-africanas, situados no Cuíto-Cuanavale e em Gago Coutinho.⁷

Este apoio sul-africano, que se desenvolveu até 1970 em moldes de alguma informalidade, ficou conhecido como *Operação Bombaim*,⁸ transformando-se

⁶ ‘Carta de Hendrik F. Verwoerd a António de Oliveira Salazar, de 17 de Setembro de 1963’, Arquivo Histórico Diplomático, PAA nº 1132. Sobre o tema veja-se igualmente Correia, 2007 e Correia e Verhoef, 2009: 58-59.

⁷ Atual Lumbala N’guimbo (nota dos organizadores).

⁸ A *Operação Bombaim* foi uma operação de apoio das forças sul-africanas às forças portuguesas, especialmente com helicópteros e tripulações sul-africanas. A partir de 1966 a África do Sul teve de lidar com o início da insurreição armada levada a cabo pelos guerrilheiros

no motivo invocado pela África do Sul para propor uma mudança de patamar das relações entre os dois países.

– Finalmente, em 10 de julho de 1968 – a adjudicação provisória, pelo governo português, da barragem de Cahora-Bassa ao consórcio ZAMCO, liderado pela África do Sul, última importante decisão sob a presidência de Salazar.

Até 1968, ano da morte de Salazar, a questão da necessidade de alianças não se colocava com tanta premência para Portugal. Nas guerras que travava no continente africano houve uma subida de nível, de patamar, das operações de combate, que levou a que em 1968 Portugal de facto estivesse necessitado de ajuda. A partir desse ano há um aumento das ações dos movimentos de libertação nas então Províncias Ultramarinas Portuguesas e, portanto, dá-se um alargamento das frentes. Isto foi um facto incontornável, notado, principalmente, na zona leste de Angola e em Tete (Moçambique), resultado da independência da Zâmbia quatro anos antes. Portanto, houve que montar bases e, no fundo, em 1968 a guerra estava no seu auge. É então a partir daqui que se torna urgente pensar numa solução que passava por uma aliança.

O regime português não tinha muitas soluções, e se tivesse o apoio dos parceiros da NATO⁹ porventura não teria tido de se aliar com a África do Sul. O problema é que não dispunha desse apoio. Por mais apoios dissimulados que tivesse, a verdade é que não tinha o apoio explícito de ninguém. A comunidade internacional era bastante hostil ao regime português. Deste modo, Portugal não tinha armamentos, não tinha financiamento e tinha já poucos efetivos. E colocou-se então a questão de ter de se arranjar uma solução para o problema colonial, porque desta dependia a própria continuidade do regime. E, do ponto de vista deste regime, seriam más soluções as negociações com os movimentos de libertação e as independências das colónias. A ideologia inscrita na matriz do próprio regime, o seu pilar fundamental, eram precisamente as colónias. Portanto, sem as colónias não faria muito sentido um regime daquele tipo.

da SWAPO (South-West African Popular Organization), que lutavam pela independência da Namíbia. No sul de Angola, uma zona de fraca densidade populacional, na zona de fronteira com o Sudoeste Africano (então ocupado pela África do Sul), Portugal não dispunha de forças armadas, bem mais precisas no norte. Portanto, os guerrilheiros da SWAPO tinham um corredor aberto por ali em direção ao Sudoeste Africano tendo desta forma a África do Sul todo o interesse em apoiar operações militares portuguesas no sul e sueste de Angola. A *Operação Bombaim* foi, assim, uma espécie de experiência prévia ao *Exercício Alcora*, que custou à África do Sul, na altura, dois milhões e duzentos e cinquenta mil rands.

⁹ North Atlantic Treaty Organization/Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Neste contexto, a solução que a África do Sul apresentava – com a aliança *Alcora* – permitia a preservação das colónias, garantindo a continuidade do próprio regime.¹⁰

3. A Construção do *Exercício Alcora*: A primeira fase de Marcello Caetano

No primeiro período do governo de Marcello Caetano as relações entre Portugal e a África do Sul vão prosseguir, com algumas medidas importantes. De entre estas destaca-se a assinatura de um novo acordo para o aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Cunene, em 21 de janeiro de 1969, e do contrato de construção da barragem de Cahora-Bassa com o consórcio ZAMCO, em 19 de setembro de 1969.

Depois de algumas negociações, em março de 1970 ocorreu uma reunião de alto nível em Pretória, entre delegações de Portugal e da África do Sul, para um ponto de situação das relações militares entre os dois países.

A delegação da África do Sul era chefiada pelo comandante das Forças Conjuntas, Tenente-General C. A. Frazer, que mantinha relações muito estreitas com as autoridades militares portuguesas, quer em Portugal, quer em Angola e Moçambique.

Neste encontro, a África do Sul fez um longo ponto de situação das relações com as Forças Armadas Portuguesas, em especial no sul e sueste de Angola, tendo ainda apresentado uma perspetiva de colaboração futura.

Em primeiro lugar, a África do Sul apresentou um balanço das relações mantidas com Angola depois de 1968, através da *Operação Bombaim*, especialmente traduzida no apoio aéreo à ação das forças portuguesas no terreno. Como afirmava o representante sul-africano, ‘a Força Aérea Sul-Africana tem estado a apoiar os portugueses, no Este e Sudeste de Angola, em apoio direto e indireto, desde junho de 1968’.¹¹

Não sendo os resultados de tão profundo empenhamento muito brilhantes, impunha-se uma revisão geral das condições de cooperação com as forças portuguesas, razão do encontro entre os representantes de ambos os

¹⁰ A África do Sul parecia ser a melhor solução possível para Portugal. O programa de defesa da África do Sul era completo, incluindo a componente nuclear. A África do Sul possuía uma poderosa máquina militar instalada. Fabricava aviões, armamento, munições. Era praticamente autónoma, fruto de acordos firmados com a França e Inglaterra, que lhe permitiam fabricar ela própria aviões e helicópteros, originários destes países, mas sob outros nomes.

¹¹ Veja-se o processo da reunião de março de 1970, Arquivo Histórico Militar, FO, 007, B, 44, Cx. 370, nº 1.

países. A África do Sul propôs na altura que se discutisse um *Plano de Defesa para a África Austral*. Ou seja, é a África do Sul que, de certa forma, introduz aqui o conceito de 'África Austral'. A delegação portuguesa nada mais pôde fazer do que reconhecer o apoio sul-africano e afirmar a necessidade da sua continuação.

Foi nesta sequência que, a 14 de outubro de 1970, delegações militares de Portugal e da África do Sul assinaram em Pretória as bases de um acordo a que foi dado o nome de código *Exercício Alcora*. Era objetivo deste acordo 'investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, África do Sul e Rodésia, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral'.¹²

As conversações finais para elaborar o texto do acordo realizaram-se nos dias anteriores, entre 7 e 9 de outubro, e nele se estabeleceram, como assuntos a considerar para discussão futura, o estudo da ameaça; a estratégia; a tática e as normas de execução permanente em combate; informações; cartografia; telecomunicações; transportes; logística; aquisição de equipamento e guerra psicológica. Ou seja, as matérias cobertas pelo acordo abrangiam as principais áreas funcionais típicas dos estudos militares.

Nesta mesma reunião os representantes de Portugal e da África do Sul decidiram que 'as minutas das reuniões, incluindo o documento base' deviam 'ser submetidas à consideração das autoridades militares rodesianas, a fim de se obter a sua concordância'.¹³

O *modus operandi* proposto para o funcionamento da estrutura tripartida a criar para levar à prática o *Exercício Alcora* começou por prever que, para cada assunto, fosse nomeada uma comissão conjunta e que, acima destas comissões sectoriais, existisse uma comissão militar de alto nível, com 'autoridade para estabelecer políticas, definir orientações e coordenar a ação das subcomissões'. Desta estrutura e, por proposta da África do Sul para *uma mais ampla organização*, os ministros da Defesa dos governos dos três países – Portugal, África do Sul e Rodésia – evoluíram para o estabelecimento de uma Organização Permanente de Planeamento Alcora,¹⁴ que só as contradições da posição de Portugal impediram de se designar como tal.

¹² Anexo 7 (Acordo final. Texto em Português) ao Relatório das 'Discussões Preliminares na África do Sul de 7 a 9 de outubro de 1970'. Arquivo da Defesa Nacional, Cx. 7689, nº 18.

¹³ *Idem*.

¹⁴ Que se revelou ser, de facto, um '*Quartel-General Permanente Combinado Alcora*', com um '*Estado-Maior Permanente Alcora*'.

A proposta da África do Sul relativa a uma mais ampla organização foi discutida com o ministro da Defesa de Portugal e todas as deliberações *Alcora* relativas a uma organização permanente foram aprovadas pelos dois governos. De salientar que a República da África do Sul (RAS) se ofereceu ‘para fornecer acomodação e serviços administrativos requeridos pela PAPO em Pretória’.¹⁵ Quanto à Rodésia, que tinha estado presente na reunião a partir de um convite feito pela África do Sul, aceitou em princípio as propostas feitas pela PAPO e declarou que ‘os rodesianos estavam muito gratos e sensibilizados com a RAS pelo convite’.

Em resumo, entre a África do Sul, Portugal e a Rodésia foi estabelecida uma aliança que seguia o modelo de outras organizações internacionais e era típica dos pactos políticos e militares, como o então Pacto de Varsóvia ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte, tendendo as delegações portuguesas, por vezes, a reproduzir conceitos ou normas desta aliança.

O documento base do *Exercício Alcora* foi formalmente aprovado em Lisboa pelo Ministro da Defesa de Portugal poucos dias depois (28 de outubro de 1970), tendo o General Sá Viana Rebelo anotado no seu despacho: ‘Convirá que os comandantes-chefes de Angola e Moçambique sejam postos a par destes primeiros trabalhos, em que ulteriormente participarão’.¹⁶ Foi também confirmado no ano seguinte pelos Ministros da Defesa da África do Sul e da Rodésia, sendo que esta só integraria formalmente a Aliança a partir da reunião de alto nível de 30 de março de 1971. Nesta reunião foi estabelecido o esboço do projeto estratégico de defesa militar dos *territórios Alcora* (Angola, Moçambique, África do Sul e Rodésia), o que corresponde aos atuais cinco Estados da África Austral – África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábwe.

4. O Desenvolvimento do *Exercício Alcora*: A segunda fase marcelista

Em 30 de março de 1971 iniciou-se, em Pretória, a *primeira reunião* de alto nível prevista no *Exercício Alcora*, em que se melhorou o documento que fixava os objetivos do ‘Exercício’, o seu âmbito e o *modus operandi*, e se acordou sobre o primeiro ‘projeto de conceito estratégico militar para os territórios Alcora’.

¹⁵ Ata de Reunião de Alto Nível realizada em Pretória de 18 a 21 de junho de 1973. Arquivo Histórico Militar, 7B, Cx. 374, nº 51-1.

¹⁶ Despacho transcrito na Informação do SGDN de 17-11-1970, ‘Prosseguimentos das Negociações Tripartidas Relativas ao Exercício Alcora’. Arquivo da Defesa Nacional, Cx. 6905, nº 5.

Alguns meses depois, entre 4 e 7 de dezembro de 1971, realizou-se, em Lisboa, a *segunda reunião* de alto nível *Alcora*, com a participação de delegações dos três países.

Nesta reunião foram abordadas, entre outras, as seguintes questões: a criação de uma Comissão Permanente de Informações *Alcora*; a criação de uma força aérea de intervenção *Alcora* – ideia aprovada para a formação de uma força de ataque convincente, nos *territórios Alcora*; a aprovação da política de transmissões, no que respeita às comunicações fixas e táticas e à compatibilidade de equipamentos; a aprovação da doutrina de integração de forças e esquema de comando, embora devesse o assunto ser submetido aos governos; a definição de uma estratégia global para a África Austral – aprovada a ideia, a submeter aos governos. Foram também analisados os custos financeiros das operações em curso, incluindo os trabalhos de cartografia a realizar nas zonas de Tete e do Niassa, tendo o General Costa Gomes, nas suas instruções para a reunião, recomendado o seguinte:

Seria de procurarmos contabilizar o valor do nosso esforço de guerra em benefício do conjunto para que os encargos fundamentais de cooperação no âmbito *Alcora* recaíssem especialmente sobre os outros parceiros.¹⁷

De 13 a 15 de junho de 1972 realizou-se, em Pretória, a *terceira reunião* de alto nível do *Exercício Alcora*. Nesta foram tratados assuntos como: o estabelecimento de um sistema de comunicações entre os *países Alcora* (tanto no que respeita a comunicações interterritoriais como a comunicações de campanha e sistema criptográfico); a cobertura cartográfica dos Distritos de Tete (*Operação Junction*) e do Niassa, em Moçambique;¹⁸ e a doutrina comum de comando e controle.

A delegação portuguesa considerou que, embora estivessem a ser feitos progressos na implementação do sistema *Alcora*, se tornava indispensável a definição de uma estratégia global como alicerce do edifício que estava a ser construído.

Em novembro de 1972, em Lisboa, efetuou-se o *quarto encontro* de alto nível do *Exercício Alcora*, onde foi aprovado e confirmado o ‘Projeto de Conceito Militar para os Territórios *Alcora*’. Este concluía, em primeiro lugar, definindo que as ameaças aos *países Alcora* eram o comunismo e o nacionalismo africano, em que o segundo era ‘o instrumento escolhido pelo primeiro para alcançar os

¹⁷ Arquivo da Defesa Nacional, Cx. 7836.

¹⁸ Ação a ser efetuada pela África do Sul. Esta ação foi posteriormente adiada para 1973.

seus objetivos mais profundos'. Neste contexto, no âmbito da política militar para os *territórios Alcora* foi proposto, como primeiro objetivo estratégico, o de assegurar a inviolabilidade individual dos mesmos pela eliminação da subversão através de um esforço mútuo, através das seguintes formas de ação: organização de uma força estratégica constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres altamente móveis, que servissem como elemento dissuasor convincente contra uma ameaça externa e que assegurassem uma intervenção oportuna e eficiente;¹⁹ desenvolver uma intensa campanha sociopsicológica no interior dos *territórios Alcora*, por forma a desacreditar o inimigo e a captar as populações para o lado da causa; promover uma atuação eficiente de uma rede de agentes dos serviços de informação, particularmente em países vizinhos (como a Tanzânia, a Zâmbia ou os Congos); e, dentro dos limites das suas possibilidades conjuntas e individuais, garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas, em especial a Rota do Cabo.²⁰

A *quinta reunião* de alto nível do *Exercício Alcora* realizou-se em Pretória, de 18 a 21 de junho de 1973. Nesta foram discutidas formas de organização do previsto *Quartel-General Permanente Combinado Alcora*. Ao fazer o balanço geral das atividades o Presidente da reunião, o General Van Der Rijt, da África do Sul, salientou algumas informações importantes, como o facto dos três governos envolvidos no *Exercício Alcora* terem já aprovado o Conceito Estratégico Global Alcora.

A *sexta reunião* de alto nível *Alcora* realizou-se, pela primeira vez, em Salisbúria,²¹ altura em que foi apresentado, pela África do Sul, o Major-General Clifton como primeiro Diretor-Geral da Organização Permanente de Planeamento *Alcora*, e o Brigadeiro Roos, na qualidade de Diretor, por parte da RAS, para o seu Estado-Maior General.

Nesta sexta reunião ficou decidida a implementação definitiva da Organização Permanente de Planeamento *Alcora*, com quartel-general em Pretória e dirigida por um representante da África do Sul.

¹⁹ O que aqui está em causa é uma ameaça de forças regulares de outros países africanos, o que sempre preocupou muito a África do Sul mas nem tanto Portugal. Além de preocupada com a infiltração de guerrilheiros nacionalistas, a África do Sul estava também preocupada com a ameaça de forças regulares de países vizinhos.

²⁰ Neste ponto, pode-se especular, os *países Alcora* esperariam mais apoio dos seus parceiros ocidentais da NATO.

²¹ Cidade capital da então Rodésia. Com a independência a designação foi alterada e hoje a capital do Zimbabwe é Harare (nota dos organizadores).

Depois das dezenas de reuniões efetuadas entre representantes dos três países, através de subcomissões de várias áreas definidas logo no início do exercício, e para atingir os objetivos definidos, a organização *Alcora* contava finalmente com as seguintes estruturas:

1. A Comissão de Alto Nível *Alcora*, para ‘dirigir e coordenar as ações de todos os órgãos *Alcora*’;
2. A Comissão Consultiva *Alcora* para a Segurança das Comunicações, constituída por representantes dos órgãos de segurança nacionais, funcionando como comissão *ad hoc* de especialistas;
3. A Comissão de Especialistas em Cartografia e Topografia, igualmente uma comissão *ad hoc*;
4. A própria organização permanente de planeamento, ‘sediada na RAS’ e funcionando ‘sob a supervisão do representante local do ATLC, através de um diretor-geral’, sendo este assistido por três diretores, um de cada país, que, em conjunto, constituíam o Estado-Maior General Diretivo da PAPO.

A estrutura desta organização permanente incluía os seguintes órgãos:

- Quatro Repartições de Estado-Maior, com as funções de ‘Operações’, ‘Informações’, ‘Logística’ e ‘Telecomunicações e Guerra Eletrónica’;
- Oficial Coordenador;
- Secretaria;
- Centro Criptográfico e de Transmissões;
- Oficial de Segurança.

5. O Fim da Aliança ou um Pacto de Silêncio?

Como foi já referido, em 7 de junho de 1974 teve início a *sétima e última reunião do Exercício Alcora*, que teve lugar, mais uma vez, em Pretória. Nesta reunião os representantes dos três países confrontaram-se com os acontecimentos em Portugal, o que simbolizava o desmoronamento de uma organização longa e minuciosamente preparada para impedir o progresso do ‘comunismo e da sua lança avançada, o nacionalismo africano’.

Nunca virá a saber-se como reagiriam os vários setores portugueses, tanto políticos como militares, ao conhecimento das decisões *Alcora*, se o 25 de Abril não as tivesse silenciado no momento exato da sua divulgação. Com a máquina em movimento, é de supor que a reunião de alto nível prevista para Lisboa, no período de 24 a 28 de junho, viesse a decidir a divulgação pública do acordo e

do nível de cooperação já decidido e em execução, assim como das circunstâncias do seu funcionamento. Não se adivinha fácil a aceitação das resoluções de alto nível, de concretização de uma parceria melindrosa, e porventura inaceitável, para alguns setores do próprio regime. Mas o 25 de Abril não impediu a realização da reunião prevista para Lisboa (cautelosamente transferida para Pretória), que se revestiu de aspetos bastantes constrangedores.

Depois das palavras do Presidente, a reunião teve início com a apresentação do relatório do DGSP – Diretor Geral de Planeamentos Especiais – General R. Clifton. O responsável pela PAPO optou por ignorar completamente os acontecimentos de Portugal, dizendo:

Desde que a ATLC se reuniu pela última vez em 9 de novembro de 1973, foi estabelecida a organização PAPO sobre bases firmes e começa, parece-me, a desempenhar a sua função de alcançar os objetivos Alcora.²²

Mas se na aparência nada pareceu suficiente para alterar o tom do relatório, a verdade é que todos esperavam pela explicação portuguesa. A revolução de Lisboa estava assente nos espíritos. Desmoronara a construção *Alcora*.

Convidada então a delegação portuguesa a explicar ‘as possíveis consequências dos recentes acontecimentos, em Angola e Moçambique, e se havia vantagem na continuação do Alcora na sua forma atual’,²³ não puderam os representantes portugueses furtar-se a abordar as questões que se levantavam e que os outros parceiros queriam escutar.

Assim, em primeiro lugar, ‘não é conveniente nas atuais circunstâncias dar informações à imprensa sobre a existência do Alcora’, já que ‘as pressões internacionais podem interferir nas negociações em curso’.²⁴

Quanto à influência da situação em Portugal no *Alcora*, vale a pena a transcrição da difícil resposta da parte portuguesa. Dizia o representante português, o General Basto Machado, Vice-Chefe do Estado-Maior:

O primeiro objetivo do governo Português era obter um cessar-fogo nos territórios Alcora como pré-requisito para as conversações com os movimentos nacionalistas. Contudo, existem algumas diferenças de opinião com alguns partidos que querem imediatamente uma independência completa. O Governo Português não

²² ‘Ata da 7ª reunião do ATLC’, Arquivo Histórico Militar, Fundo 7B, Série 44, Cx. 374, nº 53.

²³ *Idem*.

²⁴ *Ibidem*.

concorda com isto porque está convencido que os partidos que presentemente conduzem a luta não representam a opinião da maioria da população dos vários territórios. As pressões externas são fortes e é difícil nesta fase seguir uma linha de acção ou predizer um programa de acontecimentos. É também difícil prever o envolvimento militar futuro, mas se não se obtiver um cessar-fogo, Portugal assegura que continuará a combater o terrorismo.

O Governo Português assegurou já que evitará por todos os meios que os terroristas utilizem o território português contra os territórios vizinhos. Se a situação política evoluir continuando porém as Forças Armadas portuguesas responsáveis pela segurança militar de Angola e Moçambique, mantêm-se a garantia anteriormente especificada. Desde que essa responsabilidade militar cesse então deixaremos de poder manter tal garantia.²⁵

6. Portugal Acerta Contas

Restava a Portugal acertar contas. Em maio de 1975 realizou-se em Lisboa uma reunião de representantes militares da África do Sul com o Estado-Maior português, com o fim de dar solução à devolução dos materiais e equipamentos cedidos pela África do Sul a Portugal no âmbito do extinto *Exercício Alcora*.

A correspondência entre as partes foi intensa, mas as operações de devolução prolongaram-se até 1976. Em muitos casos os materiais estavam a ser utilizados nas unidades portuguesas, fazendo parte do seu equipamento orgânico. Outras vezes foi necessário conferir o que regressava de Angola e Moçambique, com o regresso dos militares na transição para independências, para se chegar ao acerto final. Nalguns casos os materiais ficaram nestes territórios, tornando inviável a sua devolução. A África do Sul aceitou que vários materiais fossem considerados obsoletos e não fossem incluídos na devolução. A título de exemplo de materiais e equipamentos mais significativos de que a África do Sul pedia a devolução estavam, no Exército, autometralhadoras Panhard (25), carros blindados Eland (33), metralhadoras de 7.62mm, morteiros, munições de artilharia, detetores de minas, rádios (TR-28 e TR-15). Na Marinha estavam metralhadoras e rádios. Na Força Aérea estavam aviões T6 (60), Cessnas, assim como vários tipos de bombas (de 500 e 250 libras). Havia, ainda, toda uma série de outro material de campanha.

Uma hipótese a estudar poderá ser esta: estava o Marcelismo (ou apenas Marcello Caetano, ou uma facção dentro do Marcelismo), forçado pelas

²⁵ *Ibidem*.

circunstâncias, a preparar uma solução da questão colonial? Quais seriam os pilares dessa solução?

Em primeiro lugar, a solução passaria pela própria aliança *Alcora*, sendo que as hipóteses para cada território onde havia guerra, no contexto africano, poderiam ser as seguintes:

Guiné

Resistência até à exaustão? Inevitável derrota militar? Retirada das forças portuguesas e abandono do território? Negociações diretas com o PAIGC?²⁶ Na Guiné tudo parecia estar em aberto,²⁷ com o governo Português verdadeiramente interessado em arranjar uma solução para aquele território e liquidar de vez a questão.

Moçambique

Apoio ao programa de Lusaca de Jorge Jardim?²⁸ A solução para Moçambique parecia girar toda em torno do programa de Lusaca. O governo Português, que nunca tinha dado apoio nem concordado com o programa de Lusaca, alterou a sua posição e, de acordo com esse mesmo programa, procurou partir para uma solução para Moçambique no âmbito da aliança na África Austral.

Angola

Rápido processo de autonomia declarado a partir de Angola, num processo liderado por Fernando Santos e Castro e apoiado por Marcello Caetano? Fernando Santos e Castro era o Governador-Geral de Angola, e este processo está documentado através de declarações de várias pessoas que participaram nele que se estaria a preparar um rápido processo de autonomia a partir daquele país.²⁹

²⁶ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

²⁷ Em fevereiro de 1974 houve uma iniciativa para se realizarem negociações através de uma delegação do Governo Português em Londres, que se encontrou com uma delegação do PAIGC.

²⁸ Este tema é retomado do capítulo de autoria de Maria Paula Meneses e Catarina Gomes.

²⁹ Ou seja, trata-se de um projeto de autonomia sob liderança da comunidade branca, à imagem do que acontecera anos antes na Rodésia.

Em segundo lugar, colocava-se a questão do financiamento da guerra. De facto, qual era o apoio financeiro a um plano desta natureza? Mais uma vez este pilar passava pela África do Sul. Com efeito, em 8 de março de 1974, foi assinado um acordo entre o governo Português (representado pelo Ministério das Finanças) e o South Africa Reserve Bank para um empréstimo de 150 milhões de rands, destinado a financiar a aquisição de equipamento militar por Portugal.³⁰

Na sequência da aproximação política entre Portugal e a África do Sul, especialmente através das cimeiras desenvolvidas no âmbito da aliança *Alcora*, quando já estava decidido e em funcionamento um órgão permanente de planeamento *Alcora*, com sede em Pretória, os dois governos negociaram as condições deste grande empréstimo da África do Sul a Portugal. Este montante seria transferido para Portugal num prazo de 5 anos, em pagamentos mensais de 5 milhões, até um máximo de 50 milhões por ano. Esta ‘ajuda’ destinava-se a suportar as despesas de Portugal com a aquisição de novos equipamentos e armamento. Refira-se que a prestação de março foi imediatamente transferida.

Com o 25 de Abril, as transferências foram interrompidas, para não mais serem retomadas. Contudo, Portugal tinha já assumido compromissos vultosos por conta do empréstimo, na aquisição de equipamentos militares, incluindo os mísseis Crotale.³¹ As negociações ao nível militar prolongaram-se até finais de 1975, sendo então transferido o problema para o âmbito dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

Na análise de todas estas questões, o que estes dados revelam é uma linha de investigação aliciante, que aguarda por mais estudos e novas investigações.

³⁰ Arquivo da Defesa Nacional, Cx. 833.

³¹ Míssil terra-ar de curto alcance, desenvolvido inicialmente em França para a África do Sul.

A AFRICANIZAÇÃO NA GUERRA COLONIAL E AS SUAS SEQUELAS TROPAS LOCAIS – OS VILÕES NOS VENTOS DA HISTÓRIA

Carlos de Matos Gomes

Introdução. A administração colonial e o papel dos agentes locais

O colonialismo português, tal como o francês e o inglês (também o alemão, enquanto durou) exerceram o seu domínio nos territórios que dividiram entre si na Conferência de Berlim (1884-1885) interpondo agentes locais entre os administradores europeus e os povos. As estruturas de contacto incluíam as autoridades tradicionais mais ou menos controladas para garantirem a fidelidade aos poderes coloniais, e os elementos assimilados, que funcionavam nos níveis mais baixos da administração e das forças de segurança, tanto de polícia como militares.

Quanto aos aparelhos militares, existia uma tradição de participação de africanos no Exército Colonial português desde a segunda metade do século dezanove, para apoiar a penetração no interior de África. O Exército Colonial português estava então organizado em unidades de primeira linha, constituídas por contingentes expedicionários enviados de Lisboa e por deportados, e por tropas de segunda linha, com soldados recrutados localmente, mulatos e negros assimilados. Em tempo de conflitos, eram constituídas forças nativas sob o comando de chefes locais fiéis, que assumiram várias designações, entre elas a de *empacaceiros* (um termo que, curiosamente, seria recuperado durante a Guerra Colonial para designar as tropas regulares – ‘a tropa pacaça’). Estas tropas são a longínqua origem das forças africanas (Coelho, 2002: 129 ss.) e alguns autores julgam que as ‘campanhas de pacificação’ do início do século XX de Angola e de Moçambique não teriam sido possíveis sem estas tropas auxiliares, que atingiram elevadas percentagens de forças combatentes (90% em Angola), como também julgamos que a Guerra Colonial o não teria sido, pelo menos nos últimos anos.

A regulamentação do recrutamento destas tropas, feita em 1904, estipulava que este devia ser realizado através dos régulos. O que significou o envolvimento das autoridades locais, desde muito cedo, no processo de criação de

tropas locais. Em Moçambique o recrutamento militar seguiu, aliás, os mesmos procedimentos do recrutamento para as minas do Transvaal,¹ realizado com forte envolvimento das autoridades tradicionais. Em Moçambique, durante a guerra contra os alemães² foram incorporados 25 000 moçambicanos como soldados para combaterem no norte, o que representava 44% dos efetivos portugueses; a partir daí o recrutamento passou a ser um ato comum e regulamentado, fazendo as forças do Exército nas colónias parte do aparelho colonial e pertencendo a sua administração ao Ministério das Colónias (Telo, 2003: 451 ss.).

Após a II Guerra Mundial, durante os anos 50, ocorreu a reestruturação das Forças Armadas portuguesas, passando todas elas a depender do Ministério da Defesa. No Exército foram criadas as Regiões Militares de Angola e de Moçambique, os Comandos Territoriais Independentes. Na Armada, os Comandos Navais, e na Força Aérea, as Regiões e Zonas Aéreas. Foram criadas, ou reorganizadas, as unidades africanas, que passaram a integrar o dispositivo militar português. Foram ainda criados pelo Exército centros de instrução de tropas em Angola – Nova Lisboa/Huambo; em Moçambique – Boane; e na Guiné – Bolama (veja-se mais adiante o Quadro 2). Em 1961, ano do início da Guerra Colonial, o Exército português dispunha em África de unidades locais organizadas nos mesmos moldes das unidades europeias.

1. A Africanização das Forças Portuguesas na Guerra Colonial

A africanização das forças portuguesas começou muito cedo e muito antes do início da Guerra Colonial, e processou-se seguindo o modelo das outras potências coloniais. A necessidade do recrutamento local tem a ver com razões de quantidade e de qualidade.

No caso português, as razões de quantidade são as que resultaram das crescentes dificuldades financeiras de Portugal em suportar as despesas da guerra (as tropas recrutadas localmente eram mais baratas, pois não necessitavam de ser transportadas para os teatros de operações e ganhavam menos) e porque supriam o défice de recrutamento metropolitano, que chegara em 1973 aos limites da sua capacidade. Em 1973, 6% da força de trabalho portuguesa

¹ Atualmente na África do Sul, então para trabalhar nas minas de ouro, iniciando o ciclo de mineração moderno (nota dos organizadores).

² Durante a I Guerra Mundial.

estava empenhada na guerra e Portugal era o país com maior percentagem da população a cumprir obrigações militares, depois de Israel.³

As razões de qualidade para a utilização de africanos como força de combate de primeira linha são as que resultam do facto do soldado africano, além de ser mais barato, se adaptar melhor do que o europeu ao terreno, se inserir nas culturas locais e avaliar por isso melhor o ‘estado de espírito das populações’, ser mais produtivo na recolha de informações e resistir melhor às doenças tropicais. Tinha, por fim, uma vantagem política de grande importância a nível psicológico, porque a sua morte ou ferimento exercia menos impacto na opinião pública metropolitana.

Apesar destas vantagens, o processo de africanização não foi de aceitação generalizada entre a hierarquia política e militar portuguesa. Os setores mais conservadores viam nos africanos potenciais terroristas e, antes de qualquer outra coisa, opuseram-se ou procuraram limitá-lo. Os comandantes militares encararam o processo de africanização das Forças Armadas cada um segundo a sua perspetiva de emprego no respetivo teatro de operações, sem unidade de doutrina.

Convém no entanto dizer que a questão da africanização, mais do que uma questão de quantidade de homens e unidades, foi uma questão de qualidade dessas tropas e, acima de tudo da qualidade dos papéis políticos que elas desempenhavam ou estava previsto virem a desempenhar, como veremos.

Os papéis das forças e a sua organização

A africanização das forças portuguesas assentou em três tipos de unidades:

– Unidades regulares do Exército – companhias e batalhões de caçadores (infantaria), grupos de artilharia e de cavalaria; unidades de serviços, recrutadas localmente, que faziam parte do dispositivo das regiões militares de Angola e de Moçambique e comando territorial independente da Guiné.

– Unidades especiais – unidades de características ofensivas e com elevada capacidade de combate. Umam eram orgânicas das Forças Armadas, no caso do Exército, companhias e batalhões de Comandos recrutados localmente; na Marinha, foi o caso dos destacamentos de fuzileiros especiais da Guiné; outras unidades ainda dependiam dos governos locais, como foram os casos dos GE,⁴ e dos GEP;⁵ ou de outras instituições, que não as Forças Armadas, caso

³ Sobre este assunto veja-se Rocha, 1977: 593 ss.

⁴ Grupos Especiais.

⁵ Grupos Especiais de Paraquedistas.

dos *Flechas* da PIDE/DGS, e até forças oriundas de territórios estrangeiros, como os catangueses dos *Fiéis* e os zambianos dos *Leais*. Designaremos estas, de forma geral, por ‘forças especiais africanas’ para facilidade e comodidade de comunicação.

– Unidades de milícias – pequenas unidades de base local, étnica/tribal, normalmente com funções de autodefesa e segurança próxima.

Estes três tipos de forças desempenharam papéis muito diferentes na guerra e sofreram tratamento diferente das novas autoridades com as independências. As unidades regulares faziam parte de uma tradição de serviço militar estabelecida desde o início da moderna colonização portuguesa e, apesar do seu incremento durante a Guerra Colonial, não sofreram um impacto maior do que aquele que é produzido em situações normais de conflito. As unidades de milícia, implantadas nas regiões de origem dos seus elementos, também integravam as estruturas administrativas e não motivaram reações de violência que tivessem excedido as disputas locais.

A grande questão da violência originada pela africanização centrou-se nas ‘forças especiais africanas’, fossem as forças especiais orgânicas das Forças Armadas, comandos e fuzileiros; fossem as forças especiais constituídas no universo da administração civil, GE, GEP e *Flechas*. Isto porque foi nestas que assentou a especificidade da africanização da guerra nos três teatros de operações. Essa especificidade teve a ver com a sua organização e comando, com as suas missões ofensivas, mas sobretudo com o papel político que lhes estava destinado desempenharem numa fase futura da situação colonial.

Quanto à sua organização e comando, os dois aspetos mais distintivos destas forças são a intensidade do empenhamento dos quadros europeus com as tropas africanas; e a promoção aos postos mais elevados de comando operacional de quadros africanos com base no seu mérito. O empenhamento e envolvimento de quadros portugueses europeus no comando de unidades africanas⁶ e a promoção de militares africanos aos postos mais elevados na hierarquia das unidades operacionais tinham o óbvio significado de identificação dos quadros africanos com a política colonial portuguesa, que lhes reservava um futuro lugar de relevo.

⁶ Situação única na história militar das potências europeias em guerras coloniais, em que europeus comandaram unidades em combate onde todos os efetivos eram africanos, em ações de alta perigosidade e em situações extremas de isolamento, incluindo o combate em territórios estrangeiros.

A grande questão que estas unidades de ‘forças especiais africanas’ levantaram, e que motivaram a reação dos novos poderes instalados após as independências, foi a de elas terem conjugado a sua capacidade operacional tanto através do espírito de corpo e do respeito por valores essencialmente militares, inerentes ao profissionalismo militar, como (e isso era inaceitável nas condições em que os novos dirigentes chegaram ao poder) através da identificação política/ideológica dos seus quadros e tropas, com uma possível solução de tipo que seria considerado neocolonial. Será por este motivo que os novos poderes orientarão a sua atenção e em muitos casos a sua violência, contra estas tropas e os seus membros. Por fim, a amplitude da africanização das forças portuguesas, atingiu proporções únicas nos conflitos coloniais (veja-se o Quadro 1).

QUADRO 1
Relação de Efetivos Metropolitanos e de Recrutamento Local⁷

Angola	Guiné	Moçambique
Ex (M) + Ex (RL) + GE + TE + + <i>Fiéis</i> + <i>Leais</i> + <i>Flechas</i> 75 600	Ex (M) + Ex (RL) + Armada + + Milícias 40 000	Ex (M) + Ex (RL) + GE + GEP 54 900
Tropas Locais 37 900	Tropas Locais 14 300	Tropas Locais 30 900
Recrutamento Local 57%	Recrutamento Local 35%	Recrutamento Local 56%
Guerrilheiros 11 000	Guerrilheiros 7000	Guerrilheiros 6500 a 10 000

Legenda:

Ex (M) = Exército (Metrópole); Ex (RL) = Exército (Recrutamento Local); GE = (Grupos Especiais); TE = (Tropas Especiais).

Recrutamento Local – Inclui efetivos das Forças Armadas recrutados localmente e forças auxiliares locais.

Em resumo, dos cerca de 170 mil homens nos três teatros de operações, cerca de 83 mil eram de recrutamento local, o que representa aproximadamente 48%. Trata-se de uma percentagem que, se forem tomados em consideração os efetivos da OPVDC (Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil) existentes em Angola e Moçambique e as Guardas Rurais, deverá ficar muito próximo dos 50%.

⁷ Estado-Maior do Exército, 1989a, 1989b e 1989c.

2. As Forças Especiais Africanas

A dimensão destas forças e a sua tipologia foram diferentes nos três teatros, embora dentro dos mesmos princípios de emprego. Elas tomaram nomes muito variados, tantos que, à falta de designação, chegaram a ser constituídos os Grupos Muito Especiais em Moçambique. Assim, e por teatro de operações, temos como forças principais (Ver Quadro 2):

QUADRO 2
Unidades de Recrutamento local

Quadro de Unidades do Exército de recrutamento local		
Angola	Guiné	Moçambique
Regimento de Infantaria 20 – Luanda Regimento de Infantaria 21 – Nova Lisboa/Huambo Regimento de Infantaria 22 – Sá da Bandeira/Lubango EAMA (Escola de Aplicação Militar de Angola) – Nova Lis- boa/Huambo Batalhão de Caçadores 11 – Cabinda Batalhão de Caçadores 12 – Carmona/Uíge Batalhão de Caçadores 13 – Salazar/Dalatando Grupo de Artilharia de Campa- nha 1 – Luanda Grupo de Artilharia de Campa- nha 2 – Nova Lisboa/Huambo Grupo de Cavalaria nº 1 (Dra- gões) – Silva Porto/Kuito 2 Esquadrões a cavalo 3 Esquadrões de Blindados (Reconhecimento)	1 Batalhão de Comandos Africanos 17 Companhias de Caça- dores 3 Companhias de Co- mandos Africanos	13 Batalhões de Caçadores 1 Batalhão de Comandos 43 Companhias de Caçadores 3 Companhias de Comandos 2 Grupo de Artilharia de Campanha 3 Esquadrões de Reconhecimento 1 Esquadrão a Cavalo
Efetivos Locais: 27 900 – 42% dos efetivos do Exército	Efetivos Locais: 6500 – 20% dos efetivos do Exér- cito + 2 Destacamentos de Fuzileiros Africanos – 200 homens	Efetivos Locais: 24 000 – 54% dos efetivos do Exército

Quadro de Unidades do Exército de recrutamento local		
Angola	Guiné	Moçambique
Tropas Auxiliares		
GE..... 3000	Companhias de Milícias 76 7600	GE – 84 grupos 3000
TE..... 1200		GEP – 12 grupos..... 420
<i>Fiéis</i> 2500		
<i>Flechas</i> 2500		
<i>Leais</i> 800		
10 000		7600

Angola

Os *Grupos Especiais* (GE) foram criados em Angola em 1968, como primeiro modelo de unidade operacional africana autónoma de base local, dependentes das Forças Armadas. Beneficiavam de treino militar equivalente ao das tropas especiais de tipo Comando. Estavam organizados como grupos de combate e estacionados junto às companhias do exército regular, sob as ordens das quais atuavam. Constituíram uma evolução do conceito de milícias de autodefesa, passando a ser forças de intervenção auto-organizadas e autónomas.

Os GE angolanos foram o modelo mais popular no conceito militar colonial de tropas auxiliares, tendo chegado a cerca de 3000 homens, distribuídos por todo o território, sobretudo no Norte e no Leste.

Os *Flechas* são criados pela PIDE/DGS, a partir de antigos guerrilheiros e de elementos oriundos do grupo Khoisan, do Sul de Angola. No final da guerra ultrapassavam os 2500 homens. Apesar da grande autonomia de emprego, dependiam operacionalmente das Forças Armadas.

As Tropas Especiais (TE) surgiram em 1966, em Cabinda, quando Alexandre Tati desertou da FNLA.⁸ Os seus efetivos rondavam os 1200 homens e atuaram especialmente contra o MPLA,⁹ em Cabinda e no norte de Angola.

Os *Fiéis*, como já referido, eram constituídos por forças originárias do Catanga.¹⁰ A estratégia de criação e acionamento de tropas auxiliares autónomas foi levada ao limite, em Angola, com a criação de forças originárias

⁸ Frente Nacional de Libertação de Angola, um dos movimentos nacionalistas angolanos.

⁹ Movimento Popular de Libertação de Angola, outra das forças nacionalistas em Angola.

¹⁰ Atualmente na República Democrática do Congo, ex-Zaire.

em grupos dissidentes de países vizinhos, nomeadamente o então Zaire e a Zâmbia. Em 1967, aproveitando a entrada no Leste de Angola de grupos de gendarmes catangueses, antigos apoiantes de Moisés Tchombé, que as autoridades portuguesas acolheram como refugiados políticos, foi criada, através de uma operação denominada 'Fidelidade', uma força militar africana de cerca de 2500 homens, que foi utilizada na luta contra o MPLA em troca da promessa de um futuro apoio português à luta pela 'libertação' do Zaire.

Numa ação em tudo idêntica e contemporânea da dos *Fiéis*, embora com menores proporções, as autoridades portuguesas montaram a 'Operação Colt' para formar uma força auxiliar à base de refugiados zambianos do *Zambian African National Congress* (ZANC), que se opunham ao regime de Kenneth Kaunda. Com o nome de código de *Leais*, esta força atuou no leste e no sul de Angola.

Além destas forças especiais as Forças Armadas portuguesas dispunham em Angola de unidades de comandos, do Exército, instruídos localmente e que incluíam uma elevada percentagem de elementos recrutados no território, incluindo oficiais e sargentos.

Guiné

A partir das *milícias* de autodefesa, foi desenvolvido pelo Estado-maior do General Spínola o conceito de grupos de intervenção de milícias (companhias e pelotões), já não ligados meramente à autodefesa das 'tabancas', mas operando como força étnica de intervenção, enquadrada pelo Comando Geral de Milícias, que dispunha de um centro de instrução próprio.

As Forças Armadas dispunham, como forças especiais, de um Batalhão de Comandos Africanos (Exército), com três Companhias de Comandos, e de dois Destacamentos de Fuzileiros Especiais Africanos (Armada).

Moçambique

Os Grupos Especiais (GE) foram criados em 1970, para integrarem a operação 'Nó Górdio' como forças de recrutamento local, com base étnica, semelhantes aos GE de Angola. Posteriormente foram criados os Grupos Especiais Paraquedistas (GEP), de recrutamento nacional, com sede no Dondo/Beira e que atuaram especialmente na zona de Tete.

Além destes GE e GEP, existiram ainda grupos de milícias dependentes dos governos de distrito, com funções de autodefesa, de pesquisa de informações e de patrulhamento. O mais conhecido foi o grupo de milícias do Niassa, comandado por um caçador europeu, Daniel Roxo.

Além destas forças especiais, as Forças Armadas dispunham em Moçambique de um Batalhão de Comandos (Exército), que passou a formar companhias de comandos de recrutamento local a partir de 1970, em Montepuez.

3. Conceitos de Africanização nos Teatros de Operações

A análise da africanização da guerra, em especial das tropas especiais africanas, permite verificar as diferenças estruturais que, a partir de 1970, se abrem na direção da guerra, que até então era unitária. Os objetivos da africanização – dada a personalidade dos seus comandantes-chefe – são claramente diferentes em cada um dos teatros de operações e correspondem a projetos políticos muito distintos.

Na Guiné, Spínola¹¹ procurou, a partir das experiências de milícias e explorando distinções étnicas, criar um exército africano ‘nacional’ à imagem do exército português, estruturado em companhias agrupadas em batalhões, tendo em vista provavelmente uma futura federação de Estados de língua portuguesa. A africanização da guerra na Guiné estava ao serviço do projeto político de Spínola de uma comunidade de países e de uma federação de Estados.

Em Angola, a africanização teve como objetivo aumentar a capacidade operacional das forças portuguesas e a sua autonomia de forma a criar condições políticas e militares para atrair um dos movimentos – a UNITA¹² – e elementos dos outros. Os *Flechas* serão o conceito mais específico deste tipo de tropas. A africanização tinha como objetivo político a atração de guerrilheiros e dirigentes nacionalistas, especialmente no Leste e Sudeste do território.

Finalmente, em Moçambique, apesar da grande percentagem de recrutamento local, a formação de tropas africanas autónomas não só foi mais tardia, como estas foram integradas na manobra convencional de Kaúlza de Arriaga,¹³

¹¹ Militar e político português. Participou em ações militares na frente angolana durante a Guerra Colonial. Entre 1968 e 1972 foi governador militar da Guiné-Bissau. A avaliação da impossibilidade de uma vitória militar e a intransigência do governo português quanto ao destino das colónias (veja-se a introdução e o capítulo dos retornados neste volume), levá-lo-ia a escrever *Portugal e o Futuro* (1974), onde expressa a ideia de que a solução para o problema colonial português passava por outras vias que não a continuação da guerra. Na sequência do golpe de estado de 25 de Abril de 1974 assumiu o cargo de Presidente da República, onde se manteve até setembro desse ano (nota dos organizadores).

¹² União Nacional para a Independência Total de Angola, outra importante força nacionalista em Angola.

¹³ General português que, sob ordens de Salazar e Marcello Caetano, foi Comandante-em-Chefe das Forças Terrestres em Moçambique (1969-1970) durante a Guerra Colonial, tendo coordenado a maior campanha militar desta guerra, a ‘Operação Nó Górdio’ (nota dos organizadores).

sem explorar todas as suas especificidades de conhecimento do terreno e de ligação às populações. Esta situação explica-se pelos conceitos táticos de Kaúlza de Arriaga, mais inclinado para a manobra clássica, e por outro pela difícil relação entre as Forças Armadas, as autoridades civis e a PIDE/DGS, que levaram o General a resistir até ao limite à formação de *Flechas*, o que só veio a acontecer por determinação de Lisboa e já no final do seu mandato.

No final da guerra, os três teatros de operações apresentavam realidades distintas, embora em todos eles fosse generalizada a utilização de forças de recrutamento local. Na Guiné prevalecia um quadro com tendência a evoluir para um conflito opondo um exército africano semelhante ao português às forças do PAIGC, portanto com nítidos contornos de conflito civil, em que a componente de forças armadas europeias seria utilizada como reserva. Em Moçambique, apesar das resistências, houve uma evolução lenta mas consistente de unidades africanas, que em 1973 tinham um papel de principal força de combate na zona de Tete, asseguravam a estabilidade na zona do Niassa e funcionavam como força supletiva na zona de Cabo Delgado. Não tinham, contudo, nenhum papel político, a não ser aquele que o engenheiro Jorge Jardim para elas estabelecesse.¹⁴ Os GEP seriam a sua força de manobra. Finalmente, em Angola, as forças africanas foram particularmente importantes no Leste, onde se conjugaram com as forças especiais das Forças Armadas, comandos, para-quedistas e com as forças sul-africanas. Sem elas, em especial sem os *Flechas* e alguns GE, as forças portuguesas não teriam conseguido os sucessos operacionais que obtiveram nessa frente.

Em comum, os três teatros de operações apresentavam uma realidade onde o avanço das forças de guerrilheiros dos movimentos de libertação deparava com a oposição de dezenas de milhares de ‘militares locais’ acionados pelas autoridades coloniais. Em 1974, quando ocorreu o 25 de Abril, a tendência da africanização das forças ia no sentido de transformar a Guerra Colonial em três conflitos internos nos três teatros de operações.

4. A Situação das Tropas Coloniais após as Independências

O tratamento dado às tropas coloniais após as independências deve ser analisado tendo em conta os objetivos dos novos poderes vencedores. Mesmo considerando a grande carga de popularidade da nova ideologia libertadora anunciada nos programas dos movimentos de libertação, consubstanciada na perspetiva

¹⁴ Este tema é retomado noutros capítulos deste volume (nota dos organizadores).

da construção de uma sociedade nova e mais justa, certo é que, ainda mais do que anteriormente, se tratava de um contexto de pós-guerra com vencedores e vencidos, em que os grandes vencidos foram os que integraram as forças especiais africanas.

Relativamente aos africanos que integraram as unidades regulares do Exército e os que pertenceram às milícias, eles foram tratados como os restantes elementos da administração colonial, em regra sem particular violência, pelo menos a que excedesse vinganças localizadas e ajustes de contas.

Já quanto aos elementos das 'tropas especiais africanas' a situação foi radicalmente diferente, embora distinta em cada um dos três teatros de operações. Estas unidades passaram de vitoriosas e portadoras de um projeto político, a vencidas e a traidoras de 'raça' e de 'classe', sendo que raça estava associada à negritude e africanidade e classe à exploração colonialista. Entre um Estado português em retirada, com pouca vontade política e quase nenhuma margem de manobra (sobretudo na Guiné e em Moçambique) para se empenhar em seu favor, e movimentos nacionalistas vitoriosos, que os encaravam com os piores olhos, devido não só ao papel que haviam desempenhado durante a guerra mas, também, à ameaça que representavam nos tempos de soberania incerta, que foram os das independências, o espaço de sobrevivência que lhes restou era estreito. Reparemos que, de acordo com as estimativas dos serviços de informações portuguesas, existiam 11 000 guerrilheiros de três movimentos em Angola, aos quais se podiam opor 37 900 efetivos do antigo aparelho militar colonial de recrutamento local; na Guiné existiam 7000 guerrilheiros para 14 100 tropas locais e em Moçambique de 6500 a 10 000 guerrilheiros da FRELIMO para 30 900 efetivos coloniais (veja-se o Quadro 1 acima).

Os dirigentes dos movimentos de libertação temiam esses militares a dois níveis, em primeiro lugar, porque eles podiam constituir uma ameaça militar, um exército oponente e, em segundo, mesmo que aceitassem integrar a 'nova ordem' eles iriam concorrer com eles pelos lugares de comando e chefia, para os quais estavam tecnicamente mais habilitados, o que era insuportável para os vencedores. No fundo, eles representavam a realidade que era necessário destruir para construir uma outra, e foram o bode expiatório que justificou a violência utilizada pelos vencedores para imporem a sua lei e demonstrarem o seu poder.

Os vencedores, os movimentos de libertação, tinham por objetivo não só criar um novo Estado, mas governá-lo. Governar o novo Estado era a recompensa natural para quem tinha feito a guerra de libertação.

5. As Contradições do Discurso Nacionalista e o Confronto com a Realidade Colonial

O tratamento dado às ‘tropas especiais africanas’ no período que se seguiu às independências da Guiné, de Moçambique e de Angola são um brutal revelador da contradição entre as propostas da utopia de justiça e igualdade e a realidade dos interesses humanos, das contradições do discurso nacionalista, que estão na base da atual situação de África.

O discurso nacionalista africano assentou desde a sua fundação nos anos vinte do século passado numa contradição insuperável: condena a realidade que os nacionalistas não podem (e não puderam) deixar de impor como o seu projeto. Parece complicado, mas não é. É como o discurso de condenação do uso da gravata por alguém que sabe que terá de a usar quando ocupar um certo lugar onde ela é obrigatória.

Mário de Andrade, um dos grandes teóricos do nacionalismo africano, é um bom exemplo dessas contradições. Ele defendia que o nacionalismo africano devia ter como objetivo a defesa da história de África, isto é, a defesa da ideia de que a África tinha uma história antes da chegada dos colonizadores europeus, tinha estruturas sociais, políticas, económicas e afirmava que o nacionalismo devia ter como objetivo restituir a dignidade aos africanos, libertando-os da exploração colonial (Andrade, 1998). Outros autores, como Kwame Nkrumah, influenciado pelas teorias da modernização política, mais devedores da ideologia revolucionária, defendiam que o objetivo do nacionalismo era construir o homem novo e a sociedade nova. Propunham a africanização dos quadros administrativos do estado pós-colonial africano para promover o desenvolvimento económico e substituir as velhas tradições culturais africanas por uma nova elite governamental sucessora e tecnicamente apta para assumir o governo nos países africanos (Birmingham, 1998a).

A realidade por detrás dos discursos era bem diferente e não podia deixar de o ser. Quanto à historicidade, os dirigentes nacionalistas africanos, maioritariamente urbanizados, ‘destribalizados’ e ocidentalizados, frutos quase todos da necessidade do colonialismo criar quadros locais para melhorar a eficácia da sua atividade exploradora, aceitaram reescrever a história das colónias que queriam promover a nações de acordo com as fronteiras definidas pelos europeus na Conferência de Berlim, o ato fundador do colonialismo, tipicamente a-histórico, e aceitaram as estruturas políticas herdeiras do projeto Europeu do Estado-nação. Nenhum propugnou pela reversão à situação pré-colonial de África. A Organização de Unidade Africana (OUA) defendeu sempre o

respeito pelas fronteiras coloniais. Mais, os movimentos nacionalistas e os seus dirigentes foram muito ativos no ataque às autoridades tradicionais africanas, a pretexto de lutar contra o tribalismo.

Se a historicidade não foi, de facto, um argumento consistente e coerente do nacionalismo africano, a questão da libertação do homem africano da exploração colonial também não era, não foi e não podia ser um objetivo realizável, desde logo porque o subdesenvolvimento de África obrigava os seus povos a integrarem-se no sistema de trocas desigual instituído pelo capitalismo, o que levava os africanos, como ainda hoje leva, a terem de vender o seu trabalho para exportarem matérias-primas em bruto e a comprarem produtos elaborados e de alto valor acrescentado. Estavam e estão sujeitos ao capitalismo na sua fase imperialista. A essa exploração geral acrescenta-se a exploração particular feita pelas elites locais sobre a generalidade dos seus povos.

É pois, num contexto em que os novos poderes não têm condições de criar um novo homem africano, nem de impor uma visão histórica pré-colonial nos seus territórios e não podem nem querem acabar com a exploração, que eles têm de realizar o único objetivo que lhes resta, e repetindo: criar um Estado-nação e governá-lo. Isto é, replicar o que existe um pouco por todo o mundo.

É essa interpretação que levou Hobsbawm a afirmar que o nacionalismo é um projeto político da elite protonacionalista, o precursor político da construção do Estado nacional do tipo que, após a Revolução Francesa, se tornou padrão universal em diversos continentes e contextos. Para Hobsbawm, sem esse projeto político de elites o nacionalismo seria uma palavra vazia de conteúdo (1995). Para atingirem este objetivo, os novos poderes tiveram de encontrar soluções para os antigos aparelhos deixados pelo poder colonial, entre eles os antigos militares das 'forças especiais africanas', aqueles que mais claramente lhes revelavam as contradições e os vazios do seu projeto.

A solução do PAIGC e da FRELIMO para a Guiné-Bissau e para Moçambique foram idênticas: dismantelá-los numa primeira fase e eliminá-los numa segunda. Em Angola, onde após a independência os três movimentos iniciaram uma violentíssima guerra civil, a solução foi cada um deles aproveitar esses militares para reforçar as suas forças. Vejamos o caso particular de cada um.

A Guiné foi, dos três territórios, aquele em que o contexto se apresentava mais favorável aos vencedores, com o PAIGC vitorioso do ponto de vista militar, e portanto pouco aberto a negociações e compromissos. As forças portuguesas, após uma longa guerra travada em difíceis condições, queriam retirar rapidamente. Mas, a Guiné era também o território onde as tropas especiais

africanas mais haviam evoluído, a ponto de constituírem um verdadeiro exército organizado em batalhões e companhias, à semelhança das Forças Armadas portuguesas, com grande experiência de combate e, portanto, representando uma verdadeira ameaça para o novo regime. Consequentemente, este foi impiedoso, localizando, prendendo e executando sumariamente a maior parte dos seus efetivos.

Moçambique apresentava, nas vésperas da independência, um quadro com algumas semelhanças ao da Guiné. O golpe do 25 de Abril trouxe a FRELIMO para a antecâmara do poder, um movimento pouco inclinado a negociar qualquer solução de integração das tropas especiais africanas – parte da ‘máquina militar colonial’ que devia ser desmantelada. A FRELIMO interpretava o seu próprio percurso histórico, em que o chamado conflito interno entre revolucionários e reacionários se havia saldado pela vitória dos primeiros, cuja vanguarda era representada pelo próprio aparelho militar. As Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) constituíam o último reduto da pureza revolucionária, que não poderia ser conspurcado pela presença das forças coloniais (Coelho, 2002). De um ponto de vista pragmático, a integração de uma força de várias dezenas de milhares de homens nas FPLM, que teriam entre 7 e 10 mil combatentes, significaria, no mínimo, uma imprudência. As forças africanas comprometidas com o regime colonial passaram a ser tratadas como fazendo parte do ‘inimigo interno’, e como tal seriam ‘punidas e purificadas’, embora a punição e a purificação não tenham atingido os níveis de violência da Guiné.

Em Angola o contexto foi diferente, devido à fragmentação do movimento de libertação em três unidades autónomas, com capacidade militar, embora diferenciada, para conquistar o poder. O facto das tensões político-militares terem prosseguido ininterruptamente favoreceu a integração dos milhares de homens das unidades especiais africanas, em contraste com a Guiné e Moçambique. As Tropas Especiais localizadas em Cabinda desertaram de imediato com as suas armas para engrossarem as fileiras da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), enquanto os grupos estacionados na fronteira norte (Zaire), compostos maioritariamente por combatentes oriundos do Sul de Angola, aceitaram o programa de desmobilização e indemnizações oferecido pelas autoridades portuguesas, e regressaram às suas terras, onde grande parte aderiu posteriormente à UNITA. Os cerca de 3 000 homens dos GE encontravam-se dispersos por todo o território de Angola, sobretudo no Norte e no Leste. Também a estes foi oferecido um programa de desmobilização e

indenizações. Tratando-se de uma força de base étnica, estacionada nos locais de recrutamento, grande parte terá integrado as forças militares da FNLA e do MPLA, consoante se localizavam na área de influência de um ou outro destes movimentos.

A situação em relação aos *Flechas* era mais delicada, porque se tratava da tropa especial com mais experiência de combate e com um passado de operações com grande autonomia, ao serviço da PIDE/DGS; embora houvesse para eles o mesmo plano de desmobilização com indenizações, as autoridades da transição foram adiando a sua desmobilização porque temiam precipitar uma situação que era já de si altamente explosiva. A previsão das autoridades, nesta altura, era de que três quartos do contingente se integrariam na UNITA, um quarto no MPLA, e uma franja insignificante na FNLA, o que não terá estado muito longe da realidade.

Finalmente, a situação das tropas africanas estrangeiras constituiu o problema mais complexo de resolver, sobretudo no caso dos *Fiéis* catangueses, que na altura totalizavam cerca de 2400 homens, e que permaneceram organizadas e em prontidão de combate depois do 25 de Abril. Várias hipóteses de dissolução desta força foram discutidas pelas autoridades, nomeadamente a sua desmobilização com indenizações (como sucedia com as restantes forças), a negociação diplomática para o seu regresso ao então Zaire ou, ainda, a discussão com as respetivas autoridades para a sua transferência para a Rodésia¹⁵ e África do Sul do *apartheid*. Procurando reter os *Fiéis* em Angola o mais possível, até porque estes ameaçavam, na ausência de soluções alternativas, invadir o Zaire para ‘morrer em combate contra Mobutu’, as autoridades portuguesas negociaram a sua integração no MPLA, que acolheu a perspectiva de bom grado, dada a sua notória inferioridade militar em relação à FNLA. Reforçado por elementos dos GE e dos *Flechas*, e agora também pelos *Fiéis*, o MPLA manteve a posse de Luanda e retomou o controlo do nordeste e de Cabinda. Destino idêntico tiveram os *Leais*, integrados na UNITA e nas tropas sul-africanas no então Sudoeste Africano.

6. Criar e Governar um Estado

O modo como os novos poderes procedentes dos movimentos de libertação lidaram com as estruturas coloniais e com os seus agentes, quer os civis, quer os militares, após as independências de cada uma das ex-colónias portuguesas

¹⁵ Atual Zimbabwe.

de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, revelou as dificuldades dos nacionalismos africanos do início da segunda metade do século XX em criarem novas realidades políticas essencialmente diferentes das deixadas pelo colonialismo.

Após as independências, fosse por reconhecimento de um facto já internacionalmente reconhecido, como no caso da Guiné-Bissau, fosse por negociação, os dirigentes dos movimentos que haviam conduzido a luta contra o colonialismo português tiveram como principal tarefa criar um Estado-nação nos territórios que haviam sido as colónias portuguesas de Angola, Guiné e Moçambique, posteriormente designadas de Províncias Ultramarinas, e governá-lo com maior justiça do que a da potência colonial. Esse era o problema que lhes cabia resolver. Para o conseguirem, a primeira questão era instalarem-se o mais fortemente que lhes fosse possível no poder e exercê-lo do modo mais eficaz para o manterem.

Perante este problema, os novos dirigentes foram confrontados com tensão criada por duas forças opostas; de um lado a utopia revolucionária em que haviam fundado as suas justificações para a luta, o que os obrigava a destruir o que existia; e do outro a realidade, a de que Angola, Guiné-Bissau e Moçambique tinham a sua história e essa história resultava em boa parte da ação de uma potência colonial, que tinha implantado estruturas de governo e administração envolvendo nelas pessoas, meios e métodos, que tinha conduzido uma política de implantação de colonos, da qual havia resultado um determinado tipo de relacionamento.

Em resumo, havia uma realidade que eram as colónias de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, constituídas pelos grupos étnicos habitantes tradicionais dos territórios e pelas comunidades europeias estabelecidas há mais ou menos tempo, por uma administração civil em que, grosso modo, os postos mais elevados e os médios eram ocupados por quadros metropolitanos, ou seus descendentes, e os postos médios baixos e baixos eram providos por naturais, urbanizados e assimilados, e uma estrutura de defesa e segurança, exército e polícias, onde vigorava o mesmo sistema da administração, quadros superiores metropolitanos, quadros inferiores e efetivos de linha preenchidos por elementos locais.

Esta era a realidade pré-existente aos nacionalismos africanos e às lutas anticoloniais. Como disse Frantz Fanon (1961), foi o colonizador que fez o colonizado. A luta anticolonial teve por objetivo declarado derrotar e expulsar o colonizador, criar uma realidade nova, com novas estruturas políticas, novas relações e até um homem novo, liberto da exploração do colonialismo.

O objetivo da luta anticolonial e dos seus movimentos era fundar uma nova sociedade em que a utopia devia realizar-se.

A resultante do sistema de forças entre a utopia revolucionária e a realidade da herança colonial dificilmente seria positiva mas, para piorar as hipóteses de sucesso, surgiam ainda a realidade das fraquezas humanas, da ambição dos vencedores em ocuparem os lugares dos vencidos, e ainda de terem de retribuir os apoios aos seus aliados internacionais, o que, no ambiente de Guerra Fria da altura, significava servir os interesses estratégicos da ex-União Soviética e, nalguns casos, da China.

Os quatro elementos que balizaram as relações entre os novos poderes no período pós-independência em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique são assim: a) uma aliciante ideologia de tipo salvífico, libertador e messiânico, extraída do marxismo que a União Soviética exportou para os países do Terceiro Mundo no pós-II Guerra Mundial; b) uma realidade colonial complexa; c) a ambição e os defeitos humanos, potenciados por uma luta vitoriosa; e) uma sujeição estratégica ao então bloco soviético, que fora o aliado mais generoso e interessado das lutas de libertação.

Estes quatro fatores, comuns às três colónias onde ocorreu o conflito armado, embora em graus diversos, produziram resultados semelhantes: a destruição das estruturas políticas, económicas e administrativas deixadas pela potência colonial, de que a expulsão dos colonos e quadros locais foi o primeiro passo, a ocupação dos lugares de comando da sociedade por elementos dos novos poderes, a aliança estratégica ao bloco Leste e a guerra civil.

7. A Política: Condição determinante do resultado da guerra

A leitura dos números de efetivos militares portugueses de recrutamento local nos três teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, num exercício a que nos estudos de situação das escolas militares de Estado-maior se chama *Análise do Potencial Relativo de Combate*, poderia levar à conclusão de que os militares africanos ao serviço das Forças Armadas portuguesas e da política do governo de Lisboa estavam em clara vantagem relativamente às forças de guerrilheiros: três vezes e meia superiores em Angola, duas vezes na Guiné, três vezes em Moçambique. Em termos de quantidade e até em qualidade (organização, treino, enquadramento, equipamento) estas forças eram manifestamente superiores e podiam ter mantido o conflito numa situação de nem paz nem guerra, nem vitória nem derrota. Podiam, no mínimo, ter negado a vitória aos seus oponentes.

Aparentemente assim era, mas a guerra é antes de mais uma questão política e é essa a grande lição que podemos retirar da forma como a Guerra Colonial foi resolvida. O resultado desta guerra é a demonstração eloquente de não haver lugar a vitórias militares na guerra. O resultado da Guerra Colonial portuguesa foi determinado pelas condições políticas em que ela foi travada. Condições políticas internas e externas. Internamente, a guerra tornara-se um fardo insuportável para setores cada vez mais alargados e mais importantes da sociedade, que se conjugaram nos quadros intermédios das Forças Armadas, proporcionando-lhe o ambiente e as condições para derrubarem o governo que defendia o colonialismo através dela. Internacionalmente, o colonialismo era, no pós-II Guerra Mundial, uma situação política insustentável. Um continente derrotado e devastado, como era a Europa do pós-guerra, não podia manter colónias contra a vontade e os interesses das potências vencedoras, que apoiaram ativamente a emergência de líderes locais para substituírem os poderes coloniais, na convicção de que aqueles seriam mais fáceis de controlar e de, através deles, obterem maior controlo das riquezas (o que se veio a verificar), ou de ganharem vantagens estratégicas (caso da ex-URSS).

O colonialismo português era, neste contexto, duplamente anacrónico, na medida em que durante o seu período áureo, no período que medeia entre a Conferência de Berlim e a I Guerra Mundial, este não dispôs de capacidade para transformar as matérias-primas de África, por falta de indústrias instaladas na metrópole e, a partir da II Guerra Mundial, era anacrónico na medida em que ficou numa situação de oposição às políticas dos seus principais aliados, a começar pela superpotência da sua zona, os EUA. Acresce ainda a incompetência da condução da guerra feita em Portugal pelos governos de Salazar e de Marcello Caetano, que esgotaram os seus quadros militares em comissões sucessivas e não souberam utilizar de forma económica os seus recursos.

A africanização da guerra foi uma solução conhecida, que adiou a solução final mas também a dificultou e, acima de tudo, criou as condições para milhares de homens que serviram as forças portuguesas terem por isso sofrido torturas e mortes com sofrimentos horrorosos, que não dignificaram também os vencedores. Eles foram vítimas de um processo político que os ultrapassou.

8. A Violência como Vulgaridade no Processo Histórico no Período Inaugurado com a Independência

A história do modo como os novos poderes lidaram com as estruturas coloniais, incluindo os elementos locais que pertenceram às estruturas civis e militares criadas por Portugal, enquanto potência colonial, pode resumir-se na exclamação de Breno aos romanos, ao atirar a espada para cima da balança em que se pesava o ouro para pagar a partida dos gauleses: *Vae victis!* – Ai dos vencidos. Nada de novo em termos históricos, pois apenas confirma comportamentos e atitudes recorrentes. Não há, pois, nenhuma moral a tirar, apenas uma conclusão: a de que a racionalidade das decisões dos homens é determinada em primeira instância pelas relações de força. Isto é, que o poder é a primeira fonte da razão e que a consideração pelas consequências das decisões está sempre sujeita ao contributo que estas podem dar ao exercício do domínio.

RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA DO SUL E RODÉSIA DO SUL E O *EXERCÍCIO ALCORA*: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA ESTRATÉGIA DA CONDUÇÃO DA GUERRA – 1960-1974¹

Amélia Neves de Souto

Introdução

A estratégia da condução da guerra em Moçambique (1964-74) assentou não só em estratégias militares operacionais, mas também em alguns serviços fundamentais como os Serviços de Informações militares e civis; a ação psicológica no seio do exército e das populações; o aproveitamento dos dissidentes da FRELIMO;² a conquista das populações e o seu aldeamento e a africanização do exército. Contudo, existe um aspeto de grande importância, que tem sido de algum modo minimizado, mas que fez parte intrínseca da estratégia militar adotada que foi o da relação com os países vizinhos – África do Sul e Rodésia do Sul³ – e a sua colaboração direta no esforço da guerra.

A guerra que se fazia em Moçambique ultrapassava o que se pode considerar a defesa militar do território que as autoridades portuguesas diziam agredido do estrangeiro e fazia parte intrínseca de uma luta mais ampla, para a qual Kaúlza de Arriaga alertava: ‘Todos temos de estar preparados para a grande batalha final pela África Austral’, batalha esta que continuaria enquanto a Tanzânia e a Zâmbia auxiliassem a ‘penetração comunista’ na região.⁴ Foi esta ‘grande batalha’, que se definia através de uma união profundamente anticomunista, que determinou o tipo de alianças que se estabeleceram na zona com

¹ A base deste trabalho constituiu um dos capítulos apresentados no livro: *Caetano e o ‘Ocaso’ do Império: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

² Frente de Libertação de Moçambique.

³ Que declararia unilateralmente a sua independência em finais de 1965 (nota dos organizadores), passando, a partir de então, a ser conhecida como Rodésia.

⁴ ‘Fazendo numa década o que levaria séculos: A batalha que decidirá o nosso futuro e o futuro do mundo. Todos temos de estar preparados para a batalha final pela África Austral – alerta o General Kaúlza de Arriaga na última das entrevistas concedidas a Silva Ramalho’, publicada no jornal *Notícias*, Lourenço Marques, edição de 5 de abril de 1973.

os países que faziam fronteira com Moçambique. Nesta escolha de alianças, Portugal, que se definia como Nação multirracial, aliou-se, sem preconceitos, embora com certos cuidados, sobretudo pelas repercussões internacionais de tal aliança, com dois países: um onde o racismo se encontrava instituído – a África do Sul – e outro, onde o racismo era claro e aberto (embora não instituído) – a Rodésia. Mas tudo era válido numa luta definida como ‘comum’ que ia, também, muito para além de uma luta contra o comunismo para se tornar, no fundo, uma luta pela preservação dos seus próprios regimes e na defesa de uma ‘civilização ocidental’ em África onde uma minoria branca detinha o poder. E neste sentido, tornou-se claramente numa aliança racial.

1. Relações entre Portugal, a África do Sul e Rodésia

A colaboração com a África do Sul data de 1955 e definia-se como virada sobretudo para a luta contra a ‘expansão comunista’, contra a ameaça indiana representada por Nehru e contra as Nações Unidas que, progressivamente, tomavam, em relação aos territórios africanos, posições anticoloniais. Nesse ano foi apresentada, de forma informal, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Sul-Africana ao Embaixador de Portugal naquele país, uma proposta relacionada com alguns aspetos de interesse comum à África Subsaariana. Esta proposta visava a realização de uma conferência onde participariam representantes dos governos da Bélgica, Federação da Rodésia⁵ e Niassalândia, França, Portugal, Reino Unido e União da África do Sul ‘com o fim de trocar impressões e fazer propostas de ação para o futuro’ visando uma maior colaboração entre eles. Entre os assuntos propostos para serem discutidos na referida conferência estavam: 1) a ‘tendência cada vez maior das Nações Unidas para intervirem em assuntos africanos que são da competência interna das nações interessadas’; 2) o ‘Novo lema de ‘anti-colonialismo’ lançado pelas Nações Unidas’; 3) o ‘interesse, pouco desejável, que as nações orientais, e essencialmente a Índia, mostram pela África’; 4) a ‘propaganda e infiltração comunistas, especialmente entre indígenas’; 5) a ‘imigração indiana’; 6) a ‘situação actual e o futuro das populações europeias, em face das populações indígenas’; 7) aspetos mais latos dos problemas de defesa, isto é, ‘os aspectos políticos em contraste com os aspectos puramente militares’; 8) questões económicas e comerciais; e a 9) necessidade de ‘definição

⁵ Esta Federação integrava, para além da Niassalândia (posteriormente Malawi), a Rodésia do Norte (que, com a independência, daria origem à Zâmbia) e a Rodésia do Sul (nota dos organizadores).

de um sistema de consulta e discussão periódica' relativamente a assuntos de interesse comum. Apresentadas as ideias gerais, a União Sul-Africana solicitava uma reação dos governos à convocação da referida conferência.⁶

As reações a tal proposta não tardaram a surgir. A Inglaterra analisou os diversos pontos e considerou a realização da Conferência desnecessária.⁷ A reação belga a esta ideia foi também desfavorável pois estava convencida que o governo da África do Sul pretendia, sobretudo, ocupar através do pacto, 'uma posição de hegemonia política e militar' que os belgas não estavam dispostos a aceitar.⁸ Para Portugal, como referiu o diretor-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) em telegrama para o Consulado Geral em Salisbúria, o assunto merecera 'atenta ponderação' estando de acordo com a necessidade das potências africanas procurarem concertar políticas comuns conversando entre si. Julgava porém que o problema devia ser 'cuidadosa e prudentemente estudado em segredo' através de conversas diplomáticas que havia vantagem em desenvolver. E que, só depois de amadurecidos alguns pontos da política comum, se podia pensar em reunir uma conferência internacional.⁹

Em 1959, o Cônsul Português em Salisbúria enviava um recorte de uma carta publicada em maio, no *The Rhodesia Herald*, onde se advogava a realização de uma confederação com os territórios portugueses para se fazer face

⁶ 'União da África do Sul. Departamento dos Negócios Externos. Aide mémoire. Cape Town, 21 de Março de 1955. p.1-2'. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

⁷ Segundo a Embaixada de Portugal em Londres a ideia da conferência não agradou à Inglaterra porque, em relação aos dois primeiros pontos, julgavam ser embaraçador críticas públicas às Nações Unidas por parte de países membros; já os pontos 3), 5) e 6) 'provocariam enormes controvérsias' entre a Índia e a União [Sul Africana], o que não convinha; o ponto 6) era difícil de abordar 'pois levantaria críticas à política racial da União' com as quais a Inglaterra não concordava mas que eram, em última análise, um assunto interno daquela. Referia ainda que em relação ao ponto 4) a Inglaterra estava de acordo com todos os países interessados em combater a propaganda e infiltração comunista mas parecia-lhe que 'isso se pode fazer sem necessidade de uma conferência de alto nível'. Informação contida no 'Telegrama nº geral 1363, nº230, de 21 de Abril de 1955, da Embaixada de Portugal em Londres. Assunto: Diligências Foreign Office junto do Chefe do African Department'. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

⁸ 'Nota do Director Geral Manuel Rocheta, nº15, proc.927, de 6 de Janeiro de 1955, ao Chefe do Gabinete do Ministro do Ultramar'. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

⁹ 'Telegrama para Consulado de Portugal em Salisbury, de 1 de Julho de 1955, nº geral 1873, nºA-1, do Director Geral dos Negócios Políticos do MNE'. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

‘ao perigo da marcha progressiva em África do comunismo e do nacionalismo árabe’. Reconhecia o cônsul de Portugal que uma carta não assinada tinha reduzido valor mas que já ouvira esta opinião ‘manifestada por pessoas responsáveis’ e que, em ‘conversas amáveis’ e elogios à política portuguesa,

dois ministros federais fizeram alusões a uma possível confederação dentro de 20 ou 30 anos, entre a Federação da Rodésia e Niassalândia e a Província de Moçambique

definindo, inclusivamente, responsabilidades governamentais para cada uma das partes integrantes.¹⁰ Perante esta opinião, e em resposta ao ofício do Consulado, o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (GNP/MNE) comunicou ao Cônsul que se lhe afigurava conveniente, sempre que houvesse uma oportunidade, ‘e em tom amistoso e amável’, que fosse rebatida a ideia de uma confederação entre aquele país, Angola e Moçambique, considerando-a como irrealizável, mesmo que as leis e tradições portuguesas o permitissem. Solicitava por isso ao Cônsul Geral de Portugal em Salisbúria que procurasse ser ‘firme’, embora ao mesmo tempo desse a impressão de que a ideia, pela sua natureza, não merecia atenção.¹¹

Com o início da luta pela independência em Angola e Moçambique, no início da década de 1960, vai colocar-se, com alguma urgência, a necessidade de se concretizar, em termos práticos, esta colaboração, tendo contudo sempre em atenção que a mesma devia ser cuidadosamente mantida em segredo e que devia ser sistematicamente negada a nível oficial. A justificação, sempre que se visse ser necessário dar alguma, devia basear-se na ‘ameaça comunista’ e ‘neocolonialista’ que se colocava contra os países da África Austral.

Em 1960 começaram a surgir, por parte da África do Sul, tentativas de estabelecer um acordo com Portugal com vista a uma intervenção militar sua em Angola ou Moçambique em caso de necessidade e/ou apoio em equipamento e material de guerra para que Portugal pudesse enfrentar, com eficácia, a luta contra o terrorismo, porque considerava que a sobrevivência do regime

¹⁰ ‘Ofício nº111, pr.16-17, do Consulado Geral de Portugal em Salisbury. Salisbury, 21 de Maio de 1959, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Assunto: Portugal e a Comunidade Britânica. p.1-2. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

¹¹ ‘Ofício nº16, Proc.927, Lisboa 30 de Junho de 1959, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gabinete dos Negócios Políticos e Administração Interna dirigida ao Dr. Humberto Pinto Lima, Cônsul Geral de Portugal em Salisbury’. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

rodesiano e sul-africano dependiam da forma como Portugal conseguisse enfrentar ou debelar o conflito. É assim que, em setembro de 1960, o MNE transmitia ao Secretário Adjunto da Defesa Nacional as declarações proferidas pelo General Melville (Comandante-Chefe das Forças Armadas da União Sul Africana) ao Embaixador de Portugal em Pretória onde perguntava, a título particular, a opinião do Embaixador sobre as possíveis reações do governo Português ‘no caso do governo sul-africano propor o estabelecimento de um tratado ou acordo para a defesa comum da África Austral’ referindo que isso traria vantagens a ambos os países porque mais tarde ou mais cedo ‘os novos Estados negros [...] procurariam eliminar o branco ao sul do Equador’ e, estrategicamente, Angola e Moçambique ‘não podiam deixar de ser considerados os flancos do bastião branco na África’. Para exemplificar as vantagens de tal acordo mencionava o grande número de aviões Dakota que o seu país possuía e que podiam ser emprestados em caso de emergência, bem como a criação de um sistema de defesa conjunto que permitiria a sincronização dos respetivos modelos de armamento, entre outras vantagens. Em face desta conversa, o Embaixador português informou o MNE que era sua convicção que as autoridades militares sul-africanas e da Rodésia do Sul, ao considerarem Angola e Moçambique como ‘os flancos dos respectivos territórios nacionais’, interviriam militarmente ‘quer nós queiramos ou não, no caso da nossa defesa se mostrar incapaz de sustentar o ataque’. Na sua opinião convinha, por isso, um entendimento entre ambos os países do qual resultasse um acordo e ser do interesse de Portugal iniciar ‘conversas’ militares com a União. Adiantava que politicamente trazia desvantagens o conhecimento de uma associação militar com os sul-africanos, por isso a condição de segredo tornava-se essencial e a forma de acordo ‘deveria ser tão informal quanto possível para se poder negar a [sua] existência’.¹² Sobre esta proposta o Secretário Adjunto da Defesa Nacional/CEMGFA,¹³ General J. Beleza Ferraz, emitiu um parecer para consideração do Presidente do Conselho Oliveira Salazar concordando com a opinião do Embaixador em Pretória de que para Portugal era vantajoso conhecer até que ponto se podia contar com a ajuda das autoridades militares sul-africanas.

¹² ‘Telegramas da Embaixada de Portugal em Pretória, nº geral 4278, nº 210 de 19 de Agosto de 1960; nº geral 4292, nº211 de 20 de Agosto de 1960; nº geral 4298, nº 215 de 21 de Agosto de 1960’. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368. Ver também ‘Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, UL 268, proc.927 de 20 de Setembro de 1960, dirigida ao Secretário Adjunto da Defesa Nacional. Secreto’.

¹³ Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Reputava, contudo, como ‘altamente desaconselhável’ qualquer auxílio que se pudesse traduzir numa intervenção ou simples ação de presença nos territórios de elementos das forças sul-africanas, em especial elementos armados, terrestres, navais, ou aviões que ostentassem as cores da União. E reafirmava o ponto de vista formulado pelo Embaixador de que ‘politicamente, uma associação militar com os sul-africanos, desde que se torne conhecida e explorada’, só traria desvantagens, por isso a modalidade do acordo devia ser tão pouco formal que se pudesse negar a existência de qualquer instrumento diplomático sendo a condição de segredo requisito essencial. Concordava haver vantagens no estabelecimento de contactos com as autoridades militares da União, mas sem que estes conduzissem de ‘forma imediata’ ao estabelecimento de compromissos formais: ‘Julgo que essas conversações deveriam, pelo menos de início, ser revestidas de maior segredo e não implicar a responsabilidade de altas entidades’.¹⁴ O Ministro da Defesa Nacional, General Botelho Moniz, no seu despacho de 16 de setembro de 1960 sobre o ‘Parecer’, concordou que as conversações se realizassem na África do Sul e, na fase inicial, por intermédio do Adido Militar e com conhecimento e concordância do MNE e Embaixada em Pretória. Salazar irá concordar com os termos gerais dos pareceres dados.¹⁵ Foi assim que o Adido Militar junto da Embaixada de Portugal em Pretória recebeu a informação de que negociações iniciais podiam ser estabelecidas na África do Sul e que se manteriam secretas até se conhecer o pensamento das autoridades militares da União bem como aquilo que elas realmente pretendiam e que só depois disso o Secretariado Geral de Defesa Nacional (SGDN) podia tomar uma posição e concluir qual o nível hierárquico que convinha e o local das reuniões.¹⁶

Em 1961, porém, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Sul-Africano, Eric Louw, defenderia, abertamente, perante o Parlamento, a necessidade de uma

¹⁴ ‘Parecer do Secretariado-Geral da Defesa Nacional/CEMGFA, de 12 de Outubro de 1960, Muito Secreto’. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

¹⁵ ‘Ofício nº2761/B, p.º1000.0110, Lisboa, 22 de Novembro de 1960, da Presidência do Conselho. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. 2ª Repartição. Secreto. Assunto: Coordenação da defesa da África Austral e eventual visita a Lisboa do Ministro da Defesa da União da África do Sul’. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

¹⁶ ‘Ofício nº2762/B, p.º1000.0110, Lisboa, 22 de Novembro de 1960, da Presidência do Conselho. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. 2ª Repartição, dirigida ao Adido Militar junto da Embaixada de Portugal em Pretória. Assunto: Coordenação da Defesa na África Austral’. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

união entre a África do Sul, as duas Rodésias e os territórios portugueses como única maneira de se defender a ‘civilização ocidental’ no continente africano.¹⁷ Entre 1960 e 1963 começou a falar-se de uma ‘unholy alliance’ (aliança sacrílega) entre Verwoerd, Wellensky e Salazar (África do Sul, Rodésia do Sul e Portugal – Angola e Moçambique) que deu origem a numerosas notícias sobre o assunto, umas favoráveis à aliança e outras denunciando-a.¹⁸

Em 1963, o Governador-Geral de Angola referia em telegrama que, na reunião do dia 21 de maio de 1963, o Conselho de Defesa da Província, ao analisar a situação político-militar de África, resolvera, por unanimidade, sugerir ao governo a vantagem que havia em aproveitar a oportunidade da constituição de uma frente unida das províncias de Angola e Moçambique com a Rodésia do Sul e África do Sul.¹⁹ Um outro artigo, publicado no jornal *Cape Argus* de 14 de março de 1967, referia que em Moçambique prevalecia a ideia de que uma Rodésia do Sul forte e integrada na Federação constituía um fator essencial para a segurança de Moçambique, e que era convicção dos

¹⁷ ‘Para manter a civilização ocidental no continente negro a África do Sul deve unir-se às duas Rodésias e aos territórios de Portugal – declarou o Ministro dos Estrangeiros Sul-Africano’. *Diário de Notícias*, edição de 25 de fevereiro de 1961, Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368. Veja-se também o ‘Ofício do MNE, GNP, nº751, proc.927 de 6 de Abril de 1961, dirigida ao Director do GNP do Ministério do Ultramar’, Arquivo Histórico-Diplomático, PAA 368, onde se envia o artigo publicado no *The Times of India* (Karachi) de 27 de fevereiro de 1961. Parte do discurso, feito na Cidade do Cabo pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Eric Louw, está transcrito. Neste, Louw tinha afirmado que o ‘tempo virá em que o seu país, a Federação e Portugal terão de lutar conjuntamente pela salvaguarda da civilização branca em África’.

¹⁸ Ver por exemplo, Dennis Kiley. ‘White Africa plans armed alliance’, *New Chronicle* de 13 de agosto de 1960; White Axis. *Reporter*, 20 de abril de 1963, enviados ao MNE pelo Consulado de Portugal em Nairobi, através do ofício nº297, proc.D-1, 22 de abril de 1963, Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368. ‘Uma aliança entre Portugal, África do Sul e Federação das Rodésias’ – preconiza o jornal de Joanesburgo – ‘constituiria formidável bastião militar na África’, *Diário de Notícias*, 1 de janeiro de 1962. Por sua vez o jornal *Dagbreek en Sondagnuus* da África do Sul de 20 de março de 1966 transcrevia um artigo publicado no jornal *Crisis and Change* que defendia a necessidade imperiosa de que o movimento de libertação da África do Sul impedisse que se viesse a realizar um acordo militar entre Wervroerd, Smith e Salazar e defendia a ideia de que os movimentos de libertação na África Meridional levassem a cabo uma luta conjunta. Veja-se o Ofício nº2041/P-18 de 31 de março de 1966, do Ministério do Ultramar, GNP, dirigida ao Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE. Arquivo Histórico-Diplomático, PAA 368.

¹⁹ Telegrama s/nº do Governador-Geral de Angola de 22 de maio de 1963. Secreto. AHD - PAA 368.

portugueses de Moçambique de que o futuro da África Meridional dependia de uma aliança entre Portugal, Rodésia do Sul e África do Sul.²⁰

Mas a colaboração com a República da África do Sul (RAS) e Rodésia, apesar de secreta, pela extrema delicadeza que a questão envolvia e pelos reflexos de ordem externa, era aceite pelo governo português sobretudo pelo grande interesse na utilização de equipamento e emprego dos meios oferecidos, mas sentia-se como necessário a definição de normas para a sua utilização. Mencionava-se, a título de exemplo, que as insígnias dos helicópteros deviam ser ocultadas de forma a não denunciarem a sua origem, deviam ser tripulados, sempre que possível, por pilotos da Força Aérea Portuguesa (FAP) e, se impossível, os rodesianos deviam utilizar fardamento das Forças Armadas Portuguesas. Mas em qualquer das hipóteses deveria existir sempre nos helicópteros elementos das tropas portuguesas e seriam sempre estes a atuar em ações terrestres,²¹ sendo que esta colaboração não devia ser implementada através de pactos militares. Em 27 de fevereiro de 1969 o Ministro da Defesa Nacional de Portugal emitiu um despacho chamando a atenção para tal:

Julga-se ser indispensável a colaboração da Rodésia no conjunto do dispositivo de defesa da África Austral, incluindo portanto Portugal (Angola e Moçambique), a RAS e a Rodésia. É cedo, no entanto, para elaborar alianças ou pactos militares entre estes países, para não excitar as opiniões dos mesmos países, embora os entendimentos militares continuem cada vez mais estreitos e dentro da melhor compreensão.²²

2. O Alastramento da Guerra em Angola e Moçambique no Contexto da Cooperação Militar a Nível Regional

O desenvolvimento e progressão da luta de libertação nos territórios de Moçambique e Angola, na década de 1970, começaram a exigir uma nova atitude e passos mais concretos na cooperação militar. É assim que, em março de 1970, os Comandos Militares sul-africanos e portugueses apresentavam uma exposi-

²⁰ Ofício UL-1453, proc.927 de 17 de maio de 1963 do MNE para o Diretor dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Arquivo Histórico-Diplomático, FNE - PAA 368.

²¹ Mensagem. Muito Secreto. N.º de série 1815954, n.º de origem 758/GB de 301940ZJUN68. Exclusivo para Comdte. Chefe Moçambique. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 6201.3.

²² 'SGDN, n.º513/RB, proc.5975 de 1 de Março de 1969 para o Director-Geral dos Negócios Políticos, MNE. Muito Secreto. Urgente. Assunto: Estudo de dispositivo para a defesa da África Austral', Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 5696.21.

ção sobre as suas perspectivas em relação à situação na África Austral e as ideias de uma possível colaboração para a sua defesa. Na exposição sul-africana²³ era referida a deterioração rápida e contínua, desde o início de 1968, do controle militar e administrativo no Leste de Angola, isto é, na área onde a Força Aérea Sul-Africana se empenhava diretamente na guerra de Portugal.²⁴ Referia a exposição que a guerra de Angola não podia ser vista isoladamente em relação a outras semelhantes que estavam a ser travadas em Moçambique, na Rodésia, no Sudoeste Africano e em Caprivi. Por isso, a crescente cooperação entre os diferentes movimentos de libertação era um fator que, a ser ignorado, representava um grave risco para todos.²⁵ Esta cooperação e a evidência de coordenação da ação entre essas ‘organizações subversivas, de inspiração russa’, significavam um aumento de perigo não só para a RAS como também para a restante África Austral.²⁶

Uma das conclusões apresentadas na exposição sul-africana foi a da ‘indispensabilidade’ de uma cooperação mais íntima em assuntos de natureza operacional e de informações entre os comandantes das forças de segurança de Angola, de Moçambique, da Rodésia e da África do Sul. E, especialmente, ‘em face do aumento da coordenação operacional do inimigo’, o planeamento conjunto tinha-se tornado um assunto de necessidade urgente. O aumento de atividade da FRELIMO em Tete e o contínuo apoio da Tanzânia a esse movimento, as incursões terroristas na Rodésia desde a Declaração Unilateral da Independência, os movimentos e atividade terrorista na fronteira Rodésia-Zâmbia, a situação de Caprivi e do Sudoeste Africano (SWA) tinham evidenciado que a linha de confrontação entre as forças da África Austral de controlo branco e os movimentos de libertação, sustentados e apoiados pela OUA e possuindo firmes facilidades de bases na Zâmbia e Tanzânia, já se prolonga agora desde o Oceano Índico para oeste até à Ovambolândia, no Sudoeste Africano.

²³ Feita pelo Comandante Militar das Forças Conjuntas pela parte sul-africana, Comandante Innes.

²⁴ A Força Aérea Sul-Africana apoiava desde junho de 1968, quer direta quer indiretamente, os portugueses no Este e Sudeste de Angola. O apoio direto era feito em voos contra os guerrilheiros ou em missões de apoio.

²⁵ Especialmente entre a ZAPU na Rodésia, o SAANC na África do Sul, a FRELIMO em Moçambique, o MPLA em Angola, a SWAPO no Sudoeste Africano e Caprivi e o PAIGC na Guiné-Bissau.

²⁶ ‘Plano de Defesa para a África Austral (exposição sul-africana). Março de 1970. Muito secreto’, Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 5568.2.

Esta frente, segundo a exposição, era interrompida pelo ‘extremamente vulnerável Malawi’, sobre o qual havia notícias de ‘agitação civil, assassínios e sabotagem, em especial no sul’.²⁷ Para o Comandante Innes, a elaboração de um Plano de Defesa para a África Austral devia conter um estudo conjunto e minucioso sobre: a ameaça à África Austral, equilíbrio das forças para a sua defesa, sanções, operações de evacuação, e um plano para contingências. E propunha que se fizessem estudos conjuntos sobre os meios de comunicação (estradas, caminhos de ferro, aeroportos, pontes, etc.), telecomunicações, elaboração de mapas e levantamentos topográficos, determinação das exigências conjuntas respeitantes a defesa aérea e o sistema de aviso (alerta) prévio, determinação de uma doutrina comum para contrassubversão, incluindo procedimentos estratégicos, táticos e operacionais padrão, acordados mutuamente, disposições de segurança conjuntas, exploração conjunta das informações, problemas de refugiados e disposições para o comando e controle na eventualidade de operações conjuntas.²⁸ Defendia-se que nestes estudos deviam intervir, além das autoridades de defesa, os respetivos departamentos de Negócios Estrangeiros, Finanças e outros.

A parte portuguesa também apresentou a sua exposição. Para Portugal a ameaça política que pairava sobre a África Austral residia 1) na ONU e OUA,²⁹ onde a África do Sul, Rodésia e Portugal eram alvos de violentos ataques, acusados de serem ‘países governados por brancos’ e de persistirem em não conceder aos seus povos a autodeterminação que os conduzisse à independência; 2) nas disputas de interesses em África entre a Rússia e a China; 3) na Tanzânia, que se constituía na ‘linha direta dos interesses da China Comunista’ devido aos grandes investimentos deste país nomeadamente na construção do TANZAM,³⁰ representando ‘uma ameaça para os territórios governados por brancos, sobretudo Moçambique’; 4) na Zâmbia, onde a independência unilateral da Rodésia, proclamada em novembro de 1965, a conduzira, ‘dentro da linha de não pactuar com o governo de Ian Smith’, a

²⁷ *Ibidem*, p.6.

²⁸ *Idem*. III parte: Plano de Defesa para a África Austral, p. 3-4.

²⁹ OUA – Organização de Unidade Africana, que funcionou entre 1963 e 2000, e que tinha por objetivo político central a libertação do continente do colonialismo e discriminação racial (nota dos organizadores).

³⁰ Linha de caminho-de-ferro que ligava a Zâmbia aos portos da Tanzânia e que foi construída, após a independência destes territórios, com apoio da China (nota dos organizadores).

aproximar-se da Tanzânia e, como consequência, da China, para a resolução dos problemas de transportes e 5) no Botswana que apoiava a guerrilha permitindo o trânsito através do seu território.³¹ Fazia também uma análise à ameaça militar que cada um destes países representava para Portugal, aos efeitos da guerra subversiva que se desenvolvia na África Austral e que implicava para Portugal ‘uma mobilização superior a 1% da população total dum país’ o que não era facilmente suportável sob o ponto de vista económico. Quanto à construção do caminho-de-ferro (TANZAM), era vista por Portugal não só como um meio de permitir a consolidação da influência chinesa na Tanzânia e Zâmbia, mas também como ‘um meio essencial de apoio logístico a forças militares’ que, em termos de guerra convencional, viessem eventualmente a atuar na Zâmbia, um país que reunia excelentes condições dada sua posição estratégica central.³² O documento considerava a FRELIMO o movimento com maior relevância e ‘o único a revelar capacidade para desenvolver intensa acção subversiva capaz de conduzir a luta armada na província’.³³

Verificamos, através destes dois documentos (posição portuguesa e sul-africana), que o trabalho a desenvolver com vista à elaboração do Plano de Defesa da África Austral se situava em 3 direções fundamentais: a do conhecimento e verificação permanente da ‘evolução da ameaça’ (campo das informações); a da avaliação e coordenação dos potenciais mobilizáveis para a defesa conjunta (campo da estratégia geral) e a da cooperação das forças militares e utilização de infraestruturas (campo propriamente militar).

3. A Emergência do *Exercício ALCORA*

Para a execução do Plano de Defesa da África Austral acima referido, o governo português decidiu que devia funcionar no SGDN um grupo de trabalho permanente que habilitasse o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) a tomar ou propor as decisões adequadas.³⁴ É assim que, em junho de 1970, se iniciam os estudos e discussão para a elaboração do referido ‘Plano’. Como ponto de partida foi elaborada a Diretiva de 4 de junho de 1970 que solicitava a todas as repartições do SGDN que dessem a sua opinião sobre

³¹ ‘Documento ‘Plano de Defesa para a África Austral’ (exposição portuguesa). Março de 1970. Muito secreto. p.2-9’, Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 5568.2.

³² *Ibidem*, p.17-19.

³³ *Ibidem*, p.19-20.

³⁴ ‘EMGFA. África Austral I. Muito Secreto. [s/referências]’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 6179.1 (1º vol.).

o tipo de colaboração previsível e linhas gerais da sua condução, as vantagens e inconvenientes dessa colaboração mútua, solicitando propostas e sugestões sobre o assunto.³⁵

Com base nesta Directiva a 1ª Repartição/SGDN elaborou o inventário dos recursos estratégicos que se podiam empenhar na defesa da África Austral³⁶ e o inventário dos recursos militares,³⁷ mencionando, também, a doutrina, normas e procedimentos táticos a considerar.³⁸ Foram também apresentadas propostas sobre formas de colaboração no âmbito aéreo,³⁹ e um plano de defesa aérea do Teatro de Operações (TO) da África Austral.⁴⁰ Este declarava que ‘num TO extenso e dispondo dum potencial aéreo exíguo [...] é imperativo a existência dum sistema conjunto de controlo tático aéreo’, mas também a necessidade de um controle para a interdição das fronteiras⁴¹ e isolamento exterior.⁴² Foram

³⁵ ‘Verbete de 12 de Junho de 1970 do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Gabinete do CEMGFA, para a 1ª, 2ª, 3ª Repartição/SGDN. Enviando a: Directiva. 4.Jun.1970. Muito Secreto. Plano de Defesa para a África Austral’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

³⁶ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Inventário dos recursos estratégicos empenháveis na África Austral (considerando várias situações). Ref. Directiva SADN, 04.Jun.70’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

³⁷ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Inventário dos recursos militares (considerando várias situações)’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

³⁸ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Doutrina, normas e procedimentos táticos’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

³⁹ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Diferentes aspectos de colaboração no âmbito aéreo’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

⁴⁰ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Defesa aérea do TO África Austral’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

⁴¹ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Da interdição de fronteiras do TO África Austral. Estudo e objectivos para a Força Aérea’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.). Este documento explicitava que ‘a interdição de fronteiras tem por fim impedir ou dificultar a infiltração do pessoal e material para apoio dos rebeldes no interior do território nacional, a fim de os isolar de todo o apoio exterior sem o qual, como regra, não poderão dispor de quadros e do equipamento suficientes para levar a efeito uma acção eficaz’.

⁴² ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Da interdição de fronteiras do TO África Austral (barragens, VCB, fortificações, postos e bases, etc.)’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

também analisados aspetos relativos às telecomunicações⁴³ e de comando e controle de operações entre as várias forças dos diferentes países.⁴⁴

Por sua vez, a 2ª Repartição do SGDN formulava uma análise mais geral. Considerava que a situação geográfica de Portugal (Angola e Moçambique) e algumas das suas potencialidades económicas, além de garantirem a Portugal uma posição estratégica valiosa na África Austral, permitiam que fossem encarados interesses comuns com a África do Sul e Rodésia, nomeadamente nos domínios das comunicações, acesso ao mar e fontes de energia. E, mesmo a despeito de não coincidirem, e até por vezes serem divergentes, determinadas orientações de política social e económica, existiam afinidades de natureza estrutural que formavam uma realidade a que era necessário atender. Considerava, por outro lado, que as acusações de colonialismo formuladas contra Portugal (Angola e Moçambique), Rodésia e África do Sul, pela maioria das nações, com especial relevância dos afro-asiáticos, conjuntamente com a atuação dos movimentos subversivos e a possível intensificação desta, ‘criaram uma motivação válida para a defesa comum do conjunto territorial em apreciação’. Destas considerações, e tendo especialmente em atenção o esforço de contrassubversão que Portugal vinha desenvolvendo em pessoal e material, e a possibilidade de serem incrementadas as atividades da guerra de guerrilha, pensava-se aconselhável ‘o estabelecimento de uma mais efetiva colaboração entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, ainda que devida e cuidadosamente acautelada’.⁴⁵

Em relação à colaboração no campo das informações, os Serviços de Informação Militares (SIM), ao nível do SGDN, apresentaram de imediato algumas preocupações, pois consideravam que na fase atual do SIM nacional não se podia dizer, com propriedade, que existisse, ‘devida e eficientemente

⁴³ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a África Austral. Problemas combinados de telecomunicações. 6 p.'. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

⁴⁴ ‘SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Do comando e controle de operações com forças de vários países; conceitos, normas gerais e procedimentos a acordar’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

⁴⁵ ‘Ofício para o Secretariado Geral da Defesa Nacional, 2ª Repartição. 20JUN70. Muito Secreto. Assunto: Cooperação entre Portugal, RAS e Rodésia na Defesa da África Austral. Elementos necessários nas reuniões de trabalho do CEMGFA na sua deslocação à RAS. Referência: Directiva do GSA de 04JUN70’. Arquivo da Defesa Nacional, cx.4385.7.

montado, um sistema coordenado de produção e exploração de informações'. Estando implícito na afirmação a aceitação de três premissas fundamentais:

- (1) Ausência, no SIM nacional, de coordenação militar-civil, a alto escalão;
- (2) Deficiente coordenação entre os três ramos das Forças Armadas;
- (3) Deficiente coordenação entre os altos escalões militares ultramarinos (Comandos-Chefes) e o EMGFA.

Assim, considerava que a

aceitação de uma colaboração estreita, desde já, com a RAS e Rodésia, no campo da Informação, enfermaria logo das consequências do confronto entre um sistema altamente deficitário (o português) e um sistema que se julga estar devidamente estruturado e com a eficiência pertinente.

Referia, contudo, não ser de pôr de lado a colaboração oferecida, simplesmente se pensava que a efetivação de tal colaboração, deveria estar sujeita, primeiro 'à montagem e funcionamento satisfatório do nosso próprio sistema de informações'. Propunha, pois, que apenas a partir de janeiro 1971 se iniciasse o estudo de um sistema de informações combinado com aqueles países, ou de um sistema de informações 'conjugado'. Em relação à Contrainformação referia que o 'problema é basicamente idêntico ao que ficou dito na produção de Informações'. Mencionava explicitamente que 'uma colaboração combinada no campo da Contra-Informação, no estado actual da subversão', era absolutamente desejável sobretudo se se verificasse 'um agravamento sério em Angola e/ou Moçambique'. Propunha, tal como no campo das Informações, que a 'Contra-Informação fosse objecto de troca de pontos de vista' a partir de janeiro de 1971.⁴⁶

A análise dos problemas económico-sociais que marcavam a vida das populações dos países limítrofes também faziam parte do estudo, não só por entre elas existirem afinidades étnicas, linguísticas e sanguíneas, mas também por se poderem deslocar livremente entre os países. Referia o estudo que a ligação destas populações com as da África do Sul e Rodésia não levantava problemas no aspeto da 'subversão', apesar das diferenças de nível de vida, porque estes

⁴⁶ '[Informação]. 2^a Problemas de Produção e Exploração Combinada das Informações; Problemas de Contra-Informação. Muito Secreto. [1970?]. Elaborado pelo Coronel CEM, F. Teixeira d'Aguiar, Oficial Adjunto da 2^a Repartição'. Arquivo da Defesa Nacional, cx.4385.7.

países tinham as suas populações ‘sob controle’. No entanto, a ligação com os países vizinhos que apoiavam a ‘subversão’ constituía um problema grave visto poderem ser influenciadas pela ‘propaganda subversiva’.⁴⁷

Depois destes estudos estabeleceu-se, a 14 de outubro de 1970, através dos governos de Portugal, da RAS e da Rodésia, a assinatura de um acordo designado por *Exercício ALCORA*, tendo sido igualmente fixada a sua organização. Esta consistia em: a) a nível tripartido, na constituição de uma Comissão de Alto Nível ALCORA (CANA);⁴⁸ de uma Comissão de Coordenação ALCORA (CCA),⁴⁹ e de oito subcomissões que deveriam reunir, normalmente, duas vezes por ano;⁵⁰ b) a nível nacional, cada uma das comissões e subcomissões possuíam a sua representação; para assegurar a coordenação de todos os assuntos *ALCORA*, orientar as subcomissões e manter as ligações com os países membros do acordo, foi estabelecida, junto do Presidente da Delegação Nacional à CANA (SGDN), a Comissão de Coordenação para os Assuntos do Ultramar (CCAU).⁵¹

De 31 de março a 1 de abril de 1971 reuniu-se em Pretória a Comissão de Alto Nível ALCORA. Dada a sua importância para a segurança da região, este encontro foi aberto oficialmente pelo Presidente da República da África do Sul.⁵² Estavam presentes os representantes das Forças Armadas, de Defesa e de Segurança dos três países envolvidos no *Exercício ALCORA*. No discurso de abertura, o Presidente Sul-Africano salientou ser a primeira vez que os três

⁴⁷ ‘Ofício SGDN, 1ª Rep. 1970. Muito Secreto. Assunto: Plano de Defesa para a **África Austral**. Os problemas económico-sociais de áreas limítrofes interinfluenciáveis’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

⁴⁸ ATLC, em inglês.

⁴⁹ ACOC, em inglês.

⁵⁰ As 8 subcomissões referenciadas eram: Defesa Aérea (Aeródromos e Planeamento Aéreo); Informações e Objectivos; Comando e Controle; Doutrina de Contra-Subversão; Cartografia; Acção Psicológica; Telecomunicações e Guerra Electrónica; Logística e Meios de Comunicação.

⁵¹ ‘Ofício nº516/AU, pº21, de 17 de Dezembro de 1973 do SGDN/Chefe do Estado Maior General das Forças Amadas, para Chefe do EMA, EME, EMFA; CChefe das FA Angola e Moçambique; Chefe da 2ª Dir/SGDN, 1ª Rep/SGDN, 3ª Rep/SGDN. Muito Secreto. Assunto: Exercício ALCORA. Organização das estruturas nacionais’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (3º vol.).

⁵² HVS/206/34/3/6/1, JPS/716 Joint Planning Staff. 7 de abril de 1971 (tradução). Atas da Comissão de Alto Nível ALCORA. Reunião entre os representantes das Forças Armadas Portuguesas, Forças de Segurança Rodesianas e da Força de Defesa Sul-Africana, em Pretória, de 30 de março a 1 de abril de 1971. FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol. de 3).

países se reuniam coletivamente numa ‘histórica conferência’ para discutirem os seus problemas, e para decidirem como podiam melhor apoiar-se uns aos outros no futuro, com o objetivo de alcançar ‘um acordo completo sobre vários assuntos relativos ao planeamento tripartido’.⁵³ Nesta reunião foi aceite formalmente o documento produzido na reunião de outubro de 1970 e foi igualmente acordada a estrutura *ALCORA*, e discutidos os termos de referência das subcomissões e sua composição. Por fim acordou-se que a subcomissão de Informações *ALCORA* devia estar a par de todos os assuntos estudados pelas outras subcomissões ‘por causa das implicações da ameaça em todas as atividades *ALCORA*’.

Ao nível das comissões foram aprovadas as respetivas responsabilidades: a Comissão de Alto Nível *ALCORA* tinha a autoridade para estabelecer políticas, dirigir e coordenar as ações das subcomissões, através da comissão coordenadora; a Comissão de Coordenação *ALCORA* era responsável pela orientação e coordenação das ações das subcomissões, de acordo com as diretivas da CANA; e as Subcomissões *ALCORA* executavam o trabalho de Estado-Maior e realizavam os estudos pormenorizados dos assuntos estabelecidos.⁵⁴ Depois deste encontro reuniu-se a Comissão Coordenadora portuguesa *ALCORA* que aprovou os termos de referência da própria Comissão.⁵⁵

A Doutrina ALCORA

Nos anos seguintes foram elaborados diversos documentos definidores da sua doutrina em diversos campos e clarificados os conceitos utilizados. Durante 1972 elaborou-se, por exemplo, a ‘Doutrina de cooperação inter-forças armadas *ALCORA*’ que englobava a doutrina respeitante a todos os setores de interesse para o comando e controle⁵⁶ e que havia de ser aprovada, em Portugal,

⁵³ *Ibidem*, p.3.

⁵⁴ ‘SGDN, 12 de Abril de 1971. HVS/206/34/3/6/1. JPS/716, Março de 1971. Muito secreto. Exercício *ALCORA*’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

⁵⁵ ‘Ofício nº124/DE, pº 51 de 25 de Maio de 1971, do SGDN, 5ª Rep. para a 1ª, 2ª, 3ª Rep/SGDN. Assunto: Exercício *ALCORA*. Actas das reuniões da Comissão de Coordenação, em Lisboa, de 10 a 12 de Maio de 1971. p.1-2’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.). Este dossier contém o ‘Anexo A’ à Ata das reuniões da Comissão Coordenadora realizadas em Lisboa de 10 a 12 de maio. ‘Proposta de redacção dos termos de referência para a Comissão Coordenadora’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1º vol.).

⁵⁶ ‘CCSC/9. ‘Doutrina de cooperação inter-forças armadas *ALCORA*’. Muito Secreto’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (3º vol.).

por despacho de 3 de dezembro de 1972, do Ministro da Defesa Nacional.⁵⁷ Foi também aprovado o ‘Conceito estratégico militar dos Países ALCORA’,⁵⁸ que definia as linhas básicas do conceito estratégico global para a África Austral e a política militar. O documento começava por considerar o termo ‘África Austral’ como definindo a região sul do continente africano, compreendendo os territórios com governos brancos (República da África do Sul e República da Rodésia); Ultramarinos portugueses (Angola e Moçambique); e territórios com influência na segurança dos territórios anteriormente referidos (Botswana, Suazilândia, Lesoto e Malawi). E, como o termo ‘África Austral’ tinha um carácter eminentemente político, sem transposição para o espaço geográfico, os países da África com fronteiras comuns com os territórios da África Austral, eram referidos como ‘países vizinhos’: estes incluíam a Tanzânia, a Zâmbia, o então Zaire, República Popular do Congo e República Malgaxe. Esclarecia-se que, em termos estratégicos, se usava a designação de *Países ALCORA* para referir conjuntamente a RAS, Rodésia e Portugal; já a expressão *Territórios ALCORA* era usada para referir conjuntamente a RAS, Rodésia, Angola e Moçambique.⁵⁹

Para clarificar militarmente este conceito considerava-se que ‘a ameaça’ aos *países ALCORA* residia no comunismo e no nacionalismo africano – ‘sendo esta última [ameaça] o instrumento escolhido pela primeira para alcançar os seus objectivos mais profundos’.⁶⁰ Devido ao confronto Leste-Oeste (entre o 1º e o 2º mundos), a posição dos *territórios ALCORA* devia ser considerada no âmbito da balança mundial dos poderes, onde a sua importância residia em serem ‘zonas de crescente importância estratégica mundial’. No entanto, porque os *territórios ALCORA* não eram autossuficientes para manter um esforço de defesa, dependendo não só de matérias-primas e produtos manufacturados vindos do exterior (como o petróleo e equipamento militar), mas também, no que se referia especificamente a Angola e Moçambique,

⁵⁷ ‘SGDN nº491/AU, pº231.11 de 18 de Dezembro de 1972 para o Director da 2ª Dir (E.F.)/SGDN, Chefe da 1ª Rep/SGDN e Chefe do Gabinete do CEMGFA’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (3º vol.).

⁵⁸ ‘Cap.4 – ‘Conceito estratégico militar dos Países ALCORA’ (Anexo C-ATCL/8). Muito Secreto. FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (3º vol.). Aprovado por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 3 de Dezembro de 1972’. Arquivo da Defesa Nacional, SGDN nº464/AU, ‘Documento de 12 de Dezembro de 1972 para o Director da 2ª Dir (E.F.)/SGDN; Chefe da 1ª Rep/SGDN e Chefe do Gabinete do CEMGFA. Assunto: Exercício ALCORA. Conceito estratégico militar’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (3º vol.).

⁵⁹ Veja-se a nota 57.

⁶⁰ *Ibidem*, p.2.

do acréscimo de potencial humano e outros recursos vindos da Metrópole portuguesa, era vital ‘a manutenção das linhas de comunicações externas’. Qualquer interrupção destas linhas de comunicação poderia comprometer a defesa de Angola e Moçambique e, como consequência, a defesa do conjunto dos *territórios ALCORA*.

Apesar do documento considerar a penetração comunista no campo político, económico e militar e a sua pretensão em implantar ‘regimes favoráveis ou a implantação de estados de subversão’, o fator principal de consideração estratégica para os *países ALCORA* era o de que ‘tanto a maioria das potências ocidentais, como os comunistas e os afro-asiáticos eram favoráveis à eliminação dos governos actuais nesses territórios’.⁶¹ Era por isso reconhecido que se impunham medidas globais ao nível militar mas que se salvaguardasse ‘a manutenção da soberania dos diversos territórios’.⁶² Com base nelas foi definida a política militar para os *territórios ALCORA* que tinham como principal objetivo estratégico ‘assegurar a inviolabilidade individual dos territórios ALCORA, pela eliminação da subversão’ usando os meios militares para destruir o ‘terrorismo’ onde existisse e evitar o alastramento da subversão. Fazia também parte da política militar a organização de uma força estratégica constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres de elevada mobilidade, que assegurassem uma intervenção oportuna e eficiente; o desenvolvimento de uma intensa campanha sociopsicológica no interior dos *territórios ALCORA*, que visasse o descrédito dos movimentos de libertação e conquistasse as populações, e de uma campanha psicológica externa, para ganhar aliados no seio das nações africanas, convencer e pressionar os países vizinhos (no sentido de os levar a retirar o auxílio e as facilidades que davam aos movimentos de libertação); a criação de uma eficiente rede de agentes dos serviços de informações, particularmente nos países vizinhos, para detetar e informar sobre as atividades desses movimentos e as infiltrações de grupos armados e de material nos *territórios ALCORA*; e a realização

⁶¹ *Ibidem*, p.3.

⁶² Para isso foram realizados diversos estudos entre os quais: o estudo sobre a ameaça; elementos de estratégia; tática e normas de execução permanente em combate (‘Battle drills’, em inglês); informações; cartografia; telecomunicações; transportes; logística; padronização, adaptação e racionalização do equipamento; guerra psicológica; entre outros. ‘SGDN, 12 de Abril de 1971. HVS/206/34/3/6/1. JPS/716, Março de 1971. Muito secreto. Exercício ALCORA’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.1 (1^o vol.).

de operações especiais para garantir a segurança das linhas de comunicações marítimas, em especial da rota do Cabo.⁶³

A doutrina aprovada no âmbito do *Exercício ALCORA* fixava também o tipo de operações em que podiam colaborar as forças militares de países amigos, sendo elas: operações coordenadas, apoiadas, e combinadas. Assim, a Diretiva nº 3/CCAU (Comissão de Coordenação para os Assuntos do Ultramar) do CEMGFA, de 26 de abril de 1972, autorizava o estabelecimento de contactos, sempre e quando necessário, com os Comandantes-Chefe e os Chefes militares da África do Sul e Rodésia, fixando alguns procedimentos que deviam ser observados. A Diretiva referia que, para a realização de operações coordenadas, por acordo mútuo, e em determinadas circunstâncias, podiam os Comandantes-Chefe autorizar uma força nacional e operar além-fronteiras, numa área adjacente à sua área de operações. De entre essas circunstâncias destacavam-se: a perseguição, a satisfação de pedidos de apoio imediato e patrulhamentos. Com base nesses procedimentos, uma nova diretiva pretendeu detalhar os princípios gerais, as condições mínimas e os procedimentos que enquadravam as negociações sobre a cooperação militar, referindo que esta podia tomar as seguintes formas: 1) apoio operacional – que se traduzia na participação direta de elementos de uma força nacional em operações noutro território nacional, ou atuando coordenadamente embora em territórios nacionais; 2) em assistência militar, que podia revestir dois aspetos: o apoio logístico, que se traduzia pelo fornecimento de material, equipamento e transporte por uma nação a outra; e a prestação de serviços a uma Nação por outra, tal como reconhecimento fotográfico, construção de estradas, etc.⁶⁴

⁶³ Veja-se a nota 57. Ainda em janeiro de 1974 seria elaborado um *Manual de Operações Anti-Terroristas em Áreas Rurais* que, conforme era indicado no seu prefácio, se destinava a ser utilizado pelos comandantes das unidades do tipo Batalhão ou escalão inferior, incidindo sobre aspetos práticos das operações de contrassubversão que interessavam aos três ramos das Forças Armadas. ‘Ofício nº84/RA, proc.113.130A de 15 de Janeiro de 1974 do SGDN para o Estado-Maior da Armada, Exército e Força Aérea; Ver também: Ofício nº83/RA, proc.113.130A de 15 de Janeiro de 1974 do SGDN para o Comando Chefe das FA de Angola, Moçambique e Guiné. Assunto: Manual de operações anti-terrorista em áreas rurais’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 6179.2.

⁶⁴ ‘CEMGFA. Projecto de Directiva 286 [Nov.1972]. Muito secreto. Assinada por CEMGFA General Francisco Costa Gomes’. Arquivo de S. Julião da Barra (atual Arquivo da Defesa Nacional) – cx. 6207.4.

4. O ALCORA em Moçambique

Foi com base na *Doutrina de Cooperação Inter-Forças Armadas ALCORA*, e nos princípios que a regulavam, que a colaboração com a Rodésia se concretizou no contexto de Moçambique. Realizavam-se reuniões periódicas (em Nampula ou Tete), entre os comandos militares e polícias da Rodésia e Moçambique. Nelas participavam permanentemente o Comandante-Chefe e os Comandos dos vários Ramos das Forças Armadas e da Região Militar de Moçambique (RMM), o Governador do distrito de Tete e o Adido Militar e Aeronáutico em Salisbúria. Algumas vezes participaram também o Inspetor da subdelegação da PIDE-DGS em Tete e, mais esporadicamente, o Diretor do Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM). Pela parte rodesiana, além dos respetivos chefes militares e de segurança, fazia parte da delegação o chefe dos Serviços Secretos Rodesianos (CIO), Ken Flower. Estas reuniões tinham como objetivo a análise da situação militar e dos principais problemas enfrentados por cada país, para se encontrarem áreas de cooperação tendentes a fazer face aos movimentos de libertação e se delinearem estratégias para defesa da África Austral e das ameaças que contra ela se desenvolviam. O recrudescimento da luta armada no distrito de Tete e as incursões territoriais na Rodésia eram assuntos debatidos sistematicamente.⁶⁵ Ao nível da cooperação havia aspetos que eram reconhecidos como particularmente importantes: a troca de informações acerca dos ‘movimentos terroristas’, a perseguição a esses elementos independentemente do seu destino e o prolongamento da colaboração e participação de helicópteros rodesianos em ações no distrito de Tete.⁶⁶

⁶⁵ ‘Ofício nº 976/C, proc. 381.200, de 19 de Março de 1969. Secreto. Do Comando-Chefe de Moçambique, Gabinete Militar. Assunto: Cooperação com os países vizinhos – Rodésia’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 3036.2. As Atas destas reuniões eram também elaboradas pela parte rodesiana que enviava um exemplar quer para o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique (CCFAM), como também para o Adido Militar e Aeronáutico em Salisbúria. Por sua vez, a versão rodesiana era enviada pelo Adido Militar para o SGDN/2ª Repartição.

⁶⁶ Na reunião de 3 de junho ficou, por exemplo, estabelecida a realização de um exercício de travessia do rio Zambeze por forças especiais rodesianas mediante as seguintes condições: o exercício deveria ter lugar numa faixa restrita delimitada pelo rio Panhame e meridiano 31; o emprego de efetivos limitados; a presença de um elemento do exército português para assegurar a ligação e o acompanhamento dos Comandos rodesianos; e que esta fosse realizada em ambiente de maior discrição. Veja-se ‘Província de Moçambique. Comando-Chefe. Nampula. Ofício nº 2029/B-CC, pº 209.06. Nampula 3 de Junho de 1970 para o CEMGFA. Secreto’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 3362.

Esta colaboração levou também a que as estruturas militares portuguesas acompanhassem de perto a situação política interna e externa da Rodésia, o evoluir das suas posições a nível regional e internacional, e os principais problemas que enfrentava. Tal era feito através dos relatórios periódicos elaborados quer pelo gabinete do Adido Militar e Aeronáutico, quer pelos serviços rodesianos. O Consulado Geral de Portugal em Salisbúria, Gabinete do Adido Militar e Aeronáutico, enviava periodicamente para a 2ª Rep/SGDN, para o Chefe do Gabinete Militar do Comando Chefe de Moçambique e para o Comando da ZOT,⁶⁷ relatórios periódicos (semanais) sobre ‘A situação na Rodésia’ e ‘Sumários dos factos e aspectos de interesse militar – Rodésia’ referentes às atividades ‘terroristas’ e operacionais. Juntamente com o ‘Sumário’ mantinham um observatório de imprensa, e enviavam fotocópias dos artigos publicados na imprensa rodesiana que abordavam sobretudo aspetos da luta antiterrorista. Por sua vez, os rodesianos forneciam informações sobre a atividade militar por eles desenvolvida, quer na frente interna, quer externa, com regularidade semanal.⁶⁸ A Rhodesia Intelligence Co-Ordinating Committee elaborava um documento semanal – *Weekly Review* – que era recebido pelo SGDN, em que analisava a situação não só interna da Rodésia mas também a situação e os acontecimentos mais importantes nos territórios vizinhos da África Austral.⁶⁹

⁶⁷ Zona Operacional de Tete (nota dos organizadores).

⁶⁸ Através deste último documento podemos seguir com detalhe a atuação militar rodesiana em Moçambique. Veja-se ‘Ofício nº 649, pº 200.02/73, de 29 de Dezembro de 1973, do Consulado Geral de Portugal em Salisbury, Gabinete do Adido Militar e Aeronáutico. Muito Secreto. Assunto: Actividades terroristas - INTSUM 1/74’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 1896. No INTSUM (que se pode traduzir como sumário executivo), no ponto relativo à atividade externa rodesiana, é referido que em Moçambique, a norte do Zambeze, as forças rodesianas tinham realizado ações contra campos da Frelimo. Veja-se ‘INTSUM 1/74 MI/33/7/2, de 20 de Dezembro de 1973 a 1 de Janeiro de 1974 anexo ao Ofício nº 649’ acima citado. Para um relato destas ações ver também Stiff, 1999: 84 ss.

⁶⁹ Também eles demonstram a intervenção e apoio rodesiano às Forças Armadas Portuguesas e a sua participação na guerra. Veja-se, por exemplo, ‘FSHB/SGDN - cxs. 5138 e 5139’, que contém uma coleção destes documentos relativos ao período de 1973-1974. O *Weekly Review* de janeiro de 1974 refere-se à atuação das forças rodesianas contra a FRELIMO na *Operation Hurricane* na região de Mukumbura; refere igualmente que tinham feito também contacto com a FRELIMO a sudeste de Nyamapanda e ao longo da fronteira Moçambique-Rodésia. Veja-se ‘Rhodesia Intelligence Co-Ordinating Committee. Salisbury, 11th January 1974. XYS6317/4. Secret. *Weekly Review*, nº 2/74 para o período até 8 de Janeiro de 1974. p.1-3’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 5139.

De relevo e sempre sensível era a questão da cooperação operacional, sobretudo no distrito de Tete, por ser a zona de maior intervenção do exército rodesiano. Verificamos que, sobretudo a partir de 1972, e com a agudização da guerra, esta colaboração se desenvolveu através de forte intervenção do exército rodesiano em Moçambique. Com ela (re)surgiram alguns atritos, sobretudo quando a situação militar se ligava a acontecimentos de forte repercussão internacional, como aconteceu depois do massacre em Mukumbura (Tete) denunciado por padres espanhóis (Valverde, 1971; s/a, 1973). Na sequência desta denúncia surgiram grandes tensões nesta colaboração, com o Comandante-Chefe de Moçambique a não desejar a presença e intervenção rodesiana na zona, por um lado, e os Comandos rodesianos a defenderem a necessidade da sua intervenção operacional, alegadamente por vários motivos: por ser uma área perto da fronteira rodesiana e referenciada como uma área de comando e apoio logístico à atividade de guerrilha no istmo de Tete a sul do Zambeze; por ser uma área de infiltração dos elementos da ZAPU e ZANU (que contavam com o apoio da FRELIMO); e por considerarem que os ‘terroristas’ mantinham a iniciativa na fronteira e que a população fora ‘conquistada’ pela FRELIMO.⁷⁰

De facto, a situação militar em Tete, sobretudo a partir de finais de 1971, era extremamente grave: os ataques às linhas de caminho-de-ferro (ao longo de toda a linha de Tete, sobretudo nos troços Moatize-Mutarara, Caldas Xavier-Doa-Cateme), especialmente de apoio à construção da barragem de Cahora Bassa sucediam-se; eram repetidos os ataques a povoações e aldeamentos; as emboscadas e obstrução nas principais linhas rodoviárias (Tete-Songo; Rodésia-Malawi; Nacala-Malawi; Beira-Tete; Zóbuè-Tete; Changara-Zóbuè; Tete-Salisbúria), impediam durante longos períodos a circulação do tráfego rodoviário e ferroviário, e causavam problemas quando eram mortos soldados ou atingidas empresas de transporte ou viaturas rodesianas. Estas ações condicionavam extremamente o progresso das obras da barragem de Cahora Bassa, pois que parte significativa dos equipamentos era fornecida usando

⁷⁰ É disso exemplo a reunião, realizada a 14 de agosto de 1972, em Nampula, entre os representantes do Comité de Coordenação das Operações (CCO) da Rodésia e Comandante-Chefe de Moçambique. Veja-se ‘Junta de Planeamento do EME. Causeway, 16 de Agosto de 1972. OCC/1. JPS/714. Actas de uma reunião entre os representantes do Comité de Coordenação das Operações e Comandante-Chefe de Moçambique efectuada em Nampula em 14 de Agosto de 1972 às 16.30h. Muito Secreto’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 5425; 6207.4. Contém anexo: ‘Narrativa auxiliar cooperação dos terroristas rodesianos com a Frelimo’.

estes trechos rodoviários. Estes acontecimentos encontravam eco, quase diariamente, nos informes realizados pela PIDE/DGS e pelo governo da Província.⁷¹ Era, pois, natural que os conflitos com os operacionais rodesianos surgissem, levando a Rodésia a levantar grandes dúvidas e a mostrar-se cada vez mais cética quanto à capacidade do Exército Português em dominar a situação militar e controlar a atividade da FRELIMO em Tete.⁷²

Ken Flower, o chefe da contrainteligência rodesiana, foi um dos elementos mais críticos em relação à forma como o general Kaulza de Arriaga conduzia a guerra em Moçambique. Flower chegou mesmo a criticar a política militar de Kaulza de Arriaga no encontro que teve com Marcello Caetano em setembro de 1971, o que levou a uma deterioração das relações, já bastante tensas, entre Flower e Kaulza. As relações bilaterais corriam forte risco de degradação, o que levou Ken Flower a decidir ir a Nampula para ‘fazer as pazes’ com Kaulza. A análise que Ken Flower faz deste encontro parece ter reconfirmado a sua posição quanto à incapacidade de Kaulza de Arriaga conduzir guerra (Flower, 1987: 118 ss.). Vários jornais referiram, na altura, a existência destas ‘divergências’ entre Portugal e a Rodésia. Colin Legum, num artigo publicado no *Observer* de 26 de novembro de 1972,⁷³ fazia alusão a estes conflitos, observando que Ian Smith receava pela segurança da fronteira leste da Rodésia e pelo acesso do seu país ao mar, o que o tinha levado a ‘discutir abertamente’ com o Presidente do Conselho português sobre a atuação ineficaz do seu exército.⁷⁴ Legum referia também o estado de tensão que aumentava em toda a África Austral branca, ao qual Portugal não queria prestar atenção, reflexo da sua incapacidade para tomar conta dos destinos das suas possessões ultramarinas.⁷⁵

⁷¹ Veja-se, por exemplo, no Arquivo Histórico Ultramarino a pasta SR:039 – MU/GM/GNP/039 –, quase inteiramente ligada à situação militar em Tete.

⁷² ‘MNE, Direcção-Geral dos Negócios Políticos, PAA 3767, proc.960,172 de 20 de Novembro de 1972 para o CEMGFA’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 3767.

⁷³ ‘MNE, Director-Geral dos Negócios Políticos, PAA 4274, 960,172 de 26 de Dezembro de 1972 para o CEMGFA’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 3767.

⁷⁴ *Idem*. Ken Flower refere que Ian Smith se reuniu, em setembro de 1972, com Marcello Caetano e que neste encontro apresentou um documento elaborado pela CIO intitulado ‘Moçambique – uma ameaça à Rodésia’. Este documento sublinhava a necessidade de se repensar a estratégia portuguesa na condução da guerra e mostrava as avaliações contraditórias que a CIO rodesiana, a DGS e o General Kaulza de Arriaga faziam sobre a situação (Flower, 1987: 118 ss.).

⁷⁵ ‘MNE, Director-Geral dos Negócios Políticos, PAA 4274, 960,172 de 26 de Dezembro de 1972 para o CEMGFA’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 3767.

Face a este ceticismo, a Rodésia chegou mesmo a procurar que as instituições militares portuguesas admitissem a necessidade de se proceder a uma mudança da estratégia definida. A 8 abril de 1974, poucos dias antes do golpe de estado, o Ministro da Defesa Nacional português recebeu Ken Flower em Lisboa. Flower apresentou-lhe, em nome do Primeiro-Ministro rodesiano, Ian Smith, algumas sugestões com vista a uma defesa mais eficaz da África Austral.⁷⁶ A sua proposta, 'sem pretender descobrir ou ensinar soluções militares, mas tendo em conta o espírito global da defesa da África Austral' visava estabelecer uma linha de defesa algures em Moçambique, onde se pudessem concentrar os esforços das três Nações. A Rodésia contava, em particular, com a assistência militar sul-africana, que deveria ser complementada com um maior envolvimento dos 'Flechas'.⁷⁷ Esta ideia surgira durante a análise para o estabelecimento de uma linha de defesa (cordão sanitário) ao longo da fronteira de Moçambique, formada por um obstáculo fixo com 1200 km de extensão. Como a construção deste dispositivo fora considerada demasiado dispendiosa e difícil de manter, aliada ao fato de não garantir a eficácia pretendida, pensara-se numa outra proposta mais eficaz e menos dispendiosa que 'se baseasse numa linha natural de defesa, com o rio Zambeze' que ia desde o Zumbo, através do Lago de Cahora Bassa, até ao Índico. Esta linha era completada com o seu prolongamento pela Rodésia até Caprivi, na fronteira com Angola. Para Ken Flower esta estratégia não implicava o abandono dos territórios de Moçambique a norte do Zambeze; pelo contrário, a intervenção de meios conjuntos no estabelecimento e defesa dessa linha, associado a um desenvolvimento das atividades dos 'Flechas', concorriam para libertar as tropas regulares portuguesas para a defesa de outras áreas.⁷⁸ Para esta estratégia a Rodésia comprometia-se a conseguir a adesão dos sul-africanos. Contudo, precisava do parecer do Ministro da Defesa português quer sobre a

⁷⁶ 'Ministro da Defesa Nacional. Visita do Sr. K. Flower, Director da Organização Central de Informações da Rodésia (CIO), em 8 de Abril de 1974. Muito Secreto. p.1-2 O CEMGFA recebeu este relato da visita a 16 de Abril de 1974'. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 6179.1 (3^o vol.).

⁷⁷ Forças paramilitares que atuavam sob a responsabilidade da PIDE/DGS. Veja-se o capítulo de Carlos Matos Gomes, neste volume.

⁷⁸ 'Ministro da Defesa Nacional. Visita do Sr. K. Flower, Director da Organização Central de Informações da Rodésia (CIO), em 8 de Abril de 1974. Muito Secreto. p.1-2 O CEMGFA recebeu este relato da visita a 16 de Abril de 1974'. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx. 6179.1 (3^o vol.), p.1-2.

solução sugerida, quer sobre o grau de recetividade que ela podia ter no seio dos Comandos Militares portugueses.

O Ministro de Defesa apresentou dois tipos de comentários: um de ordem política e outro militar. No aspeto político, se a decisão viesse a ser tomada, preocupava-o a forma como a FRELIMO, as populações e o Exército, podiam interpretar esta decisão, que podia representar a intenção de afrouxar a luta a norte do Zambeze. Esta perspetiva teria como efeito ‘dar mais força ao adversário e enfraquecer a nossa capacidade de defesa’. Para o Ministro qualquer estratégia tinha de obedecer a um conceito global que abrangesse todo o território de Moçambique. No aspeto militar considerava que a ideia de construir uma linha de defesa fixa se coadunava mal com as características de uma ‘guerra subversiva’. Tinha, por isso, muitas dúvidas sobre a eficácia da sugestão. Em qualquer dos casos concordou em examiná-la adiantando que Portugal continuava interessado em manter os contactos entre os três países, dentro do espírito de colaboração e interajuda. Recordava contudo a Ken Flower a existência do *Exercício ALCORA* e a conveniência de não se criarem sistemas paralelos de colaboração à margem daquele.⁷⁹

5. Impacto desta Cooperação

A colaboração e as relações com a África do Sul não atingiram o nível de intervenção que existiu com a Rodésia. No centro destas estiveram sempre presentes várias dúvidas quanto ao tipo de sistema político em que assentava – o *apartheid* –, e portanto a necessidade de múltiplos cuidados para evitar conotar a colaboração portuguesa como uma forma de apoio ao regime. De referir contudo o facto de Portugal sempre ter manifestado grande condescendência em relação ao regime do *apartheid* presente na África do Sul.⁸⁰

⁷⁹ *Ibidem*, p.4.

⁸⁰ Por exemplo, o SCCIM, no seu Relatório da Situação de 1971, transcrevia excertos de um artigo publicado no jornal português *Economia e Finanças*, na edição de 1/15 de fevereiro de 1971, em que eram analisadas as reuniões dos chefes de governo da Commonwealth, suas características e as posições dos diferentes países. O estudo específico da última reunião, que se realizara em Singapura (18ª reunião), onde uma das questões debatidas fora a do fornecimento de armas à África do Sul ‘desencadeou paixões’ por nela estar em vigor o *apartheid*. E o articulista adiantava: ‘É fora de dúvida que o *apartheid* está em conflito com os princípios fundamentais da dignidade humana e que o facto dele não ser praticado em Portugal nos confere o direito de o condenarmos sem apelo. Mas o *apartheid* não é mais afinal do que uma solução de certos problemas, e pode mesmo alegar-se que não é a mais cruel’. E justificava esta posição pela existência de muitos países, em África e na Ásia, que tinham parte da população privada dos

O envolvimento militar direto sul-africano na guerra conduzida pelos portugueses foi realizado sobretudo em Angola e a grande escala. A colaboração com Moçambique desenvolveu-se sobretudo em termos de apoio em fornecimento de equipamento e material militar, cedência de aviões e helicópteros e de bombas a serem utilizadas pela Força Aérea.⁸¹ No decorrer da guerra esta colaboração alargou-se a uma vasta gama de outros materiais que a África do Sul fornecia a preços mais baratos que os proporcionados por Portugal,⁸² como morteiros, granadas explosivas, bombas de Napalm e detonadores,⁸³ minas, bombas incendiárias, metralhadoras e autometralhadoras, equipamento de comunicação, de saúde, material de campanha, etc.⁸⁴ Realizaram-se também diversos contactos a nível diplomático pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português e por várias estruturas militares.

Mas as conversações com a África do Sul mostravam a progressiva preocupação desta com a expansão do movimento nacionalista na África Austral situação que, embora considerasse não ser desesperada, também não era ‘encorajante’ pois apresentava tendência para se deteriorar. E a decisão sul-africana de ir a Lisboa, em 1971, apresentar as suas preocupações deviam-se precisamente a esta deterioração, sobretudo ao seu envolvimento no Sudoeste de Angola que significava um enorme encargo financeiro (cerca de 2,2 milhões de rands), e que, ‘pelos resultados obtidos parece que este esforço foi

mais elementares direitos e, contudo, esses governos formulavam os mais veementes protestos contra a política sul-africana. ‘É este equívoco, cuidadosamente mantido, que tem servido de base à propaganda comunista em África’. Veja-se ‘Governo-Geral de Moçambique. SCCIM. Relatório da Situação nº3/71, Lourenço Marques, 8 de Março de 1971. Referente ao período de 01 a 15 de Fevereiro de 1971, p.12.’ Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN, cx. 5022.

⁸¹ ‘Ofício nº838/B, 1000.0155, de 5 de Abril de 1961 do SGDN para o Director-Geral dos Negócios Políticos e Administrativos do MNE. Secreto. Assunto: Negociações com a União da África do Sul sobre cedência de aviões e de bombas de avião’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 4318.4.

⁸² ‘Ofício nº982/D/7/18 do Ministério do Ultramar, Gabinete do Ministro dirigida ao Ministro da Defesa Nacional, de 9 de Dezembro de 1968. Secreto.’ Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx.2732.2.

⁸³ ‘Verbete nº1211/RA - pº113.40 de 15 de Abril de 1969 do Chefe da 1ª Rep. SGDN ao Chefe do Gabinete do Ministro Defesa Nacional. Assunto: Relações com a RAS - material’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN - cx.2732.2.

⁸⁴ Veja-se a ‘Lista ‘A’ - Materiais a obter na RAS. 23 de Fev.1969. Secreto. FSJB/SGDN - cx. 6179.3 (1º vol.). Ministério da Defesa Nacional. [Carta dirigida a PW Botha, Ministro da Defesa da África do Sul]. s/data’. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDM – cx. 6179.3 (1º vol.).

em pura perda'. Criticava as forças terrestres portuguesas pela sua deficiente atuação e formação.⁸⁵

Um dos aspetos que verificámos na colaboração entre Portugal, Rodésia e África do Sul foi o de que esta se estabeleceu essencialmente no campo militar e que por isso mesmo se manteve, na maioria dos casos, fora de qualquer relação com o Governo-Geral da Província. Um outro aspeto importante foi o do impacto que ela teve na condução da guerra em Moçambique, sobretudo em Tete, ao permitir não só a participação do exército e força aérea rodesianas dentro do território de Moçambique, como também pelo apoio material que garantiu.

Podemos considerar também que a aliança que Portugal estabeleceu com ambos os países, e que sempre tentou manter em segredo, conduziu inevitavelmente a uma grande 'compreensão' e tolerância dos regimes neles vigentes. A qualquer antagonismo que entre eles surgiu sobrepôs-se sempre o benefício que usufruíam dessa aliança.

Observamos também nas extensas análises feitas pelos três países dos conflitos mundiais, regionais e nacionais, que a obsessão de uma ameaça externa, sobretudo comunista ou proveniente de países africanos fortemente ligados a ele, os impediu de considerar que a ameaça pudesse surgir de dentro das suas próprias forças e a subestimar a força dos movimentos nacionalistas. Incapazes de olhar para dentro de si, dos seus regimes e das forças que o sustentavam ou combatiam, foram impotentes para prever qualquer outro perigo que conduzisse às mudanças que tanto recebavam – a supressão de regimes minoritários e coloniais. Os seus planos estratégicos para a defesa conjunta da África Austral enquadram-se claramente nesta necessidade urgente de preservar não só o seu poder como os seus regimes.

⁸⁵ 'Conversações entre as autoridades militares da RAS e de Portugal - Relatório. Muito secreto'. Arquivo da Defesa Nacional, FSJB/SGDN – cx. 5568.2. Estas conversações foram realizadas em Portugal (abril de 1970) sendo as delegações chefiadas respetivamente pela parte portuguesa pelo General Venâncio Augusto Deslandes, CEMGFA (com a participação do General João Paiva de F.L. Brandão, Secretário Adjunto da Defesa Nacional, chefes da 1^a, 2^a e 3^a Repartições do SGDN, o Adido Naval, Militar e Aeronáutico em Pretória; pela parte Rodesiana, chefiada pelo General Rudolph Christian Hiermstra, Comandante das Forças Armadas, participaram ainda o Tenente-General Charles Allen Fraser, Comandante das Forças Conjuntas Terra-Ar; o Coronel Helm Roos, Adido Militar da RAS em Portugal e o Tenente-Coronel Innes, Chefe da Repartição de Informações do Exército).

ESTILHAÇOS DO *EXERCÍCIO ALCORA*: O EPÍLOGO DOS SONHOS COLONIAIS

Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins

Introdução

Numa época que tinha a Guerra Fria como pano de fundo, o *Exercício Alcora* substanciou militarmente um projeto colonial-capitalista, de matriz ocidental, para a África Austral. Cingindo os interesses da África do Sul, da Rodésia e de um Portugal imperial, então governado por uma ditadura,¹ esta aliança pretendia fazer frente às vagas nacionalistas que percorriam o continente africano. Enquanto reação às exigências de independência e autodeterminação africanas, o *Alcora* permitiu aos três países envolvidos a reinvenção estratégica de um *status quo* que o tempo viria a provar insustentável: a continuação da hegemonia branca no panorama político da África Austral. O ‘inimigo’ comum dos três países – o comunismo e o nacionalismo africano – agregava o II e o III Mundos.² Para Portugal, este acordo simbolizava um enorme apoio na luta pelo controlo das ‘Províncias Ultramarinas’ de Angola e Moçambique; no caso rodesiano, a participação no acordo assegurava um reforço da luta contra os movimentos nacionalistas, inimigos categóricos do projeto de Declaração Unilateral de Independência;³ finalmente, para a África do Sul, avalizava a preservação da sua estrutura política, económica e cultural através da construção de um cordão defensivo formado pelos territórios de Angola, Rodésia e Moçambique.

Esta aliança, pela magnitude de forças militares que envolveu na luta pelo reforço do controlo minoritário branco, não seria totalmente desmantelada com as independências de Moçambique e Angola em 1975. Pelo contrário, muito do seu dispositivo bélico viria, mais tarde, a ressurgir integrado noutros cenários, envolvido noutros conflitos.

¹ Para uma contextualização da situação política portuguesa neste período ver o capítulo de Miguel Cardina, neste volume.

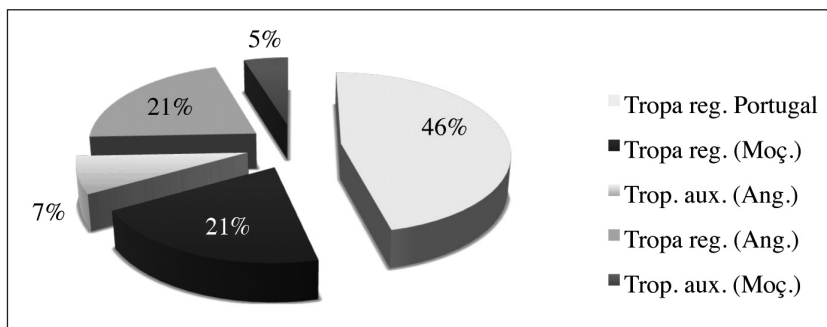
² Ver ‘Conceito estratégico militar dos Países ALCORA (3 volumes), de 1972’, Arquivo da Defesa Nacional, cx. 6179.1.

³ Em inglês UDI (Unilateral Declaration of Independence). Foi assinada, e proclamada, a 11 de novembro de 1965, pela administração de Ian Smith.

Pouco tempo após o início da guerra em 1961, no norte de Angola, as tropas portuguesas começaram a entrar rapidamente em situação de desgaste e rutura, crescentemente exauridas e vulneráveis. Como consequência desta situação, Portugal reforçaria o recrutamento local para as suas Forças Armadas.

Porém, a presença de tropas de recrutamento local começou verdadeiramente a fazer-se sentir em meados da década de 1960, altura em que o Portugal metropolitano se encontrava já esgotado de homens passíveis de serem recrutados para combater na Guerra Colonial em África.⁴ Naturalmente, existiam críticos deste processo,⁵ visões segundo as quais todos os africanos seriam terroristas potenciais. Mas as vantagens na utilização de soldados africanos eram por demais ‘evidentes’⁶: 1) constituíam uma fonte alternativa de recrutamento; 2) permitiam poupar nos custos do transporte marítimo ou aéreo desde a metrópole; 3) adaptavam-se melhor ao terreno; 4) estavam inseridos nas culturas locais, entrosando-se melhor com as populações; 5) resistiam melhor às exigências do clima e às doenças tropicais; 6) as suas mortes ou ferimentos causavam menor impacto na opinião pública da metrópole.

FIGURA 1
Proporção das diferentes forças (metropolitanas, incorporação local e auxiliares) na África Austral (1960-1973)



Fonte: Dossier ‘Guerra Colonial’, em www.guerracolonial.org

⁴ Ver capítulo de Aniceto Afonso, neste volume. Para um desenvolvimento do tema da Guerra Colonial ver Afonso e Gomes (2010).

⁵ Como o General Kaulza de Arriaga, chefe das tropas portuguesas em Moçambique.

⁶ Seguimos de perto João Paulo Borges Coelho (2003: 182).

Este processo, que está na origem de uma crescente militarização das populações locais conduziria, porém, à abertura de uma caixa de Pandora. Após as independências de Angola e Moçambique, elementos seja do Exército regular português, seja das tropas especiais africanas, altamente treinadas, seriam deixados para trás em países recém independentes, gerando-se o sério problema da sua reabsorção pelo respetivo tecido social.⁷

Génese da violência

João Paulo Borges Coelho, num artigo publicado na *Lusotopie*, intitulado ‘Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta’ (2003), levanta a importante questão de como países enfraquecidos por guerras coloniais/de libertação tão longas e com tal grau de destruição foram, ainda assim, capazes de transportar em si um tão assinalável ‘potencial de violência’. Uma tal questão só pode ser explicada através de um olhar atento às dinâmicas da Guerra Colonial/de Libertação:

Temos que partir, portanto, do desenho dos contextos prevaletentes à época, nos anos imediatamente anteriores e posteriores às independências desses países, relacionando dentro desses contextos algumas séries hipotéticas de factores que colaboraram para a construção desse potencial de violência, ou seja, que favoreceram o acumular de tensões nessas sociedades e fizeram com que elas se manifestassem de forma aberta após a independência (Coelho, 2003: 176, 177).

Assim, as novas guerras, marcadas por um elevado grau de violência, que se repercutiria fortemente sobre as populações, acabariam por se arrastar no tempo; as ditas guerras civis de Moçambique e Angola só chegariam ao seu termo, respetivamente, em 1992 e 2002. Como refere João Paulo Borges Coelho (2003), na análise desta perpetuação da violência devem ser tomados em consideração vários factores precipitantes: 1) factores de origem externa ou regional; 2) conflitos internos no seio dos próprios movimentos independentistas; e 3) uma radical substituição de Estados originada por um rápido processo de descolonização.⁸

⁷ Ver capítulo de Carlos de Matos Gomes, neste volume, e Coelho (2002).

⁸ Na verdade, ‘um Estado colonial extremamente autoritário e controlador deu lugar a Estados aparentemente fortes,’ ou seja, estaríamos perante Estados frágeis que procurariam suprir as suas debilidades através de ‘uma postura autoritária [que] foi sem dúvida um factor indutor de uma potencial carga de violência’ (Coelho, 2003: 176).

Como fatores de origem externa/regional, há a considerar quer as dinâmicas daquilo que muitos consideraram um ‘subsistema’ da Guerra Fria na África Austral,⁹ quer o lastro da ‘aliança branca’ materializada no *Exercício Alcora*. Há, portanto, um transporte para os conflitos pós-coloniais de muitos dos elementos imanentes às lógicas estratégicas dos conflitos coloniais que os precederam. Deste modo,

(...) a guerra colonial foi muito mais que um mero conflito de ocupação datado dentro das balizas cronológicas que normalmente lhe são atribuídas, induzindo, pelo contrário, sobretudo na sua fase final após 1968, uma militarização da sociedade que nos dá razões para afirmar que por trás desse conflito se escondia já o germe de um conflito civil (Coelho, 2003: 177).

É precisamente a partir desta ideia que sustentamos que o *Exercício Alcora* terá de ser seriamente compreendido tendo em consideração o modo como o seu impacto transcendeu as leituras convencionais da Guerra Colonial, seja para além da cronologia estrita em que esta tende a ser analisada, seja para além das fronteiras políticas em que os conflitos que se lhe seguiram tendem a ser descritos.

A militarização das sociedades que viriam a ser fortemente afetadas pelas ditas guerras civis operou-se a vários níveis. Em primeiro lugar, operou-se ao nível do recrutamento de efetivos para o Exército colonial, o que é usual em situações de guerra. Mas isto só por si não bastava. Partindo da premissa de que ganharia a guerra quem tivesse do seu lado as populações, procurou-se, igualmente, reforçar uma ação psicossocial entre as populações sob administração portuguesa. Para esse efeito, a concentração das populações em aldeamentos cumpriu um papel vital. Estes aldeamentos, na prática, funcionavam como verdadeiros campos de concentração, onde as autoridades coloniais criavam um mecanismo de defesa através do recrutamento e constituição locais de grupos de milícias. As novas milícias criadas multiplicariam e intensificariam tensões, encontrando-se na origem do surgimento de novas formas de violência. O ‘potencial de violência’ gerado com os aldeamentos prender-se-ia também com a desestruturação – social e territorial – inerente ao deslocamento compulsivo das populações.¹⁰

⁹ Ver capítulo de Paula Meneses, neste volume.

¹⁰ Para um desenvolvimento deste ponto ver Coelho (2003: pp. 181-182).

O ‘fim’ do *Alcora*

Com o Golpe de Estado em Portugal, em 1974 – e subsequentes conversações mantidas pelas novas autoridades políticas portuguesas com os líderes dos principais movimentos independentistas, com vista à transição de poderes –, a ‘aliança branca’ consubstanciada no *Exercício Alcora* iria sofrer um rude golpe. O abandono português do xadrez militar africano alterou radicalmente o balanço de poder na África Austral, representando igualmente o inevitável abandono do acordo tripartido *Alcora*. Num curto espaço de tempo, desta forma, os flancos ocidental e oriental do cordão protetor da África do Sul – que a separavam da ‘África negra’ – colapsaram. Angola e Moçambique – colónias de ocupação onde viviam milhares de portugueses e descendentes de portugueses já nascidos no local¹¹ – em breve se tornariam Estados independentes onde os combatentes pela liberdade da Rodésia, Sudoeste Africano e da África do Sul poderiam encontrar refúgio e apoio, estabelecendo ali as suas bases. Tal desenlace criou acrescidas dificuldades aos países ainda controlados por uma minoria branca. Mas o projeto inerente à constituição do *Exercício Alcora* não se esgotaria com o seu fim, em 1974, após a revolução de 25 de Abril em Portugal.¹² Com o *Exercício Alcora*, tinham sido plantadas sementes que resistiriam à retirada de Portugal e às consequentes independências de Angola e Moçambique. Porque a África do Sul e a Rodésia se sentiam fragilizadas com os ventos de mudança que, enfim, chegaram às suas fronteiras, o apoio aberto ou encapotado às oposições aos regimes consagrados pelas independências manter-se-ia bem presente.

O colapso do império colonial português levou a que novas estratégias viessem a ser estudadas pelos dois regimes brancos remanescentes do *Exercício Alcora*. No caso da Rodésia, um Moçambique independente, governado por um regime político que transitara de um movimento de libertação, representava dois perigos fundamentais: por um lado alargava a fronteira rodesiana exposta

¹¹ E de onde milhares de pessoas saíam desde pouco antes da transição de poderes, inundando a metrópole com uma população extra para a qual não tinha respostas capazes. Ver capítulo de Paula Meneses e Catarina Gomes, neste volume.

¹² Um exemplo ilustrativo da perpetuação das lógicas forjadas nas alianças que o *Exercício Alcora* sedimentou é o percurso de Cornelius Van Niekerk. Tendo sido oficial de ligação sul-africano junto do Comando Militar de Moçambique (em Nampula) (Coccia, 2011: 61), em 1979 foi nomeado chefe da Unidade de Tarefas Especiais junto do Departamento de Inteligência Militar do Exército Sul-Africano – uma unidade clandestina que apoiava as operações da RENAMO, em Moçambique (Minter, 1998a: 10-13), e da UNITA, em Angola (O’Brien, 2011: 121).

à infiltração da guerrilha nacionalista e, por outro, ameaçava o vital acesso ao mar. O apoio de Moçambique à luta nacionalista da guerrilha zimbabueana e a adoção das sanções da ONU contra a Rodésia resultaram no corte de relações com a Rodésia e na emergência de uma guerra entre os dois Estados, enquanto os serviços secretos rodésianos (e sul-africanos, posteriormente) apoiavam a formação do MNR.¹³

No caso da África do Sul, as frentes de ameaça eram várias. Procurando confrontá-las, além de munir os inimigos dos seus inimigos, o Exército Sul-Africano realizava, abertamente ou de forma clandestina, operações de retaliação ou de ‘limpeza’ contra países vizinhos, que acusava de darem apoio aos oponentes da nação.¹⁴ Mas o que é real é a militarização do Estado sul-africano, facto que levou alguns académicos a sinalizar a transformação da África do Sul de um estado policial, sob a liderança de J. B. Vorster, para um estado militar, no governo de P. W. Botha. Esta militarização da África do Sul, como não poderia deixar de ser, teve como centrar correlato a persistência de conflitos com os países que não partilhavam os mesmos objetivos políticos da África do Sul do *apartheid* (Cock e Nathan, 1989).

Conclusão

Angola e Moçambique emergiram como nações independentes num contexto regional extremamente hostil. Para este contexto convergia o lastro deixado pela africanização de tropas da Guerra Colonial/de Libertação bem como os esforços da Rodésia (até 1980) e da África do Sul. Abrindo pistas para possíveis trilhos de investigação, e seguindo a proposta de João Paulo Borges Coelho (2009), as independências de Moçambique e Angola devem ser lidas, também, como um momento político que correspondeu a uma profunda alteração da geopolítica na África Austral. Estas independências deixavam claramente antever que a ‘solução branca’ – que muitos tinham como uma situação de exceção na região –, tinha os seus dias contados. Com a independência de Moçambique e Angola os

¹³ Por si só esta criação exógena não explica a adesão rápida de um importante número de moçambicanos ao contingente rebelde. É por isso necessário ter em conta outros fatores, incluindo, como Coelho (2003) sublinha, a persistência de situações de pobreza, a distância temporal em relação a um conflito anterior, a dominância étnica e, ainda, a instabilidade política.

¹⁴ No contexto angolano, a África do Sul irá contar, durante muito tempo, com o apoio da UNITA, na realização de ações contra o MPLA, movimento nacionalista que entretanto chegara ao poder e se transformara em partido político.

resultados começaram, lentamente, a produzir os seus efeitos também na África do Sul e na Rodésia na era pós-*détente*,¹⁵ quando as forças nacionalistas zimbábueanas passaram a dispor, para além da Zâmbia e da Tanzânia, dos territórios de Moçambique para treino e trânsito das suas guerrilhas (Ellert, 1993: 11).

Em suma, a ligação estrutural entre as ‘guerras civis’ que as ex-colónias portuguesas na África Austral conheceram – após as suas independências – ao conflito anterior a que o *Exercício Alcora* procurava dar resposta, aponta exatamente para a necessidade de se analisarem as regiões e os seus contextos. Os arquivos, como é o caso para o *Exercício Alcora*, revelam que os conflitos que a África Austral atravessou não foram tão simples como pensávamos terem sido. Não foram apenas resultado de uma luta pelo poder e pelo controlo dos meios de produção. Não foram apenas um conflito financiado pelo ocidente para ganhar o acesso e controlo das riquezas dos territórios. Não foram apenas o cenário de uma versão quente da Guerra Fria. Foram também resultado de algo que esteve, até muito recentemente, enterrado em arquivos e relatórios secretos: o nascimento de um projeto político branco para a África Austral, um mapa imaginado onde coubessem, ainda, os sonhos coloniais.

¹⁵ Nome da ofensiva diplomática lançada em outubro de 1974 por Vorster, cujo objetivo era congrega os estados da África Austral numa constelação de estados, independentes (CONSAS), mas conjugando regionalmente as suas políticas, de novo, ‘contra os inimigos comuns’ (Geldenhuis, 1981: 2-3). Esta proposta caiu na sequência da invasão de Angola pela África do Sul (1975-1976) e da brutal repressão do levantamento do Soweto, em junho de 1976. No seu conjunto, estes dois elementos afetaram profundamente as relações da África do Sul com os países vizinhos (Maharaj, 1990: 100).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, Yussuf (1993), 'Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento', *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14: 9-101.
- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi.
- Alexander, Jocelyn; McGregor, JoAnn; Ranger, Terence (2000), *Violence and Memory. One hundred years in the 'dark forests' of Matabeleland*. Oxford: James Currey.
- Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- Anderson, Perry (1962), 'Portugal and the End of Ultra-Colonialism', *New Left Review*, 1 (16): 88-123.
- Andrade, Mário Pinto (1998), *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: D. Quixote.
- Antunes, José Freire (1985), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*. 2º volume. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Antze, Paul; Lambek, Michael (1996), 'Preface', in Paul Antze e Michael Lambek (orgs.), *Tense Past: Cultural essays in trauma and memory*. Nova Iorque: Routledge, i-ix.
- Baganha, Maria Ioannis; Góis, Pedro (1998), 'Migrações Internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53: 229-277.
- Balandier, Georges (1951), 'La Situation Coloniale: Approche théorique', *Cahiers internationaux de Sociologie*, 11: 44-79.
- Bender, Gerald J. (1978), *Angola Under the Portuguese: The myth and the reality*. Berkeley: University of California Press.
- Birmingham, David (1998a), *Kwame Nkrumah: The father of African nationalism*. Ohio: Ohio University Press. (Artigo Matos Gomes)
- Birmingham, David (1998b), *História de Portugal. Uma perspectiva mundial*. Lisboa: Terramar. (Artigo retornados)
- Bragança, Aquino; Wallerstein, Immanuel (1978), *Quem é o Inimigo (I, II e III)?*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Bragança, Aquino de (1986), 'Independência sem Descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974-1975', *Estudos Moçambicanos*, 5/6: 7-28.

- Cabral, Amílcar (1973), 'National Liberation and Culture', in *Return to the Source: Selected speeches of Amílcar Cabral edited by Africa Information Service*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 39-56.
- Cabral, Amílcar; Olivier, Marc (1975), *The War in Angola: A socio-economic study*. Dar Es Salam. Disponível em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=019050&numero_da_pagina=133. Consultado a 13 de Julho de 2012.
- Caetano, Marcello (1969a), *Somos Todos Portugueses Iguais à Face da Pátria e Iguais à Face da Lei (discursos pronunciados durante a viagem à Guiné, Angola e Moçambique, em Abril de 1969)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1969b), *Portugal Não Pode Ceder (discurso pronunciado no Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969)*. Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1970), *Revisão Constitucional (Discurso proferido perante a Assembleia Nacional, a 2 de Dezembro)*. Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1976), *O 25 de Abril e o Ultramar: Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa: Verbo.
- Cann, John P. (1998), *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Cann, John P. (2001), 'Um Notável Feito de Armas', in Teixeira, Rui de Azevedo (org.), *A Guerra Colonial: Realidade e ficção. Livro de Atas do Iº Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 129-140.
- Cardina, Miguel (2011), *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Castelo, Cláudia (2004), 'A migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)', Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A questão social no novo milénio*. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento.
- Castilho, Rui de (2002), *O Capitão do Fim*. Lisboa: Prefácio.
- Castro, José Victor de Brito Nogueira e (2004), *Era Tempo de Morrer em África. Angola, guerra e descolonização. 1961-1975*. Lisboa: Prefácio.
- Caveiro, Camilo Sarmiento (1998), *Moçambique Meu Amor. 1498-1975. O trágico e o grotesco. Um testemunho contra a mentira da 'exemplar descolonização'*. E-Book. Disponível em www.macua.org/livros/caveira.html. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Cerezales, Diego Palacios (2011), *Portugal à Coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Césaire, Aimé (1978 [1955]), *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Chilcote, Ronald H. (1972), *Emerging Nationalism in Portuguese Africa: Documents*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Coccia, Giancarlo (2011), *A Cauda do Escorpião – O adeus a Moçambique*. Lisboa: Vertente.
- Cock, Jacklyn; Nathan, Laurie (orgs.) (1989), *War and Society: The militarization of South Africa*. Cidade do Cabo: New Africa Books.

- Coelho, João Paulo Borges (1983), *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war*. University of Bradford, Ph.D. Thesis.
- Coelho, João Paulo Borges (1989), *Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969. A primeira fase da guerra e a reação colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Coelho, João Paulo Borges (2002), 'African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique', *Portuguese Studies Review*, 10 (1): 129-150.
- Coelho, João Paulo Borges (2003), 'Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas', *Lusotopie* 2003: 175-193.
- Coelho, João Paulo Borges (2009), *A 'Literatura Quantitativa' e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*. Trabalho apresentado à Conferência Internacional Pobreza e Paz nos PALOP. Lisboa: Centro de Estudos Africanos ISCTE-IUL, Novembro de 2009.
- Coelho, João Paulo Borges (2010), 'Memory, History, Fiction. A note on the politics of the past in Mozambique'. Trabalho apresentado às *Journées d'étude 'Il était une fois les indépendances africaines... La fin des empires?'* Paris: EHESS Outubro de 2010.
- Correia, Paulo (2007), *Political Relations Between Portugal and South Africa from the End of the Second World War until 1974*. Johannesburg: University of Johannesburg, Tese de Doutoramento.
- Correia, Paulo; Verhoef, Grietjie (2009), 'Portugal and South Africa: Close allies or unwilling partners in Southern Africa during the cold war?', *Scientia Militaria – South African Journal of Military Studies*, 37 (1): 50-72.
- Costa, Artur (2000), 'O Julgamento da PIDE/DGS e o Direito (Transitório) à Memória', in Iva Delgado, Manuel Loff, António Cluny, Carlos Pacheco e Ricardo Monteiro (orgs.), *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa: Edições Cosmos e Fundação Humberto Delgado, 39-53.
- Couto, Fernando Amado (2011), *Moçambique, 1974. O fim do império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.
- Cruz, Pompílio da (1976), *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Davies, Robert (1989), 'The SADF's Covert War Against Mozambique', in Jacklyn Cock e Laurie Nathan (orgs.), *War and Society. The militarization of South Africa*. Cidade do Cabo: David Philip, 103-115.
- Domingos, Nuno (2009), 'Memória Nacional e Cultura Mediática', *Le Monde Diplomatique*, n.º 35, Setembro de 2009.
- Domingos, Nuno; Pereira, Victor (orgs.) (2010), *O Estado Novo em Questão*. Lisboa: Edições 70.
- Dugos, Carlos (1975), *Descolonização: O malogro de dois planos*. Lisboa: Edições Acrópole.
- Duffy, James (1967), *A Question of Slavery: Labour policies in Portuguese Africa and the British protest, 1850-1920*. Oxford: Oxford University Press.
- El-Khawas, Mohammed A.; Cohen, Barry (orgs.) (1976), *National Security Study Memorandum 39: The Kissinger study of Southern Africa*. Westport: Lawrence Hill.
- Ellert, Henrik (1993), *The Rhodesian Front War: Counter-insurgency and guerrilla war in Rhodesia. 1962-1980*. Gweru: Mambo Press.

- Estado-Maior do Exército (1989a), 'Dispositivo das Nossas Forças – Angola', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 2º volume. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército (1989b), 'Dispositivo das Nossas Forças – Guiné', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 3º volume. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército (1989c), 'Dispositivo das Nossas Forças – Moçambique', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 4º volume. Lisboa: EME.
- Evans, Michael (1985), 'The Front-Line States, South Africa and Southern African Security: Military prospects and perspectives', *Zambezia*, 12: 1-19.
- Ferreira, José Medeiros (1993), 'A Descolonização: Seu processo e consequências' in José Mattoso (org.), *História de Portugal. Portugal em transe*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 53-103.
- Ferreira, Vicente (1944), *Colonização Étnica da África Portuguesa*. Estudo apresentado ao IIº Congresso da União Nacional, Lisboa.
- Filho, Sílvio de Almeida Carvalho (s/d), *As Relações Étnicas em Angola: As minorias branca e mestiça (1961-1992)*. Fórum de quadros angolanos e angolanistas. Disponível em http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm. Consultado a 9 de Julho de 2012.
- Flower, Ken (1987), *Serving secretly: An intelligence chief on record*. Alberton: Galago.
- Fanon, Frantz (1961), *Les Damnés de la Terre*. Paris: François Maspero.
- Gaspar, José Martinho (2001), *Os Discursos e o Discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio.
- Geldenhuis, Deon (1981), *The Constellation of Southern African States and the Southern African Development Coordination Council: Towards a new regional stalemate?* Braamfontein: The South African Institute of International Affairs.
- Gleijeses, Piero (2002), *Conflicting Missions. Havana, Washington, and Africa: 1959-1976*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Gominho, Adriano (2006), *Descolonização Exemplar ou Gaivotas que Voam*. E-Book. Disponível em www.retornadosdeafrika.blogspot. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Gonçalves, Custódio (2003), *Tradição e Modernidade na (re)Construção de Angola*. Porto: Afrontamento.
- Goulão, José (1986), *O Labirinto da Conspiração*. Lisboa: Caminho.
- Guardiola, Nicole (2009), 'A Aliança Secreta do Apartheid, Rodésia e Portugal', *África 21*, edição de junho: 17-25.
- Guerra, João Paulo (1988), *Os 'Flechas' Atacam de Novo*. Lisboa: Caminho.
- Hartog, François (2003), *Régimes d'Historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil.
- Hacking, Ian (1996), 'Memory Sciences, Memory Politics', in Paul Antze; Michael Lambek (orgs.), *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. Nova Iorque: Routledge.
- Heimer, Franz Wilhem (1980), *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Edições A Regra do Jogo.
- Hobsbawm, Eric J. (1995), *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed.
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: INE.
- Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara (1983), *Mozambique: From colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder: Westview Press.
- Jardim, Jorge (1976), *Moçambique: Terra Queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Jelin, Elizabeth (1994), 'The Politics of Memory: The human rights movement and the construction of democracy in Argentina', *Latin American Perspectives*, 21 (2): 38-58.

- Jesus, José Duarte (2012), *A Guerra Secreta de Salazar em África*. Lisboa, D. Quixote.
- Judt, Tony (2002), 'The Past is Another Country: Myth and memory in post-war Europe', in Jan-Werner Müller (org.), *Memory and Power in Post-War Europe. Studies in the presence of the past*. Cambridge: Cambridge University Press, 157-183.
- Judt, Tony (2010), 'De Quem é Esta História? Retrospectiva da guerra fria', in *O Século XX Esquecido: Lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 374-388.
- Leite, Joana Pereira (2001), 'Indo-Britanniques et Indo-Portugais: Présence marchande au Sud de Mozambique au moment de l'implantation du système colonial, de la fin du XIXème siècle jusqu'aux années 1930'. *Outre-Mers, Revue d'Histoire*, 1er semestre, 13-37.
- Leys, Colin; Saul, John S. (orgs.) (1995), *Namibia's Liberation Struggle. The two-edged sword*. Londres: James Currey.
- Lubkemann, Stephen C. (2003), 'Race, Class, and Kin in the Negotiation of 'Internal Strangerhood' among Portuguese Retornados, 1975-2000', in Andrea L. Smith (org.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 75-93.
- Mabeko-Tali, Jean-Michel (2001), *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962 - 1977)*. 2º volume. Luanda: Editorial Nzila.
- Machado, José (1899), *Fornecimento d'Armas aos Matabelles, Zambesia Britanica e o territorio dos Swasis*. Lisboa, Typographia do Commercio de Portugal.
- Machel, Samora (1977), *A Vitória Constrói-se, A Vitória Organiza-se*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- MacQueen, Norrie (1997), *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan revolution and the dissolution of empire*. Londres: Longman.
- Maharaj, Mac (1990), 'Determinantes Internas da Política Externa de Pretória', *Estudos Moçambicanos*, 7: 95-118.
- Marques, Silvino Silvério (2010), *Qual de Nós Terá Razão?* Lisboa: Prefácio.
- Martins, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: ICS.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito.
- Maxwell, Kenneth (1985), 'As Colónias Portuguesas e a sua Descolonização', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, números 15/16/17: 529-547.
- M'Bokolo, Elikia (2007). *África Negra. História e Civilizações - Do século XIX aos nossos dias* (vol. 2). Lisboa: Edições Colibri.
- Mcmillan, Harold (1972), *Pointing the Way, 1959-1961*. Londres: Macmillan, 473-482.
- Meneses, Maria Paula (2010), 'O «Índigena» Africano e o «Colono» Europeu: a construção da diferença por processos legais', *e-Cadernos do CES*, 7: 68-93.
- Meneses, Maria Paula (2011), 'Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in world history', *Human Architecture*, 9: 121-137.
- Mesquitela, Clotilde (1977), *Moçambique: 7 de Setembro. Memórias da Revolução*. Lisboa: Edições A Rua.
- Middlemas, Keith (1975), *Cabora Bassa: Engineering and politics in Southern Africa*. Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Minter, William (1988), *King Solomon's Mines Revisited: Western interests and the burdened history of Southern Africa*. Nova Iorque: Basic Books.

- Minter, William; Schmidt, Elizabeth (1988), 'When Sanctions Worked: The case of Rhodesia reexamined', *African Affairs*, 87 (347): 207-237.
- Minter, William (1998a), *Os Contras do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Minter, William (1998b), *The Mozambican National Resistance (Renamo) as Described by Ex-Participants*. Washington DC: Research Report Submitted to the Ford Foundation and SIDA.
- Moiane, José P. (2009), *Memórias de um Guerrilheiro*. Maputo: King Ngungunhane Institute.
- Mondlane, Eduardo (1976 [1969]), *Lutar por Moçambique*. Maputo: Coleção 'Nosso Chão'.
- Morris, Michael Spence L. (1974), *Armed Conflict in Southern Africa: A survey of regional terrorisms from their beginnings to the present, with a comprehensive examination of the Portuguese position*. Cidade do Cabo: Jeremy Spence.
- Nelson, Harold (1983), *Zimbabwe: A country study*. Washington DC: The American University.
- Nogueira, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora.
- Nogueira, Franco (1987), *O Estado Novo*. Barcelos: Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (2000a), *Salazar. A Resistência (1958-1964)*. Volume V. Barcelos: Companhia Editora do Minho. (Artigo retornados)
- Nogueira, Franco (2000b), *Salazar, O Último Combate (1964-1970)*. Volume VI. Barcelos: Companhia Editora do Minho. (Artigo Introdução)
- Nogueira, Franco (2000c), *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Civilização. (Artigo retornados)
- Nussey, Wilf (1972), 'The War in Tete, A threat to all in Southern Africa', *Johannesburg Star*, July 1 edition.
- O'Brien, Kevin A. (2011), *The South African Intelligence Services: From apartheid to democracy, 1960-2005*. Nova Iorque: Routledge.
- Okoth, Assa (2006), *A History of Africa 1915-1995 (vol. 2)*. Nairobi: East African Educational Publishers.
- Oliveira, Bernardino (org.) (1978), *Aqui (Portugal) Moçambique*. Famalicão: Edição do Autor.
- Oliveira, Mário António Fernandes de et al. (org.) (1979), *A Descolonização Portuguesa: Aproximação ao seu estudo*, 2º volume. Aveiro: Instituto Democracia e Liberdade.
- Oliveira, Pedro Ayres de (2007), *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa (1945-1975)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Onslow, Sue (2009), 'Introduction', in Sue Onslow (org.) *Cold War in Southern Africa: White power, black liberation*. Londres: Routledge, 1-8.
- Pélissier, René (1986), *História das Campanhas de Angola. Resistências e revoltas, 1845-1941*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pélissier, René (2000), *História de Moçambique. Formação e oposição, 1854-1928*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Penvenne, Jeanne Marie (1995), *African Workers and Colonial Racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques*. Londres: James Currey.
- Peralta, Elsa (2011), 'Conspirações de Silêncio: Portugal e o fim do império colonial', *Le Monde Diplomatique*, n.º 52, edição de Fevereiro de 2011.

- Pimenta, Fernando Tavares (2004), 'Ideologia Nacional dos Brancos Angolanos (1900-1975)'. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A Questão Social no Novo Milénio*. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.
- Pimenta, Fernando Tavares (2005), *Branços de Angola. Autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva História
- Pimentel, Irene Flunser (2007a), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pimentel, Irene Flunser (2007b), 'A Memória Pública da Ditadura e da Repressão', *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa de fevereiro de 2007.
- Pinto, António Costa (2004), 'Ajustando Contas com o Passado na Transição para a Democracia em Portugal', in Alexandra Barahona de Brito, Carmen González-Enríquez e Paloma Aguilar Fernández (orgs.), *Política da Memória. Verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: ICS, 87-108.
- Pires, Rui Pena; Maranhão, Maria José; Quintela, João P.; Moniz, Fernando; Pisco, Manuela, (1987), *Os Retornados: Um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Pollak, Michael (1993), *Une Identité Blessée*. Études de sociologie et d'histoire. Paris: Éditions Métailie.
- Pratt, Marie Louise (2008), *Imperial Eyes: Travel writing and transculturation*. Nova Iorque: Routledge.
- Quintais, Luís (2000), 'Trauma e Memória: Um exercício etnográfico', *Etnográfica*, 4 (1): 61-88.
- Raimundo, Filipa Alves (2007), *The Double Face of Heroes. Transitional justice and the political police (PIDE/DGS) in Portugal's democratization (1974-1976)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, através do Instituto de Ciências Sociais. Lisboa.
- Reis, Carlos S. (1973), *A População de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos – Instituto Nacional de Estatística.
- Rhoadie, Eschel (1968), *The Third Africa*. Nova Iorque: Twin Circle.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Vecchi, Roberto (orgs.) (2011), *Antologia da Memória Poética da Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rita-Ferreira, António (1998), 'Moçambique post-25 de Abril: Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática', in *Moçambique, cultura e história de um país*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 121-169.
- Rocha, Edgar (1977), 'Portugal, Anos 60: Crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias', *Análise Social*, 13 (51): 593-617.
- Rocha, Edmundo (2009), *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 a 1964)*. Lisboa: Dinalivro.
- Rosaldo, Renato (1989a), *Culture and Truth: The remaking of social analysis*. Londres: Routledge.
- Rosaldo, Renato (1989b), 'Imperialist Nostalgia', *Representations*, 26: 107-122.
- Rosas, Fernando (1994), 'O Estado Novo (1926 – 1974)', in José Mattoso (org.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926 – 1974)*. 7º volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (2007), 'Prefácio', in João Madeira, Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha (orgs.), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros, 15-30.

- Rosas, Fernando; Pimentel, Irene Flunser; Madeira, João; Farinha, Luís; Rezola, Maria Inácia. (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais militares especiais e tribunais plenários durante a ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Ruas, Henrique Barrilaro (s/d), *A Revolução das Flores: O governo de Palma Carlos*. Lisboa: Editorial Aster.
- S/a (1973), *Os Massacres de Mucumbura, Chawola, Wiriyamu e Juwau: Missionários apoiam a luta do povo moçambicano*. S/l, texto policopiado.
- Saavedra, Ricardo de (1975), *Aqui Moçambique Livre!*. Johannesburg: Livraria Moderna.
- Salazar, António de Oliveira (1959), 'Discurso de 22 de Maio de 1939', in *Discursos e Notas Políticas*. Volume III. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, António de Oliveira (1967), 'A Política de África e os Seus Erros (discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na Homenagem prestada pelos Municípios de Moçambique, em 30 de Novembro de 1967)', *Boletim Geral do Ultramar*, 43 (509-510): 3-17.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), 'Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidade', in Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre Ser e Estar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), 'Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004) (org.), *A Fita do Tempo da Revolução: A noite que mudou Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (2006), *Identidades, Colonizadores e Colonizados: Portugal e Moçambique*. Relatório Final do Projecto POCTI/41280/SOC/2001. Coimbra: CES, Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), 'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2009). 'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes', in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Sarlo, Beatriz (2007), *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Saunders, Christopher (2011), 'The South Africa-Angola Talks, 1976-1984: A little-known cold war thread', *Kronos*, 37 (1): 104-119.
- Shamuyarira, Nathan (1977), 'The Lusaka Manifesto Strategy of OAU States and its Consequences for the Freedom Struggle in Southern Africa', *Utafiti: Journal of the Faculty of Arts and Social Science*, 2 (2): 247-266.
- Shubin, Vladimir (2008), *The Hot Cold War. The USSR in Southern Africa*. Scottsville: The University of Kwazulu-Natal Press.

- Smith, Andrea L. (2003), 'Introduction: Europe's invisible migrants', in Andrea L. Smith (org.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 9-32.
- Smith, Ian Douglas (1997), *The Great Betrayal. The memoirs of Ian Douglas Smith*. Londres: Blake.
- Souto, Amélia Neves (2007), *Caetano e o 'Ocaso' do Império: Administração e guerra colonial em Moçambique durante o marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Soutelo, Luciana de Castro (2009), *A Memória do 25 de Abril nos Anos do Cavaquismo: O desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de mestrado em História Contemporânea.
- Spínola, António (1974), *Portugal e o Futuro*. Lisboa: Ática.
- Stiff, Peter (1999), *The Silent War: South African Recce operations, 1969-1994*. Alberton: Galago.
- Stora, Benjamin (2008), 'Préface', in Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson (orgs.), *Les Guerres de Mémoires, la France et son histoire*. Paris: La Découverte, 7-28.
- Telo, António José (2003), 'Campanha de Moçambique', in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Thiam, Iba Der; Mulira, James; Wondji, Christophe (1993), 'Africa and the Socialist Countries', in Ali A. Mazrui e Christophe Wondji (orgs.), *Africa Since 1935* (vol. 8). Berkeley: Heinemann, 798-828.
- Tomás, António (2007), *O Fazedor de Utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Traverso, Enzo (2011), *L'Histoire Comme Champ de Bataille. Interpréter les violences du XX siècle*. Paris: La Découverte.
- Traverso, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições UNIPOP.
- Valadão, Isabel (2012), *À Sombra do Imbondeiro. Estórias e memórias de África*. Lisboa: Bertrand.
- Valverde, Alfonso (1971), *As Chacinas de Mucumbura – Relatórios dos padres Alfonso e Martin*. S/l, texto policopiado.
- Viegas, Aida (2002), *Abandonar Angola. Um olhar à distância*. E-Book disponível em www.prof2000.pt/users/secjeste/aidaviegas/pg001090.html. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Villas, Gaspar do Couto Ribeiro (1929), *Os Portugueses na Colonização: Seu papel ao lado dos restantes povos no movimento colonizador – Esboço de história colonial*. Lisboa, Documento da Biblioteca da SGL.
- Welsh, Frank (2000), *A History of South Africa*. London: Harper Collins.
- Westad, Odd Arne (2007), *The Global Cold War: Third world interventions and the making of our times*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, Robert (2005), 'Postcolonialism: From Bandung to the tricontinental', *Historien*, 5: 11-21.

Fontes de Arquivo

- Arquivo da Defesa Nacional (ADN)
- Arquivo Histórico Diplomático/Fundo dos Negócios Estrangeiros (AHD/FNE)
- Forte de São Julião da Barra/Secretariado-Geral da Defesa Nacional (FSJB/SGDN), atualmente Arquivo da Defesa Nacional
- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADN – Arquivo da Defesa Nacional
AEPPA – Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas
AHD/FNE – Arquivo Histórico Diplomático/Fundo dos Negócios Estrangeiros
AHM – Arquivo Histórico Militar
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ALCORA – Astral Concept for Africa. Incluía a menção às quatro capitais dos territórios brancos no extremo austral de África: Luanda, Lourenço Marques, Salisbúria e Pretoria. Esta aliança também ficou por ASPRO (África do Sul, Portugal e Rodésia).
AMA – Ação Moçambicana Armada
ANC – African National Congress (em português, Congresso Nacional Africano)
ANP – Ação Nacional Popular (anteriormente União Nacional)
ATLC/CANA – Alcora Top Level Committee/Comissão de Alto Nível Alcora
BOSS – South African Bureau for State Security
CCA/ACOC – Comissão de Coordenação Alcora/Alcora Coordination Commission
CCAU – Comissão de Coordenação de Assuntos do Ultramar
CEM – Chefe do Estado Maior
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CIA – Central Intelligence Agency
CIO – Central Intelligence Organisation (Serviços Secretos Rodesianos)
CODECO – Comandos Operacionais para a Defesa da Civilização Ocidental
CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CONSAS – Constelação de Estados Independentes da África Austral
COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique
DGSP – Diretor Geral de Planeamentos Especiais
EAMA – Escola de Aplicação Militar de Angola
ELP – Exército de Libertação de Portugal
EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas
ESINA – Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola
EUA – Estados Unidos da América
FAP – Força Aérea Portuguesa
FE – Forças Especiais
FICO – Frente Integracionista de Continuidade Ocidental

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
 FNI – Frente Nacional Integracionista de Moçambique
 FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
 FPLM – Forças Populares de Libertação de Moçambique
 FRA – Frente de Resistência Angolana
 FRECOMO – Frente Comum de Moçambique
 FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
 FSJB – Forte de São Julião da Barra
 FUA – Frente Unida de Angola
 FUMO – Frente Unida Democrática de Moçambique
 GE – Grupos Especiais
 GEP – Grupos Especiais de Paraquedistas
 GNP/MNE – Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros
 GNR – Guarda Nacional Republicana
 GUMO – Grupo Unido de Moçambique
 IARN – Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais
 INE – Instituto Nacional de Estatística
 LP – Legião Portuguesa
 MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal
 MFA – Movimento das Forças Armadas
 MML – Movimento Moçambique Livre
 MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
 MNR/RENAMO – Mozambican National Resistance/Resistência Nacional Moçambicana
 MONAUMO – Movimento Nacionalista Africano de União de Moçambique
 MONIPAMO – Movimento Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique
 MOPUA – Movimento Popular de Unidade Angolana
 MPLA – Movimento Popular da Libertação de Angola
 NATO – North Atlantic Treaty Organization
 ONU/UN – Organização das Nações Unidas/United Nations
 OPVDC – Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil
 OUA – Organização de Unidade Africana
 PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
 PAPO – Planning Alcora Permanent Organization
 PCDA – Partido Cristão Democrata de Angola
 PCN – Partido de Coligação Nacional
 PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança
 PRUMO – Progresso Unido de Moçambique
 PSP – Polícia de Segurança Pública
 PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (posteriormente PIDE)
 QGA – Quadro Geral de Adidos
 RAS/RSA – República da África do Sul/Republic of South Africa
 RMM – Região Militar de Moçambique
 SACOM – Southern Africa Common Market/ Mercado Comum da África Austral

SADF – South african Defense Forces
SCCIM – Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique
SGDN – Secretariado Geral da Defesa Nacional
SIM – Serviços de Informação Militares
SWA – Southwest Africa
SWAPO – South West African People’s Organization
TE – Tropas Especiais
TO – Teatro de Operações
UDI – Unilateral Proclamation of Independence
UNA – União Nacional Angolana
UNIPOMO – União dos Povos de Moçambique
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZAMCO – Zambeze Consortium/ Consórcio Hidro-eléctrico do Zambeze
ZANC – Zambian African National Congress
ZANU – Zimbabwe African National Union
ZAPU – Zimbabwe African People’s Union
ZOT – Zona Operacional de Tete

NOTA SOBRE OS AUTORES

Amélia Neves de Souto – Doutorada em História pela Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança, em Maputo, Moçambique. Foi também investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. A sua área de pesquisa inclui a história de Moçambique e a integração regional na zona austral da África. Da sua obra destaca-se *Caetano e o 'Ocaso' do Império* (2007).

Aniceto Afonso – Aniceto Afonso é Coronel do Exército na situação de Reforma, tendo cumprido comissões em Angola (1969-1971) e em Moçambique (1973-1975). Foi diretor do Arquivo Histórico Militar (Lisboa) de 1993 a 2007. Atualmente é membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Tem uma extensa obra publicada sobre a Guerra Colonial, da qual se destaca *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975* (2010).

Catarina Gomes – É investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É doutorada em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e tem vindo a trabalhar sobre poder e memória do Estado Pós-Colonial Angolano, onde se destaca “As equações não lineares da democratização”, inserido num livro editado por Boaventura de Sousa Santos; e José Octávio Serra van Dúnen (2012), intitulado *Sociedade e Estado em construção: desafios do direito e da democracia em Angola*.

Celso Braga Rosa – Licenciado em Antropologia pela Universidade de Coimbra em 1999, os seus interesses têm-se situado sempre no âmbito dos estudos africanos. No âmbito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integra a equipa de investigação dos projetos ‘Os Comprometidos: Questionando o futuro do passado em Moçambique’ e ‘Alcora – Novas Perspetivas da Guerra Colonial: Alianças secretas e mapas imaginários’.

Bruno Sena Martins – É Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra, sendo atualmente investigador no Centro de Estudos Sociais da mesma universidade, onde integra a equipa de investigação de vários projetos que se dedicam a temas como Guerra Colonial portuguesa e a inclusão social das pessoas com deficiência. Sempre enleado na questão das representações culturais, tem dedicado o seu trabalho de investigação aos temas do corpo, deficiência e conflito social.

Carlos de Matos Gomes – Coronel na reserva, cumpriu comissões em Moçambique, Angola e Guiné, como oficial dos “Comandos”. Pertenceu à primeira Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães na Guiné e foi membro da Assembleia do MFA. Dedicando-se ao estudo de História Militar tem vasta obra sobre a Guerra Colonial, de que se destaca *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975* (2010). Tem uma significativa carreira como romancista contando com títulos como *Os Lobos não Usam Coleira* (1995) e *Nó Cego* (2008).

Maria Paula Meneses – Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança, em Moçambique, é doutorada em antropologia. Os seus temas de pesquisa académica têm incidido sobre o papel da história oficial da memória e das ‘outras’ histórias no campo dos processos identitários contemporâneos, com destaque para Moçambique. De entre os seus trabalhos mais recentes destaca-se *Epistemologias do Sul*, coorganizado com Boaventura de Sousa Santos.

Miguel Cardina – É investigador do Centro de Estudos Sociais. Doutorou-se com uma tese intitulada *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974* (2011). É ainda autor de *A Esquerda Radical* (2010) e *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo* (2008). Os seus interesses de investigação centram-se na análise das dinâmicas entre história, memória e testemunho oral e na abordagem dos radicalismos políticos durante as décadas de 1960 e 1970.

